UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

GUSTAVO HENRIQUE TUNA

Silva Alvarenga
Representante das Luzes na América portuguesa

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

SILVA ALVARENGA,
Representante das Luzes na América portuguesa

Gustavo Henrique Tuna

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para a obtenção do título
de Doutor em História

Orientador: Prof. Dr. Pedro Puntoni

São Paulo
2009

Resumo

A tese busca compreender em que medida o poeta e professor régio Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814) pode ser considerado um representante do ideário ilustrado na América portuguesa. Silva Alvarenga, como estudante de Cânones na Universidade de Coimbra entre os anos de 1768 e 1776, viveu o período da reforma da Universidade empreendida pelo Marquês de Pombal. Retornou ao Brasil e, em 1782, tornou-se professor régio de Retórica no Rio de Janeiro. Foi o principal articulador da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fundada em 1786. Em 1794, foi preso, juntamente com outros membros da Sociedade, sob as acusações de promover a circulação de idéias francesas, de conspirar contra a Coroa Portuguesa e contra a religião católica. Levando em consideração a sua formação acadêmica, sua trajetória após seu retorno à América portuguesa, as características de sua obra poética e a constituição de sua livraria - uma das mais importantes do período colonial -, o trabalho busca avaliar em que medida Silva Alvarenga pode ser considerado um representante das Luzes na América portuguesa, tendo como prisma compreender quais as modalidades das Luzes que podem ser verificadas em sua trajetória.

Palavras-chave: Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814), Período colonial, Ilustração luso-americana, Academias, Bibliotecas

Abstract

This thesis tends to comprehend in which ways the poet and regal teacher Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814) can be considered a representative of the Enlightenment in Portuguese America. Silva Alvarenga, studying Canonic Law at Coimbra University between 1768 and 1776, experimented the period of the reformation of the university, projected by the Marquis of Pombal. After his return to Brazil, he became Rhetoric regal teacher at Rio de Janeiro, in 1782. He was the most active member of the *Sociedade Literária do Rio de Janeiro*, founded in 1786. In 1794, he went to prison, accompanied by other members of the *Sociedade*, accused of promoting the circulation of French ideas and conspiracy against the royal power and the catholic religion. Considering his academic background, his trajetory after his return to Brazil, the aspects of his poetic writings and the constitution of his private library – one of the most important of the colonial period – , the work tends to appraise in which ways Silva Alvarenga can be considered as a representative of the Enlightenment in Portuguese America, aiming to understand which tendencies of the Enlightenment can be seen in his trajetory.

Keywords: Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814), Colonial Period, Luso-American Enlightenment, Academies, Private libraries

“Like people and schools of criticism, ideas and theories travel – from person to person, from situation to situation, from one period to another. Cultural and intellectual life are usually nourished and often sustained by this circulation of ideas, and whether it takes form of the acknowledge or unconscious influence, creative borrowing, or whole sale appropriation, the movement of ideas and theories from one place to another is a fact of life and a usually enabling condition of intellectual activity.”

Edward Said. *The World, the Text and Critic*, 1995

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
AGRADECIMENTOS	10
CAP. 1. ITINERÁRIOS DE UMA NOVA FORMAÇÃO: OS PRIMEIROS PASSOS.....	14
1.1. PROLEGÔMENOS DAS LUZES PORTUGUESAS.....	14
1.2. ELEVADAS METAS E ESPINHOSAS CARREIRAS.....	25
1.3. A ESCOLA DAS VIRTUDES.....	55
1.4. A INAUGURAÇÃO DA ESTÁTUA EQÜESTRE	63
CAP. 2. O RETORNO DO AMERICANO.....	70
2.1. REENCONTROS COM A PÁTRIA	72
2.2. AS REFORMAS DO ENSINO NA COLÔNIA.....	77
2.3. A ACADEMIA CIENTÍFICA DO RIO DE JANEIRO	88
2.4. A PROTEÇÃO DE LUIS DE VASCONCELOS E SOUSA	94
2.5. LIVROS E LEITURAS NA AMÉRICA PORTUGUESA	99
CAP. 3. A SOCIEDADE LITERÁRIA DO RIO DE JANEIRO: SUA FORMAÇÃO, SUAS REDES, SEUS ALCANCES.....	106
3.1. A SOCIEDADE: SEUS MEMBROS E COLABORADORES.....	108
3.2. OS ESTATUTOS DA SOCIEDADE LITERÁRIA E A POLÊMICA.....	111
3.3. A APLICABILIDADE DOS SABERES: A PRODUÇÃO DA SOCIEDADE LITERÁRIA DO RIO DE JANEIRO.....	117
3.4. JOÃO MANSO PEREIRA: UMA TRAJETÓRIA SINGULAR.....	133
3.5. A SOCIEDADE LITERÁRIA NOS <i>AUTOS DA DEVASSA</i>	143
CAP. 4. A DEVASSA E A SUPOSTA INCONFIDÊNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1794.....	149
4.1. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA	149
4.2. OS AUTOS DA DEVASSA DE 1794	162
CAP.5. OS CAMINHOS DIFÍCEIS E AS LEITURAS: POSSÍVEIS INTERSECÇÕES.....	196
5.1. A LIVRARIA COMO UM ESTADO D'ALMA.....	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225

ANEXO 1: PROCESSO CONTRA O LIVREIRO PEDRO GINIOUX.....	228
ANEXO 2: “CARTA DO ... AO CONDE DE RESENDE, D. JOSÉ [LUÍS] DE CASTRO, [EX-VICE-REI DO BRASIL]”	232
ANEXO 3: LISTAGEM ANALÍTICA DA LIVRARIA DE MANUEL INÁCIO DA SILVA ALVARENGA.....	236
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	299

Introdução

A idéia do tema desta tese surgiu há 5 anos atrás, durante a leitura de *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, cujas observações sobre a Sociedade Literária do Rio de Janeiro levaram-me a pensar em torná-la um tema de pesquisa. Logo no início da pesquisa bibliográfica para escrever o projeto, meus interesses foram sendo alterados pela insurgente ânsia de compreender a trajetória do poeta mineiro Manuel Inácio da Silva Alvarenga, homem de letras cujos escritos e posicionamentos foram razoavelmente nebulizados pela notoriedade que seus contemporâneos poetas inconfidentes mineiros acabaram adquirindo. A gama variada de gêneros poéticos que compõem sua obra poética, seu comprometimento pessoal na manutenção da Sociedade Literária do Rio de Janeiro e o peso intelectual de sua livraria moveram-me a querer acompanhar os passos de sua trajetória intelectual. Entender a presença das Luzes não só em seus escritos literários, como também na academia da qual foi o principal incentivador e em seu acervo de livros, configurou-se no objetivo da pesquisa que empreendi. Partindo da premissa de que sempre que fazemos referência ao Iluminismo há que se atentar para a variedade de seus contornos nos diferentes países e, igualmente, para as gradações que se estabelecem nos processos de transmissão e recepção destas Luzes, meu intuito foi o de investigar quais as feições ou, melhor dizendo, mapear as modalidades das Luzes que marcaram a trajetória intelectual de Silva Alvarenga.

O capítulo primeiro, intitulado “Itinerário de uma nova formação: os primeiros passos”, concentra-se nos primeiros anos da formação acadêmica do poeta mineiro, procurando acompanhar sua experiência como estudante do curso de Cânones na Universidade de Coimbra em meio à Reforma da Universidade. Nele, procuro aproximar-me das mudanças no campo do pensamento jurídico que foram projetadas pelos Novos Estatutos da Universidade, publicados em 1772.

No segundo capítulo, “O retorno do americano”, busco acompanhar as alterações que a América portuguesa experimentou no último quartel do século XVIII, flagrando Silva Alvarenga como um ativo expectador destas mudanças e ensaiando suas primeiras manifestações mais destacadas de pertencimento. Para isso, foi necessário aproximar-me não só da cidade do Rio de Janeiro, como também lançar um olhar sobre a Academia Científica do Rio de Janeiro, instituição de circulação de saberes científicos que daria origem, posteriormente, à Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Além disso,

busquei traçar uma reflexão a respeito da situação de ensino régio implantado na América portuguesa após as duas reformas empreendidas pela Coroa portuguesa – a de 1759 e a de 1772, focando principalmente os traços do funcionamento deste sistema na capitania do Rio de Janeiro em fins do século XVIII e início do século XIX.

A Sociedade Literária do Rio de Janeiro constitui-se no tema principal do capítulo 3 da tese. Reunindo as referências a ela feitas pela historiografia, algumas memórias lidas em seu âmbito e a produção científica publicada de alguns de seus membros, procurei reconstituir o universo intelectual da academia posicionando-a dentro do quadro da Ilustração luso-americana setecentista.

No capítulo 4, procurou-se realizar uma leitura da principal fonte sobre o episódio, que são os autos da devassa da prisão dos letrados fluminenses de 1794. Fiz esta análise dos autos procurando cruzá-la com fontes que me forneceram informações importantes a respeito de algumas testemunhas, de alguns dos acusados e de alguns homens que aparecem citados nos depoimentos, as quais me permitiram maiores aproximações acerca das sociabilidades travadas na sociedade letrada da cidade do Rio de Janeiro de fins dos Setecentos e compreender mais detidamente o caminhar dos acontecimentos que circundaram a prisão dos letrados.

No quinto e último capítulo da tese, além de procurar acompanhar a trajetória de Silva Alvarenga após sua soltura, dediquei-me especialmente a avaliar sua livraria, procurando ensaiar algumas hipóteses sobre os possíveis significados que podem ser inferidos a partir da compreensão da importância de seu riquíssimo acervo de livros, tendo em vista, com Daniel Roche, que uma biblioteca pode sugerir um “estado da alma.”¹

Três anexos acompanham a tese. O primeiro deles corresponde ao processo movido pela Real Mesa Censória contra o livreiro Pedro Ginioux, responsável pela impressão da *Epístola a Terminando Sipílio*, de autoria de Silva Alvarenga, a qual foi impressa em 1772 sem a autorização do órgão censório. O segundo anexo consiste na transcrição por mim feita de uma carta anônima dirigida ao Conde de Resende quando este havia deixado o cargo. Na carta, o autor dirige severas críticas depreciativas pessoais ao vice-rei e aos seus comportamentos. A mesma carta, por mim localizada na Biblioteca da Ajuda, aparece citada no livro *No rascunho da nação* de Afonso Carlos

¹ Daniel Roche. *Les républicains de lettres. Gens de culture et lumières au 18 siècle*. Paris: Fayard, 1988, p. 47.

Marques dos Santos, numa cópia existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em seu livro, o historiador levanta a hipótese, realmente plausível, que seu autor possa ter sido Silva Alvarenga. Ainda que permaneçamos na incerteza, creio que o tom contundente da missiva leva a que ela seja, ao menos, colocada em destaque. Por fim, incluo uma tentativa de identificação por mim realizada dos títulos que compunham a livraria do poeta, feita com base na lista das obras compradas pelo livreiro Manoel Joaquim da Silva Porto junto à testamenteira de Silva Alvarenga, a “preta Joaquina”, presente na obra *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, de Rubens Borba de Moraes.

Agradecimentos

Tarefa espinhosa é a de agradecer o apoio que recebi de muitas pessoas ao longo da pesquisa e da redação da tese. Estímulos que me indicaram por diversas vezes os rumos mais corretos a seguir. Sou grato ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de doutorado a mim concedida, bem como pela bolsa-sanduíche que me possibilitou pesquisar em arquivos e bibliotecas de Portugal.

Na Universidade de São Paulo, sou extremamente grato ao Prof. Dr. Pedro Puntoni, meu orientador, por ter me aceitado como seu orientando. Desde o início em que estive sob sua “tutoria” no CEBRAP, sua postura intelectual e sua paixão pelo ofício do historiador tornaram-se parâmetros para mim. Sua disposição e interesse em orientar um tema razoavelmente distante de suas pesquisas só fizeram aumentar minha admiração por ele.

No exame de qualificação, tive a sorte de poder contar com as leituras criteriosas do Prof. Dr. Fernando Antonio Novais e da Profa. Dra. Íris Kantor. Espero com meu trabalho ter me aproximado das expectativas de ambos.

Para meu proveito, minha pesquisa esteve inserida no Projeto Temático *Dimensões do Império português*, coordenado pela Profa. Dra. Laura de Mello e Souza, financiado pela FAPESP e sediado na Cátedra Jaime Cortesão da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Desta maneira, pude usufruir de um espaço inestimável de debates acerca de questões relacionadas às minhas indagações. As duas oportunidades em que pude discutir os rumos de minha pesquisa no Projeto Temático, mais especificamente no Núcleo “Cultura e Sociedade”, foram ocasiões de inestimável valor.

Valorosas foram também as apreciações do meu projeto de doutorado feitas pelos Profs. Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha em Workshop de pesquisa realizado na Cátedra Jaime Cortesão, oportunidade em que fizeram sugestões bibliográficas importantes. Sou grato a Profa. Dra. Vera Lúcia Amaral Ferlini pelo estímulo essencial ao trabalho que desenvolvi e pela palavra amiga em momentos decisivos. A presteza de Patrícia Machado, secretária da Cátedra Jaime Cortesão, na resolução de questões burocráticas no período de conclusão deste trabalho foi extremamente valiosa. À Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani, agradeço o interesse freqüentemente demonstrado pelo andamento da pesquisa. A Andréa Slemian, sou grato pela torcida nos momentos finais de redação da tese.

Apresentei resultados parciais deste trabalho no Colóquio “Escrita, Memória e Vida Material”, realizado na USP em 2006, no I Seminário de Pós-Graduandos em História Moderna realizado na UFF no mesmo ano de 2006, no Simpósio Temático “Livros, Leituras e Leitores, séculos XVIII ao XX” que integrou XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH realizado em São Leopoldo, em 2007, e no II Encontro Internacional de História Colonial, realizado em Natal em 2008. Nestas ocasiões, contei com as sugestões e críticas preciosas colocadas pelas professoras Leila Mezan Algranti e Márcia Abreu e pelos professores Nelson Schapochnik e Luiz Carlos Villalta.

Não poderia deixar de agradecer a extrema generosidade do Prof. Tiago C. P. dos Reis Miranda, do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, pela sua irrestrita disponibilidade para transmitir seu minucioso conhecimento a respeito dos arquivos e bibliotecas de Portugal e discutir com extremo interesse os resultados semanais das minhas pesquisas nas terras lusitanas. No Porto, lembrarei para sempre da recepção fraterna do Prof. Francisco Topa, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Estudioso da obra de Silva Alvarenga, o Prof. Topa forneceu informações que me indicaram que eu poderia estar no caminho certo.

Agradeço ao Prof. Caio César Boschi, pelo esclarecimento via internet de dúvidas que tive acerca de minha pesquisa e por indicações bibliográficas.

Na parte da pesquisa desenvolvida no Brasil, contei com o auxílio dos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, do setor de obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Em Portugal, também sou grato ao atendimento dispensado pelos funcionários da Biblioteca Nacional

de Portugal, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do Arquivo Histórico Ultramarino, da Academia de Ciências de Lisboa, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, do Arquivo da Universidade de Coimbra e da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Durante a pesquisa em Portugal, Miúcha – a portuguesa mais brasileira que já conheci – proporcionou uma agradável estada em seu apartamento em Arroios, em Lisboa.

Ao longo do doutorado, após me mudar para São Paulo, adquiri amizades valiosas e também pude fortalecer outras. Meu agradecimento a Nelson Mendes Cantarino pela leitura de capítulo importante da tese e pela colocação de questões mais do que pertinentes. Ao Nelson, sou grato também pela reprodução e envio de documentação. Também contei com a extrema gentileza de André Figueiredo Rodrigues, o qual me enviou um documento utilizado na tese. Renato Júnio Franco generosamente facilitou-me o acesso a cópias de dissertações e teses cariocas que necessitei. Além disso, pude contar com a diligente paciência do meu xará Gustavo Acioli Lopes para solucionar minhas dúvidas quanto aos procedimentos burocráticos da USP com os quais ele já tinha familiaridade. A Jefferson L. Alves, agradeço os incessantes e sinceros votos de estímulo.

Aos amigos de Campinas, agradeço a compreensão pelos longos momentos de ausência, motivados pela irrestrita dedicação a uma tarefa que a mim mesmo pareceu por vezes insana. Ao Murilo, ao Marcus Vinicius e ao Afonso, pela preocupação e pelo estímulo constantes. Ao Guilherme, pela amizade sincera e pelo seu sempre atento auxílio gráfico.

Meus pais, Maria José e Vivaldo, prosseguiram vibrando com os resultados parciais, com as pequenas conquistas e foram fundamentais para que eu continuasse esta jornada. O carinho e a compreensão deles foram gestos que sempre me comoveram e me empurraram adiante. Meus irmãos, Fernando e Celso, minha cunhada Sylvia e o Matheus, meu sobrinho prodígio, mesmo à distância, torceram e concorreram para que tudo corresse bem. A família Gatti acolheu-me fraternalmente e fez com que eu não me sentisse - nem de longe - um desterrado na minha própria terra.

Para a Ágatha, desejo estar mudando para melhor a vida dela da mesma maneira que ela está mudando a minha. Sua disposição para ouvir e corrigir as idéias que foram surgindo durante a elaboração do trabalho não foram somente qualidades de uma historiadora de mão cheia, mas de alguém com uma inteligência superiormente

sensível. A leveza de sua presença intensa proporcionou plenitude ao longo do caminho até aqui traçado. Para ela, esta tese é dedicada, com amor.

Cap. 1. Itinerários de uma nova formação: os primeiros passos

O ano de chegada de Silva Alvarenga em Coimbra, 1768, é bastante significativo do ponto de vista do momento intelectual de Portugal. Neste ano, o controle acerca dos livros a serem publicados sairia das mãos da Inquisição, e passaria para as mãos da Real Mesa Censória.² Os anos 1760 e 1770 seriam marcados por vários episódios que alterariam o cenário político-cultural do Reino. A reforma dos Estudos Menores em 1759, a fundação da Imprensa Régia em 1768, a criação da Junta da Providência Literária em 1770 e a Reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, indicam o esforço de renovação da cultura portuguesa planificado pelo marquês de Pombal. A incorporação e amplificação de propostas ilustradas por parte de Sebastião José de Carvalho e Melo tornariam o período no qual ele esteve à frente do reinado de D. José como Secretário de Estado dos Negócios do Reino célebre como o auge da presença das Luzes em Portugal. No entanto, uma análise mais detida acerca da peculiaridade da recepção das Luzes em Portugal requer um movimento de recuo que permita apresentar a ambiência dos espaços de saber que se estabeleceram durante o período joanino. Dentro desta chave de compreensão, tem-se em mente a proposição de Isabel Ferreira da Mota, segundo a qual as mudanças na cultura portuguesa propulsionadas durante o período pombalino foram possíveis graças aos lugares e veículos de circulação do saber que se gestaram na primeira metade do século XVIII.³

1. 1. Prolegômenos das Luzes portuguesas

Marcante na configuração de uma atmosfera de abertura para os saberes científicos no Reino foram os esforços de D. Francisco Xavier de Meneses, o 4º Conde de Ericeira, iniciados os com as Conferências Discretas ou Eruditas por ele organizadas

² A respeito da Real Mesa Censória, ver Maria Adelaide Salvador Marques, *A Real Mesa Censória – aspectos da geografia cultural portuguesa*. Coimbra: 1963. A dissertação de mestrado de Rui Tavares busca compreender a composição da Real Mesa Censória e sua ação enquanto braço ideológico do pombalismo. Rui analisa os pressupostos que guiavam as decisões dos deputados da Real Mesa no que diz respeito à censura de obras enviadas para publicação e ao controle do acesso à leitura de livros. Cf. Rui Tavares. *O labirinto censório – a Real Mesa Censória sob Pombal (1768-1777)*. Lisboa: dissertação de mestrado em Ciências Sociais/ICS-UL, 1997.

³ Isabel Ferreira da Mota. *A Academia Real da História – Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 2003, p.349-351.

a partir de 1696.⁴ Posteriormente, sua atuação central na Academia Real da História, fundada em 1720, daria prosseguimento a uma atividade de maior alcance na circulação de saberes no âmbito de uma instituição oficial, protegida por D. João V. Segundo Norberto Ferreira da Cunha, a partir de 1730, Ericeira aproximaria-se com mais clareza da filosofia natural nos moldes da proposta de Isaac Newton.⁵ Um bom exemplo de incorporação seletiva do pensamento newtoniano em Portugal é a obra de Jacob de Castro Sarmiento, *Theorica verdadeira das marés, conforme a philosophia do incomparavel Cavalheiro Isaac Newton*, publicada em Londres em 1737, título presente na livraria de Silva Alvarenga.⁶

Médico de origem judaica, Sarmiento estudou Medicina na Universidade de Évora e, em seguida, na Universidade de Coimbra, onde se licenciaria em 1717. Mudou-se para Londres em 1721, onde prosseguiu seus estudos e adquiriu reconhecimento, tornando-se membro do Colégio Real dos Médicos em 1725 e sócio da Sociedade Real da Inglaterra.⁷ Por intermédio do Conde de Ericeira, Sarmiento chegou a ser consultado por D. João V a respeito de ações a serem tomadas com a finalidade de aprimorar os estudos médicos no Reino. As sugestões dadas incluíram a tradução da obra *Novum Organum*, de Francis Bacon. Sarmiento não logrou concluí-la. É possível imaginar que a introdução da obra mais importante de Francis Bacon encontraria resistência em Portugal na primeira década dos setecentos, especialmente sua quarta parte, intitulada *Idolo Theatri* na qual Bacon critica o que classifica como excessiva autoridade concedida a sistemas filosóficos que se haviam estabelecido prescindindo de demonstração, como o aristotélico.

Em sua *Theorica verdadeira das marés*, Sarmiento empenha-se em tornar conhecidos os resultados do empiricismo de Newton na compreensão do fenômeno

⁴ Teophilo Braga. *Historia da Litteratura Portugueza – A Arcádia Lusitana – Garção – Quita – Figueiredo – Diniz*. Porto: Lello & Irmão, 1899, p.25.

⁵ Norberto Ferreira da Cunha. “A ilustração científica de D. Francisco Xavier de Meneses, 4º conde da Ericeira (1685-1720)”. *Diacrítica – Revista do Centro de Estudos Portugueses*, Universidade do Minho, 1, 1986, p.281.

⁶ Na lista de livros que pertenceram ao poeta Silva Alvarenga e que foram adquiridos pelo livreiro Manoel Joaquim da Silva Porto, consta a indicação “Theorica das Mares por Sarmiento” em volume único. Cf. “Catalogo dos Livros que comprei á Preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido Dr. Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, com 10 por cento sobre a avaliação que se acha á margem de cada huma das obras tiradas, e conferidas com a original avaliação.” In: Rubens Borba de Moraes. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. 2ª edição. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

⁷ Maria Teresa Esteves Payan Martins. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 162.

natural do fluxo e refluxo das marés. No texto de dedicatória do livro, dirigida a D. Manoel José de Castro, 3º marquês de Cascais, Sarmento aponta para a condição desfavorável que as concepções newtonianas encontravam para frutificarem na Península Ibérica: “A Sua Filosofia Experimental, e demonstrativa, armada da verdade, e força Geométrica, tem entrado, SENHOR, por toda a Europa, menos Portugal, e Espanha, sem encontrar a menor resistência; e como a preocupação, com que os nossos Portugueses retém geralmente as Idéias de *Arestoteles*, e alguns as de *Des Cartes*, são um gravíssimo impedimento para se difundir esta Grande Luz nesse Reino, levado da Gloria dessa Nação, e Pátria minha.”⁸ No prólogo ao leitor, o médico ainda observa que a adoção da língua portuguesa para dissertar sobre os ensinamentos de Newton deve-se unicamente por “amor da Pátria”, uma vez que a opção por “uma língua mais geral que a nossa” proporcionaria-lhe “muito maior conveniência.”⁹ Tal conveniência apontada por Sarmento seria o maior alcance que sua obra poderia obter caso viesse a utilizar outro idioma. O empenho de Sarmento não deu resultado e seu livro alcançou inexpressiva difusão.¹⁰

Grande parte da obra científica de Sarmento foi publicada em Londres e na língua portuguesa. Dentro dela, há que se destacar o caso da tradução feita por Sarmento de um compêndio acerca de procedimentos cirúrgicos. O *Tratado das operações de cirurgia* constitui-se num texto do médico inglês Samuel Sharp traduzido por Sarmento e editado pela primeira vez em Londres em 1744. Somente após cerca de 12 anos do falecimento de Sarmento, o *Tratado* seria publicado em Portugal, em 1773.¹¹ Atribui-se ainda a Sarmento a formulação das Águas da Rainha, espécie de água medicinal por ele comercializada na Inglaterra a partir de 1740. Na dedicatória da *Theorica verdadeira das marés*, Sarmento agradece o reconhecimento pioneiro que D. Manoel José de Castro havia dado às amostras de água que ele havia lhe franqueado. A “criação” de Sarmento ganharia fama no Reino ao longo do século XVIII.¹² Um livreto

⁸ Jacob de Castro Sarmento. *Theorica Verdadeira das Marés, conforme à Philosophia do incomparavel cavalheiro Isaac Newton*, Londres: 1737.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ Ana Cristina Araújo. *A Cultura das Luzes em Portugal – temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p.44.

¹¹ A referência da obra é *Tratado das operacoens de cirurgia, traduzido em portuguez da quarta edição de S. Sharp, por Jacob de Castro Sarmento*. Lisboa: Officina de Joseph de Aquino Bulhoens, 1773.

¹² Maria Beatriz Nizza da Silva. *D. João V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p.129.

editado pela Imprensa Régia em 1809 traz uma coletânea de documentos oficiais emitidos a respeito do fármaco “da composição do Doutor Jacob de Castro Sarmiento” e uma relação de 43 médicos e cirurgiões do Reino e do ultramar que comprovavam a eficácia do medicamento.¹³ Vale notar que dentre os profissionais arrolados, figuram três médicos que pertenceram à então extinta Sociedade Literária do Rio de Janeiro: Jacinto José da Silva, Vicente Gomes da Silva e José Pinto de Azeredo.¹⁴

Como se sabe, o círculo ericeirense reuniu uma elite intelectual que produziu textos que seriam marcantes na configuração do peculiar pensamento ilustrado que se formaria em Portugal ao longo do século XVIII. Neste grupo, uma contribuição significativa foi dada por Manuel de Azevedo Fortes, com sua *Lógica Racional, Geométrica e Analítica*, de 1744.¹⁵ A obra configura-se no primeiro texto sobre o assunto publicado integralmente em língua portuguesa e introduziria de forma mais sistematizada as doutrinas de Descartes no Reino.¹⁶ Azevedo Fortes aponta as limitações dos manuais de lógica estritamente ancorados em Aristóteles, vinculados por um método que, segundo seu ponto de vista, mais ofuscariam as idéias do que as clarificariam.¹⁷ Ana Cristina Araújo observa o ecletismo presente na *Lógica Racional* de Fortes, ao flagrar a sua filiação parcial ao pensamento cartesiano e a proposição de uma seletiva incorporação de Newton, cujas obras filosóficas seriam, segundo Fortes, temerárias à fé católica.¹⁸

Na configuração deste primeiro momento das Luzes em Portugal no início do século XVIII, há que se destacar a relevância dos *Apontamentos para a*

¹³ *Documentos régios que authorizão a verdadeira Agoa de Inglaterra da composição do Doutor Jacob de Castro Sarmiento, manipulada presentemente por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, por decreto de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Com huma relação dos professores de Medicina e Cirurgia deste Reino de Portugal, e seus domínios, que tem attestado a excellencia da dita Agoa de Inglaterra; e igualmente attestações das camaras, clero, nobreza e povos das cidades, villas e lugares, deste Reino de Portugal, e seus domínios ultramarinos.* Lisboa: Impressão Régia, 1809.

¹⁴ *Ibidem*, p.10.

¹⁵ A referência completa da primeira edição da obra de Manuel de Azevedo Fortes. *Lógica Racional, Geométrica e Analítica – obra utilíssima e absolutamente necessária para entrar em qualquer sciencia, e ainda para todos os homens que em seu particular, quizerem fazer uso do seu entendimento.* Lisboa: Officina de José Antônio Plattes, 1744.

¹⁶ Ana Carneiro, Maria Paula Diogo e Ana Simões. *Imagens do Portugal Setecentista – textos de estrangeirados e de estrangeiros.* Lisboa: *Penélope*, nº 22, 2000, p.75.

¹⁷ José Maurício de Carvalho. *História da filosofia e tradições culturais: um diálogo com Joaquim de Carvalho.* Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2001, p.200.

¹⁸ Ana Cristina Araújo. *A cultura das Luzes em Portugal – temas e problemas.* Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p.38.

educação de um menino nobre, de autoria de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, de 1734. Destinado a ser um manual a ser seguido pelos nobres durante o crescimento de seus filhos desde a mais tenra idade, o livro de Pina e de Proença dedica-se a enumerar as qualidades que os meninos nobres deveriam possuir, dentro dos moldes das demais cortes européias. “Civilidade”, “polidez” e “urbanidade” eram os requisitos que deveriam ditar os modos dos jovens nobres segundo o manual.

Malgrado não se dedique a tecer uma crítica mais sistematizada ao estado da educação como faria posteriormente Ribeiro Sanches, Pina e de Proença, lamenta, ao alertar para o papel fulcral que os pais teriam na instrução de seus filhos, que “ainda hoje falta neste Reino à nobreza aquele método de educação, que praticam as nações mais polidas” e declara confiar que o monarca “reformulará as Escolas, e fundará Colégios, em que a nobreza se instrua nos exercícios mais convenientes ao seu estado.”¹⁹ Visando o pleno desenvolvimento educacional da criança nobre através do ensino ministrado por mestres particulares, Pina e de Proença elenca aspectos que deveriam ser observados pelos pais a fim de que a instrução dos futuros ocupantes de postos civis e militares fosse útil às funções para eles projetadas. Os livros mais adequados a serem primeiramente disponibilizados para a “primeira idade” dos jovens, aproveitando a atração exercida sobre eles pelas imagens neste período germinal da vida, seriam aqueles que reunissem estampas da bíblia, de papas, de imperadores e de reis, assim como “Mapas, Globos e Esferas; enfim todas as estampas, ou pinturas agradáveis, e instrutivas que os meninos costumam pedir repetidas vezes, que se lhe mostrem.”²⁰ O espectro de habilidades que a criança nobre deveria desenvolver inclui também o aperfeiçoamento do corpo. Os *Apontamentos* também recomendam que o menino seja introduzido no manejo da espada, que pratique a dança, que saiba andar a cavalo, por serem exercícios que confeririam rigor ao seu porte físico. A educação que Pina e de Proença considera essencial para o nobre é aquela necessária para o pleno exercício de suas obrigações diante de seu Estado. Neste sentido, seria adequado que o menino fosse introduzido no conhecimento de métodos e compêndios de “História, Artes e Ciências” a fim de que obtivesse as noções centrais de cada matéria.²¹

¹⁹ Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. *Apontamentos para a educação de um menino nobre*. Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p.134-135.

²⁰ *Ibidem*, p.203-204.

²¹ *Ibidem*, p. 204.

Pina e de Proença mostra-se favorável a que todo o conhecimento adquirido pelo jovem esteja voltado para os seus afazeres diante da sociedade civil e que não se desconecte de forma alguma deles, sugerindo que o jovem não devesse gastar suas potencialidades na assimilação de uma erudição vazia. Desta maneira, postula que “o erro não consiste em estudar, está em estudar só para ter estudado; em estudar para pompa, e para vaidade, e não para viver melhor, e para melhor satisfazer às obrigações do estado, que a Providência destina a cada um.”²²

É dentro desta perspectiva que Pina e de Proença enquadra o teor da familiaridade que o jovem nobre deveria cultivar com o latim, o grego e com algumas línguas modernas. Para ele, o mesmo esmero no estudo da gramática latina deveria ser dispensado ao da língua portuguesa. A língua francesa teria a “precedência entre as vulgares”, por ser “tão comum hoje nas Cortes da Europa.”²³ A adequada formação da criança também deveria incluir a promissora fluência do idioma inglês, em virtude “do grande número de livros doutos, e profundos, que naquela ilha se escreveram, e escrevem sempre, principalmente na Matemática física experimental, e História Natural.”²⁴ Mostrando apreço pelo aprimoramento da criança nos raciocínios matemáticos em detrimento da Física, Pina e de Proença não qualifica o profundo conhecimento dos sistemas físicos como de extrema importância para o intelecto dos jovens nobres. Aponta limitações em todos os sistemas mais célebres da época – desde o de Aristóteles, passando pelos de Descartes, Gassendi, Newton, Cudworth e Leibniz e confessa não identificar na “Física cousa, que mereça o estudo de duas horas, nem livro, cuja lição me atreva a aconselhar com preferência.”²⁵ Importa salientar que a proposta de formação de um padrão de instrução que fornecesse ao nobre o aprimoramento físico, moral e intelectual seria colocada em prática posteriormente, com algumas distinções em relação ao proposto por Pina e de Proença, através do estabelecimento do Colégio Real dos Nobres, fundado pelo Marquês de Pombal em Lisboa, em 1761. Ainda que as proposições de Pina e de Proença não representassem uma grande ruptura em relação ao pensamento pedagógico vigente na elite cultural portuguesa da segunda

²² Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. *Apontamentos para a educação de um menino nobre*. Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p.228.

²³ *Ibidem*, p. 266.

²⁴ *Ibidem*, p. 267.

²⁵ *Ibidem*, p. 333.

metade do século XVII, elas inserem elementos que preparam o terreno para a germinação de um posicionamento crítico em relação aos saberes produzidos que a elas são apresentados.

Pode-se dizer que a criação do Colégio Real dos Nobres está mais próxima, ainda que com sensíveis dessemelhanças, das perspectivas pedagógicas de Antonio Nunes Ribeiro Sanches, esboçadas em suas *Cartas sobre a educação da mocidade*, vindas à lume em 1760. Em suas considerações, Sanches menciona os *Apontamentos* de Pina e de Proença e aponta seus préstimos para um aprimoramento moral dos nobres. No entanto, o escopo de suas *Cartas* é mais amplo e está balizado por uma preocupação maior que a de Pina e de Proença, dirigindo-se para além do ensino dos nobres e mirando a construção de um sistema de ensino público laico. São vários os momentos em que Sanches destaca em suas *Cartas* a novidade que representava o Alvará Régio de 1759 que estabelecia a fundação das Escolas Régias. Considerava Sanches que a proeminência adquirida pelos eclesiásticos na execução da maioria dos negócios da Coroa portuguesa havia sido perniciosa para o surgimento de um corpo de funcionários aptos para exercerem suas obrigações administrativas dentro de um Estado Civil. Sanches visivelmente posicionava-se a favor de uma separação entre as esferas civil e eclesiástica.²⁶ Para Ribeiro Sanches, “todo o mal que temos experimentado deste o princípio da Monarquia provém: Que os Eclesiásticos quiseram, como Constantino Magno, governar os Reinos e os Impérios, pelas regras e leis das primeiras Igrejas e Conventos, que são puramente espirituais; não atendendo ao Sagrado do Estado Civil, nem à sua independência: não atendendo que todo o seu poder é sobre os cristãos, e nunca sobre os Súditos do Estado.”²⁷

Em tópico a respeito do ensino na Universidade de Coimbra, o médico, que iniciou seu curso na Universidade de Coimbra em 1717 e transferiu-se para a Universidade de Salamanca, onde obteve o grau de Doutor em 1724, aponta as incongruências e lacunas da instituição coimbrã para as quais propunha soluções. No campo do ensino jurídico, o pouco rigor disciplinar da instituição e a existência de um currículo eminentemente concentrado nas leis da Igreja, como as do Decreto, as Decretais e as Clementinas prejudicavam a constituição de funcionários competentes

²⁶ Antonio Nunes Ribeiro Sanches. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Edição anotada e prefaciada por Maximiano de Lemos, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p.41-42.

²⁷ *Ibidem*, p. 43.

para a administração dos negócios públicos. Para obrar uma modificação na formação dos estudantes em Cânones e em Leis que os capacitasse para servir os interesses do Estado, é sugerida a inclusão da “História Pátria” e do “Direito Público” no rol de disciplinas cursadas pelos estudantes do curso jurídico.²⁸ Ambas as disciplinas reclamadas por Ribeiro Sanches passariam a fazer parte do currículo do curso jurídico após a Reforma da Universidade de Coimbra, em 1772.

Ribeiro Sanches recomenda que a educação dada aos nobres seja dilatada em relação ao que costumeiramente fazia parte da formação deles. Na visão do médico, eles necessitavam ser instruídos “não só nas letras humanas, mas também nas Políticas e nas Matemáticas.”²⁹ Merece destaque neste quesito o juízo restritivo a respeito da educação doméstica. A tradicional prática de se educarem os nobres dentro de suas moradas por mestres particulares seria desfavorável à constituição de um futuro administrador que lidaria quando adulto com o cotidiano da vida civil.³⁰ Denotando sua formação cosmopolita, Ribeiro Sanches, com base em seu conhecimento pessoal das práticas de ensino em outros cantos da Europa, aconselha a criação de estabelecimentos de instrução que reúnam os jovens nobres em sociedade: “como não é cousa nova hoje em Europa esta sorte de ensino, com o título de *Corpo de Cadetes*, ou Escola Militar, ou Colégio dos Nobres, atrevo-me a propor à minha pátria esta sorte de Colégios, não somente pela suma utilidade que tirará desta Educação a Nobreza, mas sobretudo, o Estado e o povo.”³¹

Assim como as reflexões tecidas em torno da situação da instrução dos nobres, as ponderações de Ribeiro Sanches a respeito das suas expectativas em torno das conseqüências do Alvará Régio de 1759 que criara as Escolas Régias, retirando dos jesuítas o monopólio na área do ensino, são igualmente marcantes na história do pensamento pedagógico português do século XVIII. Ribeiro Sanches elogia o monarca por ter demonstrado, através da determinação que estabelecia as Escolas Régias, que “esta Educação não seria completa se ficasse somente dedicada à Mocidade Nobre.”³² A

²⁸ Antonio Nunes Ribeiro Sanches. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Edição anotada e prefaciada por Maximiano de Lemos, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p.67.

²⁹ *Ibidem*, p.178.

³⁰ *Ibidem*, p.179.

³¹ *Ibidem*, p.182.

³² *Ibidem*, p.3.

“universalização” da educação ansiada pelo médico deveria ser acompanhada por uma formação ampla que abarcasse, além do ensino do latim, do grego e da retórica, o conhecimento das ciências.³³ Cumpre destacar, no entanto, que a ampliação da educação pretendida por Ribeiro Sanches não vislumbra um alcance uniforme dentre os vários extratos da população do Reino. O médico mostra-se partidário a que aqueles que exercem ofícios mecânicos ou que trabalham em pequenas aldeias não sejam instruídos por mestres de ler e de escrever.³⁴ Dentro desta perspectiva, Ribeiro Sanches procurava evitar que as camadas plebéias adquirissem desejo de sair de suas ocupações e buscassem carreiras mais rentáveis viabilizadas pelo domínio das letras.

O cosmopolitismo de Ribeiro Sanches evidencia-se mais uma vez em sua proposição acerca da seleção de alguns estudantes das escolas régias a serem enviados para estudar em universidades estrangeiras. Este grupo seletivo ficaria incumbido de observar nestas instituições “de que modo ensinam os professores, de que modo aprendem os discípulos, por quantos anos estudam, e como fazem os seus atos” e também seria instado a produzir um “jornal de suas observações” dirigido a um mestre das escolas reais, dando conta de seus avanços nos estudos.³⁵ O diagnóstico de Ribeiro Sanches para minorar o atraso do ensino em Portugal implicava ainda que este plano de atualização científico-pedagógica fosse aplicado de forma contínua. Ele recomendava que “tanto que estes primeiros quatro ou cinco Estudantes tivessem viajado por quatro ou cinco anos, voltariam para Portugal, e outros seriam mandados em seu lugar, para que sempre e sem intermissão houvesse fora no mesmo emprego quatro ou cinco destes discípulos.”³⁶ A respeito dos cargos de mestres régios, Ribeiro Sanches preocupava-se, dentre outros atributos, que eles não fossem ocupados por eclesiásticos. Tal expectativa do médico encontraria muitas dificuldades de implementação não só no reino, como no ultramar, dada a exigüidade de candidatos laicos para os postos e abundância de religiosos para exercerem os mesmos, bem como as resistências por parte de alunos e também de governantes no curso da laicização do ensino no Império português iniciado em meados do século XVIII. Sem sombra de dúvidas, as propostas pedagógicas de

³³ Antonio Nunes Ribeiro Sanches. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Edição anotada e prefaciada por Maximiano de Lemos, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p.167-168.

³⁴ *Ibidem*, p.114.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*, p.144.

Ribeiro Sanches esboçadas nas suas *Cartas* constituem-se num capítulo fulcral na definição dos parâmetros deste processo e na configuração das Luzes portuguesas.

Ao tratarmos deste momento em que se assiste a um amplo quadro de textos que visavam fazer uma análise do estágio do ensino em Portugal e estabeleceram-se como textos de intervenção, o *Verdadeiro método de estudar*, de Luis Antonio Verney, publicado em 1746, ocupa inegável posição de proeminência. Com maior amplitude de objetivos do que o trabalho de Ribeiro Sanches, a obra-mestra de Verney realiza um diagnóstico pormenorizado acerca do estágio das ciências e das artes em Portugal. Tomando como exemplo o que se diz na oitava carta do livro, destinada à Filosofia, têm-se uma noção do teor das mudanças que Verney apontava como necessárias para que a situação de atraso das áreas de ensino em Portugal se alterasse. Deixando à mostra sua observação pessoal diante do que teve a oportunidade de testemunhar em períodos fora de Portugal, nomeadamente na Itália, o “Barbadinho” destacava que, no campo da Filosofia, as nações “mais elevadas” tinham como prática a abertura e a procura pelos escritos que eram produzidos por outras nações.³⁷ A atitude cosmopolita que Verney identifica em outros cantos da Europa não se verificaria, segundo ele, na Espanha e, principalmente, em Portugal. É em tom de lamento que Verney assevera que enquanto os italianos “em matérias de Ciências, se regulam, pelo método das Universidades de Sorbona &c, das Academias Régias de Londres, Paris, S. Petersburgo, & C, por conhecerem, que ali se exercitam melhor; dali saem as melhores obras”, em Portugal desconsideravam-se “todos os Estudos Estrangeiros, e com tal empenho; como se fossem maus costumes, ou coisas muito nocivas.”³⁸ Como é sabido, o alvo escolhido por Verney para explicar as motivações da “desgraça” por ele vislumbrada no conhecimento das letras, artes e ciências em Portugal constituiu-se na ação inercial. No que diz respeito à Lógica puramente ancorada nos silogismos, ele aponta seus prejuízos para a compreensão das matérias filosóficas, bem como a sua inutilidade para a explicação das Escrituras.

Neste sentido, Verney procura valorizar de diversas formas a razão como a via através da qual poderiam ser atingidas não só as explicações sobre o modo através do qual as coisas acontecem, objetivo primordial da Filosofia em sua concepção, como

³⁷ Luis Antonio Verney. *Verdadeiro método de estudar, para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado Ao Estylo, e necessidade de Portugal*. Tomo I. Valencia: Oficina de Antonio Balle, 1746, p.281.

³⁸ *Ibidem*, p.281-282.

também divulgados os dogmas da Igreja Católica. De maneira contundente, Verney chega a ser até irônico ao afirmar não lembrar que Cristo e seus apóstolos tenham utilizado o silogismo “para persuadir as verdades que defendiam e propunham.”³⁹ Para a transmissão das verdades divinas, Verney preconiza como caminho natural o emprego da razão: “Vejo que os S.S. P.P. encomendam muito que, os Dogmas se provem com razões sólidas, fugindo de todas as sutilezas da Dialética: e que estes mesmos Padres praticam muito bem, o que encomendam. O que mostra bem, a nenhuma necessidade, ou utilidade destes termos da Escola, na Teologia.”⁴⁰ Assim como em outras passagens do texto de Verney, busca-se construir um aliança entre a faculdade da razão e a fé católica, de maneira a estabelecer a naturalidade da correspondência entre as duas esferas. Ainda nesta mesma carta sobre a Filosofia, Verney postula que pecando, o ser humano desvia-se “da verdade da lei divina, que é tão conforme a boa razão.”⁴¹ A forma inicial de se alcançar o conhecimento das coisas, segundo Verney, funda-se na capacidade do ser humano de formar idéias a partir das suas sensações, o que o aproxima do sensualismo propalado por John Locke e abre caminho para que ele proponha os elementos necessários para “as soluções de todas as questões: Razão, Experiência, e o Testemunho dos autores.”⁴² Há que se registrar que, dentre os livros arrolados para o uso dos professores régios a partir de 1759, consta a *Lógica* de Verney.⁴³ De acordo com a lista de livros que pertenceram a Silva Alvarenga, o poeta possuía um exemplar da *De Re Logica*, publicada pela primeira vez em 1751, além de um exemplar das *Instituições logicas*, de Antonio Genovesi, também recomendada para o ensino régio após 1759.⁴⁴ Segundo Cabral de Moncada, assim como na carta dedicada

³⁹ Luis Antonio Verney. *Verdadeiro método de estudar, para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado Ao Estylo, e necessidade de Portugal*. Tomo I. Valencia: Oficina de Antonio Balle, 1746, p.302.

⁴⁰ *Ibidem*, p.302.

⁴¹ *Ibidem*, p.308-309.

⁴² *Ibidem*, p.319.

⁴³ “Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método”. In: Antônio Alberto Banha de Andrade. *A reforma pombalina e os estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978, p.186.

⁴⁴ Na lista de livros que pertenceram a Silva Alvarenga, encontram-se as seguintes inscrições: “Verney Lógica 1 vol” e “Logica de Genoeçe – o 1º” Cf. “Catalogo dos Livros que comprei á Preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido Dr. Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, com 10 por cento sobre a avaliação que se acha á margem de cada huma das obras tiradas, e conferidas com a original avaliação.” In: Rubens Borba de Moraes. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. 2ª edição. Brasília: Briquet de Lemos, 2006, p.216 e p.219.

à Lógica presente em seu *Verdadeiro método de estudar*, em sua obra *De Re Logica* Verney estabeleceria que a verdadeira lógica fundava-se no exercício de compreensão dos fenômenos a partir do emprego da razão humana.⁴⁵

A crença de Verney nos significados que uma reforma das práticas pedagógicas vigentes em todo o Reino poderia ter para o aprimoramento da vida social, objeto de sua obra mais famosa, constituiu-se num elemento que serviria de parâmetro para o desenvolvimento das reformas do ensino feitas durante o reinado de D. José I no nível dos estudos menores e também nos maiores, nomeadamente, a Reforma da Universidade de Coimbra, realizada em 1772. Gestadas durante o período do reinado de D. João V, importantes reflexões no campo das letras, das artes, da teologia, da jurisprudência, da filosofia natural e da filosofia moral seriam assimiladas de forma seletiva pelo consulado pombalino e aqui esboçamos reflexões sobre algumas delas. No processo de mudanças no ensino iniciado com a primeira reforma dos estudos menores em Portugal após a expulsão dos jesuítas, onde o otimismo científico e filosófico de Verney exerceria poderosa influência, a reforma da principal instituição de ensino universitário em Portugal - a Universidade de Coimbra - foi realizada a fim de que ela pudesse corresponder aos anseios de servir ao Estado. Silva Alvarenga, após deixar Minas Gerais, ingressaria na instituição coimbrã em 1768, em momentos de significativas alterações na Universidade.

1.2. Elevadas metas e espinhosas carreiras

A Faculdade de Cânones de Coimbra era o destino de muitos que ansiavam posteriormente ocupar altos postos do funcionalismo régio ou seguir a carreira eclesiástica.⁴⁶ A relevância central dada ao curso é demonstrada a partir dos ordenados pagos aos Lentes das duas Faculdades Jurídicas (Cânones e Leis), muito superiores aos pagos para os lentes das outras faculdades.⁴⁷ No entanto, a situação do ensino

⁴⁵ Luis Cabral de Moncada. *Um “iluminista” português do século XVIII: Luiz Antonio Verney com um apêndice de novas cartas e documentos inéditos*. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1941, p.26-27.

⁴⁶ Maria do Carmo Garcia Faria Gaspar Antunes. *A Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra (1700-1772) – Orgânica interna e projecção científico-cultural dos seus lentes*, Coimbra: dissertação de mestrado em História/Universidade de Coimbra, 1990, p.68.

⁴⁷ *Actas das Congregações da Faculdade de Cânones (1772-1820)*. Vol. 1. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983, p.321.

ministrado em toda a Universidade encontrava-se em situação problemática antes da Reforma. Como bem observa Virgínia Valladares, o intervalo de treze anos entre a expulsão dos jesuítas (1759) e a Reforma da Universidade (1772), fez com que ela passasse por um longo momento de estagnação e de vazio intelectual.⁴⁸ Se a pedagogia escolástico-jesuítica correspondeu a um atraso no ensino das Ciências e das Artes Liberais no Reino, o dado concreto é que a saída da ordem inaciana trouxe um desafio para o marquês de Pombal: o de reorganizar o sistema de ensino com vistas a realinhá-lo a um estágio que atendessem às necessidades do Estado. A idéia de realinhamento é plenamente justificada na medida em que o ensino na Universidade coimbricense, no campo político/filosófico e jurídico, havia se mantido alheio ao que se produzira e pensara após o Renascimento.⁴⁹

A Universidade encontrava-se também prejudicada tanto por conta da baixa assiduidade dos alunos às aulas, como em virtude da comum prática de vários lentes, com freqüência, assumirem cargos fora da Universidade. Eram habituais tanto os casos nos quais o professor deixava seu cargo definitivamente para ingressar em nova carreira, como também havia aqueles em que, por meio de licenças, ausentavam-se das suas tarefas docentes durante um determinado período, e indicavam seus substitutos. Fernando Taveira da Fonseca, em minucioso estudo a respeito da composição discente e docente da Universidade antes da Reforma, aponta que ela “seria mesmo o lugar de tirocínio preparatório para o ingresso nas Relações e outros Tribunais de maior graduação, onde a presença de indivíduos que tivessem sido lentes era encarada como vantajosa e qualitativamente superior.”⁵⁰ Em relação ao corpo discente, o estudo de Fonseca, que compreende os anos entre 1700 e 1771, apresenta um levantamento completo do número de alunos matriculados na instituição coimbrã e realiza uma análise comparativa com outras universidades européias, concluindo que a taxa de matrícula na Universidade de Coimbra era consideravelmente alta neste escopo.⁵¹

⁴⁸ Virgínia Trindade Valladares. *Elites mineiras setecentistas – conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri, 2004, p.137.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ Fernando Taveira da Fonseca. *A Universidade de Coimbra (1700-1771) - Estudo Social e Econômico*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1995, p.474.

⁵¹ *Ibidem*, p.1065.

No que diz respeito à dinâmica do ensino coimbrão, a prática das “postillas” foi largamente utilizada pelos alunos até a Reforma. Elas consistiam em manuscritos nos quais os alunos copiavam o ditado de seus professores que, devido ao alto custo dos livros, viam-se diante da tarefa de transmitir literalmente aos discentes os trechos mais importantes dos livros por eles adotados nas cadeiras.⁵²

Tal procedimento seria posteriormente apontado pelos simpáticos à Reforma como uma grande barreira que evitava que o aluno adquirisse contato com as versões originais dos textos e tivesse possibilidade de conhecê-los de maneira ampla, na medida em que o acesso a eles era dirigido e marcado, como era de se esperar, pelas correntes de preferência dos lentes. A Reforma Pombalina determinaria que os próprios professores produzissem compêndios para as suas disciplinas, o que muitas vezes acabou por não se verificar, apesar da Imprensa da Universidade de Coimbra ter sido reformulada para atender com eficácia este momento de refundação da instituição.⁵³ De acordo com Manuel Augusto Rodrigues, antes da refundação da instituição ocorrida em 1772, aos “exames compareciam todos os estudantes, mas conheciam previamente os pontos e até eram ajudados por doutores que lhes prestavam todo o apoio para que fossem aprovados.”⁵⁴

Cumprе lembrar que, neste período, a Universidade de Coimbra tinha seu funcionamento administrativo vinculado à Mesa de Consciência e Ordens. A Mesa exercia sua poderosa sombra sobre o cotidiano da Universidade, chegando a estender os braços de sua influência sobre a abertura dos processos de vacâncias das cadeiras e até sobre a escolha dos lentes. Os requerimentos enviados pelos alunos pedindo mercês escolares eram enviados ao Rei, trazendo um parecer do reitor e outro da Mesa. Funcionando a Universidade sob amplo domínio da Coroa, ao rei, que era seu protetor, deveriam ser dirigidos todos os pedidos a ela relacionados. Tãmanha esfera de ação da Mesa de Consciência e Ordens nos destinos da instituição só diminuiria após a Reforma da Universidade.⁵⁵ Até então, a Mesa era encarregada de examinar de perto o

⁵² Virgínia Trindade Valladares. *Elites mineiras setecentistas – conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri, 2004, p.89.

⁵³ Manuel Augusto Rodrigues. *A Universidade de Coimbra – Figuras e factos da sua história*. Vol.I. Porto: Campo das Letras, 2007, p.735.

⁵⁴ Idem. “Prefácio”. *Actas das Congregações da Faculdade de Cânones (1772-1820)*. Vol.I. Coimbra: 1983, p.7.

⁵⁵ Virgínia Trindade Valladares. *Op. Cit.*, p.69.

funcionamento da instituição de ensino. O reitor, por sua vez, forneceria todos os subsídios ao seu alcance para que a Mesa exercesse uma de suas funções principais, a de aconselhar o monarca na tomada de suas decisões.

O jovem estudante Silva Alvarenga chegaria em Portugal após cursar um ano de Lógica no Seminário da Cidade de Mariana, em 1766, conforme demonstra em seu requerimento dirigido à Sua Majestade no qual pede que se leve em conta na Universidade de Coimbra este ano de estudo de lógica no Seminário.⁵⁶ O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte foi fundado em 1750 na cidade de Mariana, sede do primeiro bispado de Minas Gerais. Inicialmente dirigido por D. Frei Manoel da Cruz, o Seminário atendeu às expectativas da elite mineira de meados do século XVIII que, antes da criação da instituição, tinha como prática corriqueira enviar seus filhos para estudarem no Rio de Janeiro ou em Salvador com a finalidade de prepará-los para ingressar em Coimbra.⁵⁷ Caio Boschi observa que a passagem pelo Seminário de Mariana também começou a ser adotada como um caminho por aqueles que desejavam freqüentar outras universidades européias como as de Paris, Montpellier e Edimburgo.⁵⁸ Os estatutos da instituição escritos por D. Frei Manoel da Cruz em 1760 determinavam em seu sétimo parágrafo que às oito horas os alunos iriam para as classes “onde se observará em tudo e por tudo quanto mandam as instruções para os professores ordenados e mandadas publicar por El Rei Nosso Senhor, para uso das escolas novamente fundadas em seus reinos e domínios.”⁵⁹ Segundo Sérgio Selingardi, tal determinação indica consonância da instituição religiosa com as instruções que acompanharam o Alvará Régio de 1759 que reformara no ano anterior os estudos menores em Portugal e no ultramar.⁶⁰ No entanto, é lícito supor que, à época em que

⁵⁶ *Arquivo Nacional Torre do Tombo*, Mesa de Consciência e Ordens, Universidade de Coimbra, maço 37, cx.159.

⁵⁷ José Ferreira Carrato. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p.179.

⁵⁸ Caio César Boschi. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: vol. 4, nº 7, 1991, p.5.

⁵⁹ “Estatutos para o Regimento do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte – prescritos por D. Frei Manoel da Cruz (1760)”. In: Raimundo Trindade. *Arquidiocese de Mariana. Subsídios para a sua história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953, vol.1, p.386.

⁶⁰ Sérgio Cristóvão Selingardi. *Educação religiosa, disciplina e poder na terra do ouro: a história do Seminário de Mariana, entre 1750 e 1850*. São Carlos: dissertação de mestrado em Educação/UFSCAR, 2007, p.107.

Silva Alvarenga esteve no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte - entre os anos de 1766 e 1767 - as matérias oferecidas pela instituição como Gramática Latina, Retórica e Filosofia não estavam sendo ministradas plenamente segundo os novos métodos, haja vista a ausência de mestres aptos para lecionar conforme as Instruções Régias de 1759 e a provável resistência do clero mineiro à aplicação das mudanças pedagógicas.

Iniciando o cumprimento deste trâmite administrativo, Silva Alvarenga envia o pedido requerendo “o ano de Logica que V. Majestade costuma conceder a todos que o tem versado.”⁶¹ O rei D. José, dando prosseguimento ao processo, solicita através de um “alvará de informe” dirigido ao Vice-Reitor da Universidade que lhe “informeis do conteúdo da petição”, carta esta enviada ao então Vice-Reitor pelos deputados do despacho da Mesa de Consciência e Ordens, José Joaquim Lobo da Silveira e João de Oliveira Leite de Barros.⁶² Requerido pela primeira vez neste processo, o Vice-Reitor seria o responsável pela nomeação do professor que conduziria o exame de Lógica ao qual Silva Alvarenga seria submetido, bem como encaminharia um parecer de próprio punho à Mesa de Consciência e Ordens após o referido exame. Desta maneira, vê-se que o conhecimento de latim e de lógica eram requisitos exigidos pela Universidade para o devido ingresso nos cursos jurídicos. No *Compêndio Histórico do Estado da Universidade*, lamenta-se a falta de zelo por parte do corpo administrativo da Universidade ao admitir em suas Faculdades estudantes com deficiente manejo da Lógica e da Língua Latina. Em seus dizeres:

“Para destruição da Jurisprudência Canônica, e Civil, desterraram também da Universidade todas as prenoções indispensáveis para habilitarem um Estudante Canonista, ou Legista. Contrariamente lhes suscitaram todos os impedimentos que podiam embaraçar os progressos destas duas Ciências: Já habilitando os Estudantes para as Aulas sem um prévio conhecimento das Línguas Latina, e Grega, da Arte da Retórica, e da boa, e verdadeira Lógica [...].”⁶³

⁶¹ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Mesa de Consciência e Ordens, Universidade de Coimbra, maço 37, cx.159.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas, e dos estragos feitos nas Ciências e nos professores e directores que a regiam, pelas maquinações e publicações dos novos Estatutos por eles fabricados*, parte I. Lisboa: Na Reggia Officina Typografica, 1771, p.XIV.

Se os administradores da Universidade faziam vistas grossas a alguns destes requisitos, certamente isto não se verificava para todos os estudantes de forma indiscriminada. Na carta de curso de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, no registro de conclusão de seu primeiro ano, no qual cursou Instituta, aparece discriminado, logo após o assento indicando sua aprovação no curso, uma “certidão de latim” apresentada pelo estudante. Além disso, segundo o processo no qual ele solicita a consideração de seu ano de estudo de Lógica no Seminário de Mariana, Silva Alvarenga foi submetido a um exame coordenado pelo Dr. Manuel Antonio Sobral, lente nomeado pelo Vice-Reitor para aplicar o referido exame, no qual o estudante foi aprovado em 8 de abril de 1769.

O processo do pedido do jovem estudante mineiro à Mesa de Consciência traz ainda uma cópia da certidão que deve ter sido solicitada por ele em Minas ao padre José da Motta, seu mestre no Seminário de Mariana. A certidão do padre José da Motta data de 13 de setembro de 1767, momento este em que o estudante ainda se encontrava na Comarca de Rio das Mortes. Na certidão passada, o professor do Seminário destaca as promissoras qualidades do jovem estudante.

“José da Motta, Presbítero do Hábito de S. Pedro, Mestre atual de Filosofia no Seminário de N. S.a. da Boa Morte pelo Illmo. e R.mo Cabido da Cidade de Mariana Certifico que o Suplicante versou um ano de Lógica no Curso, que continuo a ter, aberto a 8 de setembro de 1766: no qual tempo mostrou sempre grande percepção, e adiantamento, e seria bom Filósofo se continuasse. Passa na verdade o referido[?] Seminário 13 de setembro de 1767. José da Motta.”⁶⁴

Ao fim do processo, mesmo tendo o vice-reitor no parecer destinado à Mesa de Consciência e Ordens se mostrado contrário à concessão da mercê escolar, ressaltando que “o Suplicante mostra haver cursado o dito ano pela certidão junta: Porém presentemente está mais nos termos de V. Mag. Lhe escusar o seu Requerimento, do que nos de deferir-lhe”, a referida Mesa foi favorável à petição do estudante em 5 de maio de 1769, tendo D. José confirmado este parecer com seu aval em 9 de maio de 1769.⁶⁵

⁶⁴ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Mesa de Consciência e Ordens, Universidade de Coimbra, maço 37, Cx. 159.

⁶⁵ *Ibidem*. Há que se ressaltar que, ao consultar outros requerimentos de mercês escolares similares ao de Silva Alvarenga, a rigidez no que toca a exigência de exame que comprovasse o bom manejo da Lógica ou do Latim não se verificava em todos os casos, bastando para alguns estudantes apenas apresentar

A estrutura curricular do curso de Cânones em Coimbra antes da Reforma de 1772 encontrava-se da seguinte forma. No primeiro ano, o aluno de Cânones iniciava seus estudos no curso de Instituta, onde tomava contato com as lições de Justiniano e, desta maneira, iniciava-se pela primeira vez com os princípios do Direito Romano que marcariam, a partir de então, todos os anos de sua formação. Nos dois anos seguintes, entre os dias 2 de outubro e 15 de julho, eram dadas as lições de Prima e de Véspera, e ainda as Lições Grandes e as Catedrilhas, momentos em que os alunos iniciavam-se nas Decretais de Graciano.⁶⁶ Nesta disciplina, os canonistas familiarizavam-se, sempre a partir dos textos escolhidos pelos lentes, com a obra de Graciano, monge e jurista italiano que viveu entre os séculos XII e XIII. A primeira parte da obra procurava definir a hierarquia eclesiástica e as disciplinas do Clero, num esforço para se estabelecer também uma divisão entre a esfera secular e a eclesiástica.⁶⁷ Numa segunda parte, apresentavam-se, com base em textos bíblicos, bulas e textos de concílios, as resoluções referentes ao casamento, penitência, heresia e outros temas. A estrutura da obra escrita por Graciano consistia em, após apresentar as várias leituras a respeito das principais questões religiosas, fornecer uma solução que homogeneizasse a doutrina canônica.

Nos três anos seguintes do curso de Cânones, os estudantes continuavam a seguir as aulas de Prima, de Véspera e as Lições Grandes.⁶⁸ Para adquirir o grau de bacharel em Cânones, primeiramente, o aluno cumpriria um “acto de conclusões”, sendo examinado perante dois lentes da Faculdade, ocasião em que também provava sua freqüência. Aprovado neste primeiro ato, a conquista do grau de bacharel por parte do canonista dava-se após sua aprovação em outro exame, no qual era submetido a uma argüição de duas horas perante os doutores lentes das Cadeiras Grandes, sendo obrigado a discursar a respeito das Decretais durante 45 minutos.⁶⁹

certidão comprobatória do cumprimento do curso. Parece-nos que havia maior severidade em relação aos advindos do ultramar.

⁶⁶ Maria do Carmo Garcia Gaspar Antunes. *A Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra (1700-1772) – orgânica interna e projecção científico cultural dos seus lentes*. Coimbra: dissertação de mestrado em História/Universidade de Coimbra, 1990, p.59.

⁶⁷ José Reinaldo Lima Lopes. *As palavras e a lei – Direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.81.

⁶⁸ Maria do Carmo Garcia Gaspar Antunes, *Op. Cit.*, p.60.

⁶⁹ *Ibidem*.

Ao concluir seus estudos em Coimbra, o formando requeria o diploma e a elaboração de sua carta de curso, que se configurava numa espécie de histórico escolar. Nela, eram descritas todas as matrículas feitas pelo aluno ao longo de sua estadia na instituição, os resultados conferidos pelos professores aos seus atos, as provas de sua frequência, e eventuais requerimentos encaminhados à Universidade. A carta de curso de Silva Alvarenga apresenta-se como um documento que nos permite reconstituir sua longa trajetória de 8 anos nos bancos da Universidade.⁷⁰

Como previsto pelos Estatutos de 1653, Silva Alvarenga ingressou em Coimbra matriculando-se primeiramente em Instituta, em 1768, como está registrado no livro de matrículas da Universidade.⁷¹ A carta de curso registra que o estudante mineiro “provou cursar” a referida disciplina entre 1º de outubro de 1768 até o fim de maio de 1769.⁷² De acordo com os livros das folhas dos ordenados dos professores de Coimbra, os que lecionaram as 4 cadeiras de Instituta durante este período foram Francisco Luís de Almeida Coutinho, Manoel Antonio Cabral, Antonio Pereira Gajo, Antonio Freire Gameiro, Antonio Lopes Carneiro, Bernardo Pessoa Varella, Manoel José de Oliveira, Francisco Antonio da Fonseca Montanha e Paschoal José de Melo Freire dos Reis.⁷³ A quantidade considerável de lentes para as cadeiras devia-se aos cargos assumidos por professores que, por exercerem funções administrativas em lugares como o Santo Ofício, a Relação do Porto e o Desembargo do Paço, por vezes abandonavam a docência na Universidade ou eram substituídos por períodos determinados. Destes professores do primeiro ano de Silva Alvarenga no curso de Cânones na Universidade de Coimbra, avulta, sem sombra de dúvidas, a figura do jurista Pascoal José de Melo Freire dos Reis.

Melo Freire foi jurista de grande renome em Portugal. José Reinaldo de Lima Lopes considera-o como o “mais importante representante da tradição, ilustrada,

⁷⁰ Carta de Curso de Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Cartas de Curso, 1768-1776, (IV-2ª D-12), fl.3.

⁷¹ *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Livro de matrículas, 1768-1769, vol. 86, (IV-1ª D-1-4-39), fl.400v.

⁷² Carta de Curso de Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *Op. Cit.*, fl.3.

⁷³ *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Livro das folhas de ordenados, 1769-1770, (IV – 1ª E-11-5-39), fls.9v-12, fl.37, fls.43v-44, fl.69, fl.74v-75. No Arquivo da Universidade de Coimbra, logramos encontrar os processos de alguns dos professores de Silva Alvarenga, os quais constituem-se em pastas que reúnem documentos referentes à passagem do docente nos quadros da instituição. Estão disponíveis processos dos lentes Manoel Antonio Cabral, Pascoal José de Melo Freire, Marcelino Pinto Ribeiro.

absolutista e reformadora.”⁷⁴ Sua atividade como professor de direito pátrio, cargo que assumiria após a Reforma da Universidade, concentrou-se na sistematização das leis portuguesas e na definição dos casos nos quais a aplicação do direito romano deveria ser substituído por elas. Sua obra *Institutionum juris civilis lusitani cum publici tum privati*, publicada entre os anos de 1789-1791 foi intensamente lida nos cursos jurídicos em Coimbra. Consagrando o direito legislador do monarca, Melo Freire postula em seu compêndio que “o poder de fazer leis, com razão,” constitui-se no “principal direito majestático.”⁷⁵ Durante o reinado de D. Maria I, em 1783, o jurista foi nomeado membro da comissão de jurisconsultos encarregada de produzir um código criminal e um público com o intuito de sistematizar a dispersa legislação portuguesa. Melo Freire foi responsável pela elaboração da parte criminal do Código. Simpático às idéias iluministas de Beccaria e de Filangieri no que diz respeito às penas criminais, o trabalho de Melo Freire não foi bem recebido e o código produzido acabou por não entrar em vigor.⁷⁶ Silva Alvarenga possuía o primeiro volume de *Institutionum juris civilis lusitani cum publici tum privati*. Além desta obra, aparece na lista de livros do poeta um exemplar de *Panegyricus historicus, sempiternae memoriae Paschalis, Josephi de Mello Freire dos Reis*, publicado pela Typographia Regia, em 1802.⁷⁷ Trata-se de um elogio histórico a Pascoal José de Melo feito por Francisco de Borja Garção Stockler na Academia Real de Ciências de Lisboa, da qual o jurisconsulto foi membro.⁷⁸

Retornando à carta de curso de Silva Alvarenga, ela registra seus dois anos de curso anteriores à implementação da Reforma. O segundo ano de seu curso realizou-se entre 1º de outubro de 1769 e o fim de maio de 1770. Seus mestres nas

⁷⁴ José Reinaldo de Lima Lopes. *As palavras e a lei – direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.50.

⁷⁵ Pascoal José de Melo Freire dos Reis. *Instituições de direito civil português*. Livro I. *Boletim do Ministério da Justiça*. Lisboa: nº 161-162, 1966-1967, p.96.

⁷⁶ José Reinaldo de Lima Lopes. *Op. Cit.*, p.61.

⁷⁷ Na lista de livros que pertenceram ao poeta, aparecem as inscrições “Panagiricus historicus Paschales I (?) M. – 1 vol.” e “Pascoal Joze de Melo de Jure Publico o 1º - 1 vol.” Cf. “Catalogo dos livros que comprei á Preta Joaquina, herdeira e testamenteira do falecido Dr. Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, com 10 por cento sobre a avaliação que se acha à margem de cada huma das obras tiradas, e conferidas com a original avaliação.” in Rubens Borba de Moraes. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2ª edição. Brasília: Briquet de Lemos, 2006, p.211 e p.222.

⁷⁸ Há uma edição anterior àquela possuída por Silva Alvarenga, intitulada *Elogio histórico de Pascoal José de Melo Freire dos Reis*, publicada pela Typographia da Academia Real das Sciencias, em 1799.

cadeiras de Prima e de Véspera foram José Antonio de Sousa Pereira (este sendo substituído em algumas ocasiões por José Antonio Barbosa Soares), Cristóvão de Almeida Soares (que por ir ao Santo Ofício foi substituído por 4 lições por João Mendes da Costa) e Antonio Bernardo de Almeida.⁷⁹

O jovem estudante cursou seu terceiro ano do curso de Cânones, entre 1º de outubro de 1770 e o fim de maio de 1771, como atesta sua carta de curso e o livro de provas da universidade relativo ao ano letivo compreendido entre 1770 e 1771.⁸⁰ O livro de atos e graus da Universidade atesta que o estudante fez o exame relativo a conclusão do ano letivo em 19 de julho de 1771, na presença do lente Cristóvão de Almeida Soares.⁸¹ No entanto, a inexistência de registros no livro da folha de ordenados deste ano impossibilita a identificação dos mestres do jovem estudante mineiro no último ano de funcionamento da instituição antes de sua Reforma. Em 25 de setembro de 1771, através de ordem do Marquês de Pombal, o funcionamento da Universidade foi suspenso para que a Reforma dos estudos na instituição fosse implementada ao longo daquele ano.⁸²

A Reforma da Universidade de Coimbra, empreendida pelo marquês de Pombal em 1772, foi um ponto fulcral da reforma do ensino por ele planificada, que incluiria também uma nova reforma dos estudos menores e a criação do Subsídio Literário. No campo jurídico, a mudança vicejada pela Reforma de 1772 buscava instruir o aluno no estudo do Direito Pátrio e o conhecimento acerca da História da Igreja. Acreditava-se que o peso do Direito Romano estava obstaculizando a capacidade do indivíduo formado de atuar com capacidade na aplicação das leis, visto que a ele não estaria sendo concedida uma formação que permitisse operar com a especificidade da história do Reino e, desta forma, de ocupar com eficácia seu ofício.

⁷⁹ *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Livro das Folhas de Ordenados, 1770-1772, (IV-1ª E-11-5-40), fl.6, fl.8, fl.38-38v, fl.40, fl.67v.

⁸⁰ Carta de Curso de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, 1768-1776, *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Cartas de Curso, (IV-2ª D-12), fl.3 e *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Livro de Provas, 1770-1771, (IV-1ª D-II-1-40), fl.128.

⁸¹ *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Livro de Actos e Graus, 1770-1771, vol.105, (IV-1ª D-1-2-49), fl.54v.

⁸² “Ordem para a suspensão dos estudos da Universidade antes da Reforma”, 25 de setembro de 1771. In: M. Lopes de Almeida. *Documentos da Reforma Pombalina (1771-1782)*. Vol. 1. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1937, p.1.

A condução da Reforma da Universidade seria feita por Francisco Faria de Lemos Pereira Coutinho, bispo de Coimbra que seria reitor da Universidade entre os anos de 1770 e 1779. Nascido na freguesia de Santo Antonio de Jacotinga, próximo do Rio de Janeiro, em 1735, Francisco de Lemos licenciou-se em Cânones em Coimbra em 1750.⁸³ Foi um dos autores do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas, e dos estragos feitos nas Ciências e nos professores e directores que a regiam, pelas maquinações e publicações dos novos Estatutos por eles fabricados*, obra publicada em 1771 e que foi utilizada como uma espécie de “texto-diagnóstico” para a elaboração dos Novos Estatutos da Universidade que viriam à lume em 1772. Os estatutos que vigoravam, editados em 1654 – os quais pouco se diferenciavam dos seus anteriores do século XV - são profundamente criticados no *Compêndio*. O livro pontua com minúcia os aspectos que, na perspectiva da Junta da Providência Literária, seriam os obstáculos ao bom desenvolvimento das Ciências Jurídicas (Cânones e Leis), da Medicina e da Teologia, faculdades existentes na Universidade naquele ano.

“a Universidade de Coimbra, depois que foi governada por aqueles sextos e sétimos Estatutos, não ficou mais sendo uma Universidade de Letras, mas sim uma Oficina perniciosa, cujas máquinas ficaram sinistramente laborando, para delas sair a má obra de uma ignorância artificial, que obstruisse todas as luzes naturaes dos felices Engenhos Portugueses.”⁸⁴

A “ignorância” apontada no *Compêndio* como resultado da obra perniciosa do ensino jesuítico na Universidade era vista como fora dos parâmetros pedagógicos esperados para a formação de pessoal à altura do corpo político do rei, do corpo eclesiástico e também para ocupar com eficácia os postos nos novos ramos de atividades profissionais que se encontravam em ascensão.⁸⁵ Na obra, destacam-se as

⁸³ Manuel Augusto Rodrigues. *A Universidade de Coimbra – Figuras e factos da sua história*. Vol. I. Porto: Campo das Letras, 2007, p.870.

⁸⁴ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas, e dos estragos feitos nas Ciências e nos professores e directores que a regiam, pelas maquinações e publicações dos novos Estatutos por eles fabricados*, parte I. Lisboa: Na Reggia Officina Typografica, 1771, p.93.

⁸⁵ Francisco José Calazans Falcon. “As reformas pombalinas e a educação no Brasil: as reformas pombalinas e seu impacto sobre a colônia”. *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, vol.XVIII, nº2, dezembro, 1992, p.20.

severas críticas em relação aos métodos jesuíticos de ensino na Universidade, marcado pelo excessivo peso dado aos “grandes autores” e ao Direito Romano.

Do ponto de vista dos autores do *Compêndio*, a autoridade que era conferida aos autores descurava completamente o ensino de uma função crítica e de análise dos textos. Há no *Compêndio* um reclame evidente para que os estudantes das Escolas Menores fossem melhor preparados na língua portuguesa, o que facilitaria muito o conhecimento e o manejo das leis pátrias. No que diz respeito à língua latina, é apontada uma considerável frouxidão quanto à exigência de exames de Latim para os ingressantes na Universidade de Coimbra, atitude esta planificada pelos jesuítas que teria, como intuito final, “terem suas Classes mais freqüentadas de ouvintes.”⁸⁶ O conhecimento da língua grega era igualmente valorizado pelos autores do *Compêndio*, tendo em vista que ela seria fundamental para o estudante dos cursos jurídicos evitarem a mera repetição das leis e empreenderem a sua devida compreensão.

No caso do estudante de Leis, o estudo da língua grega visaria melhor conhecer a História Grega “nos seus originais, para com as luzes dela melhor entender as Leis da Grécia, que são as fontes das Romanas.”⁸⁷ Aos canonistas, também seria essencial a prática na referida língua para “facilitar a melhor instrução da Historia da Igreja, e da sua disciplina por meio dos Historiadores, que a escreveram em Grego, e para abrir-se com ela hum novo caminho para a intelligência dos Cânones, que muito depende da Historia.”⁸⁸ Ainda de acordo com o *Compêndio*, outras matérias necessárias para o melhor entendimento da Jurisprudência Canônica e Civil tinham sido relegadas pelos jesuítas a um segundo plano nas Escolas Menores, como “a Geografia, a Chronologia e a Historia”⁸⁹.

As ênfases que o texto procura conceder à História, às especificidades da História da Igreja, ao conhecimento da língua pátria, e ao conhecimento das gramáticas latina e grega possuem como fulcro o anseio reformista de instituir saberes que dissessem respeito às necessidades do Estado português.

⁸⁶ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas, e dos estragos feitos nas Ciências e nos professores e directores que a regiam, pelas maquinações e publicações dos novos Estatutos por eles fabricados*, parte I. Lisboa: Na Reggia Officina Typografica, 1771, p.148.

⁸⁷ *Ibidem*, p.149.

⁸⁸ *Ibidem*, p.152.

⁸⁹ *Ibidem*, p.145.

O Direito Natural aparece no texto do *Compêndio* como uma matéria que deveria ter seu ensino valorizado e expandido na Universidade.

“Quem não seguir esta segura estrada, caminhará perpetuamente às escuras, porque caminhará sem as luzes necessárias, cairá facilmente no mesmo labirinto: e se perderá nos mesmos cachopos, que não puderam evitar os glosadores, e Comentadores Antigos, que quiseram entender, e ilustrar o Direito Civil, sem a Instrução da Doutrina do Direito Natural (...) E como nesta única estrada da verdadeira inteligência das leis não pode dar-se nem ainda um só passo sem o Direito Natural; quem haverá que não se convença da indispensável necessidade desta importantíssima Disciplina para o bom aproveitamento dos Estudos Jurídicos?”

Segundo o *Compêndio*, o ensino jesuítico havia alijado o Direito Natural do rol de Cadeiras a serem seguidas pelos estudantes juristas. O jurista e filósofo alemão Samuel Pufendorf é elogiado no livro e apontado como o principal sistematizador da disciplina, tendo feito dela “um sistema mais amplo e completo” e posteriormente elaborado um compêndio “no qual compreendeu os primeiros princípios e elementos da mesma Disciplina, acomodando para o uso das lições das Escolas”⁹⁰. O livro de Pufendorf ao qual os autores do *Compêndio* fazem referência é *De jure naturae et gentium*, publicado em 1672.⁹¹ Seu livro teria feito a disciplina do Direito Natural ganhar força nos mais importantes centros universitários europeus.

“E foi tal o desvelo com que ela se começou a cultivar, que para as lições públicas dela se criaram logo Cadeiras em muitas Universidades, não só dos Estados Protestantes, mas também dos Católicos, como são as de Triburgo, Inspruck, Praga e ultimamente, a de Viena: Desejando universalmente os verdadeiros Sábios, que elas se instituassem geralmente em todas as Universidades e Escolas do Mundo, para mais se propagar tão importante Doutrina.”⁹²

⁹⁰ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas, e dos estragos feitos nas Ciências e nos professores e directores que a regiam, pelas maquinações e publicações dos novos Estatutos por eles fabricados*, parte I. Lisboa: Na Reggia Officina Typografica, 1771, p.226.

⁹¹ Os autores do *Compendio Histórico* fazem referência à tradução francesa do livro de Pufendorf, feita por J. Barbeyrac e publicada em 1706.

⁹² *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, Op. Cit., p.227.

A Reforma de 1772, no que diz respeito ao curso de Cânones, procurou introduzir no currículo matérias que tornassem o canonista, após formado, apto a utilizar a jurisprudência em benefício dos interesses do Reino. No primeiro ano do curso jurídico, comum para leigos e canonistas, estabeleceram-se as Cadeiras de Direito Natural, História do Direito Civil, Romano e Português e Instituições. Francisco Falcon assinala que a “base da transformação da jurisprudência foi a adoção do jusnaturalismo típico da Escola do direito natural e das gentes, na qual pontificavam os discursos de Grotius, Tomasius, Wolf, Pufendorf e Heinício.”⁹³ Em seu acervo de livros, Silva Alvarenga possuía de autoria de Heinício *Fundamenta stili cultioris in usum auditorii adornavit, et syllogen exemplorum adiecit* e de Samuel Pufendorf a *De jure naturae et gentium*.⁹⁴ Nas instruções dirigidas aos professores de Retórica que foram publicadas na ocasião da primeira reforma dos estudos menores em Portugal e seus domínios em 1759, recomenda-se “o excelente livro de Heinício, intitulado *Fundamenta stili cultioris*.”⁹⁵ Algumas obras de Heinício foram impressas em Portugal para serem introduzidas nos cursos jurídicos. Dentre elas *Elementa Juris Civilis, secundum ordinem Pandectarum*, editada em Lisboa em 1772.⁹⁶

No momento em que a Reforma da Universidade de Coimbra institui-se em 1772, visualiza-se que Heinício foi o primeiro autor jusnaturalista do grupo formado por ele e por Hugo Grócio, Samuel Pufendorf e Christian Wolf a ser assumido de forma oficial pela política pombalina, sendo sua obra *Elementa Digestorum* relacionada como compêndio a ser adotado para o terceiro e quarto ano do curso de Leis, nos quais os alunos seguiriam duas cadeiras de Direito Civil.⁹⁷ A proeminência do jusnaturalismo no

⁹³ Francisco José Calazans Falcon. *A época pombalina (Política econômica e monarquia ilustrada)*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1993, p.394.

⁹⁴ Na lista de livros que pertenceram a Silva Alvarenga, aparecem as indicações “Fundament Stili Cultioris – Hinção – 1vol” e “Pufendorf de Jure Nature – 3 vols” Cf. “Catalogo dos livros que comprei á Preta Joaquina, herdeira e testamentaria do falecido Dr. Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, com 10 por cento sobre a avaliação que se acha à margem de cada huma das obras tiradas, e conferidas com a original avaliação.” in Rubens Borba de Moraes. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2ª edição. Brasília: Briquet de Lemos, 2006, p.220

⁹⁵ “Instruccoens para os professores de Gramática Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar por El Rey Nosso Senhor para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos e seus domínios”. In: Antonio Alberto Banha de Andrade. *A reforma pombalina e os estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978, p.180.

⁹⁶ Manuel Augusto Rodrigues. “Apêndice”. In: *Actas das Congregações da Faculdade de Cânones (1772-1820)*. Vol.1. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983, p.317.

⁹⁷ *Actas das Congregações da Faculdade de Cânones (1772-1820)*. Vol.1. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983, p.15.

moldes de Heinécio está presente no *Tratado de Direito Natural*, de Tomás Antônio Gonzaga, texto escrito para concorrer à cadeira de Direito Natural, criada na Universidade de Coimbra em 1772. No texto de Gonzaga, Heinécio aparece como o autor mais freqüentemente mencionado para a definição das prerrogativas do que deveria ser o direito natural, em detrimento de Grócio e Pufendorf.⁹⁸ Heinécio é referenciado por Gonzaga para provar a correlação existente entre razão e vontade divina. Ancorado em Heinécio, Gonzaga estabelece que o princípio do direito natural seria a vontade de Deus.⁹⁹ Interessante tarefa é flagrar que Gonzaga também lança mão de Heinécio para estipular que ao povo não compete julgar as ações do monarca. No capítulo 7 de seu tratado, intitulado “Do poder civil e das propriedades do sumo império”, Gonzaga esclarece que seu posicionamento não implica numa delegação de poderes irrestritos ao rei, “por que isto seria ser sequaz de Maquiavel”, mas que, em virtude de somente Deus poder conhecer as ações do rei “não pode haver quem julgue se ele verdadeiramente é inimigo da sociedade ou não é.”¹⁰⁰ Neste sentido, vê-se, como aponta Silva Dias, que o texto de Gonzaga confecciona uma apropriação específica dos teóricos do jusnaturalismo, adequando-os à realidade católica lusa, bem como ajustando-a aos desígnios de centralização do poder nas mãos do monarca nos moldes da política pombalina.¹⁰¹ A presença mitigada de Pufendorf nos momentos em que o Direito Natural é introduzido na Universidade de Coimbra derivaria da concepção pufendorfiana que prescinde da existência da revelação divina para que o Direito Natural seja formado. Além disso, as proposições que Pufendorf expôs a respeito do estabelecimento de uma forma de relação política entre os habitantes de um Estado e o soberano que ultrapassasse a simples sujeição receberiam reações violentas por parte da aristocracia portuguesa e só seriam melhor assimiladas em fins do século XVIII.¹⁰²

⁹⁸ Keila Grinberg. “Apresentação”. In: Tomás Antônio Gonzaga. *Tratado de Direito Natural*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. XXIII.

⁹⁹ Tomás Antônio Gonzaga. *Tratado de Direito Natural*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.78-79.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.147-148.

¹⁰¹ J. S. da Silva Dias. Pombalismo e teoria política. *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa: INIC, nº 1, 1982, p.112.

¹⁰² Para uma interpretação da relevância que o jusnaturalismo de Samuel Pufendorf representou na formação do pensamento jurídico moderno e seu respectivo aproveitamento pela doutrina liberal, ver José Reinaldo de Lima Lopes. *As palavras e a lei – direito, ordem e justiça no pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.183-187.

Passado um ano de suspensão dos estudos na Universidade, ela voltaria a funcionar sob a égide dos estatutos de 1772. Após longa estada em Coimbra acompanhando de perto o trabalho de reorganização dos estudos na Universidade, o marquês de Pombal proferiu sua oração de despedida de Coimbra em 22 de outubro de 1772, na sala da Universidade, antes de retornar a Lisboa. Nela, Pombal sugere que este momento de refundação da Universidade seria a culminação de um movimento cujo início teria se dado anteriormente, com a expulsão dos jesuítas, ocorrida em 1759. Mesmo sem referir-se nominalmente à ordem inaciana, a menção a ela parece clara no discurso do marquês ao afirmar que soubera pela sua comissão (a Junta da Providência Literária), que algumas iniciativas isoladas teriam “principiado a fundar os bons, e depurados estudos desde a promulgação das Sacro-Santas Leis, que dissiparam as trevas com que os inimigos da Luz tinham insuperavelmente coberto os felizes engenhos Portugueses.”¹⁰³ Na conclusão de sua oração de despedida, Pombal delega ao reitor Francisco de Lemos Coutinho a missão de acompanhar a implementação das medidas estabelecidas pelos novos estatutos na Universidade e prevê que ele a irá “iluminar com as suas direções, e a há de animar com as sua frutuosas aplicações a tudo o que for de maior adiantamento, e da maior honra[?] de todas as Faculdades Acadêmicas.”¹⁰⁴ Há que se salientar que, em Lisboa, Pombal recebia do reitor informações a respeito do andamento dos cursos na reformada instituição.

Após um ano tomado pelos esforços de reorganização, a reabertura dos estudos na Universidade realizou-se através de edital lançado em 5 de outubro de 1772.¹⁰⁵ Além de decretar a reativação das faculdades de Teologia, Cânones e de Leis, o edital determinava a situação acadêmica na qual os estudantes matriculados deveriam se enquadrar para darem continuidade aos seus estudos. O edital indicava que “os Estudantes, que se acharem no 3º, e 4º ano de matrícula poderão ser admitidos ao Estudo das disciplinas do 2º ano.”¹⁰⁶ Desta maneira, com a Reforma e as suas respectivas mudanças curriculares realizadas nas duas faculdades jurídicas (Leis e

¹⁰³ Oração de despedida, que na Sala da Universidade; com a assistência de todo o Corpo Acadêmico, disse o Il.mo e Ex.mo Sr. marquês de Pombal, visitador da mesma Universidade, na tarde de 22 de outubro de 1772. *Biblioteca da Ajuda*, Ms. Av. 54-V- 33, nº 2c, fls.4v-5.

¹⁰⁴ *Ibidem*, fl.6.

¹⁰⁵ Edital de 5 de outubro de 1772. In: M. Lopes de Almeida. *Documentos da Reforma Pombalina (1771-1782)*. Vol.1. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1937, p.16-18.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p.17.

Cânones), Silva Alvarenga matriculou-se no 2º ano do Curso Jurídico que passaria ser comum para canonistas e legistas.¹⁰⁷ Nota-se, a partir da leitura da carta de curso, que existe, deste momento em diante, um maior detalhamento no que diz respeito aos registros das atividades dos alunos. Percebe-se ainda com clareza, uma maior preocupação em relação à frequência dos alunos nas aulas, aspecto que antes da Reforma parece ter sido bastante problemático.¹⁰⁸ O documento indicia que, a partir da Reforma, os alunos foram instados a apresentar justificativas para suas faltas. Em seu segundo ano jurídico, o jovem estudante mineiro declara ter faltado em duas sabatinas, “uma por moléstia, outra sem causa, cumprindo as mais obrigações das aulas respectivas, na forma dos Novos Estatutos.”¹⁰⁹ Outra alteração que se verifica após a Reforma é que a carta passaria a discriminar, em cada ano, o conceito dado ao aluno no *ato* (exame) por ele realizado. Neste seu primeiro ano na Universidade pós-Reforma, assim como em todos os seguintes, Silva Alvarenga seria aprovado *nemine discrepante*.

Silva Alvarenga seguiria no segundo ano jurídico as disciplinas de História da Igreja e Direito Canônico e de Instituições Canônicas. Para a condução da primeira, foi nomeado Marcelino Pinto Ribeiro.¹¹⁰ Natural da capitania do Espírito Santo, como atestam os documentos sobre sua trajetória na Universidade de Coimbra guardados pelo arquivo da instituição, Pinto Ribeiro assumiu a cadeira na qual seria adotado o livro de Giovanni Berti, *Ecclesiasticae Historiae Breviarum*, publicado pela primeira vez em 1760. Giovanni Lorenzo Berti foi professor de Teologia em Siena, Florença, Pádua e Roma, e de História da Igreja em Pisa. Berti chegou a ser acusado de jansenista por sua obra *De Theologis disciplinis* (1739-1745).¹¹¹ Silva Alvarenga

¹⁰⁷ Carta de Curso de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, 1768-1776. *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Cartas de Curso, (IV-2ª D-12), fl.4.

¹⁰⁸ Virgínia Valadares afirma que grande parte dos alunos da Universidade de Coimbra durante o século XVIII não freqüentavam as aulas com assiduidade, limitando-se a comparecer na Universidade para as duas matrículas anuais, em outubro e em maio. Virgínia Valadares. *Elites mineiras setecentistas – Conjugação de dois mundos*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p.212.

¹⁰⁹ Carta de Curso de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, 1768-1776, *Op. Cit.*, fl.4.

¹¹⁰ “Decreto dos despachos da Faculdade de Cânones”, 11 de setembro de 1772. In: M. Lopes de Almeida. *Documentos da Reforma Pombalina (1771-1782)*. Vol.1. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1937, p.8. O livro das folhas de ordenados indica que Marcelino Pinto Ribeiro recebeu pela atividade docente na cadeira de História da Igreja e Direito Canônico no ano letivo iniciado em 1 de outubro de 1772 e que findou em 31 de dezembro de 1773. *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Livro das Folhas de ordenados, 1773, (IV – 1ª E-11-5-41), fl.43.

¹¹¹ Manuel Augusto Rodrigues. *A Universidade de Coimbra – Figuras e factos da sua história*. Vol. I. Porto: Campo das Letras, 2007, p.717.

possuía em sua livraria a tradução em língua portuguesa da obra adotada na Universidade de Coimbra após a Reforma de 1772, vinda à lume em 5 volumes em 1805, o que indica que ele a adquiriu após retornar ao Brasil.¹¹²

Para a outra disciplina do segundo ano, Instituições Canônicas, foi provido na cadeira Francisco José Ribeiro de Guimarães.¹¹³ O livro que guiaria os estudantes seria o do abade Claude Fleury, *Institution du droit ecclésiastique*, obra que teria sido elogiada por Voltaire.¹¹⁴

A carta de curso de Silva Alvarenga mostra que entre 20 de novembro de 1773 e o fim do ano letivo de 1774, o estudante cursou o 3º ano de Cânones, no qual a disciplina a ser seguida seria a de Direito de Graciano, para a qual o compêndio adotado seria o de Van Espen.¹¹⁵ Zeger Van Espen nasceu em Louvain, na Bélgica, em 1646 e foi professor de Direito Canônico em sua cidade natal. De acordo com Manuel Augusto Rodrigues, Van Espen estudou e lecionou seguindo as linhas regalistas de autores como Pierre Pithou, autor de *Liberté de l'Eglise Gallicane* (1594) e de Pierre Jacques Dupuy, autor de *Des Droits et libertés de l'Eglise Gallicane avec lês preuves* (1639).¹¹⁶ A adoção de autores como Van Espen na Universidade de Coimbra causou protestos por parte do núncio Bartolomeu Pacca, cujas cartas enviadas para Roma teciam várias críticas ao reitor de Coimbra Francisco de Lemos e relatavam ao papa os rumos

¹¹² A lista dos livros que pertenceram a Silva Alvarenga indica a posse de um “Compendio da Historia Ecclesiastica Berti 1º - 1 vol.” Trata-se do primeiro volume da obra de Berti intitulada *Compendio da Historia Ecclesiastica*, publicada em 5 volumes em Lisboa entre os anos de 1805-1807 pela Officina de Simão Thaddeo Ferreira. Cf. “Catalogo dos Livros que comprei á Preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido Dr. Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, com 10 por cento sobre a avaliação que se acha á margem de cada huma das obras tiradas, e conferidas com a original avaliação”. In: Rubens Borba de Moraes. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. 2ª edição. Brasília: Briquet de Lemos, 2006, p.219.

¹¹³ “Decreto dos despachos da Faculdade de Cânones”, 11 de setembro de 1772. In: M. Lopes de Almeida. *Documentos da Reforma Pombalina (1771-1782)*. Vol. 1. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1937, p.8. O livro das folhas de ordenados indica que Francisco José Ribeiro Guimarães recebeu pela atividade docente na cadeira de Instituições canônicas no ano letivo iniciado em 1 de outubro de 1772 e que terminou em 31 de dezembro de 1773. *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Livro das Folhas de ordenados, 1773, (IV – 1ª E-11-5-41), fls.42.

¹¹⁴ Álvaro de Araújo Antunes. *Espelho de cem faces – O Universo Relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume, 2004, p.112.

¹¹⁵ Manuel Augusto Rodrigues. “Prefácio”. *Actas das Congregações da Faculdade de Cânones (1772-1820)*. Vol. I. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983, p.15.

¹¹⁶ Idem. *A Universidade de Coimbra – Figuras e factos da sua história*. Vol. I. Porto: Campo das Letras, 2007, p.536.

indesejáveis que o ensino estava adquirindo na instituição portuguesa.¹¹⁷ Rodrigues fornece boas pistas acerca dos possíveis pontos do pensamento de Van Espen que se chocavam com os desígnios papais.

“A doutrina de Van Espen abrange os seguintes pontos: a jurisdição eclesiástica é espiritual; a distinção dos dois poderes, o temporal e o espiritual, é fundamental; a Igreja deve excluir radicalmente a esfera do temporal; o poder da Igreja é puramente ministerial; o poder legislativo pertence a toda a Igreja e não apenas ao pontífice; o príncipe tem o direito de exercer o ‘placet’ para o bem da sociedade.”¹¹⁸

O regalismo e o episcopalismo aparecem assim como as duas linhas de força do pensamento de Van Espen. Silva Dias observou com acerto que a aliança entre estas duas tendências verificou-se em Portugal durante o período de suspensão de suas relações com a Santa Sé (1760-1769).¹¹⁹ A presença de Van Espen entre os autores adotados em Coimbra após a Reforma de 1772 indica o alinhamento das proposições do canonista belga com os contornos específicos do fortalecimento e centralização do poder pretendidos pelo reinado de D. José. Vale notar que, na biblioteca de Silva Alvarenga, figura o livro de Van-Espen, *Jus ecclesiasticum in epítome redactum*, publicado pela primeira vez em 1784, o que indica que ele teria adquirido o livro já após seu retorno ao Brasil. O professor de Direito de Graciano neste ano letivo foi Antonio Henriques da Silveira, nomeado para a cadeira no ano anterior.¹²⁰

Além de sua atividade docente na Universidade de Coimbra, Silveira seria um dos fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa e, em 1791, passaria a exercer o cargo de Desembargador Honorário do Paço. Sua trajetória na Real Academia das Ciências aparece aqui como uma interessante amostra do pensamento reformista ilustrado português que formou Silva Alvarenga, sistematizado durante o período pombalino e que se acentuaria durante o reinado mariano. Silveira contribuiu com um estudo sobre a necessidade da atividade agrícola ser aprimorada na região

¹¹⁷ Manuel Augusto Rodrigues. *A Universidade de Coimbra – Figuras e factos da sua história*. Vol.I. Porto: Campo das Letras, 2007, p.535.

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ J. S da Silva Dias. Pombalismo e teoria política. *Cultura: história e filosofia*, Lisboa, INIC, nº 1, 1982, p.6.

¹²⁰ “Decreto dos despachos da Faculdade de Cânones”, 11 de setembro de 1772. In: M. Lopes de Almeida. *Documentos da Reforma Pombalina (1771-1782)*. Vol.1. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1937, p.8.

alentejana no primeiro volume das *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, publicado em 1789, no qual também aparecem textos de célebres nomes da ciência natural praticada em Portugal em fins do século XVIII, como o naturalista italiano Domingos Vandelli e os brasileiros Manuel Ferreira da Câmara e João da Silva Feijó.¹²¹

No quarto e no quinto ano de Cânones, os alunos deviam seguir nas cadeiras de Primeira Sintética, Segunda Sintética, Primeira Analítica e Segunda Analítica, onde estudavam as decretais do papa Gregório IX com base no compêndio em 3 volumes feito pelo belga Joannes Franciscus Herthals intitulado *Gregorii IX Decretarium*, que chegou a ser impresso em Lisboa em 1771 e 1772.¹²² O jovem estudante teve como professor em seu quarto ano na Faculdade de Cânones Sebastião Pitta de Castro, lente substituto das cadeiras Sintéticas de Decretaes.¹²³ Já no quinto e último ano na instituição, iniciado em 4 de outubro de 1775 e provavelmente concluído em torno do mês de maio de 1776, Silva Alvarenga teve como mestres das cadeiras Analíticas os lentes Manoel José Álvares de Carvalho, José Antonio Barbosa e Vicente Rodrigues Ganhado.¹²⁴

Nos livros de atos e graus da Universidade de Coimbra, encontramos o assento do exame de formatura de Silva Alvarenga, realizado em 10 de junho de 1776.¹²⁵ O exame ocorreu na presença do Prof. José Antonio Barbosa que, em 1776 era

¹²¹ Antonio Henriques da Silveira. “Racional Discurso sobre a Agricultura, e População da Provincia de Alem-Tejo”. In: *Memórias econômicas da Real Academia das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal*. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789, p.41-123.

¹²² Manuel Augusto Rodrigues. “Apêndice”. In: *Actas das Congregações da Faculdade de Cânones (1772-1820)*. Vol. I. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983, p.317.

¹²³ “Decreto dos despachos da Faculdade de Cânones”, 11 de setembro de 1772. In: M. Lopes de Almeida. *Documentos da Reforma Pombalina (1771-1782)*. Vol. 1. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1937, p.9. No livro da folha dos ordenados, observa-se que os registros dos pagamentos ao lente proprietário da cadeira Sintética de Decretais estão em branco. Sebastião Pitta de Castro, lente substituto da referida cadeira, recebeu seu respectivo ordenado, o que indica sua atividade na função naquele ano. *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Livro das folhas de ordenados, 1775, (IV-1^a E-11-5-43), fls. 40-41, fls.45-45v.

¹²⁴ Manoel José Álvares de Carvalho e José Antonio Barbosa foram nomeados lentes, respectivamente, da primeira e da segunda cadeiras analíticas de Cânones em 1772, assim como Vicente Rodrigues Ganhado (este na qualidade de substituto das duas cadeiras). Os três exerceram suas atividades no ano letivo iniciado em outubro de 1775, conforme atesta a leitura dos livros das folhas de ordenados. *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Livro das folhas dos ordenados, 1775, (IV-1^a E-11-5-43), fls.38-39v e fls.46-46v e Livro das folhas dos ordenados, 1776, (IV-1^a E-11-5-44), fls.39-40v e fls.47-47v.

¹²⁵ *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Livro de Actos e Graus Grandes, 1773-1780, (IV-1^a D-2-3-2), fl.142 v.

lente da Segunda Cadeira de Analítica, a última disciplina cursada por Silva Alvarenga na Universidade.¹²⁶

Silva Alvarenga ingressou na Universidade de Coimbra em um momento de viragem dos rumos da instituição. Esta, como a principal instituição de ensino superior existente em Portugal em meados do século XVIII, tinha como incumbência formar os quadros que compusessem o funcionalismo régio português e os foros eclesiásticos.

É preciso salientar, no entanto, que a Reforma da Universidade, não promoveu prontamente um novo cenário no funcionamento da instituição. As dificuldades foram observadas pelo próprio reitor e comunicadas a Pombal. Em carta de 29 de julho de 1775 enviada ao marquês na qual seguiu anexa uma lista dos alunos matriculados em todos os cursos na Universidade no ano letivo de 1774-1775, D. Francisco de Lemos Coutinho comunicou seu balanço acerca do andamento dos cursos. O reitor informava que nas “Faculdades de Cânones, e Leis desde o primeiro ano da Fundação até este tem concorrido suficiente número de estudantes a seguir os ditos Estudos” mas que a situação dos outros cursos acadêmicos era desalentadora.¹²⁷ Alertava o reitor para a delicada situação das “Faculdades de Teologia, Matemática e Filosofia, para as quais em todo o dito tempo concorreu um muito diminuto número de estudantes; do que resulta que se vai completando o tempo do primeiro curso acadêmico depois da nova Fundação sem que haja a cópia de sujeitos que era necessária para se graduarem, e comporem o corpo das Novas Faculdades.”¹²⁸ Evidenciava-se assim o temor do reitor que estes cursos fenecessem diante do exíguo contingente de alunos.

Desenhava-se assim uma situação bastante problemática dentro da Universidade recém reformada, realidade que parece ter perdurado por mais tempo. No ano seguinte, em carta de 4 de setembro de 1776 na qual repetiu o exercício de prestar contas ao marquês a respeito do ano letivo encerrado na Universidade, o reitor reitera que “as aulas de Leis e de Cânones continuam a ter Ouvintes com número suficiente; e só faltam nas outras Faculdades. Confio na Paternal Bondade de Vossa Excelência que

¹²⁶ *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Livro das Folhas dos Ordenados, 1776, (IV-1^a-E-11-5-44), fl.40.

¹²⁷ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Fundo Ministério do Reino, Seção Instrução, Série Informações Acadêmicas da Universidade de Coimbra, maço 993, cx.1115.

¹²⁸ *Ibidem*.

lançará os seus olhos sobre esta falta, para dar as Providências que parecerem úteis a Vossa Excelência.”¹²⁹

A passagem de Silva Alvarenga pelos bancos de Coimbra deixou marcas indeléveis em sua formação. Ao perscrutarmos a formação proporcionada pela Universidade e aliarmos esta investigação à composição de sua biblioteca, vestígios consideráveis podem ser encontrados com vistas a dar contornos a respeito do universo intelectual do poeta setecentista. Não seria procedente afirmar que a Universidade coimbrã constituiu-se no único locus que marcou a constituição intelectual de Silva Alvarenga em seus oito anos no Reino. No entanto, a experiência acadêmica por ele desfrutada, em um momento de redefinições dos caminhos da instituição, teve efeitos inegáveis em sua trajetória como poeta e como professor régio em seu retorno às terras americanas. Além disso, o período de redefinição assistido por Silva Alvarenga não se limitava somente à Universidade. Além da Universidade de Coimbra procurar se alterar para cumprir melhor a sua tarefa de fornecer quadros para o Estado e ser mais eficazmente “útil à sua nação”, a Coroa portuguesa também redefinia suas ações administrativas no Império português de modo a sintonizar o papel político que as colônias passariam a ter nestes novos tempos. Para a “refundação” de um destino de glórias que estaria traçado para Portugal, a cooptação dos corações e mentes dos vassalos ultramarinos mostrava-se como um bem precioso. Assim como é verdade que muitos luso-americanos tomaram parte na propagação dos ideais pombalinos, é lícito afirmar também que as interpretações que muitos tiveram da formação recebida em Coimbra foram múltiplas entre si e que ganharam novos contornos após retornarem às suas pátrias, momentos nos quais refizeram suas leituras da formação recebida, somando a ela outras novas leituras.

É importante levar-se em conta que, além da Universidade de Coimbra, um amplo leque de experiências intelectuais esteve aberto para o jovem estudante em seu período em Portugal. A possibilidade de ter acesso maior a um amplo leque de livros e a oportunidade de fazer-se ver dentro do universo dos escritores portugueses que se reuniam em tertúlias em casas particulares foram também decisivas.

Enquanto aluno da Universidade de Coimbra, o poeta escreveu sua primeira composição poética que foi publicada: *A Terminando Sipilio Árcade Romano por*

¹²⁹ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Fundo Ministério do Reino, Seção Instrução, Série Informações Acadêmicas da Universidade de Coimbra, maço 993, cx.1115.

Alcindo Palmireno Árcade Ultramarino Epístola.¹³⁰ Terminando Sipílio foi o nome arcádico adotado por Basílio da Gama, a quem a epístola é dirigida. Flagra-se nesta publicação também a referência ao pertencimento de Silva Alvarenga à Arcádia Ultramarina, agremiação literária cuja existência foi confirmada por Antonio Candido.¹³¹ A epístola constitui-se não só no primeiro escrito publicado de Silva Alvarenga, como também na primeira de suas composições que fazem referência a Basílio da Gama, poeta e amigo com quem conviveu intensamente durante os oito anos em que esteve em Portugal. Antonio Candido postula a *Epístola a Terminando Sipílio* como “uma das peças mais brilhantes da crítica neoclássica da literatura comum.”¹³² Antes de proceder-se uma análise da obra cumpre destacar o engenho de Silva Alvarenga para fazer seus versos de estréia serem impressos. Há que se destacar que o autor empregou um arriscado recurso utilizado por alguns autores em Portugal: o de enviar para o prelo seu escrito antes que ele obtivesse a devida aprovação da Real Mesa Censória.¹³³ Este procedimento originou a abertura de um processo contra o mercador de livros e impressor Pedro Ginioux, sediado em Coimbra e responsável pela

¹³⁰ *A Terminando Sipílio Árcade Romano por Alcindo Palmireno Árcade Ultramarino Epístola*. Coimbra: Na Officina de Pedro Ginioux Mercador de livros, 1772. Com licença da Real Meza Censoria.

¹³¹ Antonio Candido cita nota ao diploma de membro da Arcádia Romana concedido a Joaquim Inácio de Seixas Brandão onde lê-se “Per la Fondazione della Colonia Oltremarina.” Antonio Candido. Os poetas da Inconfidência Mineira. *IX Anuário do Museu da Inconfidência Ouro Preto – 1993*, p.132. No verbete relativo a Silva Alvarenga presente no *Dicionário do Brasil Colonial*, lê-se que o poeta mineiro fundou, “junto com Basílio da Gama, durante o reinado de Luís de Vasconcelos e Sousa, a Arcádia Ultramarina no Rio de Janeiro, da qual também participava o poeta Cláudio Manuel da Costa.” O verbete assinala ainda que mais tarde “a agremiação passou a denominar-se Sociedade Literária do Rio de Janeiro.” Cf. “Silva Alvarenga”. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p.532. Não só a caracterização da Arcádia Ultramarina no Rio de Janeiro presente no dicionário não procede, como também a referência à sua posterior transformação em Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Conforme observamos no terceiro capítulo deste trabalho, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro pode ser considerada como uma ressurgência da Academia Científica do Rio de Janeiro.

¹³² Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. 10ª edição, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p.142.

¹³³ Em importante estudo a respeito do aparato censório luso nos séculos XVII e XVIII, Maria Teresa Esteves Payan Martins já havia pontuado, dentre os casos de autores que se aventuraram a publicar seus textos prescindindo do aval censório, este caso da epístola de Silva Alvarenga dirigida à Basílio da Gama. Cf. Maria Teresa Esteves Payan Martins, *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2005, p.565-567. No entanto, a autora não explora a relevância histórica do autor, como também não faz referência ao exemplar manuscrito que foi por ele submetido à aprovação da Real Mesa Censória, o qual localizamos, e que traz as emendas que os membros do tribunal censório a ele fizeram.

impressão da epístola de Silva Alvarenga.¹³⁴ Pedro Ginioux pertencia a uma família que já atuava no ramo livreiro em Coimbra desde a primeira metade do século XVIII.¹³⁵ À época em que o provedor da comarca de Coimbra Manoel da Silva de Carvalho iniciou sua diligência para averiguar o caso - dezembro de 1773 - Ginioux já havia falecido. Indo por dois dias seguidos à casa do falecido impressor e tendo encontrado apenas um inventário dos livros feito após sua morte, o provedor decidiu enviar “pessoa inteligente pelos livreiros desta cidade a procurar os ditos livros, com o pretexto de compra.”¹³⁶ O resultado ansiado pelo provedor foi alcançado: tendo localizado um dos exemplares num livreiro, logrou encontrar boa parte dos impressos - 412 exemplares do livro - sob a guarda do relojoeiro Antonio de Santos Castro. A investigação levada à cabo pelo provedor ouviu primeiramente a testemunha Antonio da Cunha, mestre livreiro em Coimbra, que afirmou ter recebido em sua casa “uma Moça de Antonio dos Santos Castro” com os impressos de Silva Alvarenga para que “ele testemunha, e Seu Pai, os dobrasse e aparasse.”¹³⁷ Tão logo terminou seu serviço, Cunha assegurou ter remetido para o relojoeiro os “ditos Livrinhos.”¹³⁸

Ao dirigir-se juntamente com o escrivão à casa do relojoeiro Antonio dos Santos Castro, cuja posse dos impressos de Silva Alvarenga foi confessada, “subindo todos ao andar superior das mesmas casas de dentro de uma arca se tirou uma condesa dentro da qual se achavam os procurados Livros.”¹³⁹ O relojoeiro argumentaria que os livros ali se encontravam em virtude de Silva Alvarenga ter morado em sua casa durante o tempo em que compôs a epístola. Ele lembra inclusive ter presenciado o processo de

¹³⁴ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Fundo Real Mesa Censória, Processos a livreiros, impressores e outros, S.d. 1756-1777, cx.176.

¹³⁵ Segundo José Pinto Loureiro, entre os anos 1730 e 1740, três irmãos franceses – Jacob Ginioux, João Ginioux e José Ginioux - fixaram livraria e imprensa em Coimbra, mais precisamente ao lado da Porta de Almedina. José Pinto Loureiro afirma que, após a morte de Jacob e a retirada de João e José de Coimbra, um sobrinho deles passou a administrar o negócio. Cf. José Pinto Loureiro. *Livreiros e livrarias em Coimbra do século XVI ao século XX*. Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal, 1954, p.67. Apesar de não nomear o sobrinho, é provável que se trate de Pedro Ginioux. Loureiro assinala ainda que a oficina encerraria suas atividades em 1771, mas a impressão da epístola de Silva Alvarenga em 1772 indicia que ela teria perdurado por mais um ano.

¹³⁶ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Fundo Real Mesa Censória, Processos a livreiros, impressores e outros, S. d. 1756-1777, cx.176.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ *Ibidem*.

escrita da epístola, visto que o estudante mineiro para ele “lia os versos dos ditos Livros logo depois, que os fazia.”¹⁴⁰ Acusando ter ciência da não aprovação da publicação do impresso pelo Tribunal da Mesa Censória, o relojoeiro declara ter se desdobrado para manter guardados consigo os livros e que a razão pela qual alguns exemplares pudessem ter saído de sua posse pode estar relacionada ao provável fato do jovem estudante ultramarino ter tirado para si alguns deles “em ocasião de não estar ele Testemunha em sua casa.”¹⁴¹

Terminadas as averiguações, o provedor Manoel da Silva de Carvalho, dirigindo-se ao monarca em 23 de dezembro de 1773, apresentaria todo o ocorrido e os prováveis procedimentos a serem tomados dali por diante, o qual dependiam da vontade do rei.

“Bem me persuado que, mandando Vossa Majestade recolher esta obra não será esta matéria do agrado da Coroa, nem de utilidade à República, por cuja razão me parece ser este autor do desagrado de Vossa Majestade. Tive o pensamento de prendê-lo e o não fiz por não exceder as ordens de Vossa Majestade que, a julgar-se precisa a captura, como também legalizar-se melhor a identidade do Autor desta obra, e fazerem-se algumas perguntas ao mesmo Autor, não só para dela declarar a transmigração, que terá feito destes livros, que faltam, mas também o espírito, com que fabricou esta obra.”¹⁴²

É possível supor que o provedor tenha proferido seu parecer a respeito da epístola de Silva Alvarenga em virtude do procedimento ilegal empregado por ele para ver impresso seu escrito. Caso não tivesse compreendido a epístola, a atitude de seu autor para viabilizar sua publicação já seria suficiente para projetar suspeitas sobre ele. O jovem estudante submeteu uma versão manuscrita de sua composição à aprovação da Real Mesa Censória, a qual ordenou a impressão mediante a supressão das notas da epístola em parecer de 17 de setembro de 1773.¹⁴³ O exemplar foi analisado por três membros do órgão censório, dentre eles Frei Luís do Monte Carmelo, um dos deputados mais atuantes da Mesa. A ordem escrita no pé da última página do manuscrito

¹⁴⁰ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Fundo Real Mesa Censória, Processos a livreiros, impressores e outros, S. d. 1756-1777, cx.176.

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ Exemplar manuscrito de “A Termino Sipilio Arcade Romano de Alcindo Palmireno Árcade Ultramarino”, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Real Mesa Censória, cx.333, doc.2821.

determinava: “Imprima-se, menos o riscado, e em igualdade de caracteres.” No entanto, a esta altura, a epístola já se encontrava impressa e tal postura chegaria ao conhecimento real, o que motivaria a provisão régia de 29 de novembro daquele ano para que o provedor da comarca de Coimbra investigasse o caso.

Há que se pensar nas razões que teriam levado Silva Alvarenga a arriscar a publicação ilegal de seu escrito. Uma das motivações possíveis a ser levada em consideração seria a percepção por parte do autor de que seu escrito dificilmente seria aprovado pelo órgão censório em virtude de suas críticas ao rebuscamento da poesia seiscentista que ainda se encontrava em voga na época. Além disso, é possível que Silva Alvarenga visse com pessimismo a possibilidade de um autor ainda desconhecido no meio literário português ter um escrito avalizado pela Mesa. A demora na emissão de um parecer da Mesa que deliberasse acerca da autorização para impressão deve também ser considerada como causa que pode ter propulsionado a arriscada ação do poeta.

A primeira composição de Silva Alvarenga reúne traços característicos da poesia neoclássica, onde ele alude aos aspectos que deveriam ser observados pelos poetas de “bom gosto.” Dirigida ao amigo Basílio da Gama, a epístola exalta no poeta as faculdades da parcimônia no manejo da língua e da segurança mostrada na expressão dos sentimentos individuais.

“Gênio fecundo, e raro, que com polidos versos
A natureza pinta em quadros mil diversos;
Que sabes agradar, e ensinas por seu turno
A língua, que convém ao trágico coturno;”¹⁴⁴

A clara utilização da língua portuguesa é uma das prerrogativas da poesia neoclássica, elemento que nesta epístola encontra-se afirmado de maneira intensa, adquirindo nesta composição uma importância precípua. O poeta que aparece como adepto de linguagem a ser evitada é o célebre Góngora, autor que seria vislumbrado pelos neoclássicos como modelo de poesia “obscura”. O elogio ao amigo Basílio da Gama é acompanhado pela avaliação negativa de Góngora: “Tu sabes evitar s’hum tronco, ou jaspe animas/ Do sombrio Espanhol os góticos enigmas”.¹⁴⁵ Neste trecho do poema, há uma nota que indica ser “Góngora” o sombrio espanhol. Esta, como as

¹⁴⁴ *A Termino Sipilio Árcade Romano por Alcindo Palmireno Árcade Ultramarino Epístola*. Coimbra: Na Officina de Pedro Ginioux Mercador de livros, 1772. Com licença da Real Meza Censoria,

¹⁴⁵ *Ibidem*.

demais notas da epístola, foram riscadas pelo censors que avaliaram o manuscrito de Silva Alvarenga.

No entanto, na edição sorrateira e antecipadamente impressa, todas as notas estão presentes. Cumpre lembrar que Góngora já havia sido violentamente criticado por Luís Antonio Verney em seu *Verdadeiro método de estudar*.¹⁴⁶ Neste sentido, a alusão pejorativa da epístola ao poeta espanhol está plenamente condizente com os preceitos literários portugueses que se consagrariam com mais força na segunda metade do século XVIII. Silva Alvarenga, assim como outros poetas do arcadismo, buscavam distanciar-se do estilo poético dos poetas barrocos portugueses que haviam ganhado fama nos seiscentos. Concomitante ao procedimento de depreciar o estilo poético de Góngora, Silva Alvarenga igualmente aponta os defeitos daqueles que seriam seus seguidores em Portugal, como Francisco de Pina e Mello. Na estrofe “Se eu vou falar de jogos só por dizer *Floraes/ Marathonios, Circenses, Pythicos, Jovenaes*”, há uma nota referente à *Conquista de Goa*, obra de Pina e Mello publicada em 1759. A avaliação negativa da poesia empregada por Pina e Mello coadunava com o empenho de Silva Alvarenga pela simplicidade da linguagem. Para atingir esta ideal de beleza poética, deveria-se distanciar das figuras de linguagem que, no ponto de vista dos árcades, prejudicavam a boa poesia. A arte poética de Boileau deveria ser observada como modelo para aquele que se dedicasse à empresa poética.

“Equívocos malvados, frívolos trocadilhos,
Vós do péssimo gosto os mais prezados filhos,
Deixai ao Gênio Luso desimpedida a estrada,
Ou Boileau contra vós torna a empunhar a espada.”¹⁴⁷

Os equívocos seriam artifícios poéticos utilizados amplamente por escritores barrocos, os quais se resumem no emprego de palavras que possuem semelhança sonora e significados diferentes entre si. O emprego desta figura lingüística já havia sido criticado por Verney nas suas reflexões sobre os estudos literários presentes em seu *Verdadeiro Método de Estudar*.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Alcir Pécora. “Apresentação”. In: *Poesia seiscentista – Fênix Renascida & Postilhão de Apolo*. São Paulo: Hedra, 2002, p.11.

¹⁴⁷ *A Termino Sipilio Árcade Romano por Alcindo Palmireno Árcade Ultramarino Epístola*, Coimbra: Na Officina de Pedro Ginieux Mercador de livros, 1772. Com licença da Real Meza Censoria.

¹⁴⁸ Theophilo Braga. *História da Litteratura Portuguesa – A Arcádia Lusitana*. Porto: Lello & Irmão, 1899, p.99-101.

Boileau é indicado como o modelo a ser observado na escrita de composições poéticas de “bom gosto”, que seria determinado por aqueles autores que saberiam extirpar os excessos descritivos e adotar a simplicidade na elaboração de seus escritos. Nicolas Boileau-Despreaux, poeta e tratadista literário francês que exerceria grande influência no meio literário português principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, sentencia em sua *Arte poética* que “quem não sabe moderar-se jamais soube escrever.”¹⁴⁹ Boileau seria mencionado posteriormente por Silva Alvarenga em seu “Discurso sobre o poema herói-cômico” que antecede seu poema *O Desertor*, publicado em 1774 e que será posteriormente discutido neste trabalho. Em seu discurso, o árcade mineiro distingue o poema herói-cômico *Lutrin*, escrito por Boileau como a referência para os franceses.¹⁵⁰ Dentre os livros que pertenceram a Silva Alvarenga, figura um volume das sátiras de Boileau.¹⁵¹ Na epístola direcionada ao autor de *O Uruguai*, Silva Alvarenga sugere que a moderação defendida por Boileau em sua *Arte poética* seria brilhantemente aplicada por Basílio da Gama, elogiado em sua habilidade de dosar o sentimento com a razão: “Teu Pégaso não voa furioso, e desbocado/ A lançar-te das nuvens no mar precipitado,/ Nem pisa humilde o pó: mas por um nobre meio/ Sente a doirada espora, conhece a mão, e o freio.”¹⁵² Ao fim da epístola, as atenções são voltadas para a celebração de um tempo de reordenamento do saber em Portugal promovido pelo monarca D. José I.

“Do trono régio, augusto, benigno um astro brilha
Entre esperança, amor, respeito e maravilha;
E à clara luz, que nasce do espectro e da coroa,
Grande se mostra ao mundo, nova, imortal
[Lisboa:

Se ela o terror levou nas voadoras faias
Por incógnitos mares a nunca vistas praias,
Se entre nuvens de setas ao meio dos alfanges

¹⁴⁹ Nicolas Boileau-Despreaux. *Arte poética*. Trad. Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 1979, p.17.

¹⁵⁰ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “Discurso sobre o poema herói-cômico”. In: *O desertor*. Notas de Joaci Pereira Furtado e Ronald Polito. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p.73.

¹⁵¹ Na lista de livros pertencentes a Silva Alvarenga, aparece relacionado “Satires de Boileau, 1 vol.”. A denominação em questão deve referir-se ao título de Boileau *Satyres et Ouevres diverses*. Amsterdam, Aux Dépens de la Compagnie 1773.

¹⁵² *A Termindo Sipilio Árcade Romano por Alcindo Palmireno Árcade Ultramarino Epístola*. Coimbra: Na Officina de Pedro Ginioux Mercador de livros, 1772. Com licença da Real Meza Censoria.

Foi arrancar as palmas, que ainda choras o Ganges,
Da paz no amável seio, à sombra dos seus louros
Hoje aplanar os caminhos aos séculos vindouros:
A glória da nação se eleva e se assegura
Nas letras, no comércio, nas armas, na cultura.
Nascem as artes belas, e o raio da verdade
Derrama sobre nós a sua claridade.
Vai tudo a florescer, e porque o povo estude
Renasce nos teatros a escola da virtude.

Consulta, amigo, o gênio, que mais em ti domine:
Tu podes ser Molière, tu podes ser Racine.
MARQUEZES tem Lisboa, se cardeais, Paris.
JOSÉ pode fazer mais do que fez Luiz.”¹⁵³

Neste desfecho do poema, vê-se presente na composição de Silva Alvarenga a plena consciência do que um artista poderia fazer para seu reino. A alusão aos dois célebres artistas franceses que tiveram a proteção do rei Luís XIV e a comparação com a disposição de D. José I a atuar como um mecenas das artes apontam para o caminho aberto que poderia ser seguido por homens de letras que desejassem colaborar para a divulgação dos feitos da Coroa. Nesta primeira composição de Silva Alvarenga, insurge já um traço que marcaria boa parte de sua obra poética: o elogio ao poder. O tom de encômio à figura do monarca parece ter sido identificado pela Real Mesa Censória, apesar das palavras do provedor da comarca de Coimbra encarregado de investigar o caso da publicação feita de forma ilegal, o qual afirmou a obra não constituir “matéria do agrado da Coroa, nem de utilidade à República”, motivação que o levaria a vaticinar que seu autor seria “do desagrado de Vossa Majestade.”¹⁵⁴ É possível afirmar que as palavras do provedor sobre o teor da epístola não sejam fruto de uma avaliação pessoal sua e resultem, na verdade, de uma postura preconcebida diante de uma obra que havia sido impressa sem a avaliação da Real Mesa Censória. O processo aberto no âmbito do órgão em torno da impressão ilegal da epístola não resultaria em prejuízo para Silva Alvarenga. Certamente, o louvor à D. José I presente na epístola pode ter lhe franqueado um tratamento diferenciado no resultado final da investigação, a qual não lhe rendeu nenhum tipo de dificuldades em sua trajetória no Reino. Além disso, no momento em que a investigação corria, em fins de 1773, sua inserção no

¹⁵³ *A Termindo Sipilio Árcade Romano por Alcindo Palmireno Árcade Ultramarino Epístola*. Coimbra: Na Officina de Pedro Ginioux Mercador de livros, 1772. Com licença da Real Meza Censoria.

¹⁵⁴ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Fundo Real Mesa Censória, Processos a livreiros, impressores e outros, S.d. 1756-1777, cx.176.

círculo pombalino de autores encontrava-se numa etapa definidora, haja vista que, no ano seguinte, publicaria-se *O Desertor*. Neste poema herói-cômico publicado em 1774, faz-se o louvor ao clima de renovação intelectual projetado pela Reforma da Universidade de Coimbra, processo comandado de perto pelo marquês de Pombal e que se configuraria num episódio marcante do reinado de D. José I e da história do pensamento ilustrado em Portugal.

A relevância da epístola dirigida a Basílio da Gama dentro da obra poética de Silva Alvarenga configura-se não só por constituir-se na composição de estréia do poeta mineiro, como também por representar a primeira manifestação literária do árcade ultramarino que o levaria a fazer parte do círculo de artistas protegidos pelo marquês de Pombal.

Verificam-se na epístola os parâmetros eleitos por Silva Alvarenga para restauração do “bom gosto” nas letras – a busca da clareza, o apreço e respeito pela sabedoria clássica e a preferência pela moderação no emprego de figuras poéticas – aspectos que faziam parte também das preceptivas poéticas dos membros da Arcádia Lusitana, agremiação literária fundada em Portugal em 1756 que teve como expoentes Antonio Diniz da Cruz e Silva, Pedro Antonio Correa Garção, Manoel de Figueiredo e Domingos dos Reis Quita. Como bem observou Jorge Antonio Ruedas de la Serna, a compreensão acerca da configuração da literatura produzida pelos árcades brasileiros requer que ela seja colocada em comparação com a dos árcades portugueses, visto que os primeiros produzem seus escritos em constante diálogo com os últimos e adquirindo sensíveis diferenças em relação a eles.¹⁵⁵ Travou-se entre eles uma atmosfera de disputa pelo estabelecimento dos parâmetros que regeriam o “bom gosto” nas letras. O aparecimento de um grupo de poetas que se diferenciava dos árcades nascidos no reino causou um ambiente de embates literários, como se depreende do soneto de Cruz e Silva.

“Quem é este animal, que galopando
Em torno d’essa fétida lagoa
(Diz Apollo a Thalia) o Pindo atroa
Com zurros nossa musica turbando?

E dos Vates as cinzas não perdoa,
Com coices suas cinzas violando?

Então Apollo torna à Ninfa rindo:

¹⁵⁵ Jorge Antonio Ruedas de la Serna. *Arcádia: tradição e mudança*. São Paulo: Edusp, 1995, p. xxi - xxi.

É *Palmireno*, que eu mudei em burro,
Em pena de incensar o vão *Termino*.”¹⁵⁶

O mordaz soneto de Cruz e Silva refere-se justamente à atitude de Silva Alvarenga (Palmireno) de exaltar as qualidades de Basílio da Gama (Termino) e, apesar de ter sido publicado somente em 1807, deve ter sido escrito durante o período em que Silva Alvarenga esteve em Coimbra. A referência ácida presente no soneto de Cruz e Silva ao fato de Palmireno “incensar o vão *Termino*” levanta a suspeita que o membro-fundador da Arcádia Lusitana aludisse à epístola de Silva Alvarenga dirigida a Basílio da Gama. Diante do que pudemos levantar a respeito da obra com base no processo aberto pela Real Mesa Censória, pode-se concluir que, apesar de publicada ilegalmente, a edição impressa da epístola de Silva Alvarenga correu pelas mãos de livreiros em Coimbra e em Lisboa e que Cruz e Silva tenha sido um de seus leitores. Curiosamente, esta disputa literária entre Cruz e Silva e Silva Alvarenga seria o primeiro momento de um confronto entre os dois que, mais tarde, se reencontrariam no processo da devassa dos letrados do Rio de Janeiro, em posições diametralmente opostas.

1.3. A escola das virtudes

Os estudos que abordam a filiação de Silva Alvarenga aos preceitos dos ideários ilustrados propostos pelos estatutos da Reforma da Universidade de Coimbra de 1772, comumente remetem, com mais ênfase, ao poema herói-cômico *O Desertor*, publicado em 1774.¹⁵⁷ No entanto, *À mocidade portuguesa por ocasião da Reforma da Universidade de Coimbra*, uma composição anterior a *O Desertor*, merece especial

¹⁵⁶ Antonio Diniz da Cruz e Silva. *Poesias*, tomo I, Lisboa: Typ. Lacerdina, 1807, p. 277.

¹⁵⁷ José Aderaldo Castelo descreve *O Desertor* como “caricatura da Universidade de Coimbra antes das Reformas de Pombal, pois desenvolve assunto que se encontra resumido em ‘As Artes’”. Cf. José Aderaldo Castello. *A literatura brasileira – Origens e unidade*. Vol. I. São Paulo: Edusp, 1999, p.112. Em obra que trata de maneira ampla da rede de artistas ligados a Pombal com especial atenção à Basílio da Gama, Ivan Teixeira descreve a relação de amizade entre o autor de *O Uruguay* e Silva Alvarenga e sugere que Basílio da Gama tenha apresentado Silva Alvarenga ao Marquês de Pombal, informação primeiramente fornecida por Joaquim Norberto de Souza e Silva. Antonio Candido também destaca a celebração da Reforma presente no poema e seu voto de fé “no poder da ciência para demolir a rotina”. Cf. Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p.163.

atenção por antecipar a atmosfera de entusiasmo em relação ao novo escopo de alterações da Universidade versada em *O desertor*.

O poema *À mocidade portuguesa* foi publicado em 1782, numa coletânea editada em Portugal.¹⁵⁸ Francisco Topa, no entanto, afirma com segurança que a composição do poema remonta a dez anos antes, ou seja, no ano em que os Novos Estatutos da Universidade foram aprovados.¹⁵⁹ Apesar de Topa não explicar a razão que o leva a realizar tal assertiva, a forma tímida através da qual o poeta refere-se às alterações no campo do saber propostos pela Reforma sugere o seu conhecimento a respeito de seus rumos. Apesar de ter aparecido sob a forma impressa somente em 1782, é crível propor que o poema de Silva Alvarenga possa ter circulado sob a forma manuscrita, prática freqüente no Reino e que alimentava a sociabilidade literária portuguesa no século XVIII.¹⁶⁰

Diferentemente de *O Desertor*, no qual ele demonstra total familiaridade com os rumos pretendidos pela Reforma da Universidade, em *À mocidade portuguesa* Silva Alvarenga entusiasma-se com as mudanças que parecem estar traçadas para ela e indica sua esperança em relação às suas prováveis conseqüências.

A composição de Silva Alvarenga constrói o ambiente da Universidade em sua mais desoladora face, remetendo a uma atmosfera de decadência da instituição, a qual o estudante pôde vivenciar ao nela ingressar. Sem aludir especificamente aos jesuítas como os responsáveis pela situação de estagnação do ensino conimbricense, Silva Alvarenga principia sua ode configurando a instituição na qual permaneceria durante 8 anos de sua vida de forma semelhante ao que teria sido diagnosticado por aqueles que conduziram a sua Reforma.

“A fastosa indolência,
Tarda preguiça, e mole ociosidade,
Tiveste por ciência,

¹⁵⁸ *Miscellanea Curiosa e Proveitosa, ou Compilação tirada das melhores obras das nações estrangeiras*, traduzida e ordenada por ***C.I. Vol. 4. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1782.

¹⁵⁹ Francisco Topa. *Quatro poetas do período colonial – Estudos sobre Gregório de Matos, Basílio da Gama, Alvarenga Peixoto e Silva Alvarenga*, Porto: Edição do Autor, 1998.

¹⁶⁰ O poema herói-cômico *O Hyssope*, de Antonio Diniz da Cruz e Silva é talvez o caso mais célebre e emblemático no que diz respeito à difusão de composições poéticas através de manuscritos em Portugal no século XVIII. Teophilo Braga assinala a existência de pelo menos seis cópias manuscritas do poema, o qual só ganharia uma edição impressa em 1802. Teophilo Braga. *História da litteratura portuguesa – A Arcadia Lustiana*. Porto: Lello & Irmão, 1899, p.626-632.

Infeliz lusitana mocidade;
Viste passar, caindo de erro em erro,
Bárbaros dias, séculos de ferro.”¹⁶¹

A percepção de um novo cenário cultural que estaria por vir com a renovação propalada pela Reforma da Universidade é contraposta ao clima de “ignorância” que teria marcado a pedagogia escolástica dos jesuítas em suas disputas por mostrar quais seriam os comentadores que mais próximos estariam dos escritos das Sagradas Escrituras e do Direito Romano. O exercício em voga na Universidade de não se discutir os glosadores e comentadores e os tomar por reflexo nítido das leis e dogmas da Igreja Católica darão lugar à retomada da Tradição e do conhecimento dos textos em seus originais.

“A pérfida impostura
Nem sempre há de reinar; um claro dia
Aparta a névoa escura
Do teu templo, imortal sabedoria:
Gemem das áureas portas os ferrolhos,
E a desusada luz ofende os olhos.”¹⁶²

A suposição de Topa a respeito do poema ter sido escrito por Silva Alvarenga por volta do ano de 1772 reforça-se pela visível presença das impressões e expressões presentes no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, de autoria de Francisco de Lemos Coutinho e de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. Exalta-se a perspectiva de retorno à formação de um saber que valorizaria o estudo das fontes para que se alcançasse a verdade, prática que, concomitantemente, possibilitaria o fortalecimento da união entre a Igreja e o Estado.

“Pisais cheios de gosto
Da bela glória os ásperos caminhos,
Enquanto volta o rosto
O fraco, o inerte à vista dos espinhos,
E fazei que por vós inda se veja
O império florescente, e firme a Igreja.

¹⁶¹ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “À mocidade portuguesa”. In: *Obras poéticas: Silva Alvarenga*. introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato, São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.59.

¹⁶² *Ibidem*, p.60.

Longe do fero estrago
Os pomos d'ouro colhereis sem susto;
O sibilante Drago
Caiu sem vida aos pés do trono augusto;
E inda tem sobre a testa formidável
Do grande herói a lança inevitável.”¹⁶³

Ao comemorar a bem-aventurança de um novo tempo, Silva Alvarenga prevê a habilidade da força real para fazer reavivar a “sabedoria” que se encontrava vilipendiada e obstaculizada pela “superstição” que seria varrida e voaria “buscando asilo”. As mudanças pedagógicas na Universidade, conduzidas de perto pelo marquês de Pombal, seriam a afirmação da capacidade régia de conduzir a renovação das “artes” e o ressurgimento do “amor das letras”.

“Aquele mão robusta,
Dos hercúleos trabalhos não cansada,
Não treme, não se assusta
Quando te leva aos astros, adornada
Do nativo esplendor e majestade,
Qual já te viu de Roma a bela idade.”¹⁶⁴

O elogio à Reforma da Universidade aparece em *À mocidade portuguesa* ainda em fase de maturação, se compararmos ao seu poema herói-cômico *O Desertor*, publicado em 1774. A estratégia utilizada pelo poeta é de trabalhar com o sistema de idéias em voga na época, visto que seu poema herói-cômico, como uma vertente da sátira tradicional, tem como intenção “o desejo de orientar e corrigir”¹⁶⁵. Silva Alvarenga flertaria pouco com o gênero satírico puro. No poema “Os vícios” que viria à lume somente numa edição de 1813 d’*O Patriota*, ele aborda o próprio ofício do poeta satírico, lamentando o fato de não haver compreensão em relação à sua função: “E a nossa antiga gente julgou por impiedade/ Zombar dos prejuízos que reinam na cidade;/ Confundindo o libelo que as justas leis ofende,/ Com a sátira urbana que os vícios

¹⁶³ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “À mocidade portuguesa”. In: *Obras poéticas: Silva Alvarenga*. Introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.61.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p.60.

¹⁶⁵ Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*, 10ª edição, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 161.

repreende:/ Mas esse véu grosseiro, que as luzes encobria/ Rasgou-se e deu lugar ao mais sereno dia.”¹⁶⁶

Publicado quando o jovem poeta tinha 24 anos e cursava o 3º ano de Cânones, *O Desertor* traz as aventuras de Gonçalo, jovem estudante de Coimbra que, com a implantação da Reforma da Universidade, decide deixar a cidade, acompanhado de seus amigos. Estão presentes no poema aspectos que teriam caracterizado a vida na universidade antes da Reforma: o pouco afinho dos estudantes em suas atividades e o ambiente moralmente inadequado para a atividade acadêmica são temas delineados de maneira suavemente crítica por Silva Alvarenga.

“Ó tempo alegre, e bem-aventurado!
Que fácil era então o azul Capelo
Adornado de franjas, e alamares,
O rico anel, e a flutuante borla,
Honra, e fortuna, que chegava a todos!
Hoje é grande a carreira, e serão raros
Os que se atrevam a tocar a meta.”¹⁶⁷

Ao mesmo tempo em que o cotidiano estudantil antes da Reforma é pintado como marcado pela despreocupação, pela alegria e pela “amável liberdade”, a fuga para Mioselha, lugarejo onde se encontra o tio de Gonçalo, significaria a possibilidade de se livrar do ambiente de “sujeição” que teria aportado na reformada universidade. Em Mioselha, Gonçalo e seus amigos poderiam dar continuidade ao seu livre modo de vida dos tempos dos bancos escolares. Silva Alvarenga trata de forma épica da fuga de Gonçalo e seus amigos e dos acontecimentos que ocorrem ao longo do caminho. A figura de Gonçalo no início de sua fuga aparece no poema desenhada de maneira grandiosa, heróica, contrastando assim com a banalidade de seus atos: a recusa à aplicação séria nos estudos e a conseqüente busca por uma vida livre de preocupações. A descrição dos colegas de Gonçalo já se mostra mais conforme o gênero satírico puro, visto que o poeta ressalta com clareza a fraqueza de suas aparências físicas e de seus valores morais.

¹⁶⁶ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “Os vícios”. In: *Obras poéticas: Silva Alvarenga*. Introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.92. O poema saiu pela primeira vez no número 4 d’*O Patriota*, em abril de 1813.

¹⁶⁷ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *O desertor - Poema herói-cômico*. Notas ao poema de Joaci Pereira Furtado, edição de Ronald Polito. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p.81.

“Com largo passo longe do Mondego
Alegre a forte gente caminhava.
Gonçalo excede a todos na estatura,
Na força, no valor e na destreza.
Sobre um magro jumento se escarrancha
Tibúrcio já dum ramo de salgueiro
Desata ao Norte fresco que assobia,
Por vistoso estandarte um lenço pardo.

Rodrigo, que de todos desconfia,
É de índole grosseira, e gênio bruto,
Não conhece os perigos, nem os teme:
Melancólico, sempre vai por gosto
Viver na choça onde foi criado.”¹⁶⁸

A tarefa de “orientar e corrigir” por vezes aparece de forma mais nítida como no trecho no qual os jovens em fuga se deparam com um velho que a eles transmite a sua visão particular acerca da atitude por eles tomada. Ele confessa ter sido, assim como eles, um estudante desleixado, ter passado longo tempo à toa e ter sido o seu comportamento pretérito a causa de suas atuais agruras.

“Conservai sempre firme na memória
Dum velho desgraçado o triste exemplo,
E aprendei a ser bons, que a vossa idade
As indignas ações não justifica.
Mas se vós desprezais os meus conselhos,
Nunca gozeis os prêmios dos estudos:
Aflições, e trabalhos vos oprimam,
Enquanto o mar da Índia vos espera.”¹⁶⁹

Os prêmios aos quais o velho faz alusão – a honra e a riqueza - não seriam os únicos mencionados por Silva Alvarenga como reservados àqueles que cultivassem os estudos. A realização das histórias de amor também estaria no rol das vantagens guardadas aos que decidissem trilhar o caminho “espinhoso” representado pela Universidade. Este aspecto evidencia-se com nitidez no frustrado desejo de Rufino, companheiro da jornada de Gonçalo, por Dorotéia, mulher que surge em seus devaneios

¹⁶⁸ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *O desertor - Poema herói-cômico*. Notas ao poema de Joaci Pereira Furtado, edição de Ronald Polito, Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p.88-89.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p.93

durante a viagem de fuga e que lhe aponta as razões da impossibilidade da união entre os dois.

“Mas eu, sem nada mais que a lã, que fio,
Tu rico só de afetos, e palavras,
Onde iremos, que a sórdida miséria
Não seja em nossos males companheira?
Vai-te e longe de mim, segue a ventura,
Que firme te hei de ser, em toda a idade.”¹⁷⁰

Amargurados e ansiando que suas almas encontrassem a calma, tal qual uma “nau sofredora das tormentas” almeja logo ancorar em um “porto amigo”, seguem os fugitivos em direção à Mioselha. As ações de Gonçalo em sua viagem são versadas de maneira a configurá-las com traços grandiosos, através de uma eloquência épica. Não se economizam adjetivos para a descrição de suas aventuras e de suas qualidades típicas de herói: “zeloso”, “prudente”, “invicto”, “forte” e “robusto”. No entanto, o objetivo que caracterizaria uma jornada verdadeiramente heróica, não seria, neste caso, digno de louvor. A narrativa grandiosa e eloquente mescla-se com as situações de fato vivenciadas por Gonçalo e seus companheiros, nas quais as personagens aparecem em várias passagens envolvidas em eventos cômicos, a começar pela razão da longa jornada. Excessivamente dissonante do tom magnificente através do qual Silva Alvarenga define o fim principal do gênero épico, qual seja, aquele gênero que “pretende inspirar a admiração, e o amor da virtude”, estão alguns trechos do poema, como por exemplo, a passagem na qual Gonçalo confronta-se com o gigante Ferrabrás, numa batalha que alude à de Tróia.

“Quando chega atrevido Brás, o forte.
(Gigante Ferrabrás lhe chama o povo
Pela enorme estatura, e força incrível)
Ergue a pesada maça sem trabalho,
Qual nos montes de Lerne o fero Alcides:
Gonçalo evita a morte com destreza:
Ele renova os formidáveis golpes;
Mas o irado mancebo ao desviar-se
Tropeça, e cai.”¹⁷¹

¹⁷⁰ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *O deserto - Poema herói-cômico*. Notas ao poema de Joaci Pereira Furtado, edição de Ronald Polito, Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p.100.

¹⁷¹ *Ibidem*, p.103-104.

Silva Alvarenga, no “Discurso sobre o Poema Herói-cômico” que antecede seu poema, após definir o gênero épico, como acima já explicitado e o gênero cômico, este sendo responsável por encontrar “nas ações vulgares um dilatado campo à irrisão, com que repreende os vícios”, caracteriza o gênero praticado n’*O Desertor*: “o poema Chamado Herói-Cômico, porque abraça ao mesmo tempo, uma e outra espécie de poesia, é a imitação de uma ação cômica heroicamente tratada”.¹⁷²

Ao fim do poema, após a vã tentativa de seu tio de redirecioná-lo para a retomada dos estudos em Coimbra, a batalha chega ao fim. No duelo entre as luzes e as trevas, Gonçalo, do qual “apenas se conhece que inda vive”, carrega consigo “a derrotada e estúpida Ignorância.”¹⁷³ O elogio ao Reitor de Coimbra, “Prelado ilustre, Prudente, Pio, Sábio, e Justo, e Firme/ Defensor das Ciências que renascem” e a exortação de sua vitória, diante do “Império” assentados sobre “espíritos baixos”, é feita na última estrofe do poema.

“Possa a robusta mão, que o Cetro empunha,
Lançar-te num lugar tão desabrido,
Que te sejam amáveis os rochedos
Onde os coriscos de contínuo chovem.”¹⁷⁴

Ao invés de compor odes ou sonetos, em *O Desertor* Silva Alvarenga optou por um caminho distinto para louvar a Reforma. Ao fim de seu discurso que introduz o poema, aponta não somente a funcionalidade do gênero, mas a sua capacidade de, ao mesmo tempo, entreter e cumprir o seu desígnio. Em suas palavras:

“É desnecessário trazer à memória a autoridade, e o sucesso de tão ilustres Poetas para justificar o Poema Herói-cômico, quando não há quem duvide que ele, porque imita, move, e deleita: e porque mostra ridículo o vício, e amável a Virtude, consegue o fim da verdadeira poesia.”¹⁷⁵

¹⁷² Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *O desertor - Poema herói-cômico*. Notas ao poema de Joaci Pereira Furtado, edição de Ronald Polito. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p.72.

¹⁷³ *Ibidem*, p.128.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p.129.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p.73.

A confiança do autor de que efetivamente o intento de sua composição havia sido atingido se expressa de forma certa na frase de Horácio, tirada de sua *Arte Poética*, que encerra seu “Discurso sobre o Poema Herói-cômico”: “Omne tulit punctum, qui miscuit utile dulci”, isto é, “Levou todos os pontos (favoráveis), aquele que misturou o útil ao agradável”. O jovem de 24 anos, em seu terceiro ano do curso de Cânones em Coimbra, mostrou-se hábil não somente no manejo dos gêneros poéticos, mas também no tema escolhido. Segundo Ivan Teixeira, Basílio da Gama, na condição de membro importante da Corte em 1772, teria sido o responsável pelo encontro do poeta com Pombal, “de onde teria nascido a idéia da elaboração de *O Desertor*”¹⁷⁶. Se a informação procede, não podemos, com base nas fontes encontradas até o momento, afirmar. Cabe destacar que a composição de Silva Alvarenga cumpre bem a função de louvor, pois opera com os valores apregoados pela Reforma da Universidade com todos os aspectos que a constituem: a implantação de um sistema de ensino que imprimiria uma sólida formação nos indivíduos e a reformulação dos saberes científicos que possibilitaria a equiparação de Portugal ao estágio de desenvolvimento científico de outras nações européias. Testemunha da transformação intentada no seio da Universidade, Silva Alvarenga tinha à sua disposição os elementos para colaborar na empresa do elogio à Reforma empreendida por Pombal. Ao mesmo tempo, seu poema não é apenas fruto de um contexto, mas também é instituidor de sentido, ao conferir significados e produzir, ao lado de uma série de outras criações do mesmo período, imagens positivas acerca dos esforços de renovação planejados. O poeta, ao fazer o elogio do “sábio” e “justo” reitor Francisco de Lemos Coutinho na última estrofe de sua composição, ressaltando os “aprazíveis campos” que seriam fecundados com a Reforma e dos quais brotariam novos frutos ao reino, posiciona Gonçalo como um *desertor* das letras e, por conseguinte, como um indivíduo que se esquivou de ser parte ativa de uma instituição que se modificava para melhor executar a sua função de coração do Estado.

1.4 A inauguração da estátua eqüestre

Após a composição de *À mocidade portuguesa* e de *O Desertor*, Silva Alvarenga compôs outras três peças poéticas que versaram sobre outro evento marcante

¹⁷⁶ Ivan Teixeira. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica – Basílio da Gama e a Poética do Encômio*. São Paulo: Edusp, 1999, p.486.

da história portuguesa: a inauguração da estátua equestre feita pelo escultor português Joaquim Machado de Castro em homenagem a D. José I. A inauguração foi revestida de um significado marcante, a fim de comemorar a reconstrução da cidade de Lisboa, gravemente atingida pelo terremoto de 1755. No entanto, a reconstrução não havia sido concluída integralmente a esta altura. Para se ter uma idéia do prolongamento das obras após o reinado de D. José, basta levar-se em conta que à época da inauguração da estátua, a Praça do Comércio ainda não se encontrava concluída e que significativa parte da reconstrução da Baixa prolongou-se até o início do século XIX.¹⁷⁷ Apesar dos descompassos, a construção de um monumento a D. José visava a consagração pública dos feitos de um reinado que se aproximava de seu término com o agravamento considerável da saúde do monarca. Um evento de tal magnitude seria acompanhado por um grande número de manifestações de artistas e de homens de letras que exteriorizariam suas habilidades e produziriam peças artísticas e literárias que adornariam o legado do reinado josefino com traços de virtude e de justiça.

Realizada no dia do aniversário do rei, em 6 de junho de 1775, a cerimônia foi cuidadosamente organizada pelo marquês de Pombal, o qual elaborou instruções bastante pormenorizadas nas quais definiu minuciosamente o transcorrer de toda a cerimônia, desde a definição dos lugares que as principais autoridades portuguesas e estrangeiras ocupariam durante a festa até os empregados que seriam encarregados de trabalhar nos três dias de comemorações.¹⁷⁸ Um observador anônimo da festa relatou que Pombal foi um ativo incentivador da elaboração de textos em tributo à inauguração da estátua, ao anunciar que aquela era “ocasião em que se deviam manifestar os engenhos Portugueses escrevendo sobre esta ação conforme o particular discurso de cada um como quem sabia, que também havia ter parte nos elogios, que se formassem.”¹⁷⁹ O espectador desconhecido, que ao longo de sua narração expressa sua contrariedade em relação à festa, episódio que tanto teve “de famoso quanto de

¹⁷⁷ Nuno Gonçalo Monteiro. *D. José – na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p.255.

¹⁷⁸ “Miscellanea. Papéis relativos à Universidade de Coimbra, estátua equestre de D. José I, política externa, etc”. *Biblioteca Nacional de Portugal*, Setor de Reservados, Coleção Pombalina, Códice 683. Neste códice residem cópias de cartas redigidas por Pombal dirigidas a diversas autoridades, convocando-as a tomar parte nos festejos e estabelecendo suas respectivas funções neles.

¹⁷⁹ “Relação historica em que se refere o motivo porque se eregio a Estatua Equestre de El Rey D. José o I da formalidade com que se modelou, fundio, reparou, e festejou-lhe o tempo final da sua inauguração escripta por hum curioso imparcial em Lisboa na officina emanuense anno de 1778”. *Biblioteca Nacional de Portugal*, Setor de Reservados, Códice 607, fl.131.

reprovável tirando-se da boca dos pobres com que se encheram a dos ricos”, pontua que a mesma intenção de motivar a produção textual sobre a efeméride foi manifestada pelos partidários de Pombal e pelos “Deputados da Real Mesa Censória, dizendo especificamente a alguns que o executasse. Entraram a laborar as idéias, e a escreverem as penas, e a estamparem-se as composições, que se espalharam em prosa, e toda qualidade de versos nas línguas Latina, Portuguesa, Francesa, Italiana, Castelhana, Inglesa, Greco-Hebraica.”¹⁸⁰ Teophilo Braga, com razoável exagero, assinala que “todos os poetas de Lisboa metrificaram sonetos, epístolas para celebrarem esse regozijo oficial, as quais peças se reuniram por mãos de curiosos em volumosas coleções.”¹⁸¹ Tamanha extensão de textos alusivos à estátua eqüestre foi também destacada pelo anônimo espectador. Nas suas palavras momento da celebração foram se “espalhando por entre alegres, e repetidos vivas, muitos sonetos impressos, em aplauso desta ação.”¹⁸² Não se tem conhecimento de que os escritos feitos em homenagem a D. José I e à estátua eqüestre tenham sido lidos durante as celebrações. No entanto, é plausível crer que a poesia deva ter tido posição de destaque nos três dias, visto que o marquês de Pombal prescreveu que não se deveria esquecer de “um sítio em que esteja uma boa orquestra para os intervalos da Poesia, neste mesmo deve haver lugar para os Timbaleiros Reais, que também na tarde devem assistir à função.”¹⁸³

Membros importantes da recém-extinta Arcádia Lusitana, como Theotónio Gomes de Carvalho, Marianno Borgonzolli Martelli e António Diniz da Cruz e Silva metrificaram acerca da estátua régia.¹⁸⁴ Uma ocasião celebrativa de tamanha relevância significava um momento de marcante importância tanto para os poetas, como para o homenageado. A efeméride propiciava o ensejo para que novos poetas adquirissem alguma fama e reconhecimento por parte do poder régio. Já poetas

¹⁸⁰ “Relação historica em que se refere o motivo porque se eregio a Estatua Equestre de El Rey D. José o I da formalidade com que se modelou, fundio, reparou, e festejou-lhe o tempo final da sua inauguração escripta por hum curioso imparcial em Lisboa na officina emanuense anno de 1778”. *Biblioteca Nacional de Portugal*, Setor de Reservados, Códice 607, fl.132.

¹⁸¹ Teophilo Braga. *Historia da litteratura portuguesa – A Arcádia Lusitana*. Porto: Lello & Irmão, 1899, p.592.

¹⁸² “Relação historica em que se refere o motivo porque se eregio a Estatua Equestre de El Rey D. José o I...”, *Op. Cit.*, [sem paginação].

¹⁸³ “Miscellanea. Papéis relativos à Universidade de Coimbra, estátua eqüestre de D. José I, política externa, etc”. *Biblioteca Nacional de Portugal*, Setor de Reservados, Coleção Pombalina Códice 683, fl.132b.

¹⁸⁴ Teophilo Braga. *Op. Cit.*, p.593.

conhecidos como Cruz e Silva, o qual ainda não tinha visto impresso nenhum de seus versos mas que firmara sua reputação graças à sua atuação na Arcádia Lusitana e à intensa circulação de cópias de seus escritos, auxiliavam com sua autoridade na consagração do acontecimento.

Os principais poetas luso-americanos que se encontravam em Portugal naquele momento dedicaram obras à efeméride. Alvarenga Peixoto foi autor de um soneto no qual, em sua estrofe final, conclama a consagração de Pombal junto ao nome de D. José: “POMBAL junto a JOSÉ eterno fique,/ Qual o famoso Agrippa junto a Augusto,/ Como Sully ao pé do grande Henrique/.”¹⁸⁵ Basílio da Gama, por seu turno, compôs dois sonetos, sendo que um deles também menciona o valido do monarca.¹⁸⁶ O irmão de Basílio da Gama, Antonio Caetano de Almeida Villas Boas versejaria o ensejo em uma ode.¹⁸⁷ Três peças - um soneto, uma epístola e uma ode - foram concebidas por Silva Alvarenga tendo como matéria a estátua erigida em homenagem ao monarca.¹⁸⁸ No soneto, publicado em folha avulsa como tantos outros na mesma ocasião, o ressurgimento de Lisboa após o terremoto está associado aos esforços do monarca: “Vencer Dragão, que as fúrias desenterra;/ Co’ás Artes adornar, Ceptro e Coroa;/ Da triste cinza erguer aos Céus Lisboa;/ Pôr freio as ondas, e dar leis às Terra;/ Tudo JOSÉ na heróica Mão encerra./ O Bronze se levanta: o prazer voa;/ E o seu Nome imortal a Fama entoa/ Entre cantos da Paz, e sons da Guerra.”¹⁸⁹ Já na epístola, além de toda a ampla gama de qualificações utilizada por Silva Alvarenga para enaltecer o monarca como a piedade, a justiça, o amor às artes – traços que comumente aparecem em poesias

¹⁸⁵ Inácio José de Alvarenga Peixoto. *Na inauguração da estatua eqüestre consagrada a memória D’El Rey Nosso Senhor no faustíssimo dia 6 de junho de 1775. Soneto.* s.l., s.impr., s.d.

¹⁸⁶ Os dois sonetos de Basílio da Gama foram impressos em um só lado de uma única folha, assim como o de Alvarenga Peixoto. O primeiro deles inicia-se com “Fundou co’a forte espada a Monarquia” e está assinado “Termino Sipilio, Pastor Árcade, 6 de junho de 1775” e o outro intitula-se *Soneto no dia feliz da inauguração do colosso real* e está assinado “José Basílio da Gama, da Arcadia de Roma.”

¹⁸⁷ Antonio Caetano de Almeida Villas Boas. *Inauguração do colosso de bronze no dia faustissimo aniversario de ElRey Dom José I. Nosso Senhor,* s.l., s.impr., s.d.

¹⁸⁸ Refiro-me a *No dia da inauguração da Estatua Equestre d’El Rey N. Senhor D. José I. Soneto.* s.l., s. impr., s.d., *No dia da inauguração da Estatua Equestre de El Rey Nosso Senhor. Ode de Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, Estudante na Universidade de Coimbra.* s.l., s. impr., s.d. e *Ao Sempre Augusto e Fidelíssimo Rey de Portugal Dom José I, Nosso Senhor no dia da colocação da sua Real Estatua Eqüestre. Epistola de Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, Estudante na Universidade de Coimbra.* s.l., s. impr., s.d.

¹⁸⁹ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *No dia da inauguração da Estatua Eqüestre d’El Rey N. Senhor D. José I. Soneto.*, s.l., s.impr., s.d.

dedicadas a reis - salta aos olhos um trecho que insinua a percepção do autor acerca do exercício literário de versificar os feitos do monarca.

“Poderia a lisonja fácil em seus louvores
Vestir pequenas coisas co’as mais brilhantes cores;
Mas as Vossas Virtudes grandes por toda a parte
Aparecem mais belas sem os adornos da Arte;
E a sua clara luz, que tanto o mundo admira,
Me faz hoje das mãos cair o plecto e a lira.”¹⁹⁰

Procurando destacar-se entre aqueles que se esmeravam no ofício que cabia a um poeta naquele momento celebrativo, Silva Alvarenga expõe com razoável desvelo uma ocorrência que seria própria de autores de poesias a reis e príncipes: o de através de sua arte avultar as ações dos homenageados. Desnudando tal prática, cria-se uma espécie de mote para postular D. José I como monarca para o qual os poetas não precisariam se esforçar para majorar as proporções de seus feitos, uma vez que estes por si só seriam reconhecidos por seu valor. Ao fim da epístola, o poeta retorna ao argumento ao definir a simplicidade que constituiria o exercício de versificar a grandeza de D. José.

“Mas também os meus versos, o tempo não consome,
Por que respeita neles, Grão REY, o Vosso Nome.
Se o meu pincel sincero vos pode retratar,
Não tenho que temer, não tenho que esperar.
Da Meônia carreira toco a difícil meta,
O amor da Vossa Glória foi quem me fez Poeta.”¹⁹¹

Reestabelece-se também neste trecho a sugestão, já presente n’*O desertor*, de que para ser útil à pátria, seria necessário um empenho virtuoso. Constrói-se a concepção segundo a qual os novos tempos exigiriam que os homens se esforçassem com vigor para ocupar cargos de relevância e exercer de maneira mais eficiente suas funções. A carreira espinhosa que Gonçalo evitou seguir ao “desertar”, fugindo juntamente com seus amigos dos estudos na recém-reformada Universidade de Coimbra reaparece na epístola à estátua erigida em homenagem a D. José I. A

¹⁹⁰ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *Ao Sempre Augusto e Fidelíssimo Rey de Portugal Dom José I, Nosso Senhor no dia da colocação da sua Real Estatua Equiestre. Epistola*. s.l., s.impr., s.d., p.3.

¹⁹¹ *Ibidem.*, p.6.

construção da imagem do reino português como um espaço onde não só o amor às artes, como também o amor às letras e às ciências haviam sido retomados, numa clara atitude de constituição de uma determinada imagem pejorativa do passado, constituiu-se numa importante plataforma pombalina que teve Silva Alvarenga como um de seus principais artífices.

Em homenagem à estátua eqüestre de D. José I, Silva Alvarenga ainda escreveu uma ode, na qual o Marquês de Pombal ganha a mesma eternização conferida ao monarca: “Aos séculos futuros,/ MARQUEZ Invicto, servirão de exemplo/ Vossos trabalhos duros,/ Longos, incríveis, que da Glória o Templo/ Tem por ilustre, e nunca visto ornato,/ Onde não chega a mão do Tempo ingrato.”¹⁹²

A prática de escrever peças poéticas a figuras do poder proeminentes do governo português, exercício corrente entre escritores árcades tanto portugueses quanto ultramarinos, seria objeto de um conjunto de quintilhas escritas pelo próprio Silva Alvarenga. Trazidas à lume após o falecimento do poeta por Januário da Cunha Barbosa, as “Quintilhas ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa” constituem-se numa composição singular da obra de Silva Alvarenga, ao trazerem o poeta metrificando com ironia os procedimentos dos poetas autores de peças a figuras do poder. “Vamos pois a preparar,/ Que eu te darei as lições;/ Folheando no Camões,/ Bem podemos remendar/ Odes, sonetos, canções/ Podemos fingir um sonho/ Por método tal e qual,/ Se o furto for natural,/ Eu dele não me envergonho,/ Todos furtam, bem ou mal.”¹⁹³ A mordacidade do poeta não deixa intacta sequer o bucolismo arcádico do qual ele próprio seria um célebre representante: “Se de soneto és amante/ Seja sempre pastoril,/ Que sem cajado e rabil,/ O soneto mais galante/ Não tem valor de ceitel.”¹⁹⁴ Numa composição que se revela com o propósito de expor os artifícios retóricos comumente utilizados para versificar a vida e as ações dos governantes, Silva Alvarenga desanca com zombaria da majoração das realizações dos homenageados concebida pelos poetas, construída

¹⁹² Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *No dia da inauguração da Estatua Equestre de El Rey Nosso Senhor. Ode*. s.l., s. impr., s.d., p.5.

¹⁹³ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “Quintilhas ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa no dia de seus anos”. In: *Obras poéticas – Silva Alvarenga*. Introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.79-80. Estas quintilhas foram publicadas pela primeira vez em Januário da Cunha Barbosa. *Parnaso Brasileiro ou Collecção das melhores poezias dos poetas do Brasil, tanto inéditas como já impressas*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1829-1832.

¹⁹⁴ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “Quintilhas ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa no dia de seus anos”, *Op. Cit.*, p.80.

através da recorrente menção a mitos clássicos: “Coas virtudes, côas ações/ Do nosso herói não te mates:/ Basta que a obra dilates,/ Dividida em pelotões,/ Por sonoros disparates./ Quero ver a mão robusta/ D’Alcides, encaixe ou não,/ E alguma comparação,/ Ainda que se seja à custa/ D’Aníbal ou Cipião.”¹⁹⁵

As quintilhas de Silva Alvarenga sugerem reparos nos procedimentos dos poetas que, como ele próprio, compuseram obras encomiásticas a governantes. As três peças de autoria do poeta mineiro dirigidas à estátua eqüestre seriam apenas as primeiras de sua lavra que tiveram como matéria exclusiva as façanhas de um membro do poder. A desilusão percebida nestas quintilhas de Silva Alvarenga que seriam publicadas postumamente contrasta com o comprometimento do jovem estudante coimbrão com os novos tempos que se anunciavam com o reinado de D. José I. Os anseios de Silva Alvarenga não deviam estar relacionados à irrestrita liberdade política, mas sim com os efeitos que o reformismo ilustrado projetado por Pombal havia adquirido no ultramar, esmaecendo suas expectativas. Expectativas que podem ter sido geradas pela formação de uma auto-percepção que lhe indicava que, em que pese seu pertencimento a um elite intelectual, os espaços para que a sua missão de contribuir com suas Luzes para o engrandecimento do Império encontravam-se consideravelmente circunscritos.

¹⁹⁵ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “Quintilhas ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa no dia de seus anos”. In: *Obras poéticas – Silva Alvarenga*. Introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.82.

Cap. 2. O retorno do americano

Passados oito anos de estadia no reino, o bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra Manuel Inácio da Silva Alvarenga retornaria à colônia. Não há registros que informem a data exata de sua partida de Portugal. Contudo, têm-se o registro de seu passaporte concedido para que retornasse ao Brasil: “Manda El Rey Nosso Senhor senão ponha impedimento algum a passar para o Rio de Janeiro, e Minas Gerais Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, por constar ser Português, e ter vindo da dita Capitania de Minas Gerais, donde é natural, a fazer os seus Estudos na Universidade de Coimbra: E leva em sua companhia um criado por Nome José Roiz. Palácio de N. Sra. da Ajuda em 30 de agosto de 1776 / Martinho de Mello e Castro.”¹⁹⁶ É possível que o criado não tenha sido a única pessoa conhecida do jovem poeta mineiro a acompanhá-lo. Segundo Manuel Rodrigues Lapa, teriam feito parte da mesma longa jornada até o Rio de Janeiro Antônio Diniz da Cruz e Silva e o irmão de Basílio da Gama, Antônio Caetano de Almeida Villas Boas, amigo próximo de Alvarenga e seu colega de faculdade durante todos os anos em que permaneceu na Universidade de Coimbra. Lapa informa ainda que ambos se dirigiriam, posteriormente, para a comarca de Rio das Mortes.¹⁹⁷ Cruz e Silva, por sua vez, dirigia-se ao Brasil para ocupar o cargo de desembargador do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro.¹⁹⁸

A própria viagem teria sido objeto de poemas de Silva Alvarenga. Num soneto, em tom bastante jocoso, o poeta constrói de forma humorística a fome que assolaria a embarcação: “O capitão c’s olhos na frasqueira,/ De noite os paios e presunto come,/ E os mais jejuam a semana inteira/ Ou muda o capitão ou muda o nome;/ Se não, em vez de *Príncipe da Beira*,/ Serás chamado o *Príncipe da Fome*!”¹⁹⁹ Em uma décima heptassilábica aparece o sobrenome do capitão: “Dizem que de Anjo tem o nome/ O

¹⁹⁶ Passaportes de passageiros, 1772 até 1778. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Códice 803, Livro 3º, fl.164v.

¹⁹⁷ Manuel Rodrigues Lapa. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: MEC, 1960, p. XXIX.

¹⁹⁸ “Decreto do Rei D. José I nomeando Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, José Gomes de Carvalho, Antônio Diniz da Cruz e Silva e Feliciano Car Ribeiro para desembargadores da Relação do Rio de Janeiro por tempo de seis anos, Salvaterra de Magos, 18 de janeiro de 1775”. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 97, doc. 8405.

¹⁹⁹ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “Soneto iniciado pelo verso *Que importa que seguro e bem talhado*”. In: *Obras poéticas – Silva Alvarenga*. Introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.108.

Capitão de um navio,/ Que desde Lisboa ao Rio/ Me trouxe sempre com fome.”²⁰⁰ Não logramos encontrar documentação que pudesse trazer à lume a lista de passageiros do navio Príncipe da Beira nesta viagem.²⁰¹ Apesar desta lacuna, sabe-se que o referido navio realizou uma viagem entre o Rio de Janeiro e Lisboa no início do ano de 1776.²⁰² A mesma embarcação saiu de Lisboa em 21 de setembro de 1776 rumo ao Rio de Janeiro, conforme ofício de Martinho de Melo e Castro ao marquês do Lavradio, no qual o secretário de Estado discrimina a carga de pólvora e outros gêneros que estavam sendo levados pelo navio.²⁰³ Infelizmente, não temos neste último caso a relação dos tripulantes da viagem mas, pelos dados de que dispomos, é possível intuir que esta jornada do Príncipe da Beira em fins de setembro de 1776 tenha sido a que levou Silva Alvarenga de volta à sua “pátria”, como ele mesmo diria em poema que veio à lume em 1777, *O templo de netuno*. Esta seria a segunda composição escrita pelo poeta aludindo ao seu amigo Basílio da Gama (Termino Sipílio), o qual teria sido figura decisiva na viabilização de sua boa aceitação por parte do marquês de Pombal. A edição estamparia em seu frontispício o nome adotado por Silva Alvarenga na Arcádia Ultramarina: Alcindo Palmireno, semelhante ao que já fora feito na edição da *Epístola a Termino Sipílio*, cuja conturbada história editorial já foi aqui explorada. No poema *O templo de netuno*, grassam as sensações contraditórias que tomariam conta da alma do poeta ao deixar o Reino.

“Adeus, Termino, adeus, augustos lares
Da formosa Lisboa; o leve pinho
Já solta a branca vela aos frescos ares.

²⁰⁰ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “Décima heptassilábica começada pelo verso *Dizem que de Anjo tem o nome*”. In: *Obras poéticas – Silva Alvarenga*. Introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 87.

²⁰¹ Em pesquisa no Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, situado na Rua da Junqueira, pude constatar que a parte da documentação referente à partida de navios de Lisboa durante fins do século XVIII é consideravelmente exígua e não há registros sobre as viagens do Príncipe da Beira.

²⁰² “Relação assinada pelo [intendente-geral do ouro e presidente da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro], desembargador Manoel Pinto da Cunha e Sousa, e pelo capitão Manoel Gonçalves Anjo, dos oficiais e mais tripulação do navio Príncipe da Beira, que segue viagem para Lisboa, 13 de janeiro de 1776, Rio de Janeiro”. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 98, doc. 8490.

²⁰³ “Ofício (cópia) do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro ao vice-rei do Estado do Brasil, marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça Melo Silva e Mascarenhas, encaminhando a relação da carga de pólvora e outros gêneros transportados para o Rio de Janeiro pelo navio São José Príncipe da Beira, de que é mestre Manoel Gonçalves Anjo, Lisboa, 21 de setembro de 1776”. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 101, doc. 8636.

Amor, o puro amor do pátrio ninho
Há muito que me acena e roga ao fado
Que eu sulque o campo azul do deus marinho.

Eis a Nau que já dum, já doutro lado
Se deita e se levanta; foge a Terra,
E me foges também, Terminando amado.

Da alegre Sintra a desejada Serra
Mal aparece, e o vale, que ditoso
De Lísia e de Jônia a voz e a lira encerra.”²⁰⁴

Além da convivência com Basílio da Gama, da paisagem de Sintra, outras particularidades do Reino por ele aproveitadas deviam incessantemente fazer parte de seus devaneios. O ambiente de renovação intelectual experimentada na Universidade de Coimbra, o número considerável de livreiros e de livrarias da cidade e outras especificidades fariam falta ao regressar à colônia. Se o retorno ao Brasil significaria alguma espécie de estranhamento em relação à vida cultural, ensejaria também a percepção das diferenças naturais do território americano, já no primeiro poema escrito após sua volta: “Se enfim respiro os puros climas nossos, / No teu seio fecundo, ó Pátria Amada,/ Em paz descansam os meus frios ossos.”²⁰⁵

2.1. Reencontros com a pátria

Januário da Cunha Barbosa comenta em excerto biográfico sobre Silva Alvarenga publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que o poeta, após voltar ao Brasil, dirigiu-se para a Comarca de Rio das Mortes, onde teria recebido a patente de coronel de milícias dos homens pardos.²⁰⁶ Entretanto, o único registro de sua atuação na comarca é o de sua participação numa reunião na Câmara Municipal em 25 de abril de 1778, ocasião em que foram debatidas as maneiras mais eficazes que deveriam ser implementadas para que os rendimentos do Senado da

²⁰⁴ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “O templo de netuno”. In: *Obras poéticas – Silva Alvarenga*. Introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.49.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 53.

²⁰⁶ Januário da Cunha Barbosa. Doutor Manoel Ignacio da Silva Alvarenga. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 11, tomo III, outubro de 1841, p. 343.

Câmara fossem majorados, tendo em vista que a região atravessava um forte período de estiagem e a produção agrícola decrescera vertiginosamente. Para a resolução do problema, realizou-se uma sessão extraordinária para a qual foram convocados os principais nomes da vila e, entre eles, figurou Silva Alvarenga. Sua assinatura é a última que aparece no papel que registra a resolução tirada na sessão, na qual estiveram presentes ao todo 28 homens.²⁰⁷

Durante esta passagem pela capitania de Minas Gerais, é possível que Silva Alvarenga tenha concebido o poema idílico *A Gruta Americana*, publicado pela Régia Oficina Tipográfica em Lisboa em 1780. Também dedicado a Termindo Sipílio, os cenários traçados pelo poema remontam às paisagens das Minas.

“Num vale estreito, o pátrio Rio desce
D’altíssimo rochedos despenhado
Com ruído que as feras ensurdece.

Aqui na vasta gruta sossegado
O velho Pai das Ninfas tutelares
Vi sobre Urna musgosa recostado

Pedaços d’ouro bruto nos altares
Nascem por entre as pedras preciosas,
Que o Céu quis derramar nesses lugares.”²⁰⁸

Tendo estudado no Seminário da Boa Morte em Mariana em 1766, é possível que o “pátrio Rio” ao qual o poeta faz referência seja o Ribeirão do Carmo, o mesmo que o poeta Cláudio Manuel da Costa, natural de Mariana, tematizaria nos seus versos. Faz-se presente neste idílio de Silva Alvarenga, com bom destaque, o elogio de caracteres locais, como o da figura de uma “fortíssima Amazona”, coberta por “Vistasas penas de diversas cores” que “Vestem e adornam tanta maravilha.”²⁰⁹ Simultaneamente, a descrição exótica da natureza americana convive no idílio com um universo de carestia, onde a natureza estaria consideravelmente distante de um estado de abundância e a pureza dos “climas nossos” versejada em *O templo de Netuno* teria dado lugar a um ambiente desconfortável.

²⁰⁷ Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei, ACOR 06, 1778, fl. 11 v.

²⁰⁸ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “A gruta americana” In: *Obras poéticas – Silva Alvarenga*. Introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.54.

²⁰⁹ *Ibidem*, p.55.

“Pálida, surda e forte,
Com vagaroso passo vem soberba
A descarnada Morte,
Côa misérrima e triste Fome acerba,
E a negra Peste, que o fatal veneno
Exala ao longe, e ofusca o ar sereno.

...

Os montes escalvados,
Do vasto mar, eternas atalaias,
Vacilam assustados
Ao ver tanto inimigo em nossas praias;
E o pó sulfúreo, que no bronze soa,
O Céu e a Terra e o mar e o Abismo atroa.”²¹⁰

A composição prossegue ressaltando a ação da “Rainha Augusta/ Digna filha do Rei justo e piedoso”, grande responsável pelo restabelecimento da paz e da prosperidade (“Já caem sobre os montes/ Fecundas gotas de celeste orvalho:/ Mostram-se os horizontes;/ Produz a terra os frutos sem trabalho;/ E as nuas Graças, e os Cupidos ternos/ Cantam à doce Paz hinos eternos.”²¹¹ A sensação de estar longe do reino faz com que o “adusto americano”, nos “climas remotos”, manifeste ao amigo Basílio da Gama uma certa queixa diante da distância que o separa da terra onde cultivava maior familiaridade com a poesia.

“Ai, Termindo! rebelde o instrumento
Não corresponde à mão, que já com glória
O fez subir ao estrelado acento.

Sabes do triste Alcindo a longa história;
Não cuides que os meus dias se serenam:
Tu me guiaste ao templo da Memória,
Torna-me às Musas, que de lá me acenam.”²¹²

²¹⁰ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “A gruta americana” In: *Obras poéticas – Silva Alvarenga*. Introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 56.

²¹¹ *Ibidem*, p.57.

²¹² *Ibidem*, p.58.

Nestas estrofes, aparecem esboçados os sentimentos de gratidão do poeta em relação ao amigo Basílio da Gama, que teria sido o responsável pela sua introdução no círculo pombalino de poetas e artistas, tendo assim possibilitado o reconhecimento de seus talentos com as musas em Portugal. A tristeza motivada pela condição de sentir-se estranho na “pátria” que havia sido seu berço aparece nesta sua primeira composição mais significativamente permeada por referenciais locais, que mais tarde ganhariam contornos mais fortes nos rondós de *Glaura*, conforme sugeriu Antonio Candido.²¹³

Durante este período em que viveu na comarca de Rio das Mortes, antes de mudar-se para o Rio de Janeiro, o poeta conceberia uma égloga, gênero próximo ao idílico utilizado em *A gruta americana*. Trata-se de *O canto dos pastores*, escrita em Rio das Mortes em 1 de novembro de 1779, conforme indica a inscrição da folha de rosto da sua primeira edição, a qual veio à lume em 1780.²¹⁴ O poema seria novamente publicado no periódico *O Patriota*, em novembro de 1813.²¹⁵ O estudioso Francisco Topa apontou algumas diferenças sensíveis entre as duas edições do poema, como supressão de estrofes, alteração da ordem de algumas delas e alterações ao nível do texto.²¹⁶ Das mudanças por ele flagradas, são sugestivas as diferenças dos nomes dos pastores (“Mirteu” é alterado para “Mirtilo”, “Licidas” é substituído por “Alcindo”) e das pastoras (“Lília” dá lugar a “Célia”, “Isbela” transmuta-se em “Lídia” e uma das

²¹³ Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos, 1750-1880*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p.142.

²¹⁴ *O canto dos pastores – Égloga oferecida à *** por Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, Arcade Ultramarino*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1780. Com licença da Real Mesa Censoria. No exemplar manuscrito submetido à aprovação da Real Mesa Censória, vê-se que a autorização para impressão foi concedida em 18 de setembro de 1780 com a observação costumeira de que, depois de impressa, se voltasse “a conferir.” “Manuscrito da égloga *O canto dos pastores*”, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Real Mesa Censória, cx. 344, doc. 3700.

²¹⁵ *O Patriota*, 2ª série, nº 5, novembro de 1813, p. 43-47.

²¹⁶ Topa observa que na versão do poema impressa em *O Patriota*, desaparece o paratexto inicial que precede o poema e que faz referência à data e local de sua composição (Rio das Mortes em 1 de novembro de 1779), bem como é incluída uma dedicatória à “Ilustríssima e Excelentíssima Senhora D. J.J. de L.F.”, a qual Topa afirma ser D. Joana Isabel Lencastre Forjaz, poetisa que convivera com Basílio da Gama, Domingos Caldas Barbosa e Alvarenga Peixoto e, provavelmente, Silva Alvarenga. Outra alteração apontada por Topa é a supressão da referência a Termino (Basílio da Gama) que na versão publicada no periódico é substituída por Apolo, modificação esta, segundo Topa, que deve ser encarado não só como “uma subida do tom elogioso”, como também ao fato de Basílio da Gama já ter falecido em 1813. Francisco Topa. *Para uma edição crítica da obra do arcade brasileiro Silva Alvarenga – Inventário sistemático dos seus textos e publicação de novas versões, dispersos e inéditos*. Porto: edição do autor, 1998, p.85-86.

ocasiões em que aparece o nome de “Glaura”, ele é substituído por “Célia”, na estrofe XVIII).²¹⁷ Ainda no campo das alterações, há que se destacar também as mudanças estilísticas realizadas para a versão publicado em *O Patriota*. Tomemos como exemplo a estrofe V.

“Canta Mirteu, à sombra dos loureiros,
Onde Adónis cantou, triste e saudoso,
Pressago dos instantes derradeiros.”

“Canta Mirtilo, ao pé destes loureiros,
Onde Adónis cantou, triste e saudoso,
O injusto amor nos dias derradeiros.”

E também a estrofe XV da primeira edição, que na versão d’ *O Patriota* corresponde à estrofe XX:

“Ligou-me Lília com fastões de flores,
E escondeu por um pouco o lindo rosto;
Quebrar podendo os laços, por meu gosto
Fiquei, da sua mão, preso de amores.”

“Ligou-me Célia com festões de flores,
E escondeu por um pouco o lindo rosto.
Pude romper os laços; mas por gosto
Fiquei da sua mão preso de amores.”

As modificações estilísticas empreendidas pelo poeta, eliminando palavras de compreensão duvidosa, como pressago, e atualizando palavras como “fastões”, bem como a opção pela ordem direta (Pude romper os laços, mas por gosto) sugerem uma reescrita que pudesse ter como preocupação a recepção de sua composição para um público mais amplo.

A ida de Silva Alvarenga para o Rio de Janeiro está ligada à sua nomeação para ocupar a cadeira de professor régio de Retórica. Não logramos encontrar o registro de sua designação para a ocupação de tal cargo.²¹⁸ A informação que ele teria assumido o posto em 1782 é fornecida por Januário da Cunha Barbosa.²¹⁹ Interessa aqui

²¹⁷ Francisco Topa. *Para uma edição crítica da obra do árcade brasileiro Silva Alvarenga – Inventário sistemático dos seus textos e publicação de novas versões, dispersos e inéditos*. Porto: edição do autor, 1998, p.86.

²¹⁸ Na documentação presente no fundo da Real Mesa Censória do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, que traz as datas de provisões e requerimentos para nomeação de professores dos Estudos Menores não há registros acerca de Silva Alvarenga. Refiro-me ao livro 24 (*Registo de datas de provisões para professores dos Estudos menores*) (1783-1794) e à caixa 187 (*Requerimentos para nomeação e colocação dos professores dos Estudos menores*).

²¹⁹ Januário da Cunha Barbosa. Doutor Manoel Ignacio da Silva Alvarenga. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 11, tomo III, outubro de 1841, p.340.

compreender os contornos da carreira que o professor abraçaria ao longo de sua vida, juntamente com o exercício da advocacia.

2.2. As reformas do ensino na colônia

Como já amplamente demonstrado pela historiografia, a política educacional portuguesa passou por um primeiro momento de inflexão com a expulsão dos jesuítas em 1759. O Alvará régio de 28 de junho do mesmo ano, o qual estabelecia a extinção das escolas reguladas pelo método jesuítico, visava uma ampla reforma a fim de restituir aos estudos “aquele antecedente lustre, que fez os Portugueses tão conhecidos na República das Letras.”²²⁰ Assim como seriam enormes os descompassos em Portugal, em virtude da ausência de mestres preparados para ensinar segundo os novos métodos adotados e da resistência de alunos acostumados à pedagogia jesuítica, menores não seriam aqueles verificados no ultramar. Uma amostra da condição de penúria do ensino na cidade do Rio de Janeiro e em outras do Estado do Brasil são as queixas estudadas por Alberto Banha de Andrade feitas pelo padre Jorge Nunes, presbítero secular, nascido no Cabo Frio, Bispado do Rio de Janeiro, o qual reclamou ao Rei que não se encontravam professores régios em cidades do Rio de Janeiro e São Paulo em 1765.²²¹ De acordo com Francisco Falcon, é quase certo não terem existido na colônia professores régios de Retórica e de Filosofia até 1771.²²² A falta de recursos humanos em qualidade e em quantidade para dar bom prosseguimento ao intuito da reforma de secularizar o ensino era um dos fatores que levaram a que as mudanças pedagógicas não se efetivassem por completo, juntamente com a pouca sensibilidade que o governo de D. José acabaria revelando na execução e fiscalização destas reformas.

²²⁰ “Alvará régio, de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelo método dos Jesuítas e se estabelece um novo regime. Diretor dos Estudos, Professores de Gramática Latina, de Grego e Retórica”. In: Antonio Alberto Banha de Andrade. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978, p.158.

²²¹ *Ibidem*, p.43.

²²² Francisco José Calazans Falcon. As reformas pombalinas e a educação no Brasil: as reformas pombalinas e seu impacto sobre a colônia. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, PUC-RS, vol. XVIII, nº 2, dezembro/1992, p.27.

Esta escassez de homens de letras qualificados levou as aulas régias a serem ocupadas por membros de ordens religiosas e até ex-padres jesuítas.²²³ Na cidade do Rio de Janeiro, o padre Gonçalo Alexandrino, tendo sido mestre de gramática latina durante muitos anos até 1770, teve seu posto apontado como irregular pelo Chanceler da Relação do Rio de Janeiro por nunca ter feito o juramento de fidelidade real desde que começara a lecionar.²²⁴ A omissão cometida pelos comissários da Diretoria Geral de Estudos ao permitirem tal ocorrência é uma boa amostra da frouxidão da fiscalização do ensino régio no ultramar nesta primeira fase da reforma do ensino ocorrida no Império português na segunda metade do século XVIII.

No calor da Reforma da Universidade de Coimbra realizada em 1772, arquitetou-se simultaneamente em Portugal uma nova reforma dos estudos menores. Através da lei de 5 de agosto daquele ano, as escolas menores seriam reformuladas, multiplicando-as no Reino e em todas as colônias, agora sob administração da Real Mesa Censória.²²⁵ Um dos pontos nodais que pediam pronta resolução era o pagamento dos professores, questão que havia sido deixada indefinida pelas resoluções de 1759. A ausência de estabelecimento de parâmetros precisos a respeito das divisas que manteriam o sistema de ensino em atividade colaborou para o seu definhamento. Neste sentido, a criação em novembro de 1772 do imposto do subsídio literário e de uma Junta que administrasse a sua arrecadação visavam equacionar este problema.²²⁶ Em 1787, quando a Real Mesa Censória foi substituída pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, esta assumiria as funções da Junta de Arrecadação e Distribuição do Subsídio Literário criada em 1772. No Ultramar, a partir de então, as

²²³ Francisco José Calazans Falcon. “As reformas pombalinas e a educação no Brasil: as reformas pombalinas e seu impacto sobre a colônia”. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, PUC-RS, v. XVIII, nº 2, dezembro/1992, p. 19.

²²⁴ “Ofício do chanceler da Relação do Rio de Janeiro, Joaquim Alves Moniz, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo documentos acerca do religioso, que fora da Companhia de Jesus, Gonçalo Alexandrino e que no momento estava dando aulas de gramática latina”. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 91, doc. 7978. Ver também o “Ofício do chanceler da Relação do Rio de Janeiro, Joaquim Alves Moniz ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, comunicando o caso do padre egresso da Companhia de Jesus, Gonçalo Alexandrino, que se encontrava lecionando gramática latina no Rio de Janeiro, e que não havia prestado juramento de fidelidade na forma das ordens reais”. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 92, doc. 7991.

²²⁵ Laerte Ramos de Carvalho. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/ Edusp, 1978, p. 128.

²²⁶ *Ibidem*, p. 128-129.

funções de arrecadação e de distribuição do referido imposto caberiam à Junta da Real Fazenda de cada capitania.²²⁷

No entanto, apesar das disposições estabelecidas, o “congelamento” dos vencimentos dos professores, bem como desvios do fundo criado para financiar o ensino para outras áreas provocariam efeitos muito danosos às atividades dos mestres régios, os quais muitas vezes viam-se levados a exercer outras atividades ou mesmo vender objetos como lápis e réguas a seus discípulos. Nas duas representações dirigidas à rainha D. Maria I que Silva Alvarenga compôs juntamente com João Marques Pinto, em 1787 e 1793, a respeito dos problemas que os professores régios estavam enfrentando, eles se queixam, dentre outras coisas, das difíceis condições financeiras pessoais que os defasados ordenados a eles concedidos lhe proporcionariam, impossibilitando-os, por exemplo, de adquirirem livros.²²⁸

Conforme aponta Rogério Fernandes, as ordens religiosas exerceram papel significativo no cenário do ensino durante o reinado de D. Maria I.²²⁹ No caso do Rio de Janeiro, a ação franciscana e beneditina fez-se intensamente presente. O colégio dos beneditinos promoveria em 1789 uma reforma em seu plano de estudos que visava alinhá-lo aos preceitos da reforma da Universidade de Coimbra.²³⁰ Antes disso, o Convento de Santo Antônio tomou medida semelhante e constituiu-se como outro importante centro de formação intelectual.²³¹ Segundo Frei Basílio Röwer, o ensino ministrado no Convento ocupou um lugar de destaque na cidade do Rio de Janeiro a

²²⁷ Tereza Maria Rolo Fachada Levy Cardoso. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)*. Bragança Paulista: Edusf, 2002, p.150.

²²⁸ “Ofício do professor de Língua Grega João Marques Pinto e do professor de Retórica Manoel Inácio da Silva Alvarenga na cidade do Rio de Janeiro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, solicitando que ponha na presença real a carta que enviam sobre o estado lastimoso em que se encontram os estudos de Filosofia, Retórica e Língua Grega no Rio de Janeiro pela oposição dos clérigos e religiosos ao seu desenvolvimento Rio de Janeiro”, 10 de fevereiro de 1787, *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 129, doc. 10268. e “Carta do professor de Grego João Marques Pinto, e do Professor de Retórica, Manoel Inácio da Silva Alvarenga, à rainha D. Maria I, relembrando a lei de 1772 que restaurou no reino e nas colônias as escolas de Retórica, Filosofia e Língua Grega; relatando a escassez de alunos do Rio de Janeiro, a rivalidade entre ensino religioso e leigo; a campanha de difamação feita pelos eclesiásticos contra os professores e os estudos das Humanidades”. Rio de Janeiro, 28 de março de 1793, *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 147, doc. 11365.

²²⁹ Rogério Fernandes. *Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino de primeiras letras*. Porto: Porto Editora, 1994, p.80

²³⁰ Augustin Wernet. “As reformas pombalinas e os estudos nos colégios eclesiásticos”. In: *Anais da II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo: 1983, p.27.

²³¹ Francisco Benedetti Filho. *A reforma da província carmelitana fluminense (1785-1800)*. São Paulo: dissertação de mestrado em História/USP, 1992, p.56.

partir da segunda metade do século XVIII, quando se promoveu uma renovação da orientação educacional conferida aos religiosos, modificação que foi aprovada por alvará régio de 11 de junho de 1776.²³² Procurou-se confeccionar uma proposta de ensino consonante à da reformada Universidade de Coimbra e treze professores passaram a se dedicar ao magistério das 8 matérias ministradas: retórica, grego, hebraico, filosofia, história eclesiástica, teologia dogmática, moral e exegética.²³³ A profusão de estudantes na cidade do Rio de Janeiro que se instruíam com os frades do Convento de Santo Antônio foi um dos motivos que levaram Silva Alvarenga e João Marques Pinto a reclamar a D. Maria I por condições mais favoráveis aos professores régios.

A tendência de aproveitamento de membros de ordens religiosas para a função de ensinar não deixava de ser uma oportuna alternativa para minorar os gastos que o sistema de ensino requeria, bem como o de garantir o controle das idéias consideradas perniciosas, como as que teriam sido proferidas em 1794 pelo professor régio José Fernandes Gama, mestre de latim na vila de Alagoas, pertencente ao Bispado de Pernambuco. Denúncias feitas por moradores da referida vila apontaram que o professor Gama proferira que “a excomunhão era bagatela” e declarara sua vontade pessoal de que seus discípulos não adorassem, nem seguissem “o Santíssimo Sacramento.”²³⁴

Para evitar situações indesejáveis como esta, permitiu-se largamente que religiosos ocupassem cargos de mestres régios. Merece especial atenção o caso de Raimundo de São Francisco, natural do Rio de Janeiro - cidade na qual habitava - e membro da Ordem Terceira de São Francisco que, em 1797, ocupava o cargo de professor de primeiras letras. Raimundo enviara naquele ano requerimento à D. Maria I solicitando permissão para ensinar “os seus Irmãos Pretos, e instruí-los nos Preceitos de

²³² Frei Basílio Röwer. *O Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro – sua história, memórias, tradições*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p.132.

²³³ *Ibidem*.

²³⁴ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Real Mesa Censória, cx. 187. O parecer da Real Mesa determinou alguns procedimentos a respeito do caso: que o ouvidor das Alagoas procedesse a investigação a fim de verificar a veracidade da denúncia e que o resultado da mesma fosse posteriormente enviada à Mesa. Foi decidido que o professor fosse suspenso imediatamente e que se estabelecesse um concurso para prover a cadeira de um substituto por um ano, cujo auto do exame também deveria ser posteriormente enviado à Mesa.

Deus e da Igreja.”²³⁵ Raimundo explica que os negros não se instruíam acerca das palavras divinas pelo fato de morarem longe das paróquias, por não compreenderem a língua portuguesa e por que eles, “vendo-se de outra cor, senão facilitam a instrução.”²³⁶ Por ser também negro, Raimundo asseverava que conseguiria ensiná-los e para isso, pedia permissão real para que pudesse “associar a si alguns companheiros pretos.”²³⁷ Para demonstrar a plena justiça de suas intenções, Raimundo avisava que se dedicaria a esta tarefa somente “no tempo que os Pretos estiverem livres dos trabalhos em que são ocupados por seus Senhores.”²³⁸

No mesmo ano de 1797, o padre Luis Antônio de Sousa, presbítero secular do hábito de São Pedro foi provido por decreto do príncipe regente D. João numa cadeira de Gramática Latina que vagara na cidade do Rio de Janeiro em virtude do falecimento do também padre Elias Rodrigues de Lima. O parecer do Conselho Ultramarino, ao recomendar a concessão da mercê requerida pelo padre, expõe o “currículo” do requerente ao cargo, informando ter sido ele provido pelo bispo do Rio de Janeiro na ocupação de mestre régio do Colégio de Nossa Senhora da Lapa do Desterro e também do Seminário de São José, ambos na cidade do Rio de Janeiro.²³⁹

Ao longo do último quartel do século XVIII, a situação das aulas régias parece ter piorado bastante com a insuficiência e, provavelmente, má administração das divisas arrecadadas pela cobrança do Subsídio Literário. O caso da reclamação feita por José Elói Ottoni, mestre régio de Latim em Fanado das Minas Novas, é bastante emblemático da condição financeira incerta a que os professores poderiam estar submetidos. Declarando sua “infelicidade” por não ver reconhecido seu empenho para ser “útil ao Estado de que é membro” e “à porção de mocidade que lhe coube civilizar, e instruir”, o professor lançou mão do que lhe pareceu ser o último recurso para requerer os salários atrasados e dirigiu-se pessoalmente a Lisboa. O professor declara que “se viu

²³⁵ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Secretaria de Estado do Brasil, Correspondência da Corte com o Vice-Reinado, código 67, vol. 22, fl.22.

²³⁶ *Ibidem.*

²³⁷ *Ibidem.*

²³⁸ *Ibidem.*

²³⁹ “Requerimento do presbítero secular do hábito de São Pedro, padre Luís Antônio de Sousa, à rainha D. Maria I, solicitando a mercê de lecionar a disciplina de gramática latina no Rio de Janeiro que se acha vaga por falecimento do padre Elias Rodrigues Lima”, [ant. 1797, Março 18]. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 160, doc. 12055.

gravemente obrigado a deixar sua mulher, seus filhos, a pátria, os parentes, o abrigo, marchando duzentas léguas de terra firme de Minas Novas até o Rio de Janeiro, e dali fazendo nova derrota até esta Capital somente para se prostrar aos pés de Vossa Majestade, a ver se encontra quem escute a sua voz magoada, quem se enteneça com o pranto das suas queixas.”²⁴⁰ O professor também não se acanha em relatar seu constrangimento pessoal diante das lágrimas de sua esposa e da sua impossibilidade de garantir aos seus filhos uma alimentação decente e expõe a justeza de sua reivindicação.

“Aí, Senhora, se este lance é digno de compaixão, se a Religião que professamos, ensina que o Trabalhador merece que lhe paguem, se o Estado enfim de que o suplicante é membro se funda nas máximas da equidade, e da justiça, volvei Senhora os Olhos de piedade sobre um americano infeliz.”²⁴¹

A reclamação de Ottoni não se resume somente à retenção de seus vencimentos pelo cofre do subsídio literário da capitania de Minas Gerais. Prevendo talvez uma melhor condição de trabalho no Rio de Janeiro - ou ao menos uma maior proximidade com o centro decisório da colônia - o professor requer simultaneamente sua transferência para uma cadeira de Gramática Latina na capital do Vice-Reino, solicitação acatada pelo Conselho Ultramarino, bem como seu pedido pelo pagamento de seus ordenados.²⁴²

A mudança da capitania de Minas Gerais para o Rio de Janeiro também foi solicitada por Luiz Joaquim Varella de França, professor de primeiras letras na cidade de Mariana em junho de 1803. Declarando viver com mulher e filhos em estado de “indigência” na cidade de Mariana e ter tomado conhecimento de que na capital do Vice-reino havia vacaturas de algumas cadeiras, o professor decide pleitear para si uma das vagas a fim de “continuar no mesmo Magistério.”²⁴³ Por já ser ocupante da referida cadeira em Mariana, França não teve que realizar os exames de praxe, sendo obrigado

²⁴⁰ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Secretaria de Estado do Brasil, Correspondência da Corte com o Vice-Reinado, códice 67, vol. 22, fl 118.

²⁴¹ *Ibidem*, p.118-119.

²⁴² *Ibidem*, p.fl.119.

²⁴³ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Vice-Reinado, Instrução pública, cx. 496, pct. 01.

apenas a apresentar as certidões do pároco da Igreja de Nossa Senhora da Candelária a respeito de sua conduta cristã e o atestado que provava sua isenção de crimes.

Os professores de primeiras letras parecem ter sido os menos valorizados neste período. Francisco Falcon aponta que neste período o número de professores para ensinar a ler, escrever e contar teve forte decréscimo, efeito dos baixos salários a eles oferecidos.²⁴⁴ Tal situação de desfavorecimento teria levado a que o corpo de professores de primeiras letras começasse a ser ocupado por homens de formação deficiente. No caso da capitania do Rio de Janeiro, estes traços parecem ter mesmo se verificado. Em 29 de outubro de 1799, o Príncipe Regente ordenava que fosse cumprido o pedido de Sotéro José de Castro para que lhe fosse conferida a vaga na “Escola de Ler, Escrever e Contar, e do Catecismo, da Vila da Ilha Grande dos Reis, capitania do Rio de Janeiro”, a qual se encontrava vaga em virtude do falecimento de Joaquim José de Lima e Castro.²⁴⁵ Sotéro pleiteava receber o mesmo salário de cem mil réis a que o falecido ocupante da cadeira tinha direito, salientando que “não há quem instrua aqueles moradores para se fazerem aptos para o serviço de Deus e do Estado.”²⁴⁶ No pedido, Sotéro afirmava poder apresentar certidão e atestação que provavam ser ele homem “capaz para a Educação por seus bons costumes e procedimento.”²⁴⁷

Os requerimentos dos candidatos às cadeiras de primeiras letras, os quais trazem os exames a que foram submetidos, mostram a pouca formação exigida dos opositores às vagas. O candidato deveria prestar um exame onde faria uma operação aritmética estabelecida pelos examinadores e apresentaria uma única oração escrita, além de anexar certidões que demonstrassem sua isenção de crimes e sua boa conduta acadêmica e cristã. Os examinadores, de posse destes documentos do candidato, decidiam pela sua aprovação ou não para a cadeira pretendida.

A análise dos exames mostra não somente o pouco rigor dos examinadores, como também o nível intelectual mediano de boa parte dos candidatos que se apresentavam. Morador da Freguesia de São José na cidade do Rio de Janeiro,

²⁴⁴ Francisco José Calazans Falcon. “As reformas pombalinas e a educação no Brasil: as reformas pombalinas e seu impacto sobre a colônia”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUC-RS, vol. XVIII, nº 2, dezembro/1992, p.26.

²⁴⁵ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Vice-Reinado, Correspondência do Vice-rei. Regimento para os governadores do Brasil, cx. 744, pct. 01.

²⁴⁶ *Ibidem*.

²⁴⁷ *Ibidem*

Antonio José Pitta pleiteou em setembro de 1803 a cadeira de professor de primeiras letras na freguesia onde residia, a qual teria ficado vaga em virtude do falecimento de seu ocupante, o professor Manoel Ferreira, o mesmo que fez parte da Sociedade Literária do Rio de Janeiro e que foi chamado como testemunha na devassa da prisão dos letrados de 1794. Para ser provido na vaga, Pitta juntou certidão fornecida pelo pároco de São José que atestava a sua capacidade para “também ensinar a doutrina cristã”, tarefa esta que também cabia ao professor de primeiras letras.²⁴⁸ Seu exame traz, além da conta aritmética por ele resolvida, uma oração por ele escrita contendo premissas cristãs, como era bastante comum nestes exames.²⁴⁹

Natural do Rio de Janeiro, José Raymundo da Sylva submeteu-se em 18 de julho de 1803 a exame para ser provido na cadeira de primeiras letras que se achava vaga na Freguesia de São João Carai.²⁵⁰ Os examinadores, mesmo conferindo-lhe o grau “suficiente”, decidiram aprovar o candidato, apesar de ele ter efetuado insatisfatoriamente a proposição aritmética que lhe fora apresentada. Apensado ao processo do exame de José Raymundo, figura o atestado de Silva Alvarenga, seu ex-professor: “Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, Bacharel Formado pela Universidade de Coimbra, Professor Régio de Retórica nesta Cidade, Atesto que José Raymundo natural desta Cidade, freqüentou minha aula com grande aplicação e aproveitamento, como mostrou em todos os exercícios, de que foi encarregado, e é estudioso, de bons talentos e louvável morigeração, o que afirmo debaixo do juramento do meu Grau. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1799 / Manoel Ignacio da Silva Alvarenga.”²⁵¹ A leitura dos exames efetuados pelos candidatos aos postos de professores de primeiras letras apontam para a exigência baixíssima requerida para a ocupação deles. Os atestados de ex-professores, como o que José Raymundo da Silva obteve de Silva Alvarenga, pareciam cumprir formalismos num cenário de uma carreira desvalorizada e ocupada, em sua grande maioria, por profissionais que não possuíam um nível adequado. A

²⁴⁸ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Vice-Reinado, Instrução pública, cx. 496, pct. 01.

²⁴⁹ A oração composta por Pitta foi a seguinte: “O homem pelo seu pecado não só ficou sujeito à morte do corpo, e às misérias desta vida, mas privou-se da vida da alma; isto é da Graça da Santidade, e da Justiça.”

²⁵⁰ Processo e exames de José Raymundo da Silva, opositor à cadeira de primeiras letras na Freguesia de São João do Carai. *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Vice-Reinado, Instrução pública, cx. 496, pct. 01.

²⁵¹ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Vice-Reinado, Instrução pública, cx. 496, pct. 01.

situação complicada não se restringiria somente ao quadro dos professores de primeiras letras, que deveriam ser os mais desvalorizados. Os professores régios de Retórica, Latim, Grego e Filosofia, apesar de receberem ordenados maiores que os de primeiras letras, também viveram uma árdua realidade na América portuguesa. Conforme demonstra o estudo de Teresa Cardoso, apesar das cartas régias e instruções expedidas de Portugal que recomendavam uma maior aplicação por parte do vice-rei no que dizia respeito às condições dos mestres régios e suas devidas qualificações, a realidade que se efetivou na colônia apontou para uma deficiente aplicação das medidas instituídas.²⁵²

Os registros documentais apontam para um alto nível de instabilidade do sistema de ensino régio na colônia. Além da presença escassa dos compêndios feitos segundo os novos métodos pedagógicos propostos pela reforma dos estudos menores arquitetada em 1772, a insuficiência do subsídio literário para dar conta dos pagamentos dos professores engessaria as intenções e expectativas dos docentes de ingressarem num emprego no qual pudessem colocar-se a serviço do Estado. Situações como a ocorrida com o professor régio José Elói Ottoni, cujo último recurso para o recebimento de seus ordenados vencidos constituiu-se numa ida pessoal à metrópole para tentar dar solução ao seu problema, são situações-limite de um sistema educacional que claudicou diante das funções para as quais fora organizado. Assim como em outros ramos do funcionalismo régio, as distâncias que se estabeleceram entre as funções inicialmente projetadas para os cargos e as realidades que se verificaram no curso de sua efetivação foram motivos de insatisfação para vários homens que se dedicaram às suas funções. Como se sabe, o “americano infeliz” José Elói Ottoni não foi o único professor régio a expor sua mágoa. Outros mestres régios, como Silva Alvarenga, também se questionaram a respeito de seus pertencimentos ao Estado do qual eram membros.

Em 1787, cinco anos após iniciar sua carreira de professor régio de Retórica e Poética no Rio de Janeiro, Silva Alvarenga, juntamente com João Marques Pinto, professor régio de Grego na mesma cidade, elaborou uma minuciosa representação a D. Maria I acerca dos problemas identificados por ambos em seus ofícios. As reivindicações dos professores procurava apoiar-se nos preceitos das leis e instruções que fizeram parte das duas reformas dos estudos menores arquitetadas em Portugal no século XVIII: as reformas de 1759 e a de 1772. Os mestres régios afirmam

²⁵² Teresa Maria Rolo Fachada Levy Cardoso. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro*. Bragança Paulista: Edusf, 2002, p.171.

na representação conviver com a prática desrespeitosa dos eclesiásticos de desestimular os futuros sacerdotes a seguirem as aulas régias. A representação invoca o parágrafo onze da lei de 28 de junho de 1759, o qual determinava que “fora das sobreditas Classes, não poderá ninguém ensinar, nem publica, nem particularmente, sem a aprovação, e licença do Diretor dos Estudos.”²⁵³ As atitudes de alguns religiosos de “arrancarem industriosamente” os seus alunos de suas aulas e de os atraírem para as deles são expostas como contrárias às ordens reais, as quais haviam estabelecido, segundo o parágrafo 21 do alvará régio de 28 de junho de 1759, que “Nenhum Professor admitirá na sua classe algum Estudante que tenha saído da classe de outro Professor, sem que deste apresente atestação, pela qual conste, que não desmerece o aceitar-se. Aliás, será castigado o que tal Estudante receber, ao arbítrio do Diretor.”²⁵⁴ Os atores de tais interferências nas aulas dos professores régios seriam, segundo os dois autores da representação régia, “os religiosos Beneditinos, e de Santo Antônio” os quais, em suas aulas, cometeriam também outra grave irregularidade disseminando entre os jovens alunos “a filosofia peripatética já proibida pelas Leis como inútil e prejudicial ao progresso das ciências.” Ainda de acordo com a representação dos professores régios, um dos grandes culpados pela evasão de suas aulas era o reitor do Seminário de São José, o cônego José de Sousa Marmelo, o qual, além de permitir “prontamente aos seus seminaristas para irem estudar a mencionada filosofia peripatética ao Convento de Santo Antônio, pelo contrário, impede e repreende, como se tivessem cometido um crime, aqueles que lhe pedem para freqüentar as escolas e estudos Régios.”²⁵⁵

Na representação, os professores régios solicitam o estabelecimento de um colégio no Rio de Janeiro onde pudessem ensinar seus alunos, visto que até aquele momento eram obrigados a lecionar em suas casas, ou em imóveis por eles alugados para tal fim. O lugar proposto por eles seria o edifício do extinto Colégio dos Jesuítas,

²⁵³ “Alvará régio, de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelos métodos dos Jesuítas e se estabelece um novo regime. Diretor dos Estudos, Professores de Gramática Latina, de Grego e Retórica”. In Antonio Alberto Banha de Andrade. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/ Edusp, 1978, p.160.

²⁵⁴ *Ibidem*, p.174.

²⁵⁵ “OFÍCIO do professor de Língua Grega João Marques Pinto e do professor de Retórica Manoel Inácio da Silva Alvarenga na cidade do Rio de Janeiro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, solicitando que ponha na presença real a carta que enviam sobre o estado lastimoso em que se encontram os estudos de Filosofia, Retórica e Língua Grega no Rio de Janeiro pela oposição dos clérigos e religiosos ao seu desenvolvimento”. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1787. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 129, doc. 10268.

que apesar de não ter tido sua construção finalizada, poderia, segundo eles, ser concluído por meio do acréscimo do subsídio literário da capitania. Além de dar aulas em melhores condições, o intento dos professores seria o de melhor cumprir “outras funções literárias” estabelecidas pelas Instruções régias de 1759, como dispor de “uma sala para se fazerem atos e orações, com sua tribuna para assistirem a estas funções as pessoas de maior graduação.”²⁵⁶ A existência de uma estrutura física para o ofício dos mestres régios conferiria a eles melhores condições para controlarem o ensino num espaço onde, até então, as ordens regulares pareciam gozar de uma predominância considerável.

Além de tencionarem fazer frente ao poderio cultural exercido pelas ordens regulares na cidade através da ocupação de um edifício no qual pudessem todos os mestres conjuntamente exercer suas atividades docentes, os professores sugerem na representação que fosse exigido que o indivíduo que desejasse se ordenar devesse apresentar certidões autênticas que mostrassem haver ele estudado Latim, Grego, Retórica e Filosofia nas escolas régias. Segundo o desejo proposto pelos dois professores, as outras duas ocupações às quais deveriam ser requeridas bom aproveitamento das mesmas aulas são as de cirurgião e de militar. No que diz respeito à carreira médica, os professores ressaltam que os conhecimentos adquiridos nestes estudos régios representariam vantagens que auxiliariam as ciências médicas a saírem da “última decadência” em que se achavam no Império português. A boa habilidade no manejo das línguas, por seu turno, concederia aos militares as ferramentas que os professores apontam como decisivas nas resoluções de conflitos. Por este motivo, parecia justo aos olhos dos dois mestres que a passagem pelos estudos régios fosse trajetória obrigatória para qualquer indivíduo que desejasse assentar praça de cadete, visto que “as grandes empresas se ganham mais pelas forças do conselho que pela força das armas.”²⁵⁷ Por considerarem que o ofício docente devesse ser equiparado em matéria de importância aos ofícios administrativos e militares, os professores tecem uma

²⁵⁶ “OFÍCIO do professor de Língua Grega João Marques Pinto e do professor de Retórica Manoel Inácio da Silva Alvarenga na cidade do Rio de Janeiro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, solicitando que ponha na presença real a carta que enviam sobre o estado lastimoso em que se encontram os estudos de Filosofia, Retórica e Língua Grega no Rio de Janeiro pela oposição dos clérigos e religiosos ao seu desenvolvimento”. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1787. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 129, doc. 10268

²⁵⁷ *Ibidem*.

observação contundente referente aos seus ordenados. Eles demonstram sentirem-se desvalorizados por receberem os mesmos vencimentos que os seus congêneres do reino, procedimento que não se verificava com os oficiais militares e funcionários régios da burocracia colonial, incentivados com ordenados superiores aos do reino.

Ainda que as condições de trabalho dos professores régios na colônia acendessem neles a percepção de que estariam sendo inibidos de sua tarefa de bem servir ao Estado, eles apresentam suas propostas para o melhoramento dos estudos régios declarando ter em vista “a prosperidade da Pátria, que desejamos ver competir com os Impérios mais poderosos do Mundo.”²⁵⁸ Ainda que cultivassem a noção de que a localidade na qual habitavam não os proporcionava meios de se sentirem plenamente membros desta “Pátria”, o sentimento de “patriotismo imperial” era o que declaravam cultivar aos olhos vistos.²⁵⁹

2.3. A Academia Científica do Rio de Janeiro

Há que se salientar que não eram somente as aulas régias os únicos espaços na capital do vice-reino nos quais os saberes se disseminavam. As academias organizadas na cidade também significaram importantes lugares de circulação da produção científica europeia. O momento no qual Silva Alvarenga retornou à colônia era de significativa movimentação intelectual. Durante o vice-reinado do marquês do Lavradio, uma série de iniciativas operacionalizadas pelo vice-rei foram marcantes para que se conhecesse com maior profundidade as riquezas naturais existentes em território luso-americano, bem como a possibilidade de aclimação de plantas oriundas do Oriente. Não somente na correspondência oficial enviada para a metrópole, como também nas suas chamadas cartas de amizade, é perceptível a disposição pessoal do vice-rei na tarefa de desenvolvimento de espécies naturais na colônia que pudessem ser comercializadas em prol dos interesses da monarquia portuguesa. Sua preocupação

²⁵⁸ “OFÍCIO do professor de Língua Grega João Marques Pinto e do professor de Retórica Manoel Inácio da Silva Alvarenga na cidade do Rio de Janeiro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, solicitando que ponha na presença real a carta que enviam sobre o estado lastimoso em que se encontram os estudos de Filosofia, Retórica e Língua Grega no Rio de Janeiro pela oposição dos clérigos e religiosos ao seu desenvolvimento”. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1787. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 129, doc. 10268.

²⁵⁹ O conceito tem sido utilizado por François-Xavier Guerra em suas reflexões a respeito dos sentimentos identitários na América espanhola. Cf. François-Xavier Guerra. *A nação na América espanhola: a questão das origens*. *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, UERJ, ano 1, nº 1, 1999/2000.

diligente com as amostras de anil e de urucu, com o cultivo das amoreiras para a criação do bicho-da-seda e de outros gêneros como a arroz e o trigo são consideravelmente presentes nestas correspondências. Numa delas, enviada a D. Tomás de Almeida em 26 de março de 1773, Lavradio manifesta inclusive sua satisfação com o teor dos novos estatutos da Universidade de Coimbra que dele recebera, ansiando que tudo conspirasse para que “os executores deste importantíssimo negócio o façam com aquela exação, que pede, e merece uma matéria tão importante.”²⁶⁰

Entusiasmado com o desenvolvimento das ciências que poderiam auxiliar na produção de novos gêneros na América portuguesa e no aperfeiçoamento dos já existentes, o marquês do Lavradio foi importante incentivador da Academia Fluminense, Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica, fundada em 18 de fevereiro de 1772, agremiação que ficaria conhecida pelo nome de Academia Científica. O papel que Lavradio projeta para a agremiação alinha-se com o programa pombalino de diversificação da produção das colônias ultramarinas, no qual o vice-rei demonstrou grande empenho tanto na Bahia como no Rio de Janeiro, incentivando a produção de novas culturas e de novos métodos para as já existentes.²⁶¹ A proteção por ele dada à Academia Científica insere-se neste conjunto de esforços coordenados por Lavradio para pôr em prática o plano pombalino de estímulo a novas exportações de produtos primários.²⁶²

Duas cartas do marquês de Lavradio indicam seu envolvimento pessoal com a Academia. Em carta enviada ao marquês de Angeja, seu primo, Lavradio descreveu a constituição da instituição que ele decidira estimular a fim de que a Europa

²⁶⁰ “Carta de amizade escrita ao Exmo. e Revmo Sr. Principal de Almeida, a 26 de março de 1773.” In: *Cartas do Rio de Janeiro – 1769-1776: Marquês do Lavradio*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978, p.118.

²⁶¹ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.133.

²⁶² *Ibidem*. As ações reformistas desenvolvidas pela Academia Científica do Rio de Janeiro assemelharam-se aos trabalhos desenvolvidos na Espanha a partir da segunda metade do século XVIII pelas Sociedades Econômicas de Amigos del País, estimuladas por um dos principais homens do reformismo borbônico, D. Pedro Rodrigo de Campomanes. Cf. Íris Kantor. *De Esquecidos e Renascidos – Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBa, 2004, p.41. Sobre as Sociedades Econômicas de Amigos del País, ver Robert Jones Shafer. *The Economic Societies in the Spanish World (1763-1821)*. New York: Syracuse University Press, 1958.

tomasse conhecimento das benesses do território americano, as quais “até os mesmos habitantes deste mesmo Continente, [...] ignoravam.”²⁶³

“resolvi-me a fazer um ajuntamento de médicos, cirurgiões, botânicos, farmacêuticos, e alguns curiosos, assim desta capital, como dos sertões desta Capitania, formando com eles uma assembléia, ou academia para se examinarem todas as cousas que se puderem encontrar neste Continente pertencentes aos 3 reinos: vegetal, animal, e mineral, fazendo-se-lhe todas as análises, e mais observações que couberem no possível, para se ir dando ao público em todos os meses, uma completa notícia dos descobertos que se forem fazendo, parecendo-me que deste modo poderei conseguir fazer ao Estado e à Pátria, não só um serviço utilíssimo mas até concorrer para que não continuemos a passar pela vergonha de que os estrangeiros sejam só o[s] que nos instruem, e se aproveitem das preciosidades que nós temos, mas que nós possamos ser os que os instruamos a eles, e tiremos as grandíssimas utilidades que daqui nos podem resultar.”²⁶⁴

Percebe-se nas palavras do vice-rei a percepção do atraso português no eficaz aproveitamento da produção de suas colônias em relação ao nível técnico-científico de outras nações imperiais, bem como um discurso no qual o governante se coloca como o mentor que teria criado a Academia. A posição de responsável pela concepção da Academia Científica verbalizada pelo vice-rei é questionada por Paulo César dos Reis. O historiador repara que, apesar de todo o suporte físico que o vice-rei concede ao funcionamento da Academia, cedendo o espaço do seu palácio para a realização das reuniões, a mola propulsora de organização da agremiação teria sido a família Paiva, mais especificamente o médico José Henriques Ferreira, que, além de médico particular do marquês do Lavradio, viria a ser o presidente da academia.²⁶⁵ Ainda que não tenha partido do Vice-rei a iniciativa de estabelecimento da agremiação, parece-nos correto supor que ele tenha, apesar dos incômodos que a sua passagem pelo governo do vice-reino do Brasil tenham lhe provocado, estimulado com interesse o bom andamento dos trabalhos da agremiação, como sugerem as referências constantes que

²⁶³ “Carta de amizade escrita ao Marquês de Angeja em 6 de março de 1772”. In: *Cartas do Rio de Janeiro – 1769-1776: Marquês do Lavradio*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978, p.97.

²⁶⁴ *Ibidem*.

²⁶⁵ Paulo César dos Reis. *Os intelectuais e a circularidade cultural na América portuguesa: o caso da Academia Científica do Rio de Janeiro (1771-1779)*. Niterói: dissertação de mestrado em História/UFF, 2006, p.80.

faz em suas cartas aos progressos que vem acompanhando pessoalmente nas culturas das amoreiras (para a criação do bicho-da-seda), do urucu e do anil.

Em outra missiva escrita ao marquês de Angeja, de 5 de outubro de 1772, Lavradio informa-o a respeito da morosidade que marcavam os trabalhos da Academia Científica, provocado pela ausência de maiores incentivos, “porque, como estas gentes, não tem o interesse que os anime, esmorecem com grande facilidade, e se não fosse um tal ou qual respeito de um Vice-Rei, já estaria talvez de toda extinta. [...] Se a nossa Corte de lá animar este negócio, creio que não será só de muita glória para a nação, mas também de muita utilidade, porque nas admiráveis plantas que temos, encontramos excelentes bálsamos, gomas, óleos, raízes, cascas, e finalmente mil outras cousas maravilhosas, que podem aumentar infinitamente o comércio, em uma palavra meu Exmo. persuada-se que a preciosidade da América ainda se não conhece.”²⁶⁶ O relato do vice-Rei prossegue, instando o marquês de Angeja a respeito dos resultados animadores obtidos nas culturas do trigo, do anil e das amoreiras, sendo estas últimas de inestimável importância por fazerem parte do processo de criação do bicho-da-seda. Quanto a esta última, Lavradio destaca a superioridade das amoreiras plantadas no solo americano sobre as cultivadas no reino.

A Academia protegida por Lavradio era dividida em 5 áreas: a Medicina, a Cirurgia, a Botânica, a Farmacêutica, além de uma área dedicada a assuntos extraordinários. A área da Medicina tinha como diretor José Henriques Ferreira e tinha mais 7 membros. Dentre eles, estava o médico Gonçalo José Muzzi, o qual posteriormente integraria a Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Os sete acadêmicos da área de cirurgia estavam sob a direção de Maurício da Costa e figurava entre eles Idelfonso José da Costa e Abreu, cirurgião que é apontado por Silva Alvarenga em seu depoimento na devassa como o mais ativo na composição dos estatutos da Sociedade Literária do Rio de Janeiro que vieram à lume em 1786.

A área de Botânica era dirigida por Antonio Ribeiro de Paiva e também composta pelo engenheiro Miguel Ângelo Blasco, pelo desenhista João Francisco Muzzi e por Antônio José Castrioto, que exercia a função de coletor. Castrioto seria posteriormente mencionado por vários depoentes da devassa carioca de 1794 como responsável por realizar uma lista de “apaixonados pela França” que enviaria para

²⁶⁶ “Carta de amizade escrita ao Marquês de Angeja em 5 de outubro de 1772”. In: *Cartas do Rio de Janeiro – 1769-1776: Marquês do Lavradio*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978, p.110.

Lisboa. Os farmacêuticos da Academia trabalhavam sob a batuta de Manuel Joaquim Henriques de Paiva. Dentre eles, figurava o boticário José Pereira Amarante. O grupo dos acadêmicos extraordinários tinha em seu quadro seis membros, dentre eles o Frei Raimundo Penaforte, que se tornaria célebre por realizar a confissão de Tiradentes, e o bacharel Thomé Joaquim Gonzaga Neves.

Apesar do fenecimento da Academia concomitante ao término do vice-reinado de seu protetor, característica observada por Dauril Alden como comum em boa parte das academias fundadas na América portuguesa, há que se destacar a importância de sua produção científica.²⁶⁷ Algumas de suas memórias foram publicadas pela Real Academia de Ciências de Lisboa. Deve-se também levar em conta a publicação de livros por parte de alguns de seus membros após a dissolução da agremiação. Talvez o mais relevante deles seja o livro de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, *Farmacopéia Lisbonense*, em 1802.²⁶⁸ Ademais, a existência de uma agremiação científica na colônia anterior à criação da Real Academia de Ciências de Lisboa, fundada em 1779, merece destaque por representar um significativo espaço de discussão de saberes científicos. Além disso, o estabelecimento de um Horto Botânico, no Colégio dos Jesuítas, onde os coletores realizavam o cultivo e a colheita de espécies vegetais, mostra o papel importante que a Botânica exerceria como auxiliar da Medicina.²⁶⁹ Para dimensionarmos o valor das espécies vegetais para o ofício do médico, um bom exercício é lançarmos um olhar sobre a livraria do médico Gonçalo Muzzi, membro da Academia Científica e que também faria parte da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Dono de um acervo de 101 títulos, a livraria avaliada em seu inventário é majoritariamente formada por obras relativas ao seu ofício.²⁷⁰ A literatura médica europeia, nomeadamente a francesa, já afeita ao uso dos materiais dos três reinos da natureza, era bastante conhecida por Muzzi. Na lista de livros pertencentes a Muzzi, a referência a dois tomos de “Linnei Species plantarum” refere-se a uma das principais

²⁶⁷ Dauril Alden. *Royal government in colonial Brazil with special reference to the Marquis of Lavradio*. Berkeley: University of California Press, 1968, p.377.

²⁶⁸ O título completo é *Farmacopéia Lisbonense ou Collecção dos Simples, Preparações, e Composições mais efficazes, e de maior uso*. Lisboa: Of. Patriarcal de João Procópio Correa da Siera, 1802.

²⁶⁹ João Carlos Pires Brigola. *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 286.

²⁷⁰ Inventário de Gonçalo José Muzzi. *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Juízo de Órfãos, Notação 9592, maço 491, ano 1790.

obras de Carl von Linné, *Species plantarum*, publicada em 1753 e que reuniu as descrições de todas as plantas conhecidas pelo célebre botânico até aquele momento. Também figuram no acervo de Muzzi os quatro volumes de *Systema Naturae* de Lineu, estudo de 1735 no qual o botânico sueco realizou uma classificação hierárquica das espécies, seccionando os três reinos da natureza. Pode-se supor que o “Dictionaire Botanique” que aparece na sua lista dos livros avaliado em 480 réis seja o *Dictionnaire Botanique, et pharmaceutique contenant les principales propriétés des minéraux, des végétaux, et des animaux d’usage*, livro publicado anonimamente pela primeira vez em 1716 e que seria atribuído a Nicolas Alexandre. Além de obras de Hipócrates e de Galeno, ainda amplamente utilizadas pelos médicos europeus nos setecentos, Muzzi possuía livros de químicos enormemente aceitos no meio científico europeu, como três tomos de *Éléments de Pharmacie Theorique et Pratique*, de Antoine Baumé. O “Dictionnaire de Chimie” em dois tomos avaliados em 400 réis certamente é o *Dictionnaire de Chimie* de Pierre-Joseph Macquer, publicado em 1766, o primeiro a ser publicado nesta área. Baumé como Macquer são os dois autores da área de Química que deveriam ser observados por aqueles que fossem apresentar trabalhos no âmbito da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, segundo os seus Estatutos de 1786.²⁷¹

Chama a atenção também na livraria de Muzzi três livros de Samuel Tissot, médico suíço nascido em 1728. Muzzi possuía *De la santé des gens de lettres*, publicado pela primeira vez em 1768, no qual o médico alerta para os perigos que a atividade de leitura poderia representar para aqueles que liam excessivamente. Tissot é insistente ao afirmar que a alma poderia agir poderosamente sobre o físico, sublinhando que a atividade intelectual desempenhada por longas horas poderia causar danos no cérebro, no estômago e em outras partes do corpo.²⁷² De Tissot, também figuram na livraria de Muzzi *Avis au peuple sur sa santé*, de 1761, um dos textos do médico suíço que auxiliaram na popularização do conhecimento médico na Europa durante o século XVIII e também seu *L’ onanisme: dissertation sur les maladies produites par la masturbation*. Juntamente com outras obras francesas no século XVIII, a de Tissot

²⁷¹ “Estatutos da Sociedade Literária do Rio de Janeiro estabelecida no ano do governo do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luís de Vasconcelos e Sousa Vice-Rei do Estado, 1786”. In: *Autos da devassa – prisão dos letrados do Rio de Janeiro – 1794*, p.320.

²⁷² Samuel Auguste André David Tissot. *De la santé des gens de lettres*. Paris: Chez J. B. Bailliére, 1826, p.33-34.

apontava a masturbação como causa de todos os males, de definhamento até cegueira.²⁷³ Aos olhos da censura lusa, a simples menção ao auto-erotismo serviria para que o livro de Tissot fosse defeso, sendo sua leitura permitida somente para quem possuísse licença de leitura.²⁷⁴

Além dos livros diretamente relacionados ao ofício de Muzzi, figuram obras poéticas como as *Éclogas de Virgílio*, o *Caramuru* do frei José de Santa Rita Durão, oito tomos da *Comedia* do popular dramaturgo italiano Carlo Goldoni e o *Ensaio de Retórica* de autoria do Frei Sebastião de Santo Antônio, de 1779. Seu acervo de livros demonstra assim não só uma familiaridade com a literatura científica produzida na Europa em torno do ofício médico e cirúrgico, como também aponta para um alargamento de seus ânimos para além de seu trabalho. Juntamente com outro dois médicos, Ildefonso José da Costa Abreu e Joaquim José de Ataíde, Muzzi teria redigido os Estatutos oficiais da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. No entanto, tendo falecido em 1790, não presenciou a fase conturbada da agremiação vivida sob o governo do vice-rei D. José Luis de Castro.

2.4. A proteção de Luís de Vasconcelos e Sousa

O vice-reinado de Luís de Vasconcelos e Sousa significou, no plano cultural da cidade do Rio de Janeiro e no governo do Estado do Brasil, muitas permanências em relação ao seu antecessor. A ascensão de D. Maria I ao trono português proporcionaria, no ramo do ensino tanto no Reino quanto na colônia, um reforço do papel dos religiosos neste campo, isto é, o intento do governo josefino de secularização do ensino, com suas várias limitações, não teria continuidade durante o reinado mariano, no qual as ordens religiosas ganhariam um papel de destaque. Ao mesmo tempo, o programa reformista ganharia fôlego com a fundação da Real Academia de Ciências de Lisboa, em 1779, e com a série de expedições de botânicos, químicos e mineralogistas patrocinadas pela Coroa com a finalidade de inventariar e melhor aproveitar os recursos naturais e minerais das colônias.

²⁷³ Robert Darnton. *Os best-sellers proibidos da França revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.121.

²⁷⁴ “Catálogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria até o presente. Para servir no expediente da Caza de Revizão (1768-1814)”. In: Maria Adelaide Salvador Marques. *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional*. Coimbra: 1963, p.197.

O vice-rei do Estado do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa acompanharia de perto a organização de um espaço destinado à coleta de objetos relacionados à História Natural na cidade do Rio de Janeiro. O Passeio Público, construído durante seu governo, foi o local projetado para o estabelecimento do museu. A manutenção da “Casa dos Pássaros”, nome pelo qual ficaria conhecido o recinto, ficou a cargo de Francisco Xavier Cardoso Caldeira, conhecido como “Xavier dos Pássaros”, haja vista sua extrema habilidade no empalhamento de aves.²⁷⁵ As investigações botânicas do frei José Mariano da Conceição Veloso foram pelo vice-rei acompanhadas com extremo interesse e uma das obras mais importantes do religioso, a sua *Florae Fluminensis*, em 10 volumes, foi a ele dedicada. O vice-rei, assim como seu antecessor, procurou incentivar a cultura do anil e da cochonilha e ocupou-se com várias ações no campo da História Natural.²⁷⁶

Uma série de obras feitas na capital do vice-reino durante o governo de Luís de Vasconcelos e Souza estiveram presentes numa canção escrita por Silva Alvarenga composta em 1785: *Apotheosis Poetica – Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Luís de Vasconcelos e Sousa, Vice-rei e Capitão General de mar e terra do Brasil*.²⁷⁷ Os

²⁷⁵ Gastão Cruls. *Aparência do Rio de Janeiro – Notícia histórica e descritiva da cidade*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1949, p.179. Durante o governo do Conde de Resende, Francisco Xavier Cardoso Caldeira requisitou à rainha o cargo de porteiro da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro que se achava vago ou uma pensão vitalícia pelos 17 anos de serviços prestados como coletor e empalhador de espécies animais, trabalhos que iniciou ainda no governo do Marquês de Lavradio. Neste sentido, é provável que Francisco Xavier tenha tido contatos com membros da Academia Científica enquanto esta funcionava. Em seu requerimento, Caldeira destaca o seu esmero pessoal durante o governo de Luís de Vasconcelos e Sousa na preparação e envio de objetos de História Natural para o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, esforço reconhecido pelo ministro Martinho de Melo e Castro. Além disso, ressalta a sua própria dedicação na busca por pássaros em suas próprias regiões, haja vista que os que recebia encontravam-se muito danificados. Em 11 de março de 1797, D. Rodrigo de Souza Coutinho expediu ordem para que se procedesse o pagamento de uma pensão para que ele continuasse seus trabalhos e ensinasse alunos que pudessem vir a sucedê-los em suas tarefas. *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Secretaria de Estado do Brasil, Correspondência da Corte com o Vice-Reinado, código 67, vol. 22, fls.57-60.

²⁷⁶ “Ofício do vice-rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o envio da cochonilha, que vinham tentando disseminar, embora os moradores ainda fossem avessos a novas culturas, o andamento e dos gastos feitos com as várias construções e obras que vem realizando na cidade do Rio de Janeiro, entre elas a da Alfândega, dos canos da Carioca, a casa da Relação, a casa da Correição, realçando quatro fatores que precisam ser resolvidos para que a capitania volte a crescer: o excesso da despesa sobre a receita, o atraso no pagamento do anil e outros gêneros, o não pagamento das dívidas e a falta de meios para as obras mais necessárias, recomendando a criação de uma loteria”. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1781. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 116, doc. 9602.

²⁷⁷ *Apotheosis Poetica ao Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza, Vice-Rei e Capitão General de Mar, e Terra do Brazil, &c. &c. &c. Canção offerecida no dia 10 de outubro de 1785 por Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, Professor Regio de Rhetorica na Capital do Rio de Janeiro*. Com licença da Real Meza Censoria. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1785. O exemplar submetido

edifício da Alfândega e o Passeio Público são cantados com suas virtudes. O Passeio aparece tematizado diretamente como resultado da ação do governante na resolução de um problema de higiene que afligia a região que, anteriormente, dava lugar a uma lagoa. Para realçar a beleza da obra conduzida pelo vice-rei, o bucolismo arcádico que predominaria posteriormente em seu poema *Glaura* ganha lugar nesta canção heróica: “E o leito, onde dormia a estéril onda,/ Produza os bosques e os jardins amenos,/ Que adornando os fresquíssimos lugares,/ Dêem sombra à terra e dêem perfume aos ares.”²⁷⁸ A proteção às artes é mencionada como atributo no qual o vice-rei se destacaria: “Os justos prêmios da êmula Virtude/ Da vossa mão excitam/ Ao nobre, ao generoso, ao fraco e rude;/ As artes venturosas ressuscitem;/ E achando em Vós um ínclito Mecenas;/ Nada invejem de Roma, nem de Atenas.”²⁷⁹ No ano seguinte, em 1786, a fundação da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, criada sob os auspícios do vice-rei, seria a materialização das aspirações de homens de letras como Silva Alvarenga. Apesar de a academia não ter operado com apoio material do governo colonial, o próprio gesto do vice-rei de proteção à academia conferiu a ela uma posição de destaque dentro da elite letrada da América portuguesa, que convivía com a ausência de uma imprensa e de instituições de ensino superior.

Exatamente dois anos antes de Silva Alvarenga oferecer sua ode a Luís de Vasconcelos e Sousa, Domingos Vidal de Barbosa Lage já havia composto uma ode ao vice-rei. Segundo Tarquínio José Barbosa de Oliveira, Barbosa Lage era aluno de Silva Alvarenga quando a compôs.²⁸⁰ Diferentemente da canção de seu mestre régio, a ode concebida por Barbosa Lage não reúne em suas linhas muitas menções aos deuses gregos e romanos para enaltecer os feitos do vice-rei e saúda com alegre simplicidade os novos ares trazidos pelo governo do vice-rei: “Ó Musa, de Luís a glória canto;/ Prende-se a voz no rude e fraco peito,/ Palpita o coração cheio de espanto,/ E cheio de respeito;/

à aprovação da Real Mesa Censória encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo Real Mesa Censória, cx. 344, doc. 3716.

²⁷⁸ *Apotheosis Poetica ao Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza, Vice-Rei e Capitão General de Mar, e Terra do Brazil, &c. &c. &c. Canção offerecida no dia 10 de outubro de 1785 por Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, Professor Regio de Rhetorica na Capital do Rio de Janeiro.* Com licença da Real Meza Censoria. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1785.

²⁷⁹ *Ibidem.*

²⁸⁰ *Autos da devassa da Inconfidência Mineira.* Vol. 8. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977, p. 11.

Pois com trêmula mão a lira afino./ Desça a inflamar-se o teu furor divino.”²⁸¹ No entanto, apesar das diferenças entre os gêneros empregados pelos poetas para louvarem o governante e entre os recursos lingüísticos por eles utilizados, há semelhanças entre as duas composições. Veja-se primeiramente uma das estrofes da ode de Barbosa Lage.

“A paz, a doce Paz, terna e ditosa,
Por entre nós voando diligente,
Co’ alegre manto cobre carinhosa
O justo e o inocente;
Já vemos o que o Fado prometia
Dias de gosto, dias de alegria.”²⁸²

E em seguida, uma das estrofes da canção de Silva Alvarenga:

“A paz, a doce Paz contemple alegre
As Marciais bandeiras:
Prudente e justo o vosso arbítrio regre
E firme a sorte de nações inteiras;
Derramando por tantos meios novos,
A ditosa abundância entre os Povos.”²⁸³

Assim como esta, há outras similitudes entre as duas obras. Em ambas, reside a metáfora do astro que corta o céu como prenúncio de uma era onde as virtudes predominariam. A canção de Silva Alvarenga, no entanto, junta ao elogio ao vice-rei o encômio ao poder real: “Canção, quanto te invejo!/ Vai, e ao feliz habitador do Tejo/ Conta que a nova estrela/ Banhada em luzes da Rainha Augusta,/ Reflete ao Novo Mundo a Imagem dela.”²⁸⁴ Esta não foi a primeira ocasião em que Silva Alvarenga, em solo americano, trouxe aos seus versos D. Maria I. Antes disso, em 1783, por ensejo da inauguração do busto da Rainha Maria I, em Portugal, o poeta havia recitado no Passeio Público do Rio de Janeiro a cantata *O Bosque da Arcádia*.

²⁸¹ *Autos da devassa da Inconfidência Mineira*. Vol. 8. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977, p.10.

²⁸² *Ibidem*.

²⁸³ *Apotheosis Poetica ao Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza, Vice-Rei e Capitão General de Mar, e Terra do Brazil, &c. &c. &c. Canção oferecida no dia 10 de outubro de 1785 por Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, Professor Regio de Rhetorica na Capital do Rio de Janeiro*. Com licença da Real Meza Censoria. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1785.

²⁸⁴ *Ibidem*.

Assim como a canção feita em homenagem a Luís de Vasconcelos e Sousa, a cantata traz à baila o Passeio Público recém construído. De forma análoga à que seria empreendida na canção ao vice-rei, Silva Alvarenga confere relevo à ação humana capaz de transformar o ambiente inóspito e proliferador de doenças, a lagoa do Boqueirão da Ajuda, num espaço agradável e propício para implantação de novas culturas: “Mas que improvisa cena,/ Que benéfica mão, que Astro brilhante,/ Raiando nestes montes,/ Nuvens dissipa, aclara os horizontes,/ E apartando o Letífero Veneno, Faz do Lago da Morte um sítio ameno?/ Já ergue a Terra, as ondas se sepultam/ E os novos arvoredos,/ Estendendo os seus ramos, anunciam/ Grato prazer da mãe da Natureza,/ Quem há-de dar na Estação flores belas,/ Ao grande Vasconcelos mil capelas.”²⁸⁵ As alusões ao vice-rei destacam quase sempre suas qualidades: “o sábio Vasconcelos”, “o ínclito Herói” é celebrado por Silva Alvarenga através do enaltecimento de suas ações de modificação da paisagem natural da cidade do Rio de Janeiro.

É crível propor que “O Bosque da Arcádia” versificado pelo poeta não diria respeito somente ao Passeio Público, mas também a uma atmosfera ansiada pelo “árcade ultramarino” Silva Alvarenga e por seus colegas letrados que, ainda que se comportassem como súditos de Vossa Majestade, desejavam ver as suas virtudes premiadas. São “cobradas” da rainha algumas atitudes que deveriam por ela ser observadas a fim de que seu reinado não caísse no esquecimento”: “Não temas o favor do Tempo ingrato;/ Rege em paz os teus Povos,/ Estima os teus fiéis Americanos;/ Conserva-lhes a Lei, que em flor dos anos,/ Vizinho à tua glória./ Os passos guia ao Templo da Memória;”²⁸⁶. Assim como já fizera nos poemas idílicos *O templo de netuno* e *A gruta americana*, Silva Alvarenga rememora, ao lado do elogio à D. Maria I, a grandeza de D. José I. Apesar da cantata ser dedicada à rainha, o exemplo do monarca ilustrado novamente paira sobre a imagem da filha: “É esta a cópia, é este o amado Busto/ Da Régia Filha do Monarca Augusto!/ Sombra do Invicto Rei, a glória é tua,/ Tu deves ainda ser do assento etéreo/ O gênio tutelar do Luso Império.”²⁸⁷ A persistência das menções ao monarca que seria o modelo de governante ilustrado mostra a relação

²⁸⁵ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “O Bosque da Arcádia”. In: *Obras poéticas - Silva Alvarenga*. Introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.19.

²⁸⁶ *Ibidem*, p.24.

²⁸⁷ *Ibidem*, p.23.

pessoal do poeta com o pombalismo, mesmo após a queda e morte do célebre ministro de D. José, responsável pelos primeiros sucessos do jovem poeta ainda no reino.

A nomeação do Conde de Resende para assumir o governo do vice-reino do Estado do Brasil ocorreria em momento político conturbado tanto na colônia quanto na metrópole. Luís de Vasconcelos e Sousa havia iniciado o processo contra os incofidentes mineiros. Em 1789, o Visconde de Barbacena, governador da capitania de Minas Gerais, em ofício a Luís de Vasconcelos e Sousa, chegou a pedir que Silva Alvarenga fosse chamado a depor a respeito da afirmação feita por seu ex-aluno Domingos Vidal Barbosa Lage, o qual relatara ao Visconde ter contado ao seu ex-professor no Rio de Janeiro a respeito da carta enviada por José Joaquim da Maia para a França ao ministro norte-americano Thomas Jefferson na qual pedia auxílio para pôr em prática um plano para tornar independente a América portuguesa.²⁸⁸ Desta feita, Silva Alvarenga deve ter sido poupado em virtude da proteção de Luís de Vasconcelos e Sousa e o pedido do Visconde de Barbacena acabou não sendo atendido. No entanto, a chegada do novo vice-rei reservaria destinos menos venturosos para o professor régio de retórica.

2.5. Livros e leituras na América portuguesa

Conforme mencionado anteriormente, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro foi fundada em 1786, durante o vice-reinado de Luís de Vasconcelos e Sousa e recebeu sua proteção. A própria existência da agremiação, em meio a uma série de dificuldades para que ela se estabelecesse e se formasse, sugere que havia na capital do vice-reino um clima de inquietação mental ou, ao menos, a existência de pequenos círculos formados por advogados, médicos, cirurgiões e outros profissionais que compunham ela elite letrada da cidade seriamente interessados em promover a circulação de saberes. Para melhor dimensionarmos este fenômeno da circulação dos saberes, um inescapável desafio deve ser colocado: qual era a intensidade da circulação dos livros na América portuguesa no século XVIII?

A presença de bibliotecas particulares relevantes na América portuguesa tem sido objeto de importantes estudos recentes que indicam sob pontos de vista

²⁸⁸ “Ofício do Visconde de Barbacena a Luís de Vasconcelos e Sousa, Vice-Rei, sobre providências para a chegada dos Ministros da Devassa-RJ”. In: *Autos da devassa da Inconfidência Mineira*. Vol. 8. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977, p.187. Este vestígio que liga Silva Alvarenga a homens envolvidos na Conjuração Mineira de 1789 está mais detidamente analisado no quarto capítulo da tese.

diversos que, apesar das dificuldades impostas pela realidade colonial – a proibição ao estabelecimento de uma imprensa e de instituições de ensino superior e o aparato censório português de controle do acesso aos livros – registrou-se uma presença ativa dos livros, realidade paupável não só através da análise de inventários post-mortem, como também nos registros de remessas de livros de Portugal para a colônia americana. O célebre estudo de Eduardo Frieiro sobre a livraria do cônego Luís Vieira da Silva, um dos envolvidos na Conjuração Mineira de 1789, sugere que não eram somente os livros devocionais a circular em peso na colônia. Frieiro aponta que não apenas a livraria do cônego, mas também as de Cláudio Manoel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e de José Resende da Costa indicavam a presença de “um índice de ilustração muito adiantado para o meio em que viviam.”²⁸⁹ Para o autor, malgrado os obstáculos à entrada de títulos na colônia, os acervos de livros por ele estudados apontam que, além de reunirem livros religiosos e relacionados à profissão de seus proprietários, eles também continham livros de outra categoria: os que tinham o poder de “encantar e perturbar.”²⁹⁰

Kátia Mattoso, em estudo sobre a influência francesa na Conjuração Baiana de 1798, destaca a variedade da composição das livrarias de Cipriano José Barata e de Hermógenes Francisco de Aguiar Pantoja.²⁹¹ Dos 30 títulos do acervo de Cipriano Barata, a historiadora conseguiu identificar 18, entre os quais constavam obras religiosas, de medicina, direito, história sacra e profana, história natural, geografia, matemática, química (com destaque para os livros de Jean-Baptiste Fourier, de Antoine François Fourcroy e de Antoine Laurent Lavoisier). Mattoso também identificou a presença na livraria de nomes importantes da ilustração portuguesa como Teodoro de Almeida, que aparece com o sétimo volume de sua *Recreação filosófica* e Antonio Genovesi com sua *Lógica* e também com sua *Elementorum metaphysicae*.²⁹² Dos ilustrados franceses mais renomados do século XVIII, figuram três volumes de uma *Oeuvres*, de Condillac. Da biblioteca particular de Hermógenes Pantoja, composta por

²⁸⁹ Eduardo Frieiro. *O diabo na livraria do cônego; Como era Gonzaga?; e outros temas mineiros*. 2ª edição. São Paulo: Editora Itatiaia/ Edusp, 1981, p.20.

²⁹⁰ *Ibidem*, p.23.

²⁹¹ Kátia M. de Queirós Mattoso. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Bahia: Editora Itapuã, 1969.

²⁹² *Ibidem*, p.18-25.

22 títulos, supõe-se alguma predileção pela literatura francesa, com títulos como *As aventuras de Telêmaco*, de Fénelon, *Le diable boiteux*, de Alain René Lesage, *Lettres d'une peruvienne*, de Françoise Graffigny, sem deixar, contudo de sugerir um interesse pelos seus filósofos, através do marcante *Dictionnaire Philosophique*, de Voltaire.²⁹³

As livrarias dos advogados também foram objeto de relevantes estudos. Paulo Gomes Leite, em estudo sobre a livraria de José Pereira Ribeiro, advogado mineiro formado na Universidade de Coimbra em 1786, destaca-a como a mais importante de todos os homens envolvidos na Conjuração Mineira.²⁹⁴ Álvaro de Araújo Antunes, ao também analisar a trajetória de José Pereira Ribeiro, estabelece importantes relações entre seu universo intelectual - composto por sua formação coimbrã e por suas leituras – e sua prática advocatícia, constatando, por exemplo, que o advogado recorreu constantemente a obras de autores jusnaturalistas para justificar suas argumentações.²⁹⁵

Para a cidade do Rio de Janeiro, analisando inventários post-mortem entre os anos de 1751 e 1822, Luiz Carlos Villalta observa que o número de habitantes possuidores de livros particulares cresceu consideravelmente durante a segunda metade do século XVIII.²⁹⁶ O historiador relaciona o aumento do número de inventariados possuidores de livros com a elevação da cidade à condição de capital do vice-reino do Brasil, em 1763, fato que havia proporcionado na cidade um aumento do setor de serviços e significativa majoração do nível educacional.²⁹⁷ Ao analisar a composição das livrarias, Villalta pondera que, apesar de as obras devocionais e religiosas predominarem, verifica-se em algumas destas bibliotecas uma abertura significativa para “as ciências e saberes profanos, percebendo-se nos títulos e autores ecos da Ilustração.”²⁹⁸ Investigando a fundo a gama de recursos que a metrópole dispensava através de seu organismo censório para controlar a posse e a leitura de livros, o

²⁹³ Kátia M. de Queirós Mattoso. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Bahia: Editora Itapua, 1969, p.29-33.

²⁹⁴ Paulo Gomes Leite. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo*, vol. 8, n^{os} 1/2, jan/dez, 1995, p.158.

²⁹⁵ Álvaro de Araújo Antunes. *Espelho de cem faces – o Universo Relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume, PPGH: UFMG, 2004, p. 227.

²⁹⁶ Luiz Carlos Villalta. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa*. São Paulo: tese de doutorado em História Social/USP, 1999, p.352.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 353.

²⁹⁸ *Ibidem*.

historiador constata que, a impossibilidade dos agentes censórios para agir de forma total na fiscalização da entrada e saída de livros aliada à argúcia de indivíduos interessados em fazer as obras circularem, possibilitaram que a entrada na colônia de títulos defesos não fosse coisa rara.²⁹⁹

Ao examinar as requisições de envios de livros para o Rio de Janeiro submetidas à censura portuguesa entre os anos de 1769 e 1807, Márcia Abreu em *Os caminhos dos livros* observa que, ao lado dos livros religiosos e profissionais, os leitores do Rio de Janeiro ansiavam avidamente ler os livros de belas-letras.³⁰⁰ Elaborando um minucioso levantamento dos mais requisitados livros desta categoria, a pesquisadora identificou um gosto especial por romances franceses, como *Les aventures de Télémaque*, de Fenélon e *Histoire de Gil Blas de Santillane*, de Alain René Lesage, o que não excluía a preferência de muitos por autores da cultura latina como Ovídio, Fedro, Cícero e Horácio.³⁰¹ De forma semelhante a Villalta, Márcia Abreu desenvolve uma visão otimista em relação à circulação de livros na colônia, concluindo ao fim de seu livro que “a documentação produzida pela censura, tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro, mostrou fartamente a presença de livros no Brasil.”³⁰²

Focando seu olhar sobre o período posterior ao da chegada da família real, Leila Mezan Algranti analisou a ação censória da Mesa do Desembargo do Paço, instalada no Rio de Janeiro, a qual passou então a exercer o papel de órgão censor na colônia.³⁰³ A formação de um corpo administrativo de censores, que incluiu homens como Mariano José Pereira da Fonseca, não resultou num controle efetivo dos pedidos de livros que chegavam à Mesa para serem analisados. A historiadora afirma que a variabilidade de critérios entre os censores da Mesa, a dificuldade que eles enfrentavam para obter as listas de livros proibidos e a má elaboração das listas de pedidos de livros deram origem a um sistema que continha limitações em sua capacidade de ação no

²⁹⁹ Luiz Carlos Villalta. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa*. São Paulo: tese de doutorado em História Social/USP, 1999, p.261.

³⁰⁰ Márcia Abreu. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras/ São Paulo: Fapesp, 2003, p.89.

³⁰¹ *Ibidem*, p.93.

³⁰² *Ibidem*, p.345.

³⁰³ Leila Mezan Algranti. *Livros de devoção, atos de censura. Ensaio de história do livro e da leitura na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec, 2004, p.136.

controle da entrada de obras na colônia.³⁰⁴ Em direção semelhante, Lúcia Bastos e Tânia Bessone asseguram que, apesar dos esforços de rigidez do aparato censório estabelecido na colônia a partir de 1808, o sistema “não chegou a constituir um obstáculo para a circulação de livros com os *abomináveis princípios franceses*.”³⁰⁵

O amplo estudo de Nireu de Oliveira Cavalcanti a respeito da cidade do Rio de Janeiro durante o século XVIII traz um vivo panorama da atividade dos livreiros no período.³⁰⁶ O levantamento feito pelo pesquisador apurou que, entre 1754 e 1805, 23 homens exerceram a ocupação de livreiro.³⁰⁷ Apesar da ausência de informações sobre o cotidiano das atividades destes homens que se ocupavam da venda de livros, alguns deles em meio a outras ocupações, Cavalcanti logrou encontrar informações a respeito do livreiro José de Souza Teixeira. Nascido na colônia do Sacramento e morador da cidade do Rio de Janeiro a partir de 1777, Teixeira chegou a ter um estabelecimento próprio para a venda de livros.³⁰⁸ Os cálculos do pesquisador apontam que o estoque da loja de Teixeira era bastante expressivo, tendo sido avaliado em 1.389\$480 réis.³⁰⁹ Para Cavalcanti, a existência de um negócio de tamanho valor “é indício inequívoco da presença de mercado livreiro na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII”, tendo em vista que um homem dificilmente destinaria tamanha quantia de dinheiro caso não tivesse perspectiva de retorno financeiro “num ramo de comércio em que o consumidor podia lançar mão de outras formas paralelas de aquisição.”³¹⁰

Ao tratarmos do universo da circulação dos livros na colônia em fins do século XVIII, cabe destacar a presença inestimável das produções editoriais da Oficina Literária do Arco do Cego, criada em agosto de 1799 em Lisboa e capitaneada pelo frei

³⁰⁴ Leila Mezan Algranti. *Livros de devoção, atos de censura. Ensaio de história do livro e da leitura na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec, 2004, p.144.

³⁰⁵ Lúcia M. B. Pereira das Neves e Tânia Bessone da C. Ferreira. Livreiros franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823. *História hoje – balanços e perspectivas*, Rio de Janeiro, Anpuh, 1990, p.200.

³⁰⁶ Nireu de Oliveira Cavalcanti. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 147.

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 152.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 153.

³¹⁰ *Ibidem*, p. 155.

José Mariano da Conceição Veloso.³¹¹ Criada com o pessoal empenho de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a casa editorial dedicou-se à publicação de importantes traduções de memórias científicas e de textos das áreas das ciências e da história natural escritos por naturais do Brasil. Apesar de ter encerrado suas atividades em dezembro de 1801, a Tipografia do Arco do Cego manteve uma intensa atividade editorial, publicando 83 títulos neste período.³¹² Como bem observou Diogo Ramada Curto, a iniciativa correspondeu a um esforço significativo da Coroa no sentido de, além de estimular a exploração das riquezas coloniais, corresponder aos anseios de uma elite letrada que desejava colocar em prática seu aprendizado.³¹³

Caio César Boschi observa que em agosto de 1797, antes mesmo da fundação da Casa Literária do Arco do Cego, o frei Veloso fora encarregado pelo então secretário de Estado de reunir e promover a tradução para o português de memórias científicas estrangeiras que auxiliassem a economia rural da América portuguesa e o aprimoramento dos estabelecimentos que dela dependessem, o que exigiu do franciscano considerável dose de trabalho junto às tipografias existentes em Lisboa.³¹⁴ Os números destes primeiros esforços são expressivos. Em ofício no qual frei Veloso informa D. Rodrigo dos custos de todas as publicações editadas no período compreendido entre 10 de agosto de 1797 e 10 de agosto de 1798, vê-se que o ritmo das edições, bem como as tiragens eram consideravelmente altas, sinal da confiança da Coroa no papel reformador que estas publicações poderiam adquirir não só no reino mas, principalmente, na colônia americana. Frei Veloso discrimina primeiramente a produção de seis livros junto a duas tipografias de Lisboa, a de Simão Thadeo e a de João Procópio. Outro dado admirável também presente no ofício do frei é referência a de oito títulos que seriam distribuídos gratuitamente, dos quais foram produzidos dois mil exemplares de cada um. Dentre estes oito títulos, constam uma publicação sobre o salitre, de autoria do químico francês Jean-Antoine Chaptal, outra sobre o linho cânhamo, de Duhamel e a memória de João Manso Pereira sobre o alambique.³¹⁵

³¹¹ Caio César Boschi. “Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego”. In: Eliana de Freitas Dutra & Jean-Yves Mollier (orgs.). *Política, nação e edição – O lugar dos impressores na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006, p.495.

³¹² *Ibidem*.

³¹³ Diogo Ramada Curto. *Cultura escrita – séculos XV-XVIII*. Lisboa: ICS, 2007, p.279.

³¹⁴ Caio César Boschi. *Op. Cit.*, p.499.

³¹⁵ “Relação”. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Reino, cx. 23, doc. 27.

Ângela Domingues pontua que, naquele momento, tratava-se de construir meios de difusão do conhecimento pelo Império português a fim de instruir os súditos acerca da aclimação e cultura de novas espécies e de racionalização das atividades agrícolas, mineralógicas e industriais.³¹⁶

As publicações capitaneadas por frei Veloso, tanto as por ele organizadas na Tipografia do Arco do Cego, as editadas em outras casas editoriais de Lisboa e também algumas que foram posteriormente publicadas pela Imprensa Régia, tinham como destino principal a colônia americana. Em ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 8 de fevereiro de 1799 enviado ao Conde de Resende, comunicou-se o envio de nove publicações “destinadas a instruir os habitantes do Brasil em vários artigos de Agricultura, e outros objetos, de que podem tirar muita utilidade”, solicitando que o vice-rei os fizesse “distribuir pelo modo que julgar mais conveniente.”³¹⁷ Dentre estes oito títulos, o único que deveria ser vendido, com o preço estipulado de “dois mil réis cada jogo”, seria o *Fazendeiro do Brasil*, do qual já se encontravam publicados dois tomos e do qual estavam sendo enviados 40 volumes.³¹⁸

Diante do panorama da circulação dos livros na América portuguesa que aqui esboçamos a partir de relevantes trabalhos realizados sobre o tema, procurando dar ênfase em alguma medida para a cidade do Rio de Janeiro, o cenário que se apresenta é, no mínimo, promissor. Mesmo com as distâncias, as ações do aparelho censório e o nível insatisfatório de instrução da maioria da população, a cultura impressa fez parte da vida social da cidade. Ainda que não consigamos muitas vezes com precisão qualificar os usos dos livros entre os homens de letras da capital do vice-reino da segunda metade século XVIII, parece lícito supor que eles não tenham sido somente meras peças ornamentais nas estantes e que, por outro lado, eles possam ter auxiliado os mesmos homens num exercício humano central: o da construção de suas identidades.

³¹⁶ Ângela Domingues. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais de setecentos”. *Ler história*, Lisboa, nº 39, 2000, p.27.

³¹⁷ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Secretaria de Estado do Brasil, Correspondência da Corte com o Vice-Reinado, código 67, vol. 24, fl.37.

³¹⁸ *Ibidem*, fl.38.

Cap. 3. A Sociedade Literária do Rio de Janeiro: sua formação, suas redes, seus alcances

Fundada em 6 de junho de 1786, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro foi geralmente estudada tendo como prisma a devassa que foi realizada com a finalidade de se levantar, a pedido do Vice-Rei Conde de Resende, quais os indivíduos que no Rio de Janeiro estavam sendo acusados de manter “conversações e práticas” que atentavam contra a religião, nas quais buscavam “justificar a rebelião da nação francesa” e “deprimir e destruir a autoridade e poder dos reis.”³¹⁹ A devassa possuía, além destas metas, a de averiguar se os indivíduos em questão superavam o estágio da discussão de idéias que afrontavam a Igreja e o poder monárquico e se já “haviam formado alguma idéia ou plano de sedição.”³²⁰ O exercício que se tenciona realizar aqui é considerar sua produção, a respeito da qual há poucos registros. Forjada no ultramar em um momento histórico no qual a Coroa portuguesa aspirava por incrementar a produção das colônias, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro guardou raízes próximas com a Real Academia de Ciências de Lisboa. Criada em 1779 com os estatutos aprovados por D. Maria I, a instituição seria uma amostra do prosseguimento ao incentivo que a Coroa portuguesa concedia ao adiantamento da ciência em Portugal que havia sido empreendido pelo marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I, com a Reforma da Universidade de Coimbra, culminando na construção de novos prédios que abrigariam laboratórios e museus destinados ao estudo da química e da botânica. A existência de academias no ultramar que objetivassem fins compatíveis com os da Real Academia deveria ser desejada pela Coroa, a fim de que elas ensajassem a descrição das terras e suas potencialidades, num período onde o inventário dos benefícios que poderiam ser auferidos da produção colonial era de extrema valia.

As murmurações que chegaram aos ouvidos do vice-rei davam conta de que alguns de seus membros vilipendiavam a autoridade real em lugares públicos e discutiam abertamente os acontecimentos das guerras da Europa. Quando a Sociedade é fechada por ordem do Conde de Resende, em 1794, o clima agitado vigorava na Europa. Em 21 de janeiro de 1793, na França, Luís XVI era decapitado e o processo da Revolução Francesa havia tomado uma dimensão extraordinária, visto que Marat

³¹⁹ *Autos da devassa – prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.70.

³²⁰ *Ibidem*.

passaria a lutar pela criação do Comitê de Salvação Pública, que seria o órgão executivo da República que se desejava instalar.³²¹ Estas e outras notícias chegavam na capital do vice-reino através dos correios e das gazetas. Os receios em relação aos efeitos que a chegada destas notícias poderiam provocar nas mentes e nos anseios de parte da população eram visíveis.

A Sociedade Literária do Rio de Janeiro, que teve como figura proeminente o poeta e professor régio de Retórica e Poética Manuel Inácio da Silva Alvarenga, seria um possível recanto onde as notícias acerca da movimentação política na Europa poderiam estar sendo vislumbradas com entusiasmo. Em um texto que trata especificamente da Conjuração do Rio de Janeiro, Américo Jacobina Lacombe afirma que os “temas das conversações entre os sócios, porém, foram-se tornando pouco a pouco filosóficos e políticos e realizando-se, na linguagem oficial, em ‘horas noturnas e ilimitadas’.”³²² Faz-se necessário frisar, no entanto, que Lacombe lança mão dos depoimentos dos denunciante e, primordialmente, do desembargador-chanceler da Relação do Rio de Janeiro, Antonio Diniz da Cruz e Silva, responsável pela condução das inquirições da devassa, para apontar o teor do que era discutido no âmbito da Sociedade. Afonso Carlos Marques dos Santos, em estudo central para a compreensão da Inconfidência do Rio de Janeiro, afirma que os alvos da devassa eram os membros da Sociedade Literária, ainda que isso não fosse dito abertamente pelo vice-rei Conde de Resende, ao apresentar ao desembargador Cruz e Silva, através de um ofício, seu pedido para que ele averiguasse a necessidade de se abrir uma devassa para a resolução de suas suspeitas: de que havia indivíduos que demonstravam que falavam com “escandalosa liberdade” dos negócios públicos da Europa, louvando e “aprovando o sistema da rebelião da nação francesa e dando por este modo a conhecer o veneno de que seus

³²¹ Robert Darnton. *Boemia literária e revolução – o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.262.

³²² Américo Jacobina Lacombe. A conjuração do Rio de Janeiro. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 1, Vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, p.407.

ânimos se achavam contaminados”³²³. Ademais, a própria Sociedade recebeu ordens para encerrar suas atividades antes que a devassa começasse a ser realizada.³²⁴

O exercício que se tenciona aqui realizar reside em considerar a Sociedade Literária do Rio de Janeiro primeiramente em sua constituição e procurando entendê-la no quadro intelectual da América portuguesa de fins do século XVIII. O primeiro procedimento será apresentar a sua composição, tentando reconstituir o ambiente cultural que motivou a sua organização. Em seguida, procurar-se-á analisar o conteúdo dos Estatutos e a polêmica suscitada a respeito de suas duas versões. A partir da documentação exígua existente a respeito das atividades da Sociedade no período em que funcionou, serão analisados os saberes científicos que ela produziu e as redes de produção de conhecimento científico das quais ela fez parte. O seu funcionamento também será vislumbrado a partir das referências existentes a seu respeito nos autos da devassa da Inconfidência Carioca, atentando sempre para os depoimentos nele presentes como amostras de determinadas visões a respeito de quem nela atuou: seus membros mais assíduos, seus sócios correspondentes e homens de letras que por ela tenham passado ocasionalmente. Também serão considerados aqui os relatos daqueles que conduziram o processo de inquirição, indivíduos que comunicaram através de suas perguntas e afirmações as imagens que possuíam e/ou desejavam produzir a respeito da Sociedade.

3.1. A Sociedade: seus membros e colaboradores

Para se iniciar a relação dos membros da Sociedade, caberia relatar a polêmica exposta na inquirição feita a Silva Alvarenga a respeito dos Estatutos da Sociedade. Ao ser questionado se havia feito apontamentos para os Estatutos que seriam diferentes dos conhecidos, Silva Alvarenga defende-se declarando que a prova de que os Estatutos que regiam a Sociedade naquele momento eram os mesmos de sua primeira fase era o fato de “acharem-se assinados por Ildefonso, Muzi e Ataíde, pessoas mortas

³²³ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro*, 1794. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.72.

³²⁴ Afonso Carlos Marques dos Santos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p.77.

antes da renovação da mesma sociedade.”³²⁵ Ildefonso José da Costa Abreu era cirurgião e havia sido membro da Academia Científica. Segundo Silva Alvarenga, teria sido ele o sócio que mais trabalhou na elaboração dos Estatutos.³²⁶ Foi o primeiro presidente da Sociedade Literária e funcionário do Hospital Militar do Rio de Janeiro. Gonçalo Muzzi era médico. Joaquim José de Ataíde, médico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio Janeiro, tornou-se o segundo presidente da Sociedade, substituindo Ildefonso. Além deles, outro médico que foi, segundo o depoimento de Mariano José Pereira da Fonseca, freqüentador assíduo das conversações da Sociedade foi Vicente Gomes da Silva.³²⁷

Outro membro da Sociedade foi o mestre de primeiras letras Manoel Ferreira de Almeida, natural de Lisboa, que declarou em seu depoimento ter se encarregado de trazer para a casa de Silva Alvarenga “alguns insetos e plantas e mais cousas pertencentes à História Natural.”³²⁸ Ainda na denúncia feita pelo rábula José Bernardo da Silveira Frade, aparece o nome de Francisco Coelho Solano da Silva. Este, natural do Rio de Janeiro, em seu depoimento afirmou que nas ocasiões em que esteve na casa de Silva Alvarenga, falava-se muito “em matérias de Medicina.”³²⁹

Silva Alvarenga ocupou o cargo de secretário da agremiação e, na casa que alugou na rua do Cano (atual Sete de Setembro), reservava o andar de baixo para as reuniões da Sociedade. Outro membro assíduo das assembléias e que teve várias vezes o nome lembrado por testemunhas da devassa foi Jacinto José da Silva Quintão. Médico no Rio de Janeiro, formado pela Universidade de Montpellier e aprovado pela Real Junta do Protomedicato, atendia, à época, na Rua do Rosário.³³⁰ João Marques Pinto, professor de Grego e contemporâneo de Silva Alvarenga em Coimbra, também atendia na mesma rua.³³¹ Era amigo próximo do poeta e assíduo freqüentador das reuniões.

³²⁵ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Eduerj, 2002, p.207.

³²⁶ *Ibidem*, p.195.

³²⁷ *Ibidem*, p.242.

³²⁸ *Ibidem*, p.152.

³²⁹ *Ibidem*, p.281.

³³⁰ “Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1794”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 266, jan-mar, 1965, p.272.

³³¹ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.272.

Mariano José Pereira da Fonseca - futuro marquês de Marica - outra figura de relevo que fez parte do quadro da Sociedade, nasceu no Rio de Janeiro em 1773 e bacharelou-se em Filosofia em Coimbra em 1792.³³² Posteriormente, ocuparia o cargo de censor régio e ficaria conhecido pela coleção de máximas que escreveu. O professor de Gramática Latina e químico João Manso Pereira foi também outro homem de destaque do meio letrado do Rio de Janeiro que teve parte ativa nas discussões e trabalhos da Sociedade. Consta no almanaque da cidade do ano de 1794 que João Manso atendia na Rua do Carmo.³³³ A Química certamente foi um dos ramos científicos mais trabalhados no âmbito da Sociedade, tendo em vista a publicação do livro *Elementos de chimica offerecidos a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para o uso do seu curso de Chimica*, de autoria de Vicente Coelho Seabra da Silva Teles e publicado em 1788 pela Real Officina da Universidade de Coimbra.

É plausível propor que a História Natural tenha tido lugar de considerável destaque no rol de assuntos abordados pela Sociedade Literária. Este ramo da ciência havia adquirido proeminência no âmbito da cultura científica portuguesa na segunda metade do século XVIII. Uma amostra disso foi a inclusão da Cadeira de História Natural na Faculdade de Filosofia na Universidade de Coimbra após a Reforma em 1772. Além das matérias tradicionais – Metafísica, Lógica e Ética – a Faculdade de Filosofia incluiria também a História Natural e a Química.³³⁴ A Universidade buscaria na Itália o naturalista Domenico Vandelli para ser o responsável pelas duas novas Cadeiras que passaram a compor o currículo da Faculdade de Filosofia. Como se sabe, a Reforma ansiou modificar profundamente o cenário das ciências em Portugal, investindo-a de um cariz mais experimentalista.³³⁵ Um dos membros da Sociedade, Mariano José Pereira da Fonseca, foi aluno de Vandelli em Coimbra e chegou a manter

³³² Carta de Curso de Mariano José Pereira da Fonseca. *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Cartas de curso.

³³³ “Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1794”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 266, jan-mar, 1965, p.272.

³³⁴ Manuel Augusto Rodrigues. *A Universidade de Coimbra – Figuras e factos da sua história*. Vol. I, Porto: Campo das Letras, 2007, p.737.

³³⁵ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.111.

correspondência com o professor após retornar ao Brasil, de acordo com seu depoimento na devassa.³³⁶

Como supõe Nireu de Oliveira Cavalcanti, é possível que Frei José Mariano da Conceição Veloso tenha tido contato, mesmo estando em Portugal, com a Sociedade Literária, visto que sua célebre *Florae Fluminensis* havia sido escrita enquanto era membro da Academia Científica.³³⁷ Outro dado que sugere este contato é o fato de, na qualidade de administrador da Tipografia do Arco do Cego, ter publicado memórias importantes do químico João Manso Pereira, dentro do escopo de publicações desejadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

3.2. Os Estatutos da Sociedade Literária e a polêmica

Os Estatutos da Sociedade que foram anexados ao processo da devassa definem que as reuniões seriam feitas sempre às quintas-feiras, entre oito e dez da noite. A sociedade seria regida por um presidente, um secretário e um promotor. Um sorteio que contivesse os nomes de todos os sócios elegeria o presidente e estaria a ele reservado um assento mais alto na discussão, sendo ladeado à direita pelo promotor e à esquerda pelo secretário. O nono artigo estabelecia que o secretário seria o responsável por “recopilar, ordenar e depurar as memórias, dissertações ou quaisquer escritos que merecerem ser recolhidos no arquivo da Sociedade.”³³⁸ O secretário, função exercida por Silva Alvarenga, teria ainda o papel de exigir dos sócios explicações a respeito de “termos técnicos ou maior esclarecimento de idéias”, para que se pudesse “reduzir a método qualquer escrito que merecer a aprovação.”³³⁹ Nota-se presente, assim, a tentativa de facilitar ao grupo de membros da academia a compreensão das resoluções propostas pelos estudos apresentados a fim de que eles fossem melhor avaliados. A função de recopilar os trabalhos coadunava-se a esta outra atribuição do secretário: procurar fomentar entre os autores dos trabalhos o exercício de expor os pontos

³³⁶ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.248.

³³⁷ Nireu de Oliveira Cavalcanti. *O Rio de Janeiro setecentista – a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.231.

³³⁸ *Autos da devassa...*, *Op. Cit.*, p.321.

³³⁹ *Ibidem*.

principais de seus estudos a fim de se atingir a compreensão da maior parte dos ouvintes. Ainda dentro da perspectiva de se alcançar o maior grau de interesse pelas matérias discutidas entre os membros da Sociedade, o 22º artigo definia que a escolha das matérias deveria ser feita de forma variada para que, apesar das preferências dos sócios pelas ciências nas quais eram especialistas, eles adquirissem “interesse e gosto pelas que forem propostas.”³⁴⁰ Dentro da perspectiva semelhante de manter vivo o envolvimento dos sócios com as atividades da agremiação, o 24º artigo diagnosticava que para que o “repartir” das luzes científicas se procedesse de forma mais eficiente, não se deveriam concentrar todas as matérias em alguns dos sócios. Pelo contrário, seria profícuo haver “assuntos gerais e outros pelos quais alguns sócios se façam responsáveis.”³⁴¹

A preocupação em constituir-se como uma agremiação que ganhasse relevo a partir do valor pragmático dos saberes que nela circulassem já se encontrava presente também nos Estatutos. Ainda o 24º artigo sugere que dentre as matérias apresentadas para a discussão na Sociedade, fosse dada preferência à de maior “utilidade, pelo mais próximo proveito que pode resultar”, àquela que tivesse “menor complicações com obstáculos.”³⁴² Este pressuposto deveria sempre regular toda a dinâmica de funcionamento da Sociedade, ainda mais neste período inicial de sua existência durante o qual, matérias que exigissem subsídios demasiadamente sofisticados para a sua explanação, poderiam servir para “abater os ânimos e fazer desvanecer as esperanças que concebe para o futuro.”³⁴³

Segundo as informações que existem disponíveis a respeito da Sociedade, malgrado o apoio do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa à sua abertura em 1786, e a palavra de incentivo que o Conde de Resende teria dado pessoalmente a Silva Alvarenga para a retomada dos trabalhos, não existem registros que apontem que a Sociedade tenha recebido algum tipo de apoio material para o seu funcionamento. Aliás, o próprio texto do Estatuto solicitava que os sócios contribuíssem, conforme “seu amor pelas letras e artes lhe aconselhar”, a fim de colaborarem para a formação de “um

³⁴⁰ *Autos da devassa – prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.323.

³⁴¹ *Ibidem*.

³⁴² *Ibidem*.

³⁴³ *Ibidem*.

museu, gabinete de máquinas e biblioteca para uso da Sociedade.”³⁴⁴ O próprio Silva Alvarenga, em depoimento na devassa, esclarece que a casa que alugara para ser a sede da academia era a mesma onde morava, um sobrado na rua do Cano, no qual ele ocupara para si o andar de cima e reservara o de baixo para as reuniões da agremiação e que, com o fechamento dela, passou a alugar o andar de cima, visto que “té ali tinha sido pago pelos sócios.”³⁴⁵

O artigo 11^o do estatuto determina a necessidade de se reservar um livro para registro das atividades da Sociedade que elencasse os assuntos que fossem propostos para discussão ou que fossem devidamente analisados, em caso de a Sociedade “achar dignos de que conservem em memória.”³⁴⁶ O livro deveria ser objeto de preocupação do secretário, o qual no fim do ano deveria apresentá-lo em assembléia e recolher a assinatura dos demais sócios. O procedimento era indispensável para que o secretário seguinte abrisse o próximo ano de atividades da Sociedade. Está ainda previsto pelo artigo 18^o dos Estatutos que o presidente, o secretário e o promotor formariam o “corpo censório” para corrigir o latim ou o português dos escritos apresentados, bem como recrutar outros sócios para tal tarefa.³⁴⁷

Estava definido pelos Estatutos que os escritos a serem apresentados na Sociedade deveriam considerar os “vestígios dos celebrados autores que tiverem tratado iguais matérias.”³⁴⁸ No artigo 20^o, encontra-se uma lista das ciências e dos respectivos autores de obras a serem visitadas por aqueles que desejassem contribuir na Sociedade com a apresentação de algum estudo. Os autores arrolados demonstram a fina sintonia entre os Estatutos da Sociedade e os parâmetros científicos propostos pelos Estatutos da Universidade de Coimbra, como observou Anita Correia Lima de Almeida.³⁴⁹ Cabe frisar que na área da Medicina e da Cirurgia, a recomendação dos Estatutos era que se

³⁴⁴ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2^a edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.323.

³⁴⁵ *Ibidem*, p.197.

³⁴⁶ *Ibidem*, p.321.

³⁴⁷ *Ibidem*, p.322.

³⁴⁸ *Ibidem*, p.323

³⁴⁹ Anita Correia Lima de Almeida. *A República das Letras na Corte da América Portuguesa: a Reforma dos Estudos menores no Rio de Janeiro Setecentista*, Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em História/UFRJ, 1995, p.99.

atentasse para “os autores mais célebres aprovados pelas Universidades.”³⁵⁰ Nestes ramos, os autores do Estatuto deveriam ter em mente abarcar os saberes criados em centros universitários europeus onde as práticas médicas e cirúrgicas eram destacadamente desenvolvidas, como a Universidade de Montpellier, instituição que foi berço de estudo de vários estudantes naturais do Brasil no século XVIII. Todavia, a presença de ex-alunos da instituição coimbrã teria influído decisivamente na escolha dos autores a serem visitados no estudo das demais ciências. No campo da matemática, a orientação clara nos Estatutos prescrevia que se consultassem os “Compêndios da Universidade”, referindo-se assim a Coimbra, onde os manuais de autores franceses como Etiénne Bezout e do abade Bossut haviam sido adotados.³⁵¹ A concepção de vislumbrar a produção do conhecimento científico em seu caráter experimental, um traço central da Reforma da Universidade empreendida pelo Marquês de Pombal, aparece no artigo 29º dos Estatutos.

“Todos os sócios conservarão uma discreta liberdade no seu modo de pensar e escrever; a qual poderão exercer até o ponto de emendar ou refutar o que acharem nos mesmos autores, ficando, porém, neste caso, obrigados a produzir por modo convincente e evidente suas razões, reflexões ou experimentos; sobre o que se deliberará em plena assembleia, para, por esta maneira, se formar uma coleção de verdades luminosas, com interesse e honra da Sociedade; a qual, ainda no caso de ser inadmissível a proposta de qualquer sócio, não o defraudará dos merecidos elogios pelas suas tentativas, ainda que infrutíferas.”³⁵²

Procura delinear-se, assim, a Sociedade como um espaço que não se estabelecesse somente como um lugar de rememoração do que grandes autores tinham demonstrado em seus escritos mas também como um local onde, alicerçado em teorias de estudiosos consagrados, os sócios pudessem construir explicações e instrumentos que tivessem aplicabilidade, derivados de processos experimentais. Busca-se, a partir destes parâmetros estabelecidos, posicionar este conhecimento adquirido a serviço das necessidades práticas e, desta forma, da utilidade pública. A busca pela construção de

³⁵⁰ *Autos da devassa...*, *Op. Cit.*, p.322.

³⁵¹ “Ofício sobre a edição das obras de Bezout, do Genuense, e do comentário de Van-Espen”, 14 de abril de 1774 e “Ofício sobre a proposta da obra do abade Bossut para as lições de Hidrodinâmica”, 19 de janeiro de 1775. In: M. Lopes de Almeida. *Documentos da Reforma Pombalina (1771-1782)*. Vol. 1. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1937, p.148-149 e p.166, respectivamente.

³⁵² *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.324.

saberes que atendam ao bem geral está presente na Reforma da Universidade, como se pode vislumbrar no discurso do reitor-reformador Francisco de Lemos Coutinho.

“Não se deve encarar a universidade como um corpo isolado, preocupado apenas com seus próprios negócios, como sucede normalmente, mas como um corpo no coração do Estado que, mercê de seus intelectuais, difunde a sabedoria do Iluminismo para todas as partes da Monarquia a fim de animar e revitalizar todos os ramos da administração pública e de promover a felicidade do Homem. Quanto mais se analisa essa idéia, maiores afinidades se descobrem entre a universidade e o Estado; quanto mais se vê a dependência mútua desses dois corpos, mais se percebe que a ciência não pode florescer na universidade sem que ao mesmo tempo floresça o Estado, melhorando e aperfeiçoando a si mesmo. Essa compreensão chegou muito tarde a Portugal, mas enfim chegou, e estabelecemos sem dúvida o exemplo mais perfeito e completo da Europa atual.”³⁵³

A visão do reitor Francisco de Lemos Coutinho a respeito das relações a serem estabelecidas entre os intelectuais e o Estado, em texto que realiza um balanço dos primeiros anos da reformada universidade, encontraria eco no posicionamento de letrados americanos como Silva Alvarenga. O estudante ultramarino via-se imbuído a deixar seu papel de expectador para dar vazão à formação que tinha recebido ao ter vivenciado um momento de “renovação radical da educação judicial” em Portugal.³⁵⁴ Apesar da semelhança de interesses entre o que os Estatutos da Sociedade estabeleciam como suas metas e aquelas que estavam ensaiadas nos Estatutos da Nova Universidade de Coimbra de 1772, um manuscrito de autoria de Silva Alvarenga encontrado dentre seus papéis durante o seqüestro de seus bens sugere um outro rumo possível que a Sociedade poderia adquirir. Este manuscrito, apontado por Cruz e Silva, é composto por sete apontamentos que formariam um plano para os estatutos da Sociedade que, se vigorassem, corresponderiam a uma academia sensivelmente diversa daquela esboçada pelos Estatutos da Sociedade apresentados como oficiais.

“1 – A boa fé e o segredo, de modo que ninguém saiba do que se tratou na Sociedade.

2 – Não deve haver superioridade alguma nesta sociedade e será dirigida igualmente por modo democrático.

³⁵³ *Relação Geral do Estado da Universidade, 1777*. Coimbra: Reprodução fac-similar, 1983, p.232.

³⁵⁴ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.116.

3 – O objetivo principal será a Filosofia, em toda a sua extensão, no que se compreende tudo quanto pode ser interessante.

4 – Não só trabalhará comumente sobre matérias novas, mas também sobre as já sabidas, porque será útil conservar e renovar as idéias adquiridas e comunicá-las aos que tiverem falta desses conhecimentos.

5 – Aquele que escrever alguma memória a apresentará à Sociedade, sem que antes nem depois a comunique a pessoa alguma, exceto quando a mesma sociedade julgue que se deve pôr em prática por utilidade pública.

6 – Para ser admitido qualquer novo sócio, deve proceder boa informação de sua probidade, segredo e aplicação; de sorte que se possa esperar utilidade da sua companhia. E será recebido por pluralidade de votos.

7 – Deve haver um secretário anual. E este guardará a chave do cofre, onde ficarão as memórias e tudo o mais que pertencer à Sociedade.”³⁵⁵

Previsto neste plano para os Estatutos da Sociedade, o segredo entre seus membros acerca do que era discutido em seu espaço não era, obviamente, algo desejado pelas autoridades locais. O clima de desconfiança e de medo instalado no Rio de Janeiro após o desenrolar e os desfechos da Inconfidência Mineira, assistidos pela população da cidade, ainda estavam recentes na lembrança do povo em geral, como também na memória dos governantes. O próprio vice-rei Conde de Resende, no ofício enviado a Cruz e Silva em 8 de dezembro de 1794, ordenou “para que logo proceda à devassa, para se evitar uma faísca, que ocultamente lavrando, poderá rebentar um grande incêndio.”³⁵⁶ A utilização por parte de Silva Alvarenga do termo “democrático” nos apontamentos suscitava imediata preocupação por parte de Cruz e Silva. Sua presença no manuscrito do poeta era vislumbrada como uma amostra de que “os abomináveis princípios franceses” tinham na Sociedade um ambiente para a sua proliferação. Interrogado a respeito do uso da palavra “democrático”, Silva Alvarenga defenderia-se argumentando que quando da ocasião em que escreveu aqueles apontamentos, o termo “não causava o horror que hoje deve causar, considerou ele, respondente que, não havendo entre os sócios uma pessoa superior às outras, ou por nascimento, ou por empregos, que pudesse conter os sócios nos seus decentes deveres, por serem todos iguais, não havia melhor modo para o seu regímen que o por ele lembrado no dito

³⁵⁵ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.208.

³⁵⁶ *Ibidem*, p.72.

segundo apontamento.”³⁵⁷ Curiosamente, a preocupação de Cruz e Silva em enfatizar a gravidade da adoção do termo por parte do poeta convive com a ausência de questões sobre as memórias que haveriam neste cofre guardado pelo secretário, cargo que, neste período, era ocupado por Silva Alvarenga. Os “estatutos oficiais”, como já salientado aqui, fazem menção a um livro que relataria as atividades da Sociedade em suas reuniões e memórias que mereciam ser registradas no referido livro, de responsabilidade do secretário. Há que se atentar para o fato de que, assim como não há questionamentos referentes ao cofre com as memórias e demais objetos pertencentes à Sociedade mencionados nos apontamentos encontrados de Silva Alvarenga, não constam nos autos em momento algum indagações referentes ao livro de registro do cotidiano da agremiação, citado nos estatutos considerados “oficiais” da academia, elaborados em 1786. É plausível supor que tanto o cofre com as memórias quanto o caderno onde porventura tivessem sido assentadas as decisões e realizações da academia não seriam peças que deixariam transparecer a presença de posicionamentos contra a religião e contra a Coroa portuguesa. Uma corporação de homens reunidos em torno de interesses comuns em fins do século XVIII na capital do vice-reino certamente cultivava enorme desvelo na prática de resguardar qualquer tipo de matéria escrita que denotasse indícios do desvirtuamento de suas atividades em relação ao seu princípio confesso de repartir as “luzes científicas” em benefício da felicidade pública. O aparecimento de um escrito como os apontamentos apreendidos entre os papéis de Silva Alvarenga aguçou o receio das autoridades locais de que aquele grupo de letrados pudesse engendrar metas que excediam suas atribuições de “fiéis vassalos”.

3.3. A aplicabilidade dos saberes: a produção da Sociedade Literária do Rio de Janeiro

O conhecimento que se possui a respeito dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Sociedade é bastante exíguo devido à falta de fontes mais substanciais. Um balanço do primeiro ano de seu funcionamento foi feito pelo seu presidente Joaquim José de Ataíde no “Discurso em que se mostra o fim para que foi estabelecida a Sociedade Literária do Rio de Janeiro”, proferido no dia 6 de junho de 1787, data em

³⁵⁷ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.205-206.

que completaria um ano de funcionamento.³⁵⁸ O dia 6 de junho havia sido escolhido em virtude de ser o dia e mês do nascimento de D. José, celebrado pela Sociedade como o restaurador das letras. A importância do reinado de D. José no incremento das artes e das letras encontra-se ressaltada não somente nos Estatutos da Sociedade, como também no referido “Discurso” de Joaquim José de Ataíde. Este também destaca a importância conferida por D. Maria I ao desenvolvimento dos saberes científicos, tendo em vista seu incentivo e proteção dados à Real Academia de Ciências de Lisboa.³⁵⁹ Ataíde vivenciara o conjunto de iniciativas do governo mariano na série de missões científicas no ultramar, como as investigações filosóficas na Amazônia empreendidas por Alexandre Rodrigues Ferreira, no Cabo Verde capitaneadas por João da Silva Feijó, em Angola comandadas por Manuel Galvão da Silva, numa ampla gama de atividades que visavam aumentar o conhecimento dos territórios ultramarinos a fim de melhor aproveitar suas potencialidades.

No “Discurso”, Ataíde expõe o propósito da Sociedade de ser o local de conjugação da elaboração do saber em função das necessidades práticas. A busca pela compreensão do que os autores célebres escreveram, o reconhecimento da importância da experiência como meio de se chegar às “verdades luminosas” e a divulgação destas aos membros da Sociedade teriam como fim último a composição de estudos que trariam benefícios a todos. Ataíde sublinha que o alvo da Sociedade “não foi nem podia ser outro senão a instrução em suas obrigações, de que resulta a pública utilidade; estes foram os justos motivos do seu estabelecimento, e estes serão sempre o móvel de suas fadigas literárias”.³⁶⁰

A oposição das luzes e sombras também se faz presente no “Discurso”. Ataíde enfaticamente proclama que a possibilidade do homem ser útil ao seu mundo depende de seu esforço em busca de melhor executar seus ofícios e que, para tal fim, é mister ser nele bem instruído. Ele identifica que a promoção do conhecimento já teria

³⁵⁸ Joaquim José de Ataíde. “Discurso em que se mostra o fim para que foi estabelecida a Sociedade Literária do Rio de Janeiro”. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo 45, parte 1ª, 1882, p.69-76. Também está presente em José Aderaldo Castello. *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22*. Vol. 1, Tomo 6. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, p.243-249.

³⁵⁹ Fernando Novais aponta que a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1779, é uma grande mostra da continuidade das políticas de fomento às atividades científicas e econômicas pensadas por Pombal. Cf. Fernando Novais. “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. In: *Aproximações – estudos de história e historiografia*. São Paulo: CosacNaify, 2005, p.167.

³⁶⁰ Joaquim José de Ataíde. *Op. Cit.* In: José Aderaldo Castello. *Op. Cit.*, p.244.

produzido vantagens para a vida na Terra, “à proporção que a ignorância se tem desterrado dela, e que a luz tem vindo aclará-la, bem como os fantasmas da noite se dissipam à chegada dos primeiros raios de sol!”³⁶¹

Já na conclusão de seu “Discurso”, Ataíde convida.

“A sociedade conserva a porta aberta para receber todo o bom patriota, que se empregar por meio da cultura das ciências e das artes em ser útil à humanidade: sim, amados companheiros, redobrai vossas fadigas, e se não bastam as vossas diligências, pedi no entanto se faça justiça às vossas intenções; o vosso zelo pela felicidade pública é puro e sincero; ao céu agrade, que os nossos esforços nos façam dignos das bênçãos, que nos prometem o feliz reinado de Sua Majestade.”³⁶²

Este trecho do discurso sugere bem a relação que a Sociedade Literária procura construir com as esferas do poder metropolitano, atitude semelhante tomada em relação aos vice-reis. Conforme registrado nos autos, Silva Alvarenga afirma ter conversado com o Conde de Resende a respeito da retomada dos trabalhos da Sociedade. Em relação à Coroa portuguesa, o desejo de obter dela seu reconhecimento está expresso na homenagem prestada a D. José com o estabelecimento do dia 6 de junho como o dia do aniversário da Sociedade. Em relação à D. Maria I, que prossegue na tarefa de levar adiante as reformas ilustradas iniciadas pelo Marquês de Pombal, a tentativa de obter sua proteção não é menor. Ataíde esclarece que os membros da Sociedade devem se dedicar com todos os esforços para serem “úteis à humanidade”, mas, numa postura sintomática, pede que “se faça justiça às vossas intenções.”³⁶³

No que diz respeito à América portuguesa, pode-se dizer que as diretrizes político-administrativas da Coroa portuguesa seguiram consideravelmente os passos iniciados no período pombalino. O secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Mello e Castro, foi encarregado de supervisionar a observância do vice-rei, dos capitães-generais e das instituições administrativas locais que deveriam, em um esforço conjunto, promover a diversificação econômica, o combate ao contrabando, os

³⁶¹ Joaquim José de Ataíde. “Discurso em que se mostra o fim para que foi estabelecida a Sociedade Literária do Rio de Janeiro”. In: José Aderaldo Castello. *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22*. Vol. 1, Tomo 6. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, p.244.

³⁶² *Ibidem*, p.248-249.

³⁶³ *Ibidem*, p. 249.

melhoramentos técnicos e a devida segurança das fronteiras.³⁶⁴ A demarcação das fronteiras com a América Espanhola foi alvo de grande esforço da Coroa portuguesa no período mariano. Ecoaram na Sociedade Literária do Rio de Janeiro algumas destas metas projetadas pela Coroa.

O discurso proferido por Ataíde também apresenta um sumário onde ele menciona os trabalhos que haviam sido apresentados na Sociedade no primeiro ano de seu funcionamento, sem, contudo, fornecer uma informação preciosa: a autoria de cada um dos trabalhos mencionados.

Segundo Ataíde, a preocupação primeira da Sociedade foi concentrar-se no estudo das “epidemias e moléstias endêmicas do país”, matéria que o presidente da Sociedade classificou como sendo “objeto de primeira necessidade.” Há que se lembrar, no entanto, que a proeminência de médicos dentre os sócios da Sociedade também deve ser levada em conta para compreendermos a escolha da matéria que inaugurou os trabalhos na Sociedade. Na agremiação, Gonçalo José Muzzi, Jacinto José da Silva Quintão, Vicente Gomes da Silva e Joaquim José de Ataíde eram médicos e Ildefonso José da Costa Abreu exercia o ofício de cirurgião. Apesar do tema da saúde apresentar-se como uma questão urgente, a Sociedade teria como foco uma tarefa mais ampla de buscar reunir o máximo possível de conhecimento a respeito da América portuguesa com a finalidade de fornecer subsídios para a consecução dos interesses da Coroa. Por este motivo, Ataíde afirma que “se delineou e empreendeu a descrição física e econômica, ou a história natural e política do nosso país.”³⁶⁵ O foco no delineamento dos traços físicos e das dinâmicas políticas do território americano também coaduna-se com o intuito da Sociedade de servir ao Estado, dentro da perspectiva da especificidade da ilustração luso-americana, partidária da produção do saber científico tendo em vista a sua aplicação prática. A descrição econômica do país é vista por Ataíde como um grande desafio da agremiação. Como se vê, o projeto da Sociedade de prover o Estado de matérias úteis era ambicioso.

Neste sentido, os interesses que nortearam a dinâmica dos trabalhos da Sociedade Literária do Rio de Janeiro guardaram semelhanças com a Real Academia de Ciências de Lisboa. Assim como esta buscava melhor conhecer as condições naturais de Portugal e suas conquistas, a Sociedade Literária igualmente ansiava realizar pesquisas

³⁶⁴ Luís de Oliveira Ramos. *D. Maria I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, p.202-203.

³⁶⁵ José Aderaldo Castello. *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22*. Vol.1, Tomo 6. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, p.245.

que possibilitassem um conhecimento mais refinado do território da América portuguesa, formulando técnicas para melhor aproveitar seus recursos. No entanto, a indiferença das autoridades locais e da própria Coroa portuguesa em relação aos intentos dos letrados da agremiação insinua que, se por um lado o momento político-econômico do Império português requeria medidas de modernização das técnicas, por outro era desejável que o impulso a estas inovações partisse do centro e por ele fosse comandado.

No discurso proferido, Ataíde elogiosamente descreve uma memória apresentada em 30 de novembro de 1786 sobre o eclipse total da lua. É provável que o autor desta memória tenha sido Bento Sanches Dorta, astrônomo e geógrafo nascido em Coimbra em 1739 e membro da Real Academia. Dorta foi enviado à América portuguesa pela Coroa em 1781 a fim de integrar a comissão encarregada de demarcar os limites do território pertencente a Portugal. Na denúncia feita por José Bernardo da Silveira Frade, o astrônomo aparece como testemunha de uma cena que ele, denunciante, presenciara no cais do Palácio, ainda durante o vice-reinado de Luis de Vasconcellos e Sousa, onde teria ouvido Gregório José Bittencourt, em conversa com o professor de grego João Marques Pinto, louvar a liberdade e que, estando “presente também Bento Sanches; e que este o fizera calar, convencendo-o com argumentos.”³⁶⁶ Apesar desta probabilidade, a única memória de Bento Sanches Dorta que se tem conhecimento de ter sido lida na Sociedade Literária do Rio de Janeiro versa sobre assunto distante de seu ofício de astrônomo: a produção artificial do frio. Há cópia manuscrita desta memória na Coleção Pombalina, da Biblioteca Nacional de Portugal.³⁶⁷

Na primeira parte da memória, apresentada na Sociedade em 5 de julho de 1787, Bento Sanches afirma que não tem a pretensão de ter atingido toda a verdade sobre a matéria e que submete suas proposições à análise dos “amáveis sócios” que tendo estudado “a Física, a Química, e a Historia Natural” teriam embasamento e clareza para melhor averiguar e avaliar este meu trabalho.”³⁶⁸ O astrônomo agradece o

³⁶⁶ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.73.

³⁶⁷ Bento Sanches Dorta. “Memória sobre a produção do frio artificial, Lida nas sessões de 5 e 19 de julho de 1787 da Sociedade Literária do Rio de Janeiro”. *Biblioteca Nacional de Portugal*, Coleção Pombalina, códice 686, fls. 674-685.

³⁶⁸ *Ibidem*, fl. 674

convite para fazer parte daquele grupo de acadêmicos, podendo assim “participar dos vossos conhecimentos literários, para que assim eu melhor pudesse empregar-me em utilidade da amável Pátria.”³⁶⁹ A experiência por ele elaborada para se produzir frio com a finalidade de se resfriar aguardentes e licores foi feita com base em livros de químicos europeus, alguns dos quais devem ter feito parte de suas leituras durante seu curso de Filosofia na Universidade de Coimbra, como Musschenbroek, Boile, Macquer e Beaumé, estes dois últimos elencados nos Estatutos da Sociedade Literária escritos em 1786 como químicos que deveriam ser consultados. Sanches demonstra a importância de se aprimorar a produção artificial do frio para a “comodidade” e também para a “facilidade de resfriar os licores”, tendo em vista as condições climáticas de “um País, onde he impossível haver neve natural”³⁷⁰.

Seu experimento consiste em misturar sal amoníaco em porções de água retiradas da Fonte da Carioca e medir as quantidades diferentes de sal e o grau de frio atingidos em cada mistura. Dorta observa que o movimento de mistura do sal amoníaco com a água, contrariando a máxima de que “todo movimento excita calor”, aumenta o grau de frio. Sanches observa a condição climática agindo sobre sua experiência, ao afirmar que após atingir o máximo grau de frio, imediatamente a temperatura da solução começa a aumentar devido ao calor da atmosfera. O astrônomo, ciente do preço alto do sal no Rio de Janeiro e da carestia de boa parte da população da cidade, propõe ao fim da memória que a mistura do sal com água, após utilizada, deveria ser colocada numa Curcubita ou recipiente de barro em fogo lento e depois resfriada, para que houvesse formação de cristais que pudessem ser reutilizados.³⁷¹

A segunda parte da memória aborda a produção do frio através da evaporação. Após testar vários líquidos, Sanches conclui pelo melhor resultado obtido com o éter vitriólico, num experimento simples no qual o astrônomo assoprava com um fole de mão contra a parede do termômetro molhado pelo líquido. Dorta aponta os grandes benefícios que o frio produzido possuía para vários campos da vida humana, como a Medicina, visto que a água-fria já era empregada com “muito bom sucesso em

³⁶⁹ Bento Sanches Dorta. “Memória sobre a produção do frio artificial, Lida nas sessões de 5 e 19 de julho de 1787 da Sociedade Literária do Rio de Janeiro”. *Biblioteca Nacional de Portugal*, Coleção Pombalina, códice 686, fl.674.

³⁷⁰ *Ibidem*

³⁷¹ *Ibidem*, fl.679.

muitos casos, e principalmente em desmaios e asfixias” e que o gelo, por sua vez, já era empregado na Europa em várias curas.³⁷²

No referido discurso que traça um balanço do primeiro ano de trabalhos da Sociedade, Ataíde faz menção a um estudo sobre as águas da Fonte da Carioca apresentado no âmbito da agremiação. Apesar de não termos encontrado o texto desta memória, há outra, presente no arquivo da Academia de Ciências de Lisboa, proferida na Sociedade Literária do Rio de Janeiro em 1787 e que se dedica a descrever o uso do areômetro ou pesa-licor, instrumento que tinha como objetivo conhecer o peso específico dos fluídos.

A referida memória não apresenta em seu início um título que indique seu respectivo tema, apresentado apenas o célebre lema da Academia de Ciências de Lisboa: “A não ser útil o que fazemos, a glória é cousa vã”. O autor da memória identifica-se como “O Matemático Ingênuo” e seu texto constitui-se numa reflexão sobre o que no século XVIII ficaria vulgarmente conhecido como pesa-licor, comentando de forma breve o exemplar do instrumento por ele analisado. É de se destacar no texto dissertativo uma menção ao estágio proeminente que as ciências atinentes aos aspectos físicos haviam adquirido e o quanto este nível seria tributário do que os antigos haviam realizado.

“Antigos e modernos tem igual direito à glória. Uns traçaram os planos, os outros o tem executado; de sorte que podemos dizer, sem temer de cair em contradição, q’uma nova invenção é antiga, e q’ uma antiga é nova.

As Ciências Naturais nunca chegariam a ser vistas no estado em que hoje se admiram, se os segundos indagadores delas se contentassem com as diligências dos primeiros. Resta somente tirarmos dos seus trabalhos todo o fruto possível, e pôr em obra para as nossas precisões aquilo mesmo que outros não tomam, senão como o pasto de uma vã curiosidade.”³⁷³

A visualização do saber como resultado do progresso que deriva de conhecimento produzido pelos antigos está, além de manifesto, exemplificado no texto da memória, visto que faz referência ao aerômetro que pioneiramente foi criado por

³⁷² Bento Sanches Dorta. “Memória sobre a produção do frio artificial, lida nas sessões de 5 e 19 de julho de 1787 da Sociedade Literária do Rio de Janeiro”. *Biblioteca Nacional de Portugal*, Coleção Pombalina, códice 686, fls.685.

³⁷³ “Memoria lida na sessão de 15 de março de 1787, que celebrou a Sociedade Literaria do Rio de Janeiro”. *Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa*, série vermelha, número 5, fl.44.

Hipácia, “filha de Teon d’Alexandria, celebre Geômetra, que fez honra ao seu sexo, e ao seu século, igualmente versada em Filosofia, e Matemáticas, dando lições públicas destas duas ciências em Atenas, inventou um instrumento para conhecer o peso específico dos líquidos.”³⁷⁴ Desta maneira, o autor da memória não posiciona o saber moderno como proveniente de uma mente independentemente superior, mas como uma atitude que seria produto do engenho de operar com os resultados obtidos anteriormente. Segundo Jacques Le Goff, esta concepção da ciência moderna como efeito do aperfeiçoamento dos parâmetros atingidos pelos antigos pode ser observado no livro central de Nicolas Malebranche, *Recherche de la vérité* (1674-1675), no qual o filósofo francês sentencia que o mundo estaria mais velho e mais experiente que no tempo de Aristóteles e de Platão.³⁷⁵

Ainda que o autor da memória faça referência a autores como Homberg, do qual extrai uma tabela de uma experiência por ele feita com seu aerômetro com diferentes líquidos e cite Baumé, célebre químico francês construtor de aerômetros, o texto não apresenta um esquema que demonstre o seu experimento em questão. O “matemático ingênuo” não fornece um desenho do aerômetro utilizado - como era comum em textos deste gênero -, nem tampouco transcreve em números os resultados de sua experiência com ele. Ao fim da memória, após dissertar sobre os cuidados que devem ser observados no uso do areômetro para se saber o peso específico dos líquidos, ele concentra-se em expor, de maneira breve, suas impressões sobre o exemplar de areômetro por ele operado em uma série de experiências nas quais pesou diferentes fluídos.

Apesar de concluir que o instrumento que havia utilizado seria mais adequado para se conhecer o peso específico dos líquidos espirituosos, ele aponta deficiências significativas como seu excessivo peso e “por não ser o diâmetro exterior de seu cilindro em todo ele igual.”³⁷⁶ Ele recomenda a respeito do instrumento por ele operado que “por modo algum se devia usar dele” e que aquele que desejasse um aerômetro bem construído o fosse “procurar em casa de Baumé, em Paris.”³⁷⁷ O autor

³⁷⁴ “Memoria lida na sessão de 15 de março de 1787, que celebrou a Sociedade Literaria do Rio de Janeiro”. *Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa*, série vermelha, número 5, fl.44.

³⁷⁵ Jacques Le Goff. “Antigo/Moderno”. In: *História e memória*. 4ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p.178.

³⁷⁶ Memória lida na sessão de 15 de março de 1787... *Op. Cit.*, fl.48.

³⁷⁷ *Ibidem*.

arremata suas reflexões afirmando estar satisfeito caso seu trabalho viesse a obter a aprovação da Sociedade e, ainda mais, contribuisse para o “adiantamento, e perfeição das experiências físicas, e principalmente, na análise d’ água da Carioca, em que atualmente trabalhaes; pois penso, que vos haveis de servir do Aerômetro para lhe conheceres o seu verdadeiro peso específico.”³⁷⁸

Em que pese a memória não dê a conhecer conclusões tiradas a partir de um próprio experimento que possam ser verificadas e aplicadas – além de não fornecer maiores detalhes sobre a origem do areômetro utilizado - , seu autor manifesta ter ciência dos autores que eram mais versados na construção de aerômetros ao assinalar que entre “todos que se ocuparam em fazer este instrumento uniforme, e comparável, devemos distinguir M. Mrs. Retz de Lanthenee, e Baumé”.³⁷⁹ A menção a dois químicos franceses de destaque no século XVIII indica que, não obstante as previsíveis dificuldades para se acompanhar o desenvolvimento das ciências na Europa, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro era freqüentada por homens que, certamente em virtude dos ofícios que ocupavam, lançaram-se com afínco na tarefa de inteirar-se a respeito do que era produzido na França, nação que seria no século XVIII o berço do nascimento da química moderna graças ao trabalho de Lavoisier.

Para a sua academia, Silva Alvarenga comporia o poema “Às artes”, recitado em sessão da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em comemoração ao aniversário de D. Maria I, em 1788 e publicado posteriormente n’*O Patriota*:

“Já fugiram os dias horrorozos
De escuros nevoeiros, dias tristes,
Em que as artes gemeram desprezadas
Da nobre Lísia no fecundo seio.
Hoje cheias de glória resuscitam
Até nestes confins do Novo Mundo
Graças à Mão Augusta, que as anima!”³⁸⁰

Conforme já foi assinalado no capítulo anterior, a satisfação do poeta com o clima favorável às artes vivenciado no Rio de Janeiro naquele ano mudaria

³⁷⁸ “Memoria lida na sessão de 15 de março de 1787, que celebrou a Sociedade Literaria do Rio de Janeiro”. *Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa*, série vermelha, número 5, fl.48.

³⁷⁹ *Ibidem*, fl. 46.

³⁸⁰ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “Às artes – Poema, recitado no dia dos annos de S. Magestade Fidelíssima D. MARIA I, em 1788”. In: *O Patriota*, nº 6, junho de 1813, p.15.

posteriormente com a continuação dos problemas que ele próprio, em sua atividade de ensino, enfrentaria em virtude do assédio dos religiosos aos seus alunos, o que motivaria as reclamações enviadas a D. Maria I em co-autoria com João Marques Pinto.

O médico Jacinto José da Silva Quintão foi outro membro da Sociedade Literária do Rio de Janeiro que apareceria n’*O Patriota* com uma memória sobre a cochonilha, a qual havia sido por ele apresentada no âmbito daquele grupo de letrados. No texto, Jacinto afirma que a propagação da cochonilha havia sido bastante incentivada nos vice-reinados do marquês do Lavradio e de Luiz de Vasconcellos e Souza. No entanto, ele alega que a decadência de seu uso deve-se ao “*errado método*” que era ensinado para se propagar o inseto e que ele, agora tendo adquirido mais experiência e com o intuito de “*servir a vós*” e ao “*Estado*”, escrevia aquela memória com o intuito de fornecer “*as verdadeiras luzes*” para se obter a cochonilha de forma mais eficiente.³⁸¹ Maria Rachel Fróes da Fonseca, ao analisar a memória de Jacinto sobre a cochonilha, considera que o médico brasileiro tenha se inspirado marcadamente nas observações do mexicano José Antonio Alzate, autor de “*Memoria en que se trata del insecto grana o cochinilla, de su naturaleza y serie de su vida, com también del método para propagarla y reducirla al estado em que forma uno de los rumos más útiles de comercio, escrita em 1777 por el autor de esta Gaceta.*”³⁸² Após descrever o método de acompanhar os processos de plantação do cardo e de propagação da cochonilha, o médico convoca os lavradores a investirem seus esforços na atividade, “*se quiserem ser úteis a si, e à Pátria.*”³⁸³ A noção de pátria, como localidade do nascimento, aparece na memória sobre a cochonilha para expressar o bem que a sua correta propagação significaria tanto para a colônia quanto para a metrópole.

“vou participar-vos as verdadeiras luzes, que tenho adquirido sobre este objeto, dando-vos o método de a propagardes para que sejais útil a vós mesmos, e promovais a felicidade da minha e da vossa pátria, e da nação inteira, e de ter eu a satisfação de ver aceito, e posto em prática o meu trabalho pelos meus Patrícios zelosos.”³⁸⁴

³⁸¹ Jacinto José da Silva Quintão. “Memória sobre a cochonilha e o methodo de a propagar, offerecida aos lavradores Brasileiros, por hum patriota zeloso, e amante da felicidade publica”. In: *O Patriota*. Segunda Subscrição, nº 4, outubro de 1813, p.12.

³⁸² Maria Rachel de G. Fróes da Fonseca. “*A única ciência é a pátria*”: discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815). São Paulo: tese de doutorado em História Social/USP, 1996, p.136.

³⁸³ Jacinto José da Silva Quintão. “Memória sobre a cochonilha e o methodo de a propagar... *Op. Cit.*, p.12.

³⁸⁴ *Ibidem*.

O médico sugere neste momento que a felicidade de sua pátria ensejaria diretamente vantagens mais amplas, na medida em que ela proporcionaria benefícios também para a “nação inteira”. A nação inteira corresponderia a todo o conjunto compreendido pelo Império, o que aponta para a já aludida presença de um patriotismo imperial.

Bella Herson aponta que Quintão organizou e publicou no periódico *O Patriota* uma “Classificação de Plantas brasileiras.”³⁸⁵ Nos dois anos de publicação da revista, não consta texto algum com a referida denominação. É provável que o trabalho em questão seja o “Mappa das Plantas do Brazil, suas virtudes, e lugares em que florecem. Extrahido de officios de varios Medicos e Cirurgioens”, que aparece sem assinatura na seção “Medicina” do número 4, de julho e agosto de 1814 do periódico.³⁸⁶ Na qualidade de juiz-comissário da Junta do ProtoMedicato, Quintão reunia os requisitos básicos para produzir uma classificação das plantas como a publicada no periódico pois, além de ser médico formado em Montpellier, sua atuação na Junta conferiria-lhe oportunidade de ter acesso aos escritos de médicos que seriam examinados pelo órgão. O “Mappa das plantas” constituiu-se numa espécie de tabela que traz uma descrição de folhas, frutos e raízes que fariam parte da flora da América portuguesa com as respectivas regiões onde poderiam ser encontradas. Além da descrição externa dos vegetais e da determinação de seus lugares, são expostas suas qualidades específicas, apontando as respectivas aplicações. Desta maneira, o texto concebido pelo médico intenta, além de proceder uma exposição dos aspectos físicos das plantas, inventariar as suas propriedades terapêuticas. Com isso, realizava-se o exercício de enaltecimento da riqueza natural colonial através da demonstração de sua serventia para o bem público.

Na historiografia que se debruçou até hoje sobre a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, a importância de uma publicação passou despercebida dos estudiosos: um manual de química a ser utilizado num curso que seria ministrado no âmbito da Sociedade.³⁸⁷ Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles, compôs *Elementos de Chimica*

³⁸⁵ Bella Herson. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. São Paulo: Edusp, 1996, p.248.

³⁸⁶ *O Patriota*, terceira subscrição, nº 4, Rio de Janeiro, Na Impressão Régia, 1814, p.3-13.

³⁸⁷ Nireu de Oliveira Cavalcanti, em seu estudo sobre o Rio de Janeiro do século XVIII, é consideravelmente breve a respeito do livro. Ele pontua: “Cito ainda um outro trabalho de cunho

oferecidos a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para o uso do seu curso de chimica, publicado em duas partes, entre os anos de 1788 e 1790, pela Real Officina da Universidade de Coimbra. O químico Carlos Filgueiras, numa reflexão mais detida sobre a atuação profissional e a produção científica de Vicente Coelho, postula que *Elementos de Chimica* foi o “primeiro livro de química moderna escrito em língua portuguesa.”³⁸⁸

Nascido em Congonhas do Campo em 1764, Vicente Coelho estudou no Seminário de Mariana antes de dirigir-se ao Reino a fim de estudar em Coimbra.³⁸⁹ Na universidade conimbricense, formou-se em Matemática em 1786, em Filosofia em 1787 e em Medicina em 1791.³⁹⁰ Posteriormente, em 1793, tornar-se-ia lente da cadeira de química e metalurgia. O primeiro volume de seu *Elementos de Chimica* seria publicado em 1788, quando Vicente tinha 24 anos e cursava Medicina. No texto que abre o primeiro volume da obra, o autor regozija-se de poder contribuir para os objetivos da academia formada por seus colegas do ultramar.

“A quem poderia eu melhor dedicar este meu Compêndio de Química, do que a uma Corporação de Patriotas iluminados, que se destinam, unindo em um só corpo as suas forças dispersas, servir ao seu Rei, instruindo a sua Pátria? Patriota, como vós, Ilustres Sábios, ainda que arredado dos meus lares, desejo, quanto cabe em minhas forças, concorrer para tão louvável empresa.”³⁹¹

O químico não só se lança na mesma missão de “repartir” as luzes científicas, como também possui uma avaliação semelhante à de alguns membros da Sociedade quanto ao desenvolvimento das artes e das ciências no Brasil.

científico produzido por Vicente Coelho de Seabra e Silva – *Elementos de química* – também dedicado à Sociedade Literária”. Nireu de Oliveira Cavalcanti. *O Rio de Janeiro setecentista – A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.230.

³⁸⁸ Carlos Filgueiras. Vicente Telles, o primeiro químico brasileiro. *Química Nova*, vol. 9, nº 4, 1985, p.264.

³⁸⁹ Idem. A Ciência e as Minas Gerais dos Setecentos. In: Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villata (orgs.). *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, p.182.

³⁹⁰ Processo do professor Vicente Coelho de Seabra da Silva Telles. *Arquivo da Universidade de Coimbra*, (IV, 1ª D, 9, 2, 361).

³⁹¹ Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles. *Elementos de chimica oferecidos a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para o uso do seu curso de chimica*. Coimbra: Na Real Officina da Universidade, 1788-1790, parte I, pp. iii-iv.

“A parte prática desta tão útil Ciência, alumada pela tocha das verdades teóricas, e dirigida por um ajuizado sistema, vós bem sabeis quanto interessa à humanidade aperfeiçoando a Agricultura, o Comércio e as Artes, que tão atrasadas estão em nosso Brasil. Sem Agricultura nenhuma sociedade política, nenhuma riqueza ou prosperidade nacional. A nação, que depende de alimentos estrangeiros, é uma nação de escravos.”³⁹²

No trecho destacado, vemos a preocupação de Silva e Telles ao exprimir seu enorme incômodo com a percepção do atraso “em nosso Brasil” em relação às outras nações da Europa, onde o estágio de desenvolvimento da ciência química e a vulgarização de seu conhecimento encontrar-se-iam muito mais adiantados do que na “nação portuguesa”.

“Amados Patriotas, porque não seguiremos os exemplos daquelas Nações iluminadas, que levam sobre nós toda a vantagem nestas ciências, que honram a espécie humana? Por que também não nos honramos? A nossa pátria tem menos direito de ser honrada? Tem menos direito o Trono Augusto, que tão liberalmente adornou a nossa Universidade com todos os meios necessários para descobrirmos os segredos da Natureza? Ora é tempo de abrir os olhos; nós somos tão capazes como as outras nações.”³⁹³

A referência aqui à Reforma da Universidade de Coimbra realizada durante o reinado de D. José é clara. As alterações no currículo dos cursos existentes, a abertura das Faculdades de Filosofia e Matemática e a reformulação da estrutura física da Universidade, através da construção de laboratórios destinados à observação e ao desenvolvimento da Química, da Física, da História Natural, da Medicina e da Cirurgia são aqui lembradas por Vicente Coelho. Seu clamor para que os seus “patriotas” se sintam inspirados pelos esforços de renovação do campo científico traçados pela Reforma de 1772 e colaborem na tarefa de alçar a “nação portuguesa” ao patamar de conhecimento científico das demais nações indica a marca profunda que a Reforma da Universidade havia deixado em sua formação. Discípulo de Domenico Vandelli, Vicente Coelho envolveu-se de forma dedicada ao desenvolvimento do conhecimento

³⁹² Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles. *Elementos de chimica offerecidos a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para o uso do seu curso de chimica*. Coimbra: Na Real Officina da Universidade, 1788-1790, parte I, p.iv.

³⁹³ *Ibidem*, p.viii.

científico a serviço do Estado, mesmo com a falta de condições a ele proporcionadas pela Universidade ao desenvolvimento de seus trabalhos, como aponta Filgueiras.³⁹⁴

Vicente Coelho nunca mais retornaria ao seu “lar” e permaneceria em Coimbra, onde se consagraria com seu trabalho na Universidade e publicaria em 1801, na Casa Literária do Arco do Cego, a importante *Nomenclatura Chimica Portuguesa, Franceza e Latina, á que se junta o systema de caracteres chimicos adaptados a esta nomenclatura por Hassenfratz e Adet*, que se configura numa adaptação para a língua portuguesa das nomenclaturas estabelecidas pelos químicos franceses.³⁹⁵ De acordo com Filgueiras, este trabalho elaborado por Silva Telles, com algumas mudanças posteriores, vigora até hoje na língua portuguesa.

Assim como membros da Sociedade Literária angustiam-se com o estado das artes e da ciência no Brasil, o químico mineiro também vivenciava uma realidade de decepção em relação aos resultados da Reforma empreendida pelo marquês de Pombal. Um sentimento de fracasso também expressado por Domenico Vandelli, em memória acerca da Faculdade de Filosofia, a qual, segundo ele, encontrava-se esvaziada de alunos interessados em estudar com afinco a Física, a História Natural e a Química. Vandelli identifica que a falta de ação da Coroa no sentido de conferir cargos aos especialistas nestas áreas para que colocassem seus serviços em prol do Estado, fazia com que eles se sentissem desestimulados a ingressar nas carreiras. O diagnóstico de Vandelli assemelha-se ao elaborado por Vicente Coelho.

³⁹⁴ Carlos Filgueiras aponta que “Seabra Telles nos aparece como uma figura algo trágica: talvez por problemas pessoais, ele se houvesse indisposto dentro da universidade, que sempre lhe pagou salários baixíssimos, o que motivou petições e reclamações constantes de sua parte”. Carlos Filgueiras. *A Ciência e as Minas Gerais do Setecentos*. In: Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.). *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, p.183. No processo de Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles presente no Arquivo da Universidade de Coimbra, encontra-se uma carta do Reitor da Universidade de Coimbra a D. Rodrigo de Souza Coutinho de 2 de julho de 1801, no qual ele comunica o pedido de Vicente Coelho para que lhe fosse dado 50 mil réis anuais até que ele deixasse de ser professor substituto e assumisse efetivamente uma das cadeiras, pelos motivos de “servir há dez annos, de se ter applicado a composições úteis, de não poder ter acesso tão cedo às Cadeiras e não ser sufficiente o Ordenado que tem para sustentar-se com a devida decência.” A solicitação de Vicente Seabra seria atendida, conforme se vê em correspondência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao Reitor da Universidade inclusa no mesmo processo. Processo do professor Vicente Coelho de Seabra da Silva Telles. *Arquivo da Universidade de Coimbra*, (IV, 1ª D, 9, 2, 361).

³⁹⁵ Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles. *Nomenclatura chimica portugueza, franceza, e latina : á que se ajunta o systema de caracteres chimicos adaptados a esta nomenclatura por Haffenfratz, e Adet offercida a S. Alteza Real, o principe regente N.S.* Lisboa: Typ. Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

“Não me demorarei a mostrar os prejuízos q’ produz na Economia Política a falta de instrução nas ciências filosóficas, porque seria muito prolixo e somente indicarei q’ se Portugal não se aproveitar delas será sempre mais sujeito às outras nações e tão dispendiosos estabelecimentos de nada servirão, q’ de entreter a curiosidade e de divertir a ociosidade, em ver uma maravilhosa experiência, em saber o nome de uma bonita concha, ou de um raro animal, e em admirar as formosas cores das Borboletas, e de outros Bichinhos.”³⁹⁶

Nesta memória, com o intuito de dar fôlego ao desenvolvimento científico na Universidade arquitetado pela Reforma de 1772, Vandelli observa que é necessário escolher para o ensino “os mais hábeis professores para as Cadeiras” e sugere para a cadeira de Botânica “o Bacharel Vicente Coelho de Seabra, com o exercício da cadeira de Química.”³⁹⁷ Com o intuito de aproveitar a estrutura disponível - “os Museus, os Laboratórios Químicos e o Jardim Botânico” - Vandelli propõe que sejam ministradas “algumas aulas” para que “se espalhem mais na nação” os saberes científicos produzidos dentro dela.³⁹⁸ Para estas aulas, Vandelli sugeria utilizar o rico Museu de História Natural organizado pelo Frei José Mayne no Convento de Nossa Senhora de Jesus, no qual se estabeleceria uma cadeira de História Natural e outra de Demonstração de Química. A sugestão de Vandelli é que o “Dr. Alexandre Ferreira, q’ está no Pará, desempenhará bem tal cadeira; e a Demonstração de Química o Feijó q’ está nas Ilhas do Cabo Verde”³⁹⁹, fazendo referência respectivamente à Alexandre Rodrigues Ferreira e a João da Silva Feijó, cientistas naturais da América portuguesa que, durante a último quarto do século XVIII, realizaram investigações no campo da história natural com patrocínio régio nas colônias.⁴⁰⁰

³⁹⁶ Domingos Vandelli. “Memória sobre a Faculdade Filosófica da Universidade de Coimbra”. *Biblioteca da Ajuda*, código 54 – V- 14, fl.77v-78.

³⁹⁷ *Ibidem*, fl.79v.

³⁹⁸ *Ibidem*, fl.83v.

³⁹⁹ *Ibidem*, fl.84v.

⁴⁰⁰ Como se sabe, a presença de naturais do Brasil no desenvolvimento científico no Reino e nos empreendimentos organizados pela Coroa portuguesa para o levantamento dos recursos naturais e mineralógicos do Ultramar foi ativa, sobretudo a partir dos anos 1790 devido à atuação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho na Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar e de Domenico Vandelli, os quais teriam sido, nas palavras de Osvaldo Munteal Filho, “dois hábeis pilotos” da “nau do reformismo naturalista”. Osvaldo Munteal Filho. Memórias, reformas e acadêmicos no Império luso-atlântico – domínio territorial, poder marítimo e política mercantilista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 163, vol. 416, jul.set, 1922, p.50.

Outro membro da Sociedade Literária que não figura nos trabalhos mais recentes sobre a academia é o médico fluminense José Pinto de Azeredo, nascido no Rio de Janeiro em 1763 e formado em Medicina na Escócia. Na publicação *Memória sobre huma nova construção do alambique*, acrescentada com notas de João Manso Pereira, professor de latim, químico e membro da Sociedade Literária, há uma nota na qual se lê: “O Doutor José Pinto, discípulo de Blak, antes de partir para Angola, apresentou na casa da extinta Sociedade Literária do Rio de Janeiro aos Professores de Medicina e Mestres Régios, que aí se achavam, diferentes botelhas cheias de diferentes fluidos aeriformes.”⁴⁰¹ Esta memória anotada por Manso é uma tradução do francês para a língua portuguesa onde, na folha de rosto da edição, lê-se “traduzida do francês pelo P. J. P. de A”. É possível que estas iniciais se refiram ao professor José Pinto de Azeredo que, segundo o elogio histórico de Emílio Joaquim da Silva Maia, foi nomeado físico-mor em Angola por D. Maria I, lá formando uma Escola de Medicina devido à sua grande formação, tendo adquirido, em 1787, o grau de Doutor na Universidade de Edimburgo.⁴⁰²

Silva Maia informa que em seus estudos preparatórios, ainda no Rio de Janeiro, Azeredo fez aulas de latim, filosofia racional e moral, e de retórica, tendo sido “um dos primeiros estudantes do professor Alvarenga.”⁴⁰³ Daí a possível ligação com o poeta e com a Sociedade Literária, onde ele teria feito apresentações sobre a composição do ar.⁴⁰⁴ As experimentações que realizou a respeito da composição do ar da cidade do Rio de Janeiro levariam a publicação do artigo “Exame Químico da Atmosphaera do Rio de Janeiro”, no *Jornal Encyclopedico*, de Lisboa, em março de 1790. O *Jornal Encyclopedico, dedicado à Rainha Nossa Senhora, e destinado à instrução geral, com a notícia dos novos descobrimentos de todas as ciências e artes* foi criado por Felix Antonio Castrioto e buscava reunir artigos de cientistas de várias partes do mundo, além de trazer notícias sobre publicações que estavam sendo lançadas na

⁴⁰¹ “Memória sobre huma nova construção do alambique para se fazer toda a sorte de distillações com maior economia e proveito do resíduo.” Lisboa: Na Impressão Régia, 1805, p.35.

⁴⁰² Emílio Joaquim da Silva Maia. “Elogio histórico do Dr. José Pinto de Azeredo”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, t. 2, 1840, p.59-65.

⁴⁰³ *Ibidem*.

⁴⁰⁴ Manuel Serrano Pinto et. al. “O médico brasileiro José Pinto de Azeredo (1766?-1810) e o exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol.12, no 3, Set/2005, p.618.

Europa. Pode-se dizer que o *Jornal Enciclopedico* era dividido entre as áreas de História Natural, Física e Química, Medicina, Cirurgia e Farmácia e Economia.⁴⁰⁵

É plausível supor que o médico José Pinto de Azeredo tenha apresentado para os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro seus estudos sobre várias moléstias durante a primeira fase de funcionamento da academia, entre 1786 e 1790, visto que em 1794 - ano em que a Sociedade reabriu e funcionou durante quatro meses até ser fechada - Azeredo residia em Angola. Em 1799, o médico publicaria em Lisboa a obra *Ensaio sobre algumas enfermidades d'Angola*, resultado de sua estada em Luanda como médico, nomeado por D. Maria I, no Hospital Real entre os anos de 1790 e 1797, período no qual esteve encarregado de fundar uma Escola de Medicina para minorar o estado de penúria da saúde da população da cidade angolana.

O percurso de José Pinto de Azeredo é representativo para a visualização da Sociedade Literária do Rio de Janeiro como uma instituição que orbitava no circuito de discussão dos saberes científicos em prática no Império português. Ainda que não tivesse apoio material da Coroa portuguesa, nem tampouco do vice-rei, cientistas de relevo, alguns deles ligados à Coroa, freqüentaram suas sessões e submeteram seus trabalhos à sua análise.

3.4. João Manso Pereira: uma trajetória singular

A Química ocupava lugar de destaque no rol das ciências em desenvolvimento no Império português no século XVIII. Na Universidade de Coimbra, a Reforma da Universidade de 1772 previa uma alteração considerável no estudo das ciências. A Física, a Química, a História Natural, a Medicina e a Cirurgia deveriam ganhar novo fôlego para o devido cumprimento dos desígnios da Reforma da Universidade. Para tais intentos, foram construídos o Jardim Botânico, o Museu Natural, o Dispensatório Farmacêutico, o Hospital e o Laboratório Químico.⁴⁰⁶ A construção deste último foi enormemente incentivada pelo marquês de Pombal e concluída no início do ano letivo de 1775-1776.

⁴⁰⁵ A respeito do Jornal, veja-se a coletânea de textos do periódico feita por Fernando Egídio Reis (coord.). *Felicidade, utilidade e instrução: a divulgação científica no Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha 1779; 1788-1793, 1806*. Porto: Porto Editora, 2005.

⁴⁰⁶ Manuel Augusto Rodrigues. *A Universidade de Coimbra – figuras e factos de sua história*. Vol. I. Porto: Campo das Letras, 2007, p.735.

Junto com a criação do Laboratório Químico, o naturalista paduano Domenico Vandelli foi convidado a integrar o corpo da instituição coimbrã para dar maior fôlego ao desenvolvimento da Química na Universidade. Tendo se dedicado primordialmente à História Natural e deixando a Química em segundo plano, Vandelli não chegou a concluir um compêndio de Química conforme era o desejo do marquês de Pombal. A tarefa de escrever tal compêndio ficaria a cargo de Thomé Rodrigues Sobral, natural de Viseu, e formado em Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra em 1783, que sucedeu Vandelli no Laboratório de Química em 1791, tendo se tornado proprietário da Cadeira de Química e Metalurgia na Universidade. Através de trabalhos feitos no Laboratório Químico, Sobral foi responsável pelos melhoramentos na fabricação da pólvora, furtando-se da tarefa de escrever o esperado manual de química. Ainda que Vicente Coelho Seabra Silva e Telles tenha escrito os dois volumes de sua já aqui citada obra *Elementos de Chimica* oferecida à Sociedade Literária do Rio de Janeiro, ela não seria adotada como compêndio no currículo coimbrão, apesar de ter sido editada pela Imprensa da Universidade. Estes passos da ciência química que se davam na Europa deveriam ser acompanhados, ainda que à distância, pelo professor de Gramática Latina e químico autodidata João Manso Pereira.

João Manso não se formou em Coimbra e em nenhum outro centro europeu. Nos autos da devassa carioca, sua proximidade com Silva Alvarenga está bastante clara. Além da profissão de professor régio de Gramática Latina no Rio de Janeiro, o que o torna um colega de ofício de Silva Alvarenga, sua participação nas reuniões da Sociedade Literária do Rio de Janeiro pode ser comprovada através de alguns vestígios. Questionado a seu respeito, o poeta mineiro afirma que com ele “tinha muito trato e amizade.”⁴⁰⁷ O médico Jacinto José da Silva declara nos autos que, devido ao seu ofício, freqüentava a casa de João Manso, “a quem tratava ser homem de muita honra, nunca com ele, respondente, concorrera outra alguma pessoa e que nela se entretinha com a sua conversação e em vê-lo trabalhar em operações químicas.”⁴⁰⁸ A respeito das atividades da Sociedade Literária no tempo do vice-reinado de Luís de Vasconcelos e Sousa, Jacinto José da Silva afirma que ela fora responsável pela descoberta do “álcali tirado dos engastes das bananas, a extração de água-ardente da raiz

⁴⁰⁷ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.200.

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p.257.

do sapé, o álcali do mangue e outros descobrimentos úteis à sociedade e ao comércio”⁴⁰⁹. Um trecho de um poema de Domingos Caldas Barbosa intitulado “Ao Senhor João Manso Pereira”, cujo manuscrito repousa na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, destaca as qualidades do químico autodidata e indica que tais vantajosas descobertas podem ter sido de sua autoria.

“Sobre o químico trono,
Os clamores das artes escutando,
À sua própria pátria dando abono
Os preciosos socorros vai prestando:
Eis os sabões, e os óleos extraídos,
E os álcalis nas plantas escondidos.”⁴¹⁰

Os versos de Caldas Barbosa, poeta e violeiro carioca que ficaria conhecido como o precursor da modinha, exaltam a figura de João Manso e fazem várias referências à sua atuação como encarregado pela Coroa de realizar levantamentos mineralógicos na América portuguesa. Primeiramente, João Manso foi encarregado de realizar pesquisas para a produção de salitre na Capitania de São Paulo. Tal cargo foi a ele concedido através de Carta Régia de 10 de abril de 1796 ao vice-rei do Brasil, Conde de Resende, que o dispensava por dois anos de suas atividades de professor régio para assumir a tarefa de encontrar “nitreiras naturais nas barreiras de São Paulo.”⁴¹¹ Uma das preocupações em encontrar nitreiras artificiais era a condição que elas ofereceriam para a produção de salitre, material a partir do qual se poderia fabricar pólvora.⁴¹² Sendo assim, a produção do salitre estava intimamente atrelada a uma das maiores preocupações da Coroa portuguesa e, nomeadamente, de D. Rodrigo: a proteção dos domínios.

Desta busca pelas nitreiras, o químico escreveu duas cartas ao Príncipe Regente. A primeira delas, escrita da vila de Santos em 20 de setembro de 1799 e a outra, datada de 1 de dezembro do mesmo ano. Ambas as correspondências foram

⁴⁰⁹ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.257.

⁴¹⁰ Copiador dos versos de D. C. B. *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Ms. nº 2545.

⁴¹¹ *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado/Secretaria de Estado de Cultura, v. 89, 1950, p.15-16.

⁴¹² Sobre a busca de se compreender e aperfeiçoar a produção do salitre no Brasil por parte dos naturalistas da Coroa portuguesa em fins do século XVIII e início do século XIX, ver Maria Helena Mendes Ferraz. “A produção do salitre no Brasil Colonial”. *Química nova*, 23, 6, 2000, p.845-850.

publicadas pela Casa Literária do Arco do Cego, capitaneada pelo botânico Frei Mariano da Conceição Veloso.

Na primeira carta, João Manso descreve a potencialidade da figueira, árvore que “produz uma excelente cinza para o Salitre.”⁴¹³ A boa quantidade de álcali encontrada na figueira só seria suplantada pela bananeira, esta amplamente empregada por Manso na nitreira de Santos.⁴¹⁴ Como já aqui foi ventilado, o potencial alcalino das bananas deve ter sido objeto de apresentação de João Manso Pereira na Sociedade Literária do Rio de Janeiro ainda em sua primeira fase, durante o vice-reinado de Luís de Vasconcellos e Sousa. Nesta primeira carta sobre a nitreira, figura uma epígrafe de Antoine Beaumé, químico francês nascido em Senlis em 1728 e que aparece nos Estatutos da Sociedade Literária do Rio de Janeiro como um dos dois autores da Química, ao lado de Macquer, que deveriam ser considerados por aqueles que propusessem estudos na agremiação. A epígrafe consiste na explicação de Beaumé de sua experiência na produção de salitre, que se configura na mistura da urina com cal, sendo depois adicionada de potássio retirado das cinzas de plantas para, depois de filtrado, se obter os cristais de salitre em um espaço de tempo de seis meses. João Manso inspirou sua experiência em Beaumé e propôs que as condições oferecidas pela vila de Santos, lugar populoso, com alto calor e grande umidade, proporcionariam a produção de salitre “em muito menos tempo” do que no espaço frio da Europa onde Beaumé realizou sua experiência.⁴¹⁵ Após expor sua bem-sucedida tentativa para produzir salitre de maneira rápida, Manso Pereira propõe que seja implementado um método ainda mais breve. O químico relata que toda sepultura com seis pessoas reuniria, após seis meses, duas arrobas de salitre. A exposição da terra da sepultura ao contato com o ar aumentaria ainda mais a sua produção.

“Não me tenha por profanador das cousas sagradas, nem se persuada, que inquieto as cinzas dos mortos, mas que cuido na saúde dos vivos, renovando as terras das sepulturas que será bom que, para o futuro, levem alguma mistura de cal, para com maior facilidade

⁴¹³ João Manso Pereira. *Copia de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na villa de Santos, da capitania de São Paulo, dirigida a esta corte*. Lisboa: Na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800, p.6.

⁴¹⁴ *Ibidem*.

⁴¹⁵ *Ibidem*, p. 8.

absorverem os pestilentos vapores, de que estão cheios os nossos templos.”⁴¹⁶

Prevendo o horror que sua proposta causaria, o químico firma sua posição ressaltando a utilidade que o procedimento teria para a humanidade. Ao propor, na continuação da carta, outras matérias vegetais para se obter as cinzas, como o Cambará, ele afirma que seu esforço não é em vão. Afirma, como na primeira carta, que o salitre que envia para a análise de Sua Majestade “não é para sobrecarregar de amostrinhas o Real Museu”, mas para que se possa analisar o seu justo valor.⁴¹⁷ O químico sentencia que suas experiências são guiadas por um propósito: “Para animar aos homens a empreenderem cousas novas, é preciso, ao menos no princípio, incitá-los com o poderoso atrativo da utilidade.”⁴¹⁸

Outra publicação de João Manso Pereira oferecida à Sua Majestade foi uma *Memória sobre a reforma dos alambiques, ou de hum próprio para a distillação das águas ardentes*. O texto de João Manso guarda especial significado para a compreensão do desenvolvimento da ciência na América portuguesa e de sua relação intrínseca com a modernização das técnicas. O químico tenciona mostrar ao rei, e aos leitores que deveriam seguir as orientações dadas na memória para melhorarem a capacidade de seus alambiques, que as experiências que realizou para o aperfeiçoamento da produção de seu alambique estão amplamente ancoradas na leitura de químicos franceses. Logo de início, ele registra claramente sua reprovação à atitude dos mestres de açúcar e aguardenteiros de desconsideração dos conhecimentos desenvolvidos pela ciência para o ofício deles, fazendo “pouco apreço das autoridades dos Beaumes, Macqueres, e Rozieres.”⁴¹⁹ Através desta passagem e de outras semelhantes na carta, o químico busca demonstrar o valor de sua proposta para o melhor rendimento de um alambique. Ele deseja registrar que, por ter conhecimento dos trabalhos de grandes químicos, o seu projeto de reforma de um alambique teria maior efetividade e estaria embasado na literatura científica, e não só na prática.

⁴¹⁶ *Copia de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na villa de Santos, da capitania de São Paulo, dirigida a esta corte*. Lisboa: Na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800, p.15.

⁴¹⁷ João Manso Pereira. *Copia da Continuação de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na villa de Santos, da capitania de São Paulo, dirigida a esta corte*. Lisboa: Na Typographia Chalcographica e Literária do Arco do Cego, 1800, p.13.

⁴¹⁸ *Ibidem*.

⁴¹⁹ João Manso Pereira. *Memória sobre a reforma dos alambiques ou de hum próprio para distillação das aguas-ardentes*, Lisboa. Na Off. Patr. De João Procópio Correia da Silva, 1797, p.5

No entanto, o fato de demonstrar leitura atenta dos químicos franceses não resulta na simples repetição e aceitação irrestritas de suas proposições. O químico diletante considera os trabalhos dos grandes teóricos da química estabelecendo as diferenças de opiniões em relação a eles. Ao propor alterações em relação ao diâmetro do colo dos alambiques, ele busca sua distância em relação às idéias do ilustre químico francês Chaptal.

“Logo não devemos pensar com o Ilustre Chaptal, que a estreiteza do colo, ou pescoço dos Alambiques seja capaz de se opor à livre passagem dos vapores; e que o retrocesso deles se deva atribuir a isso, pois antes mostra a razão, e a experiência, que logo que a Serpentina esta cheia de gases, e vapores, e não há suficiente superfície, ou suficiente frialdade para condensar a estes, acontece uma de duas: ou os vapores, e gases, saem pelo bico da Serpentina junto com a água ardente, ou pelos lugares em que encaixa o Capitel na Cucurbita, e o seu bico na Serpentina.”⁴²⁰

A razão e a experiência, para João Manso Pereira, eram baluartes de sua prática científica. Em sua busca por firmar-se como naturalista da Coroa portuguesa desprovido da já consagrada formação universitária fora da colônia, como em Coimbra, em Paris, em Montpellier ou outro centro europeu, a razão era apreendida através do seu esforço pessoal de acompanhamento através dos livros dos rumos da “Revolução Química” que havia ocorrido na Europa.

A experimentação, por sua vez, seria necessária para a comprovação das idéias ventiladas a partir do estudo dos grandes autores. Acerca da experiência do novo alambique, Manso logicamente pondera que os seus conhecimentos em nada podem substituir a efetividade do experimento, e que ele próprio pode fazer tremer as grandes teorias. O químico confessa que a experiência tem lhe mostrado que “milhares de vezes abortam na prática os mais bonitos raciocínios.”⁴²¹ Desta maneira, vemos João Manso cultivando uma atitude crítica em relação aos autores europeus por ele visitados. Lorelay Kury, em estudo sobre os cientistas luso-americanos de fins do século XVIII e início do século XIX, afirma que esta postura era comum entre aqueles que haviam se

⁴²⁰ João Manso Pereira. *Memória sobre a reforma dos alambiques ou de hum próprio para distillação das aguas-ardentes*. Lisboa: Na Off. Patr. De João Procópio Correia da Silva, 1797, p.29.

⁴²¹ *Ibidem*.

formado fora da colônia, os quais demonstravam não se relacionar de forma passiva com as Luzes internacionais.⁴²²

Nesta memória, como nas outras, o nome do químico Jean-Antoine Chaptal é lembrado. Químico francês nascido em Nogaret, em 1756, estudou Química em Montpellier, e em 1793 foi encarregado de coordenar minas de salitre em Grenelle, aperfeiçoando a produção de pólvora.⁴²³ Posteriormente, nomeado por Napoleão Bonaparte, Chaptal seria ministro do Interior entre os anos de 1800 e 1804.⁴²⁴ Pela leitura das memórias escritas por João Manso, nota-se que Chaptal é um dos autores por ele mais respeitados. Na memória sobre a nitreira artificial de Santos, ele afirma que o método por ele escolhido de lavar os cristais de salitre antes e depois da cozedura “é aprovado por Chaptal.”⁴²⁵

João Manso acrescentaria notas e ilustrações a uma memória do químico francês Rosier traduzida para o português. Intitulada *Memória sobre huma nova construção do alambique para se fazer toda a sorte de distillações com maior economia, e maior proveito do resíduo* e traduzida do francês por P. J. P. de A., o texto constitui-se numa descrição de um alambique feita por Rosier. O agrônomo e botânico francês Jean-Baptiste François Rosier nasceu em Lyon, em 1734. Escreveu *Cours complet d'agriculture théorique, pratique, économique, et de médecine rurale et vétérinaire*, obra de doze volumes. A memória de Rosier traduzida para o português inicia-se com uma retomada das primeiras experiências de destilação, processo que teria origem bastante remota e que teria se desenvolvido consideravelmente ao longo dos séculos. Nela, logo em seu início, mostra-se latente sua visão de botânico extremamente interessado em produção de conhecimento que fosse não só útil à humanidade, mas também desenvolvido de forma a atender melhor objetivos estritamente científicos.

⁴²² Lorelay Kury. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações”. *História, Ciências e Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 11, suplemento 1, 2004, p.124.

⁴²³ Charles Coulston Gillispie. *Science and polity in France – the revolutionary and napoleonic years*. Princeton: Princeton University Press, 2004, p.401.

⁴²⁴ Jeff Horn. *The path not taken: French industrialization in the age of revolution, 1750-1830*. Cambridge: MIT Press, 2006, p.13.

⁴²⁵ João Manso Pereira. *Copia de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na villa de Santos, da capitania de São Paulo, dirigida a esta corte*, Lisboa, Na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800, p.14.

“O atrasamento da arte de destilar procede sem dúvida de terem os Químicos observado esta operação mais como um objeto filosófico, do que econômico. Contentavam-se de concluir a sua operação com um método exato, e cômodo, sem atenderem que fosse mais longa, e dispendiosa.”⁴²⁶

Em seguida, Rozier salienta a importância do aperfeiçoamento da destilação para a economia francesa, visto que o consumo de vinhos por todo o reino era considerável e ocupava boa parte dos produtos exportáveis. João Manso, nesta altura, em texto de nota, acrescenta: “Eis aqui o que me move a forcejar para poder completar a perfeição de semelhante matéria. Porque também o Brasil forma com a sua aguardente um objeto de exportação, e de um admirável produto para o erário régio.”⁴²⁷ Como se vê, a nota concebida por João Manso visa destacar o fato de que o aperfeiçoamento dos alambiques constituía-se num feito de grande interesse para o incremento da produção e, conseqüentemente, para a majoração dos cofres reais.

Enquanto naturalista da Coroa portuguesa, João Manso também escreveu a *Memória sobre o methodo economico de transportar para Portugal a aguardente do Brazil*, esta publicada em 1798. O ponto central da proposta de João Manso é demonstrar que o método adotado no Brasil da destilação da água-ardente a ser enviada para Portugal não seria o mais correto. Manso propõe que o grau de destilação deve ser o maior possível para que se possa enviar para Portugal um líquido mais leve. Ele observa: “Se a Aguardente, como se disse, não he outra coisa mais do que água, e espírito, que motivo ha para se conduzirem ambas a Portugal! ou a que sobe juntamente com o espírito, merece preferêcia por ser mucilaginosa, fétida, e por estar carregada de partículas de azinhave, e misturada com óleo essencial empireumático!”⁴²⁸ Manso Pereira observa que quanto mais vezes a aguardente for submetida a destilação, menos odores ela adquire e fica quase impossível reconhecer de que produto natural ela foi extraída: cana-de-açúcar, uva, abacaxi, milho. Ele recomenda ainda que a aguardente fosse enviada do Brasil para Portugal em seu estado mais puro, o “alcohol” ou “espírito”, com a finalidade de terem os:

⁴²⁶ *Memoria sobre uma nova construcção do alambique para se fazer toda a sorte de distillações com maior economia, e maior proveito no resíduo*, traduzida do francês por P. J. P. de A. e accrescentada e illustrada com as notas de João Manso Pereira. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1805, p.4.

⁴²⁷ *Ibidem*.

⁴²⁸ João Manso Pereira. *Memória sobre o methodo econômico de se transportar para Portugal a aguardente do Brazil*. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1805, p.12.

“[...]Liquoristas, ou fabricantes de liquores a matéria disposta, para formarem as suas bebidas: e o mesmo se deve dizer dos fabricantes dos vernizes, dos Tintureiros, Lapidários, e outros muitos artistas, que fazem uso do espírito, do qual seria muito maior o consumo se se vendesse por um preço mais acomodado, como sucederá se se adotar este método; porque todos sabem que pela propriedade, que tem de arder sem fazer fumo, é preferível a todas as matérias combustíveis, para, por meio da sua chama, se aquecer água para o chá, para o café, e cousas semelhantes.”⁴²⁹

Os procedimentos para se obter o “alcohol” através de sucessivas destilações e de deixar a tarefa de misturar água para ser realizada em Portugal são pensados por Manso em seus prós e contras. Segundo o químico, o responsável pelo alambique que adotasse este método necessitaria de mais lenha para o processo que, por ser mais intenso, também poderia ocasionar desgastes grandes no aparelho destilatório. Ele lembra, no entanto, “é quase nenhuma a quebra, quando o destilador cuida em condensar todos os vapores por meio de um perfeito aparelho distilatório. No ano passado, escrevi uma Memória sobre este aparelho, que poderá remediar, em quanto não aparece coisa melhor.”⁴³⁰ Além disso, a despesa com possíveis desgastes dos alambiques poderia ser compensada diante de outros fatores decorrentes da produção do “alcohol”. Com a produção de um produto mais volátil, ao invés de “mandar para Portugal cem pipas de Aguardente de prova, reduzindo-a ao título de *três-seis*, já economiza o valor de cinquenta pipas.”⁴³¹ Desta maneira, o produtor também “economiza os transportes, e economiza os fretes.”⁴³²

O químico também busca refutar os argumentos que apontam que a volatilidade do “alcohol” levaria o líquido a perder-se durante o transporte de navio até Portugal, visto que ele penetraria nos poros das madeiras. Manso vê como possibilidade a utilização da folha de flandres para a confecção dos vasos que, desta maneira, manteriam o líquido sem meios de esvair.⁴³³

⁴²⁹ João Manso Pereira. *Memória sobre o methodo econômico de se transportar para Portugal a aguardente do Brazil*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1805, p.22.

⁴³⁰ *Ibidem*.

⁴³¹ *Ibidem*, p. 15.

⁴³² *Ibidem*.

⁴³³ *Ibidem*, p. 23.

Com este método, João Manso observa que a Fazenda Real não teria problemas para calcular o imposto sobre a aguardente, visto que a Coroa portuguesa “tinha no seu Reino belíssimos Físicos, e Matemáticos, que poderiam fazer aerômetros, ou pesa-liquores para com toda a segurança guiarem aos Inspetores no conhecimento do título da Água-ardente, e dessa, sorte, cobrarem os justos Direitos.”⁴³⁴ A preocupação em contribuir para o melhoramento das condições dos fabricantes e comerciantes envolvidos com a aguardente não poderia, na ótica do químico, minorar as divisas esperadas pelos cofres do Reino. Sendo assim, o “Humilde Vassalo” João Manso prevê a possibilidade de que a Vossa Majestade “agrade outro meio mais fácil, e mais seguro, para haver os seus Direitos.”⁴³⁵

O estudo da atuação científica de João Manso através de suas memórias pode indicar faces interessantes acerca do desenvolvimento dos saberes científicos, de sua utilização por parte da Coroa e mesmo a respeito da Sociedade Literária. A presença do químico e metalúrgico no conjunto de naturalistas que fizeram levantamentos acerca da natureza da América portuguesa como Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel de Arruda Câmara, João da Silva Feijó e outros é bastante singular, pois, sem a formação em Coimbra, percurso natural de muitos estudantes naturais do Brasil, João Manso adquiriu uma posição de proeminência num meio primordialmente composto por bacharéis formados nos centros universitários europeus. Em texto publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* intitulado “O Brasil intelectual em 1801”, João Manso figura na seção “Químicos” e sobre ele é dito que é “natural de Minas Gerais. Autor de estimadas memórias sobre os assuntos econômicos, matéria que estudou em seu gabinete por força de sua vocação. Foi este paciente investigador das cousas da natureza, quem fabricou com o Kaolim da ilha do Governador um aparelho de porcelana, que ofereceu ao príncipe D. João. Era professor régio de gramática latina na cidade do RJ.”⁴³⁶

É plausível que os trabalhos de João Manso em prol da “felicidade pública” mais imediata - o levantamento das potencialidades naturais da colônia e seu incessante trabalho científico para melhor tirar proveito destas benesses - tenham

⁴³⁴ João Manso Pereira. *Memória sobre o methodo econômico de se transportar para Portugal a aguardente do Brazil*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1805, p.24.

⁴³⁵ *Ibidem*.

⁴³⁶ Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello. “O Brasil Intelectual em 1801”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 64, 1901, p.ix.

tornado o curso de sua vida consideravelmente diferente de seus colegas da Sociedade Literária. Além de ser citado por testemunhas ouvidas na devassa carioca como indivíduo que travava grande amizade com os principais membros da Sociedade, os representantes da Coroa portuguesa na cidade do Rio de Janeiro deviam ter pleno conhecimento de sua participação nas reuniões da academia. Como “humilde vassalo” que procurou contribuir de forma prática para a prosperidade do Império português com seu ofício, recebeu o reconhecimento que foi versado por Domingos Caldas Barbosa.

“João, sábio João, ouve-me atento:
Aos ouvidos reais chega o teu nome,
Ali o alçara o teu merecimento.
O benfeitor amigo
Com sua voz deu força à voz da Fama.
Foi o teu nome ouvido:
Já és na Lusa Corte conhecido.”⁴³⁷

O que a trajetória de João Manso Pereira sugere é que a sua atuação prática em prol dos melhoramentos da colônia aliada a um comportamento insuspeito – não se encontram nos autos da devassa testemunhos que apontem conversas ou práticas indesejáveis do químico -, rendeu-lhe um destino bem diferente daquele que tiveram os outros letrados envolvidos na Sociedade Literária. Apesar de seu conhecido envolvimento com a agremiação, o químico não chegou nem mesmo a ser interrogado. Em 1796, ano em que os presos pela devassa fluminense ainda aguardavam sem esperanças o término de seus martírios, João Manso receberia de D. Rodrigo a incumbência de realizar levantamentos naturais e mineralógicos na Capitania de São Paulo.⁴³⁸

3.5. A Sociedade Literária nos *Autos da devassa*

⁴³⁷ “Copiador dos versos de D. C. B.”. *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Ms. nº 2545.

⁴³⁸ Em artigo no qual analisa a trajetória de João Manso em seus trabalhos mineralógicos, Alex Gonçalves Varella mostra que João Manso encontrou sérias dificuldades para implantar uma fábrica de ferro em Araçoiaba, cuja construção foi determinada por carta régia de 19 de agosto de 1799. Devido à sua demora para dar prosseguimento a instalação da fábrica e sob acusações proferidas pelo governador de São Paulo Melo Castro e Mendonça que insistia em apontar sua incapacidade, João Manso seria substituído na tarefa de comandar a instalação da fábrica de ferro. Cf. Alex Gonçalves Varella. “As atividades científicas do químico e metalurgista João Manso Pereira na Capitania de São Paulo (1796-1803)”. Comunicação apresentada na 26ª reunião da SBPH, julho de 2006.

Analisando os autos da Devassa do Rio de Janeiro, pode-se dizer que os questionamentos a respeito da Sociedade Literária somente passam a ser realizados com maior efetividade no momento em que se iniciam as inquirições a Silva Alvarenga. As testemunhas interrogadas antes do depoimento do poeta não são questionadas a respeito de qual noção, reputação ou idéia possuíam a respeito da Sociedade. Antes do depoimento de Silva Alvarenga, o testemunho mais direto a respeito das atividades da Sociedade Literária é o de Manoel Ferreira de Almeida, natural de Lisboa e professor de primeiras letras que morava na rua do Cano, a mesma onde se situava o sobrado em que residia Silva Alvarenga e que abrigaria a sede da Sociedade Literária. Almeida declara que nas reuniões tratava-se mais comumente de “matérias de Literatura, sendo ele, testemunha, encarregado algumas vezes, de mandar vir do campo alguns insetos e plantas e mais cousas pertencentes à História Natural e que também, outras vezes, se discorria sobre os negócios e guerra atual da Europa; mas que ele, testemunha, nunca conhecera, em alguns dos circunstantes, paixão pelos franceses ou pela sua revolução.”⁴³⁹

A agremiação só passa a ser objeto de investigação de forma mais sistematizada a partir dos testemunhos de Silva Alvarenga. Por ser o membro mais citado pelas testemunhas na devassa e por sua casa ter funcionado como sede da sociedade e local de encontro de seus participantes após o fechamento ordenado pelo Conde de Resende, era natural que sobre ele recaíssem as maiores suspeitas. As representações enviadas por ele a respeito do prejuízo do ensino régio pela falta de local adequado para as aulas e pelo constante assédio de religiosos aos seus alunos são elementos que devem ser levados em consideração como motivadores da desconfiança das autoridades em relação à Silva Alvarenga.

Ao ser perguntado na primeira inquirição se abrigava em sua casa algum tipo de Sociedade, Silva Alvarenga declara que durante o vice-reinado de Luís de Vasconcelos e Sousa, reunira em sua casa “uma sociedade de gentes de letras, a qual era composta principalmente por professores de Medicina.”⁴⁴⁰ Esta caracterização que Silva

⁴³⁹ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.153. Lorelay Kury e Osvaldo Munteal Filho observam que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro é “uma das primeiras associações de letrados que inclui a História Natural como um dos fundamentos de suas atividades”, o que indica a percepção de seus membros acerca do “lugar central da natureza brasileira no pensamento ilustrado português.” Lorelay Kury e Osvaldo Munteal Filho. “Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro”. *Acervo*, vol. 8, nºs 1/2, jan/dez, 1995, p.117.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 194.

Alvarenga fornece para explicar a composição da agremiação corresponde à diversidade de seus representantes, bem como a qualificação nome dada a ela: Literária, termo que, no século XVIII, constituía um campo de ação mais abrangente do que hoje entendemos como literatura.

Ainda na primeira inquirição, o poeta é questionado se a Sociedade possuía somente o intuito de instrução e “adiantamento” de seus membros “ou se também se interessava nela a felicidade pública.”⁴⁴¹ Ele afirma que o “objetivo principal era não esquecerem os sócios as matérias que em outros países haviam aprendido” e afirma que ambos os propósitos estavam contemplados pela agremiação e que, em virtude da maior parte de seus membros serem médicos, o interesse pela discussão acerca de curas de doenças mostrava o “interesse público” nela presente. Tais objetivos já se encontram definidos no 24º parágrafo dos *Estatutos da Sociedade*, onde declara-se que “o primeiro alvo da Sociedade é o repartirmos mutuamente as nossas luzes científicas, para com igual interesse entrarmos em marcha pela nova carreira, que o nosso amor pelas ciências e o bem de nosso país inspira.”⁴⁴²

A idéia presente na resposta de Silva Alvarenga de que a Sociedade se configuraria no local onde seus sócios procuravam cultivar o que haviam aprendido em outras terras mostra-se muito adequada, tendo em vista que boa parte de seus membros havia estudado na Europa e deveria ansiar por manter acesa de alguma forma a chama das Luzes. Além de Silva Alvarenga, outros membros haviam realizado seus estudos fora da América portuguesa e retornado em seguida para o ultramar. Entre eles, o médico Jacinto José da Silva Quintão, formado na Universidade de Montpellier, Mariano José Pereira da Fonseca, futuro marquês de Maricá, formado em Filosofia também em Coimbra. Se a Sociedade serviria como local de formação e consolidação de conhecimentos que seriam úteis ao Estado, é plausível também propor que, concomitantemente, ela se tornasse o reduto no qual seus membros rememoravam a formação ilustrada recebida. Desta maneira, é lícito supor que as conversas não deviam girar em torno dos autores lidos em seus dias de estudantes e que, avidamente, procuravam acompanhar, e repartir, os saberes científicos que estavam sendo produzidos nos centros europeus após o retorno deles à América portuguesa.

⁴⁴¹ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.194.

⁴⁴² *Ibidem*, p.323.

Dissociar o acompanhamento dos estágios do conhecimento científico produzido na Europa da prática de se informarem a respeito do estado político do continente não devia fazer parte do horizonte intelectual dos membros da Sociedade. Este era justamente o receio que se mostrava mais patente nos questionamentos feitos na devassa. Ao abordar as conversações que continuaram na casa de Silva Alvarenga após o fechamento da Sociedade, a preocupação de Antonio Diniz da Cruz e Silva é saber se tratava sobre “objetos de religião ou sobre o atual estado político da Europa.”⁴⁴³ Dentro da esperada atitude de negação peremptória, Silva Alvarenga argumenta que as discussões destas matérias haviam sido proibidas pelos estatutos da sociedade e que, com o término dela, os sócios permaneceram sem abordá-las por estarem “a isso habituados.”⁴⁴⁴ A tentativa de separar o interesse pelas letras do interesse pela situação política da Europa aparece reiteradas vezes no depoimento de Silva Alvarenga. A respeito das gazetas e dos *Mercúrios* que são encontrados sob sua posse, o poeta afirma só estar interessado, no que toca aos primeiros, nas “notícias de despachos a edição de alguns livros” e dos segundos, só tomara conhecimento que seu conteúdo reúne primordialmente “extratos de obras literárias.”⁴⁴⁵ Obviamente, nas relações travadas entre Cruz e Silva na sua condição de chefe dos interrogatórios e Silva Alvarenga, alvo maior das suspeitosas inquirições, o poeta jamais assumiria contato com gazetas e outros tipos de publicações periódicas editadas fora da Europa, visto que esta categoria de impressos estava entre aquelas consideradas defesas. No entanto, como haviam sido encontrados *Mercúrios* sob sua posse, era preciso argumentar, ainda que não fosse crível, que havia lido apenas os trechos referentes à publicação de obras.

A relação da Sociedade com os representantes da Coroa portuguesa é vista de diferentes ângulos pelos próprios membros da Sociedade. Silva Alvarenga destaca o considerável apoio que ela tivera do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, tendo em vista que ela “esmorecera e acabara totalmente” com a ausência do Vice-Rei.⁴⁴⁶ Já em seu depoimento, Mariano José Pereira da Fonseca relata que, mesmo com a ausência de Luís de Vasconcelos e Sousa, a Sociedade “nunca se havia extinguido,

⁴⁴³ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.196.

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁴⁵ *Ibidem*, p. 202.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 194.

porque se ficara ainda conservando em quatro sócios, a saber: Manoel Inácio, o professor de Gramática Latina Jorge, o professor de grego João Marques e o médico Jacinto.”⁴⁴⁷ Afirma que o Conde de Resende, após ter assumido como Vice-Rei, “entrara a dar demonstrações que a mesma se restabelecesse e expressamente falara com ele, respondente, para o dito fim.”⁴⁴⁸ Já Mariano José Pereira da Fonseca, em seu depoimento, lamenta que, apesar de o Vice-Rei Conde de Resende ter manifestado que era justo que a renovação da Sociedade Literária do Rio de Janeiro ocorresse, ele “nunca chegara a pôr em efeito as suas promessas.”⁴⁴⁹ Mariano também relata que, na conversa que o sócio José Caetano de Araújo travou com o vice-rei para dele obter autorização para a reabertura da Sociedade, o Conde de Resende teria avaliado que “ainda que a Sociedade não quisesa ter a sua proteção, ele, pela sua parte se não queria opor aos seus progressos.”⁴⁵⁰ As respostas de Mariano nos fornecem elementos importantes para podermos nos aproximar do ambiente político e cultural de fins do século XVIII na cidade do Rio de Janeiro. Diante do que havia acontecido com os inconfidentes mineiros – cujo desfecho foi amplamente visto e sentido na cidade do Rio de Janeiro – o clima para a formação de uma sociedade de homens de letras que desejassem se reunir em ambientes particulares para conversarem entre si não parecia ser dos mais propícios.

É uma tarefa espinhosa tentar reconstituir o que significava a Sociedade Literária do Rio de Janeiro para seus membros. Como já dito aqui, a academia é criada sob a égide de contribuir de forma eficaz para a disseminação do conhecimento científico dentro de um círculo letrado. Os seus estatutos e alguns trabalhos em seu seio desenvolvidos dão uma dimensão do caráter pragmático das Luzes que as formaram. Os esforços por ela dispensados para a consecução do projeto de repartir as luzes científicas e promover o bem público encontraram, no entanto, obstáculos consideráveis na América portuguesa. Uma carta anônima enviada ao Conde de Resende, após o fim de seu vice-reinado, confere uma boa dimensão das condições vivenciadas pelos letrados.

⁴⁴⁷ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.240.

⁴⁴⁸ *Ibidem*, p. 194.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, p. 236.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p. 237.

“V. Exa. precipitando em masmorras indivíduos, que podiam suavizar o seu caráter, ratificar as suas idéias, e inculcar máximas importantes, e políticas, declarou guerra à felicidade publica a sua própria; afugentou os homens de merecimentos que devem ser aliciados com discrição, porq’ sendo muito sensíveis e conhecendo os seus direitos, e deveres não sofrem, cumprindo estes, serem invadidos e violados aqueles.”⁴⁵¹

A carta vilipendia de forma raivosa o governo do Conde de Resende, destacando o seu traço despótico e tirânico. O autor da carta reclama o apreço dado pelo vice-rei à nobreza, “que ela só supria todas virtudes, que a verdadeira ciencia consistia em ser Fidalgo. Nesta persuasão V. Exa. procurou de prêmio toda espécie de merecimento ultrajando, e ofendendo todas aquelas pessoas q’pelos seus talentos, virtudes ou serviços se faziam dignos da estimação publica.”⁴⁵² O texto da carta exprime de forma precisa o dilema enfrentado pelos letrados da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Afonso Carlos Marques dos Santos observaria que o tom de revolta da missiva em relação a injustiça de algumas prisões leva-nos a pensar que seu autor possa ter sido alguém como Silva Alvarenga.⁴⁵³ Sem dúvida, é plausível ventilar a possibilidade de que ela possa ter sido escrita por um dos seus membros da Sociedade Literária, dado seu tom de clamor por um ambiente onde os “princípios simples e luminosos” não fossem ignorados.⁴⁵⁴

⁴⁵¹ Carta de... a D. José (Luís) de Castro, [Ex-Vice-Rei do Brasil]. *Biblioteca da Ajuda*, Ms. Av. 54 – XI – 28, nº 5, fl.2.

⁴⁵² *Ibidem*, fl.1.

⁴⁵³ Afonso Carlos Marques dos Santos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 33.

⁴⁵⁴ Carta de... a D. José (Luís) de Castro, [Ex-Vice-Rei do Brasil]. *Op. Cit.*, fl.1-2.

Cap. 4. A devassa e a suposta Inconfidência do Rio de Janeiro, 1794

4.1. História e historiografia

No quarto volume de sua história do Brasil, Pedro Calmon dedica todo o vigésimo sexto capítulo à Inconfidência Mineira, intitulando-o simplesmente com esta denominação do movimento. Seus comentários em torno da prisão dos letrados do Rio de Janeiro foram por ele condicionados logo no capítulo seguinte intitulado “Inquietações nativistas”, mais precisamente no subitem “Literatos perseguidos.”⁴⁵⁵ O historiador identificaria no âmbito daqueles letrados o surgimento de sentimentos de diferenciação em relação aos do reino e destacaria o caráter quase maçônico que a Sociedade teria segundo uma versão dos estatutos encontrada entre os papéis de Silva Alvarenga. Neste plano para os estatutos, são estabelecidos que “o segredo e a boa fé” sobre o que era discutido no espaço da Sociedade deveriam ser mantidos. Calmon propõe que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro e sua preferência pelo segredo de suas atividades são amostras do estilo maçônico que se verificaria mais presente no começo do século XIX.

Ainda no capítulo “Inquietações nativistas”, Calmon inclui sua explicação acerca do movimento baiano de 1798, dando a este subitem o título de “Inconfidência”. Deslocando assim o episódio ocorrido acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, percebe-se que o historiador sugere que este possuiria uma conotação que o diferenciava dos outros dois movimentos, pelo fato de, em que pese a prisão dos envolvidos, o processo ter findado “sem solução.”⁴⁵⁶ No entanto, o historiador baiano define os três movimentos de fins do século XVIII como sintomas que “confessavam que a colônia se dispunha para separar-se da metrópole, tomar nas mãos o seu destino, criar o seu governo.”⁴⁵⁷

A opinião de que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro representava uma semente de contestação da ordem monárquica também está presente nas análises literárias. José Aderaldo Castello postula que a agremiação possuiu um traço precursor, por seu “caráter perigoso de agitação ideológica (o que as autoridades da época lhe

⁴⁵⁵ Pedro Calmon. *História do Brasil*. Vol. IV. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959, p.1339.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p.1340.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p.1342.

atribuíram sem dúvida com razão).”⁴⁵⁸ Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira*, por sua vez, define que a movimentação da Sociedade Literária foi um sinal de que seus membros estavam “descontentes com o governo português, desejosos de uma transformação que permitisse ao Brasil realizar-se conforme aspirações ilustradas.”⁴⁵⁹ Em outro texto, Candido avança na colocação da insatisfação dos membros da Sociedade em relação à Coroa portuguesa e ressalta que a agremiação constituiu-se numa “espécie de clube liberal que insinuava a mudança do estatuto político da Colônia.”⁴⁶⁰ Ainda neste texto, assim como em *Literatura e Sociedade*, Candido destaca o papel de Silva Alvarenga como “mestre e formador de muitos que participariam da Independência.”⁴⁶¹ Nestas colocações, revela-se no crítico literário sua percepção acerca da Sociedade Literária: um espaço no qual homens de letras compartilhavam o conhecimento adquirido e, simultaneamente, ansiavam por alterações profundas no ambiente americano. Configura-se assim um caráter de prenúncio deste movimento de letrados ao momento de emancipação política da colônia americana e Silva Alvarenga como o símbolo destes novos ventos.

Tal visão seria desenvolvida pela tese de doutorado em História defendida na Universidade de São Paulo de Afonso Carlos Marques dos Santos publicada em livro com o título *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*.⁴⁶² No primeiro capítulo da tese, intitulado “A procura do objeto”, o autor circunscreve o cerne de sua reflexão, qual seja, a relação entre os letrados e o poder na América portuguesa do final do século XVIII e desta relação, que se estabelece numa atmosfera de “medo e repressão” na cidade do Rio de Janeiro por conta do comportamento do Conde de Resende em seu governo, ele analisa a colocação de duas

⁴⁵⁸ José Aderaldo Castello. “O movimento academicista”. In: Afrânio Coutinho (dir.). *A literatura no Brasil*. 6ª edição. São Paulo: Global Editora, 2001, p.175. No volume 1 de seu livro *A literatura brasileira – origens e unidade*, José Aderaldo Castello, pontua que a Sociedade Literária foi “considerada de idéias avançadas”. José Aderaldo Castello. *A literatura brasileira – origens e unidade*. Vol. 1. São Paulo: Edusp, 1999, p.112.

⁴⁵⁹ Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p.180.

⁴⁶⁰ Antonio Candido. *Iniciação à literatura brasileira*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, p. 40.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p.40.

⁴⁶² Afonso Carlos Marques dos Santos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1992.

alternativas que estavam colocadas neste jogo de forças: o surgimento de uma corrente autonomista em relação à dominação metropolitana e a vertente do Estado.⁴⁶³ Marques dos Santos já sugere neste primeiro momento de seu estudo que o desenrolar de várias histórias individuais destes homens de letras da virada do século XVIII para o século XIX culminaria na incorporação de boa parte deles no exercício de cargos de destaque no aparelho estatal.⁴⁶⁴ Analisando a historiografia, o historiador ressalta que, se no período imperial as inconfidências teriam sido objeto de visões comprometidas com o poder, por outro, na República, a obsessão por posicionar Tiradentes como um herói nacional tornaria as discussões em torno delas ainda mais nubladas.⁴⁶⁵ O objetivo do estudioso é complexificar esta apreensão dos letrados coloniais que demonstraram insatisfações em relação aos rumos políticos da colônia. O trilho que eles seguiam seria, nas palavras do historiador, o de se “aventurarem na indefinida concepção de ‘ser brasileiro’.”⁴⁶⁶ Esta idéia de aventura colocada pelo autor sugere a imprevisibilidade que tal opção poderia acarretar e coaduna-se com a expressão “no rascunho da nação” por ele cunhada no título de seu livro.

O capítulo 2, intitulado “A administração do medo”, concentra-se principalmente nos efeitos da atuação do vice-rei José Luís de Castro, Conde de Resende, nomeado para substituir Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Estado do Brasil entre os anos de 1779 e 1790. O Conde de Resende enfrentaria logo de pronto o desfecho da Inconfidência Mineira, cuja repressão havia sido iniciada ainda no governo de seu antecessor. O historiador, por sua vez, caracteriza o Conde como desajeitado às artes e ao desenvolvimento da “ciência dos novos tempos.”⁴⁶⁷ Para demonstrar esta atmosfera de ameaça que pairava sobre “os espíritos mais refinados da época”, Marques dos Santos transcreve passagens de uma carta anônima endereçada ao Conde de

⁴⁶³ Afonso Carlos Marques dos Santos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1992, p.23.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p. 25.

⁴⁶⁵ *Ibidem*.

⁴⁶⁶ *Ibidem*

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p. 32.

Resende logo após o fim de seu governo na América portuguesa.⁴⁶⁸ A disseminação de atos anônimos seria um traço do governo do Conde de Resende destacado pelo historiador. Neste sentido, ele traz à tona o episódio da carta anônima recebida por Baltasar da Silva Lisboa, na qual o autor pedia que o destinatário, o qual exercia o cargo de juiz de fora e de presidente do Senado da Câmara, não poupasse esforços para matar o vice-rei e dar fôlego a um processo que ele calculava que somente o juiz de fora teria condições de encabeçar: conspirar pela “liberdade da pátria.”⁴⁶⁹ O aparecimento de tal carta teria sido um excelente pretexto para que o vice-rei justificasse suas práticas arbitrárias a fim de conter a proliferação de atitudes que colocassem em risco a ordem monárquica. A carta anônima endereçada previa que com a execução do vice-rei, o Senado da Câmara, instituição da qual Silva Lisboa era presidente, assumiria o poder soberano na capitania e, por consequência, daria voz ativa às vontades locais.

No entanto, como mostra Marques dos Santos, Silva Lisboa não era homem disposto a colocar em prática nenhuma atitude de sublevação que visasse colocar em perigo a soberania do vice-rei, por mais que este lhe prejudicasse diretamente de diversas formas, dentre elas, a desconsideração as pesquisas de História Natural por ele desenvolvidas.⁴⁷⁰ Formado em Direito Canônico na Universidade de Coimbra nos moldes do reformismo ilustrado, Silva Lisboa causaria incômodo para o governo do vice-rei Conde de Resende com seu afã de ver as rendas destinadas para as obras públicas ordenadas pelo vice-rei corretamente empregadas. As transformações comandadas na paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro, como o calçamento de várias ruas, a cobertura do aqueduto da Carioca e o chafariz do quartel do Moura seriam acompanhadas de perto por Silva Lisboa, que se esmerava na análise cuidadosa dos

⁴⁶⁸ Uma cópia desta carta anônima citada por Afonso Carlos Marques dos Santos foi por mim encontrada na Biblioteca da Ajuda. “Carta de ... ao Conde de Resende, D. José [Luís] de Castro, [ex-Vice-Rei do Brasil]”, Ms. Av. 54 – IX – 28, nº 5.

⁴⁶⁹ Afonso Carlos Marques dos Santos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1992, p. 37.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 44. Uma importante análise dos enfrentamentos que Baltasar da Silva Lisboa travou com os vice-reis Luís de Vasconcelos e Sousa e D. José Luís de Castro, com desembargadores membros do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro e com vereadores da Câmara do Rio de Janeiro, bem como dos percalços que sua atividade de naturalista sofreram por conta dos referidos conflitos encontra-se em Ronald Raminelli. *Viagens ultramarinas – monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 187-206.

referidos gastos.⁴⁷¹ Desta maneira, Marques dos Santos observa que Lisboa comportaria-se de fato como um fiel vassalo, cuja atuação estaria concentrada em atender os interesses do Estado.⁴⁷² Na atitude vigilante do juiz de fora, residia seu compromisso com o objetivo basilar de sua formação: zelar pela correção da administração e da justiça a fim de preservar os interesses da Coroa.

Marques dos Santos relata com vagar o quadro de atitudes tomadas pelo Conde de Resende para barrar a tormenta que poderia ser provocada pelos “princípios franceses”. O controle da presença de estrangeiros - principalmente de franceses - e o incentivo à prática cotidiana da espionagem e das denúncias, foram intensamente praticadas no governo de D. José Luís de Castro.⁴⁷³ Cabe aqui realizar um adendo que reforça a imagem da atuação extremamente vigilante do governo do Conde de Resende em relação ao curso dos acontecimentos na França apontada por Marques dos Santos. Em ofício de 27 de dezembro de 1798 a D. Rodrigo de Souza Coutinho, o vice-rei comunicaria que aguardava a chegada de um impresso relativo aos acontecimentos da Revolução Francesa, traduzido para o português em Londres, com a finalidade de instruir melhor os vassalos da capitania quanto à sua obediência para com a monarquia portuguesa.”⁴⁷⁴ O receio em relação à penetração das “máximas erradas” na colônia andava junto com o medo dos ataques franceses às costas do Brasil. Segundo Lúcia Bastos, atacar o Brasil chegou a fazer parte dos planos franceses ao longo do período revolucionário, tanto sob o Diretório quanto sob o Consulado.⁴⁷⁵ Como aponta Marques

⁴⁷¹ Dentre os vários exemplos de reclamações de Silva Lisboa em relação às arbitrariedades do vice-rei Conde de Resende, destaca-se um ofício de 16 de novembro de 1791 por ele escrito a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, no qual solicita sua substituição no cargo de juiz de fora do Rio de Janeiro em virtude dos seguidos desmandos do Vice-Rei, o qual, segundo ele, desrespeitava as funções do lugar que ocupava. “Ofício do juiz de fora do Rio de Janeiro, Baltasar da Silva Lisboa, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1791. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, caixa 142, doc. 11126.

⁴⁷² Afonso Carlos Marques dos Santos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1992, p. 47.

⁴⁷³ *Ibidem*, p. 63-65.

⁴⁷⁴ “Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho”, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1798. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 168, d. 12523.

⁴⁷⁵ Lúcia Bastos assinala terem sido esboçados na França projetos de expedição e de ataque às costas do Brasil por sete vezes entre os anos de 1796 e 1800. Cf. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *As representações napoleônicas em Portugal: imaginário e política (c.1808-1810)*. Rio de Janeiro: tese apresentada para o concurso para professor Titular na área de História Moderna/UERJ, 2002, p. 47.

dos Santos, diante desta atmosfera de incertezas em relação à segurança do território e das brechas disponíveis para que a entrada de periódicos estrangeiros e livros proibidos na colônia se realizasse, D. José Luís de Castro aprimorou-se num de seus exercícios principais: a administração do medo.

O terceiro capítulo do estudo de Marques dos Santos trata especificamente dos autos da devassa da prisão dos letrados de 1794. Logo no início, o historiador pontua, através do ofício do vice-rei que reclama a abertura de um processo de devassa, que o alvo principal do governante seria a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, cujo fechamento ocorre a seu mandado. Para melhor dimensionar o universo de pessoas que testemunharam e que foram acusadas pela devassa, o historiador realiza um perfil sócio-econômico de todos. A maioria das 65 testemunhas arroladas é de portugueses, num total de 40 indivíduos. Apenas 23 são naturais do Brasil e dois são franceses. Ele aponta que a maioria das testemunhas não pertence às camadas mais elevadas da hierarquia social e que, assim como os nascidos em Portugal, as testemunhas naturais da Colônia exerciam diversos ofícios, a maioria deles no ambiente urbano. Nenhuma das testemunhas e dos acusados possuía ordens.⁴⁷⁶ De maneira acertada, Marques dos Santos ressalta que posicionamentos contra a religião não derivariam exclusivamente de “francesismos” e que o pensamento reformista ilustrado foi marcado pela relação conflituosa com setores da Igreja em diversos momentos, tanto no reinado de D. José I quanto no de D. Maria I. Verificaria-se no Império português a formação de um pensamento ilustrado marcado pelo catolicismo, o que culminaria, segundo Fernando A. Novais, no esforço de harmonizar as inovações com a tradição.⁴⁷⁷

Acerca das respostas dadas por Silva Alvarenga a respeito da academia por ele capitaneada, Marques dos Santos vê nelas uma “admirável firmeza” ao definir o “padrão ilustrado da Sociedade Literária.”⁴⁷⁸ Comprometido com o repartir das luzes científicas, a Sociedade estava em consonância com o ideário ilustrado de difusão do saber para o máximo proveito e utilidade.

⁴⁷⁶ Afonso Carlos Marques dos Santos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1992, p.88.

⁴⁷⁷ Fernando A. Novais, “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. In: *Aproximações – estudos de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005, p. 168.

⁴⁷⁸ Afonso Carlos Marques dos Santos, *Op. Cit.*, p.99.

O parecer do desembargador Antonio Diniz da Cruz e Silva no qual propõe-se a soltura dos presos e enseja o encerramento do processo é visto por Marques dos Santos como “cauteloso e ambíguo”,⁴⁷⁹ uma vez que, ao mesmo tempo que o desembargador enumera as diversas “faltas” que os presos haviam cometido, ele declara entender que eles já haviam sido severamente punidos pelo tempo de cárcere. O historiador visualiza tal atitude como uma demonstração de condescendência com Silva Alvarenga, motivada pelo fato de Cruz e Silva ser “identificado com as inovações pombalinas.”⁴⁸⁰ O historiador Kenneth Maxwell já identificara no curso da devassa da Inconfidência Mineira que Alvarenga Peixoto teria recebido um tratamento especial, devido à sua proximidade com Cruz e Silva, “seu colega de Coimbra e de poesia.”⁴⁸¹ No entanto, o posicionamento de Cruz e Silva em seu parecer a respeito do destino dos letrados fluminenses de 1794 pode ser entendido como uma preferência por parte do desembargador por levar o episódio a um desfecho que não causasse constrangimento para a metrópole como ocorrera no caso da Inconfidência Mineira.

No último capítulo intitulado “De rebelde invisível a súdito do Império”, o historiador tece considerações a respeito dos comportamentos das elites coloniais que deram amostras de inconformismo em fins do século XVIII e os destinos que são projetados para elas. Marques dos Santos elabora um quadro sócio-econômico da cidade do Rio de Janeiro, mostrando sua importância como entreposto de exportação e importação para toda a região Centro-Sul do Brasil.⁴⁸² Diante de tal importância do porto da cidade, a preocupação dos administradores metropolitanos com o controle da entrada de embarcações estrangeiras era continuamente repassada ao vice-rei. O historiador indica que o temor da chegada hipotética de fragatas francesas somava-se ao da penetração das idéias.⁴⁸³ A vida cultural na sede do vice-reino na última década do século XVIII é classificada como incipiente, numa interpretação fortemente ancorada no depoimento de relatos de viajantes estrangeiros. É neste ambiente culturalmente retraído

⁴⁷⁹ Afonso Carlos Marques dos Santos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1992, p.105.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, p.106.

⁴⁸¹ Kenneth Maxwell. *A devassa da devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 220.

⁴⁸² Afonso Carlos Marques dos Santos, *Op. Cit.*, p. 124.

⁴⁸³ *Ibidem*.

que o historiador pontifica ter havido um intenso “conflito entre uma visão laica e uma visão religiosa da transmissão do saber”, embate este que é exemplificado pelas queixas de Silva Alvarenga e de João Marques Pinto em relação à interferência de eclesiásticos na atividade da instrução régia por eles exercida.⁴⁸⁴ Para a solução deste momento de permanente tensão que ameaça por vários lados, internos e externos, o aproveitamento dos espíritos ilustrados desenharia-se no conjunto de medidas que buscariam manter a união dos domínios portugueses na América. A incorporação de muitos naturais do Brasil em importantes postos da administração e a adoção de medidas favoráveis aos dissidentes provocariam na colônia um processo contumaz de acomodação destas elites.⁴⁸⁵ Sendo assim, Marques dos Santos divide em duas vertentes as posições ideológicas verificadas na crise do antigo sistema colonial na América portuguesa. A primeira, denominada “vertente autonomista nacional” é exemplificada pelos letrados que formam “uma espécie de consciência-limite dos proprietários e negociantes identificados com a face revolucionária da ilustração.”⁴⁸⁶ Este grupo, segundo Marques dos Santos, possui uma apreensão fragmentada e regional do espaço físico da colônia” e concebe o “corpo da nação” de forma excludente, por identificá-lo exclusivamente com a população branca, subtraindo do “corpo da nação” os “não brancos.”⁴⁸⁷ A segunda, denominada “vertente do Império luso-brasileiro” é gestada pela administração metropolitana e manifesta uma percepção do conjunto das partes que compõem os domínios portugueses na América, na medida em que propõe medidas reformistas que visam a manutenção da união das partes que compõem a América portuguesa, lançando mão, dentre outras medidas, da atração de naturais do Brasil para a consecução de tais reformas.⁴⁸⁸ O estudo de Marques dos Santos tem o inegável mérito de demonstrar a complexidade do território do estudo das manifestações de inconformismo na colônia em fins do século XVIII, na medida em que elas são compostas por um rico vocabulário político, composto por percepções diferentes que coexistem e que devem ser compreendido em seus contextos históricos, de forma a não serem interpretados à luz de

⁴⁸⁴ Afonso Carlos Marques dos Santos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1992, p. 125.

⁴⁸⁵ *Ibidem*, p. 131.

⁴⁸⁶ *Ibidem*, p. 141.

⁴⁸⁷ *Ibidem*.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, p. 142.

acontecimentos posteriores. É neste sentido que o historiador aponta a necessidade de se estudar este momento com especial atenção para “o drama vivido por toda uma geração de luso-brasileiros, quando as opções ainda não estavam claras.”⁴⁸⁹

Os autos da devassa foram analisados também por Luiz Carlos Villalta em seu livro *1789-1808 – O império luso-brasileiro e os Brasis*, obra na qual analisa os três movimentos mais relevantes de contraposição ao poder metropolitano de fins do século XVIII: a Inconfidência Mineira (1789), a Inconfidência Carioca (1794) e a Inconfidência Baiana (1798). No que diz respeito a prisão dos letrados de 1794, Villalta assevera que o movimento manteve-se apenas no plano das idéias e que não teria produzido uma estratégia arquitetada para se proceder um confronto. Para Villalta, um traço marcante que pode ser comprovado pela leitura dos autos é que o universo das temidas conversas havia suplantado o ambiente dos letrados e atingido camadas intermediárias, como vários homens que exerciam ofícios mecânicos.⁴⁹⁰ No entanto, o movimento não teria representado a seu ver “um patamar superior de uma suposta formação de uma consciência nacional ou de um processo progressivo de oposição à dominação portuguesa.”⁴⁹¹ Neste sentido, os envolvidos no movimento fluminense de suposta inconfidência expressaram palavras contra a tirania, contra privilégios estamentais e contra aspectos e práticas relativas à religião católica.

A posição cautelosa do historiador na leitura dos autos da devassa da prisão dos letrados do Rio de Janeiro provém de uma postura adotada também diante dos outros dois movimentos, qual seja, a de não considerá-los como etapas que levariam progressivamente à Independência política do Brasil. Assim como Afonso Carlos Marques dos Santos, Villalta aponta que as inconfidências “quando muito, propuseram uma ruptura com o domínio lusitano num âmbito menor, circunscrito a uma ou mais capitanias, os *Brasis*.”⁴⁹²

Outro trabalho de fôlego que versa sobre a Inconfidência do Rio de Janeiro é a tese de doutorado em História de Anita Correia Lima de Almeida intitulada

⁴⁸⁹ Afonso Carlos Marques dos Santos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1992, p.136.

⁴⁹⁰ Luiz Carlos Villalta. *1789-1808 - O império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 92.

⁴⁹¹ *Ibidem*, p. 93.

⁴⁹² *Ibidem*, p. 119.

Inconfidência no império: Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794. Percebe-se a grande dívida intelectual da tese com o trabalho pioneiro de Marques dos Santos e salta aos olhos a reflexão desenvolvida acerca do movimento na Índia, tema que o historiador havia abordado de maneira breve em seu estudo e que recebe da historiadora uma análise mais pormenorizada. O objetivo central do trabalho é buscar pontos que possam ser comparados nos dois movimentos – o goês e o fluminense – e acaba por concluir que ambas as elites letradas envolvidas em seus respectivos episódios assemelhavam-se pelas suas aspirações. Segundo a historiadora, ambas desejavam encontrar reconhecimento pelos seus esforços e pelos valores que acreditavam possuir. Não encontrando tal recompensa, tomaram caminhos similares que as levaram a serem considerados súditos rebeldes.⁴⁹³

No capítulo 2 de seu trabalho, “A Devassa contra os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro”, Anita Correia insere uma preciosa contribuição ao tema ao trabalhar um documento encontrado por David Higgs no Fundo Inquisição de Lisboa, presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal. Refiro-me ao *Sumário contra José Luis Mendes, boticário, morador da cidade do Rio de Janeiro, e outros, de 1796*.⁴⁹⁴ O processo é aberto para apurar a denúncia do sapateiro Manuel de Jesus, tio de José Luis Mendes, contra o boticário, em virtude de ele permitir em sua botica o desenvolvimento de conversações sobre religião e política. Anita observa que assim como a Devassa, o Sumário acabaria não resultando em condenações, findando somente com um “termo de repreensão.” No entanto, ela ressalta que no referido Sumário, aparecem várias pessoas citadas nos autos da devassa de 1794, como o professor de Grego João Marques Pinto, o bacharel Mariano José Pereira da Fonseca, o mestre de primeiras letras Manuel Ferreira, o capitão Antônio José Castrioto e o meirinho-geral da Igreja José Teixeira.

Apesar do título do capítulo fazer referência à Devassa, a historiadora, ao fim do mesmo, esclarece que a história que lhe interessa investigar “não é, entretanto, a

⁴⁹³ Anita Correia Lima de Almeida. *Inconfidência no Império: Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794*. Rio de Janeiro: tese de doutorado em História/UFRJ, 2001, p. 254. Em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora também já havia abordado de forma mais breve a prisão dos letrados fluminenses de 1794. Cf. Anita Correia Lima de Almeida, *A República das Letras na Corte da América portuguesa: a Reforma dos Estudos Menores no Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em História/UFRJ, 1995.

⁴⁹⁴ O documento, cuja transcrição foi realizada por Anita Correia Lima de Almeida, foi publicado juntamente com uma breve análise de David Higgs: “O Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e ‘a Luciferina assembléia’ do Rio de Janeiro na década de 1790”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 162(412), jul.set.2001, p. 239-384.

do desfecho das tentativas de conjura, ou dos processos abertos para apurar-lhes a existência, em Goa ou no Rio de Janeiro.”⁴⁹⁵ De fato, ela não procede em sua tese um estudo das declarações feitas nos autos, detendo-se com mais vagar na análise dos documentos que a permitiram interpretar o movimento goês. Assim como Marques dos Santos, ela visualiza o movimento dos letrados como uma expressão de inconformismo em relação a vários aspectos. O primeiro deles diz respeito à onipresença da religiosidade na formação da cultura e, particularmente, no sistema de ensino régio. Além deste, a historiadora também flagra queixas dos letrados em relação a práticas políticas da Coroa que, no ponto de vista deles, valorizavam mais os interesses metropolitanos. Para atingir as raízes destas manifestações, Lima de Almeida procura dimensionar o futuro que havia sido projetado para suas vidas no auge do período pombalino. Ela conclui que as limitações que se impuseram às suas ações em suas realidades coloniais os deixaram decepcionados, apartados que foram da missão de contribuir como desejavam para o processo civilizatório.

“Assim, do ponto de vista dos letrados ultramarinos, participar da cruzada civilizatória pombalina significava a possibilidade de ingressar no funcionalismo, receber cargos e honras – e não nos esqueçamos dos privilégios de nobreza – o que se traduziria no reconhecimento social da importância do *homem de letras*. Além disso, participar do ensino reformado representava igualmente, a possibilidade de se reproduzir enquanto grupo.”⁴⁹⁶

A historiadora relativiza a idéia segundo a qual o inconformismo dos letrados coloniais provinha de seu conhecimento do ideário iluminista além-pirineus – nomeadamente, das luzes francesas – e constata que o espírito de entusiasmo com as reformas pombalinas daria lugar a uma enorme insatisfação diante da implementação “parcial e incompleta do reformismo.”⁴⁹⁷ A perspectiva da historiadora parece não levar em conta a complementaridade destas duas fontes – a formação ilustrada recebida em Coimbra e o contato com os acontecimentos e com as Luzes além-pirineus – na gênese de uma tomada de posição crítica por parte dos letrados diante de sua situação colonial.

⁴⁹⁵ Anita Correia Lima de Almeida. *Inconfidência no Império: Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794*. Rio de Janeiro: tese de doutorado em História/UFRJ, 2001, p.71.

⁴⁹⁶ *Ibidem*, p. 143.

⁴⁹⁷ *Ibidem*, p. 254.

Num trabalho que tem como objeto o estudo do medo na cidade do Rio de Janeiro durante todo o século XVIII, Roberta Martinelli Barbosa avalia o episódio da prisão dos letrados do Rio de Janeiro de 1794 como uma amostra da atmosfera de tensão criada pelas autoridades coloniais diante da identificação de manifestações de inconformismo por parte de homens de letras da cidade. A preocupação da historiadora “não é saber se os letrados do Rio de Janeiro tinham ou não a intenção de conspirar contra o governo da Monarquia portuguesa naquele domínio ultramarino, e sim, compreender como a possibilidade deste fato ressoou no imaginário social dos indivíduos da época. Que motivos levaram o vice-rei Conde de Resende e outros contemporâneos a identificar naqueles homens uma ameaça real e concreta à manutenção da soberania portuguesa?”⁴⁹⁸ Neste sentido, ela conclui o terceiro capítulo intitulado “A Florente cidade do Rio de Janeiro (1777-1800)” apontando que “eram muitas as conversações públicas e particulares em torno do governo, dos princípios da liberdade e da igualdade mantidas entre habitantes da cidade do Rio de Janeiro. Nestas conversas participavam não só os homens de letras, mas também indivíduos que iam de proprietários a homens que exerciam ofícios mecânicos.”⁴⁹⁹ Sem sombra de dúvidas, a leitura dos autos indica a profusão de diálogos entre uma gama diversificada de moradores da cidade do Rio de Janeiro e é esta intensidade das murmurações um dos motivos que acendem a sanha do vice-rei e o estimulam a agir de forma ostensiva na perseguição e punição dos componentes dos focos de tais conversas. No entanto, a historiadora parece desconsiderar os contextos em que estes testemunhos eram concedidos – em um clima no qual a delação de práticas suspeitas era desejada, chegando a ser inclusive motivada – e por vezes faz uma interpretação límpida dos depoimentos das testemunhas, considerando-os como puro reflexo do ocorrido.⁵⁰⁰

A Conjuração do Rio de Janeiro também tem sido estudada por Guilherme Pereira das Neves simultaneamente a investigações respeito de outros

⁴⁹⁸ Roberta Martinelli Barbosa. *Temor e revolta: o medo na cidade do Rio de Janeiro setecentista*. Niterói: dissertação de mestrado em História/UFF, 2001, p. 103.

⁴⁹⁹ Ibidem, p. 118.

⁵⁰⁰ Um dos vários momentos no qual a autora considera as falas dos depoentes como expressões do que realmente acontecia é o seguinte: “Uma noite, passando José Pereira pela porta de Manoel Landim este lhe perguntou se sabia de alguma notícia a respeito da guerra em França, e afirmando que não Landim disse que ‘tinha uma gazeta que relatava verdadeiramente alguns sucessos da mesma guerra, e que, principiando-a a ler, por ser quase noite, lhe dera e disser a ele (...) que a levasse a seu irmão para ler com mais vagar.’” Roberta Martinelli Barbosa. *Temor e revolta: o medo na cidade do Rio de Janeiro setecentista*, Op. Cit., p. 108. O reparo que aqui se coloca dirige-se ao procedimento da historiadora de, por vezes, incorporar de forma inocente os depoimentos das testemunhas em seu texto.

movimentos por ele definidos como de suposta rebeldia contra o domínio colonial português, como a Inconfidência Baiana de 1798 e a Conspiração dos Suassuna, em 1801. A constatação de Pereira das Neves é de que a cidade do Rio de Janeiro vivia um clima morno de politização, longe do vigente na Europa. Segundo o historiador, as condições para a concretização de um ambiente de politização foram inegavelmente maiores na Europa, realidade favorecida pelo crescimento da população urbana, pela ampliação dos espaços de sociabilidade cultural como salões, cafés e academias, pelo surgimento dos periódicos, pela crescente secularização, enfim, por uma série de alterações na vida social que resultariam no que se pode chamar de “progresso das Luzes.”⁵⁰¹ O historiador visualiza que este universo de possibilidades não adentrou com força na América portuguesa.

“Contudo, à duplamente remota América portuguesa, após terem sido abafadas pela pobre caixa de ressonância ibérica, só chegaram fracas reverberações de todos esses processos. Nela, nem opiniões originais, nem descolamento do indivíduo da massa anônima, nem tolerância, nem secularização, nem, quiçá, cristianização parecem ter-se introduzido com alguma força, permanecendo episódios isolados, exceções incapazes de confirmar a regra.”⁵⁰²

Nesta chave explicativa, Pereira das Neves vaticina que podem ser identificadas no âmago do movimento dos letrados fluminenses reunidos em torno da Sociedade Literária, bem como num círculo mais amplo de conversas em locais públicos como igrejas, boticas, tascas flagradas nos documentos, amostras de insatisfação e desejos de mudança. O historiador coloca um exercício de difícil resolução, mas de extrema importância para os estudiosos destes inconformismos: “precisar o que isso significava naqueles tempos.”⁵⁰³ Explorar as fontes de modo a apreender os sentidos destas insatisfações no fim dos setecentos é um dos desafios centrais daqueles que se dedicam a estudar estes movimentos.

Em trabalho de suma importância para o entendimento da justiça no Brasil Colonial, Arno Wehling e Maria José Wehling abordam de maneira tangencial o

⁵⁰¹ Guilherme Pereira das Neves. “Rebeldia, intriga e temor no Rio de Janeiro de 1794”, comunicação apresentada na XXIV Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Curitiba, 2004, p. 6.

⁵⁰² *Ibidem*.

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 10.

episódio da Conjuração do Rio de Janeiro e o processo da devassa, com vistas a compreender a ação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro neste episódio.⁵⁰⁴ O estudo aponta que “os acusados parecem ter conseguido convencer os juízes – e a posteridade – de que suas leituras eram inócuas para o regime absolutista e o estatuto colonial e que em absoluto admitiam passar a nenhuma forma de prática política, muito menos sedição.”⁵⁰⁵ O estudo, apesar de referir-se de forma breve ao episódio, revela que a decisão jurídica, neste caso, estava submetida a uma razão de Estado. A decisão de soltar os réus seguiria o preceito preconizado pelo desembargador por Cruz e Silva, segundo o qual a condenação dos acusados e envio deles para Portugal poderia ocasionar resultados indesejáveis, como chegar ao conhecimento dos franceses “que seus abomináveis princípios tinham apaixonado este continente.”⁵⁰⁶

4.2 Os autos da devassa de 1794

O ano de 1794 é um ano de muita ebulição política no plano da política européia. Após a decapitação de Luís XVI em janeiro de 1793, estabeleceria-se uma vasta coalizão européia contra a França, da qual faria parte Holanda, Inglaterra, Espanha, Portugal e Sardenha.⁵⁰⁷ A radicalização do processo revolucionário francês proporcionava um cenário de tensão para Portugal. Com o intuito de arrefecer os ânimos, a *Gazeta de Lisboa* procurou exercer seu papel, deixando de publicar as notícias enviadas por seu correspondente em Paris, procurando evitar assim a reverberação do curso dos acontecimentos mais significativos da Revolução.⁵⁰⁸

O agravamento da violência na França também teria reflexo no sistema de controle de impressão de livros no reino e da leitura deles no espaço do Império português. Pelo menos desde 1789, multiplicavam-se queixas por parte de membros da administração metropolitana em relação aos parâmetros utilizados na censura de obras

⁵⁰⁴ Arno Wehling e Maria José Wehling. *Direito e justiça no Brasil colonial – o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p. 407.

⁵⁰⁶ *Ibidem*, p. 406.

⁵⁰⁷ Robert Darnton. *Boemia literária e revolução – o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 262.

⁵⁰⁸ Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa. *D. João VI - O Clemente*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p.50.

submetidas, bem como no controle da venda e da leitura delas, todas cobrando maior rigor na observância do respeito aos dogmas católicos e à soberania monárquica.⁵⁰⁹ Em 1794, a Coroa estabeleceria a extinção da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, criada em 1787, e decretaria o retorno à censura tripartida, composta pela Inquisição, Ordinário e Desembargo do Paço. No entanto, malgrado a tentativa de tornar mais severa a difusão de obras que apresentassem elementos que atingissem o poder monárquico e colocassem em xeque a necessidade da revelação divina, o esforço não se mostrou integralmente eficaz e caminhos distantes dos olhos das alfândegas eram utilizados para que livros defesos entrassem na América portuguesa com considerável frequência. Conforme indica Luiz Carlos Villalta, a prática do contrabando de obras verificou-se com um considerável vigor, sendo variadas as artimanhas para viabilizar a circulação de livros proibidos, desde a ocultação deles em fundos falsos de malas até a utilização de marinheiros que se encarregariam de obter o livro e fazê-lo chegar até seu desejoso comprador.⁵¹⁰

Na América portuguesa, a presença destas idéias também mereceu a atenção dos representantes da Coroa portuguesa neste agitado ano de 1794. Na cidade do Rio de Janeiro, o Conde de Resende oficiara em 11 de junho do referido ano ao chanceler do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, o desembargador Antonio Diniz da Cruz e Silva, para que fosse tirada uma devassa que averiguasse a existência de conversas locais públicos e privados, onde se travavam debates onde se dizia:

“... que os reis não são necessários; que os homens são livres e podem, ao mesmo tempo, reclamar a sua liberdade; que as leis por que hoje se governa a nação francesa são justas e que o mesmo que aquela nação praticou se devia praticar neste continente; que os franceses deviam vir conquistar esta cidade; que a Sagrada escritura, assim como dá poder aos reis para castigar os vassalos, o dá aos vassalos para castigar os reis...”⁵¹¹

A preocupação do Conde de Resende em averiguar o que estaria sendo ventilado em lugares particulares aponta para a preocupação específica com o teor das conversas travadas no âmbito da casa de Silva Alvarenga, sede da Sociedade

⁵⁰⁹ Luiz Carlos Villalta. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América portuguesa*. São Paulo: tese de doutorado em História Social/USP, 1999, p. 195-196.

⁵¹⁰ *Ibidem*, p. 262.

⁵¹¹ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.71.

Literária do Rio de Janeiro naquele momento. Cabe frisar também que a segunda representação enviada a D. Maria I em 1793 por Silva Alvarenga e por seu colega de profissão, o professor de língua grega João Marques Pinto, faz referência à atitude dos “Vice-Reis deste Estado fazerem fugir e desertar os estudantes das nossas Aulas para o sobredito Seminário, e Colégios quando fazem reclutas ou para tropa, ou para os terços auxiliares, nos quais continuam a estudar livres do mínimo receio de serem recrutados; porque os mesmos Vice-Reis depois de estes a eles se acolherem, os não procuram mais em consideração ao Reverendíssimo Bispo, que os administra, isenção e privilégio de que os não deixam gozarem quanto freqüentam as Aulas de Vossa Majestade.”⁵¹² Desta maneira, encontrava-se expressa num documento dirigido à D. Maria I um protesto ao procedimento das autoridades locais de arrebanhar estudantes das aulas régias para tropas ou corpos auxiliares.

A menção “aos Vice-Reis deste Estado” sugere que os professores conviviam com a prática de recrutamento de seus estudantes desde o governo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza, período no qual Silva Alvarenga foi nomeado professor régio de Retórica, começando suas atividades no cargo em agosto de 1782.⁵¹³ A observância da permanência de tal ação durante o governo de D. José Luís de Castro, o Conde de Resende, pode ter desagradado-o, juntamente com o “ouvir dizer” que na cidade do Rio de Janeiro em “casas particulares” criticava-se abertamente “o governo público dos estados.”⁵¹⁴ Como já dissemos anteriormente, é possível que as reivindicações dos professores régios tenham exercido um papel preponderante na atitude de D. José Luís de Castro de ordenar seus encarceramentos e instaurar a devassa, a fim de aquietar seus ânimos. Os rumores do desenvolvimento de um ambiente de questionamento acerca do “governo público dos estados” e de representantes da Igreja em locais públicos e também em lugares particulares - como a casa de Silva Alvarenga -

⁵¹² “Carta do professor de Grego, João Marques Pinto, e do professor de Retórica, Manoel Inácio da Silva Alvarenga, à rainha D. Maria I, lembrando a lei de 1772 que restaurou no reino e nas colônias as escolas de Retórica, Filosofia e Língua Grega; relatando a escassez de alunos no Rio de Janeiro, a rivalidade entre ensino religioso e leigo; a campanha de difamação feita pelos eclesiásticos contra os professores e dos estudos de Humanidades”, Rio de Janeiro, 28 de março de 1793. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 147, doc. 11365.

⁵¹³ Januário da Cunha Barbosa. “Doutor Manoel Ignacio da Silva Alvarenga”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol. 3, 1848, p. 340.

⁵¹⁴ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 71.

adicionados ao protesto dos professores régios, podem ter aguçado no vice-rei o ímpeto de promover a investigação que se centrou poderosamente em torno do poeta.

A concentração das atenções em torno de Silva Alvarenga e do círculo de homens de letras a ele ligados indica que, por maior que fosse a incerteza das autoridades coloniais acerca dos gestos de desalinhamento em relação à soberania monárquica por parte do professor e de seus colegas, a conjuntura de apreensão na capitania do Rio de Janeiro tornava manifestações de desgosto em relação ao vice-rei e em relação ao comportamento de eclesiásticos motivos para que se procedesse uma devassa e, como aponta o vice-rei em seu segundo ofício endereçado ao desembargador Antônio Diniz da Cruz e Silva, para que se verificasse se, além dos “escandalosos discursos”, aqueles mesmos homens “havam formado ou insinuado algum plano de sedição.”⁵¹⁵

Deve-se considerar que, além da desconfiança por parte das autoridades locais que pairava neste momento na cidade do Rio de Janeiro, as relações de Silva Alvarenga com envolvidos na Conjuração Mineira deveria ser de conhecimento das autoridades locais. O professor régio havia sido mestre de José de Rezende da Costa Filho, inconfidente que receberia pena de degredo para o Cabo Verde. Além disso, apesar de não aparecer citados nos autos da devassa do Rio de Janeiro de 1794, Simão Pires Sardinha chegou freqüentar reuniões da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, provavelmente pouco tempo antes de dirigir-se às pressas para Portugal. Intranquilo com a possibilidade de ser intimado a depor na devassa mineira, Sardinha partiu para Lisboa em 20 de agosto de 1789.⁵¹⁶

Talvez o mais significativo indício que ligava Silva Alvarenga aos conjurados mineiros tenha sido fornecido por Domingos Vidal Barbosa Laje em testemunho concedido na devassa mineira em 02 de julho de 1789. Nascido em 1761 em Santo Antônio do Juiz de Fora, Barbosa Laje foi aluno de Silva Alvarenga no Rio de Janeiro à época em que se preparava para ingressar na Faculdade de Medicina na Universidade de Montpellier, onde se matricularia em 7 de dezembro de 1785. O

⁵¹⁵ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 72.

⁵¹⁶ Tarquínio José Barbosa de Oliveira. “Nota biográfica”. In: *Autos da devassa da Inconfidência Mineira*. Vol. 3. Brasília/ Belo Horizonte: Câmara dos Deputados/ Governo do Estado de Minas Gerais, 1981, p. 454.

estudante transferiu-se posteriormente para a Universidade de Bordéus, onde concluiria seu curso de Medicina em maio de 1787.⁵¹⁷

Em ofício de 03 de julho de 1789 dirigido ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, o Visconde de Barbacena relata que Domingos Vidal de Barbosa Laje, em depoimento concedido na noite anterior, deixara escapar que comentara com Silva Alvarenga sobre a conversa que tivera com o estudante de Montpellier José Joaquim da Maia a respeito da correspondência que este estabelecera com Thomas Jefferson que, na ocasião, exercia o cargo de ministro dos Estados Unidos da América em Paris. Sob o pseudônimo de Vendek, Maia consultou o político norte-americano a respeito da possibilidade dos Estados Unidos auxiliarem a sua “pátria que geme em atroz escravidão” a se desvencilhar do domínio dos “bárbaros portugueses.”⁵¹⁸ No ofício, o Visconde de Barbacena relata que Barbosa Laje, após mencionar em seu depoimento que dialogara com Silva Alvarenga a respeito do episódio, tentara remediar esta parte de seu depoimento através de um relato escrito no dia seguinte. Diante de tal informação, Barbacena é enfático ao expor a necessidade urgente de Silva Alvarenga ser instado a depor: “E pareceu-me muito conveniente adiantar esta notícia a alguma prevenção que ele lhe possa ter feito, para que hajás de mandar sem demora perguntar e examinar Manuel Inácio Alvarenga [...] E também será conveniente perguntar acerca dele, com individuação, o primeiro sujeito que deu a leve notícia, porque já talvez estará mais bem lembrado, ou para que diga, ao menos, de quem a ouviu.”⁵¹⁹

Com efeito, Silva Alvarenga tomou conhecimento de um dos episódios mais célebres relacionados ao movimento dos conjurados mineiros de 1789.⁵²⁰ Em que pese o professor régio não ter tido ligação direta com o evento, o fato de ter ciência do ocorrido já serviria para torná-lo alvo de suspeitas. A proteção de Luís de Vasconcelos e Sousa proporcionaria-lhe a não convocação para depor. No entanto, é possível sugerir

⁵¹⁷ “Nota de autoria de Tarquínio José Barbosa de Oliveira”. In *Autos da devassa da Inconfidência Mineira*. vol. 1 ,Brasília/ Belo Horizonte: Câmara dos Deputados/Governo do Estado de Minas Gerais, 1981, p. 212.

⁵¹⁸ “Carta de Vendek (José Joaquim da Maia) a Thomas escrita em Montpellier em 21-11-1786”. In: *Autos da devassa da Inconfidência Mineira*. Vol. 8, Brasília/ Belo Horizonte: Câmara dos Deputados, 1977, p. 21.

⁵¹⁹ “Ofício do Visconde de Barbacena a Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei, sobre providências para a chegada dos ministros da Devassa-RJ”, Vila Rica, 03 de julho de 1789. In: *Autos da devassa da Inconfidência Mineira*. Vol. 8, Brasília/ Belo Horizonte: Câmara dos Deputados, 1977, p. 187.

⁵²⁰ Para uma análise dos significados da correspondência entre José Joaquim da Maia e Barbalho e Thomas Jefferson, ver Kenneth Maxwell. *Chocolate, piratas e outros malandros – ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.157-158.

que a menção ao seu nome num assunto que ocupou um lugar significativo no bojo dos depoimentos dos acusados de envolvimento na Conjuração Mineira possa ter ensejado nas autoridades coloniais uma atenção especial em relação à conduta do professor régio.

O temor das autoridades de que os “abomináveis princípios franceses” ganhassem fôlego em terras luso-americanas era acompanhado pelos esforços dispensados pelas mesmas autoridades para proteger as fronteiras de ataques franceses. Para tal empresa, o Conde de Resende esmerava-se na composição de um corpo militar que pudesse fazer frente a estas investidas, através do recrutamento de novos homens.⁵²¹ Na representação enviada pelos dois professores a D. Maria I, na condição de fiéis vassalos, eles perspicazmente pontuam que para a formação de tropas efetivamente capazes seria altamente recomendável o estabelecimento da obrigatoriedade dos aspirantes aos postos militares de acompanharem os estudos régios de humanidades, tendo em vista “que as empresas de guerra se vencem mais pela força da sabedoria, de que pela das armas, as quais quando não são guiadas pelas luzes desta, mais depressa arruínam do que salvam a Pátria, e que esses célebres generais da antiguidade, e do tempo presente, foram, e são igualmente filósofos, e oradores, que guerreiros.” Além do vice-rei não se preocupar em usufruir das atividades dos professores régios para as suas tropas, seu ímpeto em aumentar qualitativamente as forças militares com vistas a defender a sede do vice-reino certamente provocava consideráveis desfalques no alunado dos mestres régios.

A constatação expressada pelo Conde de Resende retornaria mais tarde no mesmo ano, em 8 de dezembro, acompanhada de denúncia de José Bernardo da Silveira Frade, que chegou a freqüentar com certa assiduidade as reuniões da Sociedade Literária. O ofício do Conde de Resende estabelecia que era necessário abrir uma devassa “para se evitar uma faísca, que ocultamente lavrando, poderá rebentar em um grande incêndio.”⁵²² Pretendia-se, com isso, estancar o estrago que a disseminação dos discursos de indivíduos que tratavam com “escandalosa liberdade” matérias de religião

⁵²¹ Ofício (cópia) do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende, D. José Luís de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre as providências tomadas para a segurança do Rio de Janeiro contra um provável ataque da França; efetuando o recrutamento e instrução de novos soldados; examinando o estado dos armamentos e munições de cada um dos corpos militares”, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1793. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 149, doc. 11448.

⁵²² *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.72.

e aprovavam “o sistema de rebelião da nação francesa” poderia causar.⁵²³ Neste ofício, o Conde de Resende destaca a imprescindibilidade de se abrir uma devassa, visto que as conversações suspeitas teriam continuado apesar das “providências, que a este respeito tinha dado anteriormente.”⁵²⁴ Apesar de não especificar quais seriam as medidas que havia tomado com a finalidade de conter as práticas indesejadas, é bem provável que o vice-rei estivesse aludindo ao fechamento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro por ele ordenado. Desta forma, o Conde de Resende justifica a necessidade de se abrir uma devassa tendo em vista que, mesmo após o encerramento das atividades da agremiação por sua determinação, os encontros entre ex-membros da Sociedade perduraram na casa de Silva Alvarenga. O teor de tais conversas seria objeto de discórdia entre denunciante, testemunhas e acusados. Os primeiros apontaram que discussões a respeito do que se passava na França e discursos a favor das repúblicas eram atividades presentes nas tertúlias que se verificaram. Como era de se esperar, os acusados presentes nestas ocasiões alegaram que os encontros foram eminentemente dedicados a assuntos de caráter pessoal.

O rábula José Bernardo da Silveira Frade, tanto em seu pronunciamento que foi remetido ao Conde de Resende para que Cruz e Silva procedesse a devassa quanto em seu depoimento como primeira testemunha do processo, incrimina os quatro homens que aparecem como mais ativos na Sociedade Literária: Silva Alvarenga, Jacinto José da Silva, Mariano José Pereira da Fonseca e João Marques Pinto. Em sua denúncia, o rábula menciona que haviam sido lidos “alguns discursos na língua francesa contra a Soberania dos Monarcas” e que havia sido observado que “o reino estava entregue a frades”, sendo que esta última constatação se demonstraria pelo fato de o príncipe ter escrito uma carta ao Arcebispo de Braga “ordenando-lhe que desse conta de sua conduta a um frade, seu sucessor.”⁵²⁵ Desta forma, tanto a soberania real quanto a intocabilidade da religião católica estariam sendo atingidos pelos letrados. Em sua fala que propicia a abertura do processo de abertura da devassa, Silveira Frade especifica somente o teor do discurso de Silva Alvarenga, relatando que ele teria falado “sobre a liberdade” e que após o rábula ter desaprovado os discursos contra o rei, dizendo que a

⁵²³ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 72.

⁵²⁴ *Ibidem*.

⁵²⁵ *Ibidem*.

tal liberdade “não era para os costumes da nossa nação”, o professor de Retórica teria tomado a palavra para instar que Silveira Frade assim agia sábia e prudentemente.⁵²⁶

É significativo que em sua primeira fala como denunciante o rábula tenha descrito com detalhes as palavras proferidas por Silva Alvarenga e o diálogo com ele estabelecido, enquanto os demais apareçam como coadjuvantes dos conventículos. O cuidado em posicionar Silva Alvarenga como figura principal das reuniões parecia ter germe não só no fato da residência de Silva Alvarenga ser o epicentro das conversações, como também numa desavença travada entre o professor régio e o rábula, na qual este teria se recusado a assinar papéis de direito à aquele, fato mencionado pelo professor régio e por demais acusados em seus depoimentos na devassa.

Em 18 de dezembro de 1794 – nove dias após dar o depoimento que possibilitaria a abertura da devassa – Silveira Frade concede o primeiro depoimento como testemunha, ocasião em que novamente refere-se às conversações que Silva Alvarenga travou em sua casa com o bacharel Mariano José Pereira da Fonseca, o médico Jacinto José da Silva e o professor de grego João Marques Pinto, após o fechamento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Segundo Silveira Frade, nestas conversações se trataram “do estado da França e sua rebelião com louvor, atacando sempre nela a religião.”⁵²⁷ Em suas palavras, os presentes teciam várias reflexões “tendentes a fazer odiosas as monarquias, mostrando uma grande paixão contra elas e inclinação às repúblicas.”⁵²⁸

A denúncia de Silveira Frade seria acompanhada pelas “denúncias complementares” de Diogo Francisco Delgado que teria, em conversa com o Conde de Resende, se comprometido a levantar as pessoas que estavam falando publicamente com paixão pela França.⁵²⁹ Delgado ocupava o posto de ajudante do terço da Candelária, cargo cuja confirmação da carta patente foi por ele requerida à Rainha antes de 1780.⁵³⁰

⁵²⁶ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.72-73.

⁵²⁷ *Ibidem*, p. 83.

⁵²⁸ *Ibidem*, p. 84.

⁵²⁹ *Ibidem*, p. 86.

⁵³⁰ “Requerimento de Diogo Francisco Delgado à rainha D. Maria I, solicitando a confirmação da carta patente no posto de ajudante do número do Terço de Auxiliares de Infantaria da freguesia da Candelária da cidade do Rio de Janeiro, que vagou por passagem de Nicolau José da Fonseca para o posto de ajudante do número do Terço de Auxiliares de Infantaria do mestre-de-campo Fernando Pais Dias Leme”. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 114, doc. 9374. Posteriormente, Delgado

Suas declarações baseavam-se em depoimentos de homens que teriam lhe dito o que ouviram dizer. Em alguns casos as conversas teriam sido presenciadas pelos próprios depoentes, como relata o marceneiro Manoel Pereira Landim, o qual teria ouvido “nas escadas da igreja do hospício uma conversa e, parando a ouvi-la, era a respeito de franceses, aonde se acharam vários sujeitos: um era médico Jacinto, e outro, lhe pareceu ser o mestre das retóricas Manoel Inácio, e outro lhe pareceu ser João Pedro.”⁵³¹ Em outros casos, as práticas erradas chegavam ao conhecimento por meio de comentários de terceiros, que prosseguiram ganhando as ruas, disseminando-se de boca em boca e ganhando novos contornos.⁵³² Uma parte da denúncia de Diogo Francisco Delgado aponta bem a intensidade das murmurações vigentes.

“Diz Manoel Pereira Landim que ouviu dizer a um pardo chamado Gregório do Amaral, que tinha ouvido dizer a um alfaiate, também pardo, aonde costuma ir o médico Jacinto, que o dito médico tinha suas cartinhas de Lisboa de onde sabia melhor as novidades de França, cujas há alguma desconfiança não sejam de França.”⁵³³

As declarações proferidas por Silveira Frade e por Diogo Francisco Delgado comprometiam não só homens de letras do Rio de Janeiro, como também citavam indivíduos que exerciam ofícios mecânicos como ourives, marceneiros e sapateiros. Ambas serviram para que o Conde de Resende pudesse justificar a abertura do processo de devassa e a prisão dos membros da Sociedade Literária e demais citados nas denúncias.

Após efetivadas as prisões, em ofício de 29 de dezembro de 1794 o vice-rei prestou contas a Martinho de Melo e Castro, declarando ter ordenado o fechamento

seria sargento-mor do Terço Auxiliar de Tapacurá. Ver Carta patente passada pelo príncipe regente D. João nomeando a Diogo Francisco Delgado no posto de sargento-mor do Terço Auxiliar de Tapacurá, Lisboa, 1806. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 242, doc. 16522.

⁵³¹ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 76.

⁵³² As murmurações ocuparam papel central no curso dos mais importantes conflitos políticos sociais ocorridos na capitania de Minas Gerais durante o século XVIII, como demonstra o precioso estudo de Tarcísio de Souza Gaspar. *Palavras ao chão – murmurações e vozes em Minas Gerais*. Niterói: dissertação de mestrado em História/UFF, 2008.

⁵³³ *Autos da devassa – prisão dos letrados do Rio de Janeiro...*, *Op. Cit.*, p. 82.

da Sociedade Literária, o que ocorrera em virtude do “exame escrupulosíssimo” que promoveu para investigar “os juízos que se formassem do sistema atual da França.”⁵³⁴

A tomada dos depoimentos das testemunhas da devassa teve início em 18 de dezembro de 1794 e findou em 13 de fevereiro de 1795. Foram ouvidas 65 testemunhas e ao todo onze homens foram presos. Além de Silva Alvarenga, foram encarcerados o professor régio de Grego João Marques Pinto, o bacharel em Filosofia e Matemática em Coimbra Mariano José Pereira da Fonseca, o médico Jacinto José da Silva, Francisco Coelho Solano, que vivia de seus bens, o cirurgião Gervásio Ferreira, o ourives Antônio Gonçalves dos Santos, o sapateiro João de Sá da Conceição, o marceneiro João da Silva Antunes, o entalhador Francisco Antônio Lisboa e o estudante José Antônio de Almeida, aluno de retórica de Silva Alvarenga. Uma leitura atenta do processo aponta que, do total das testemunhas arroladas, 14 mencionam o professor de retórica Silva Alvarenga.

José Bernardo da Silveira Frade, como primeira testemunha a depor, retoma com mais vagar pontos que constavam em sua denúncia e relata que, mesmo após a ordem do vice-rei para que a Sociedade que tinha sede na casa de Silva Alvarenga encerrasse suas atividades, continuaram realizando-se “assembléias particulares” onde assistiam Mariano José Pereira da Fonseca, Jacinto José da Silva, João Marques Pinto e, com menor frequência, Francisco Coelho Solano e Manoel Ferreira de Almeida, além dele próprio. Silveira Frade retorna à disputa verbal que tivera com o professor de retórica acerca da liberdade que existiria nos governos republicanos e também que tomara conhecimento por meio de Gregório Bitencourt “que os sobreditos Manoel Inácio, João Marques e Mariano de tal diziam que os réus da conjuração de Minas foram tratados como rebeldes porque não conseguiram o seu fim, mas que, se o conseguissem, seriam uns heróis.”⁵³⁵ No entanto, em seu depoimento, Gregório José Bitencourt informa somente que era “certo ter ouvido dizer a algumas

⁵³⁴ “Ofício (cópia) do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende, D. José Luís de Castro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informando as averiguações feitas sobre as idéias da Revolução Francesa em relação a liberdade de religião dentro do Rio de Janeiro, bem como a dissolução de uma sociedade literária e a prisão de seus membros”. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1794. *Arquivo Histórico Ultramarino*, cx. 153, doc. 11599. O mesmo ofício também encontra-se no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Correspondência do Vice-reinado para a corte, Códice 68, vol. 11, fl. 220 a 226 v.

⁵³⁵ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 84.

peessoas, de quem não se lembra” as referidas apreciações sobre os réus de Minas, não nomeando assim os autores dos comentários como lhe fora atribuído.

Silveira Frade também relatou que no dia seguinte à prisão de Silva Alvarenga, João Marques Pinto, Mariano Pereira da Fonseca e o médico Jacinto, entraram homens em sua casa que discursaram contra os presos “notando-lhes a liberdade com que falavam nos seus ajuntamentos” e destacando que, caso o vice-rei não tivesse ordenado a prisão deles, eles “iludiriam a muitos”, podendo também haver o risco de, “vindo alguma armada francesa a esta cidade, eles seriam contra nós e capazes de concorrer para a sua entrega.”⁵³⁶ O alferes do terço da Infantaria Auxiliar de Majé e morador da ilha das Cobras, Manoel Antônio Salgado, informou em seu depoimento na devassa que, ao se dirigir da ilha onde morava para a cidade do Rio de Janeiro no dia seguinte ao da prisão dos quatro homens de letras, “ouvira no barco dizer que naquela noite tinham sido conduzidos presos para a ilha das Cobras dois homens com os olhos tapados, dando por causa destas prisões haverem roubado uma arroba de ouro e morto algumas pessoas” e que, ao desembarcar, recebeu a informação de que os referidos presos eram Silva Alvarenga, Jacinto José da Silva, João Marques Pinto e Mariano José Pereira da Fonseca.⁵³⁷ O alferes declarou também ter presenciado diversas manifestações de satisfação com as referidas prisões por parte de alguns homens que encontrou. Já Jacinto Martins Pamplona Corte Real afirma ter questionado o boticário Luís José da Silva sobre a razão das prisões, o qual teria respondido que era por eles dizerem abertamente “que os maus governos se deviam sacudir e repelir” e que no caso de vir à cidade um armada francesa destinada à arrasá-la, seria justo “pelo mau governo dela.”⁵³⁸ O boticário, por sua vez, assinala em seu depoimento na devassa que o referimento a ele feito por Pamplona era falso.⁵³⁹

Encarregado pelo Conde de Resende de averiguar as pessoas que na cidade do Rio de Janeiro demonstravam “paixão pela França”, o alferes Diogo Francisco Delgado destaca em seu depoimento na devassa o que lhe relatara o marceneiro Manoel Pereira Landim, o qual lhe havia contado que “viu e ouviu” nas

⁵³⁶ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.85.

⁵³⁷ *Ibidem*, p. 112.

⁵³⁸ *Ibidem*, p. 104.

⁵³⁹ *Ibidem*, p. 123.

escadas da igreja do Hospício o médico Jacinto, “outro que lhe pareceu ser o mestre de retórica Manoel Inácio e mais outro que julgou ser um João Pedro” falando “sobre o socorro que de Portugal tinha passado à Espanha e, disseram, constava de seis mil homens; mas que isto era uma ninhada de pintos que iam morrer todos nas mãos dos franceses.”⁵⁴⁰ Bernardo Ferreira Braga, alferes do terço da Candelária, tomara conhecimento através de um rapaz que sustentava em sua casa e que aprendia o ofício de marceneiro com Manoel Pereira Landim, que este “estivera para dar com um pau em uns homens que estavam conversando a respeito da França na rua do hospício, em uma noite.”⁵⁴¹ Ferreira Braga declara ter sido informado por seu ajudante Diogo Francisco Delgado que os murmuradores eram “o Dr. Jacinto, Manoel Inácio e o mestre de Grego.”⁵⁴²

Delgado também menciona que o marceneiro Inácio do Amaral havia lhe contado que ouvira “uma larga conversação” na igreja do Hospício em que participavam Silva Alvarenga, o médico Jacinto, o já referido João Pedro e “um advogado de apelido o França”, onde foi dito “que os frades não eram necessários, clérigos alguns, e que o Santo Ofício só servia para refrear alguns estudantes rapazes.”⁵⁴³ Inácio do Amaral, em depoimento concedido no mesmo dia, reafirmou que presenciara na igreja do Hospício a referida conversa travada pelos quatro homens acima citados, adicionando que dela também teria tomado parte “um homem que lhe pareceu ser de negócio.”⁵⁴⁴ E as versões sobre a conversa na igreja do Hospício prosseguem se diferenciando. Em seu testemunho, o tenente das ordenanças João Martins Viana lembrou estar presente na referida igreja junto de alguns homens que estavam conversando mas que não lhe pareceu serem “nem o médico Jacinto, nem o professor de Grego, nem o filho do defunto Biscoito (Mariano), porque, como conhece estes três, era natural que se ali se achassem, ele, testemunha, se lembraria disso.”⁵⁴⁵ Citado por João Martins Viana em seu depoimento, Joaquim José de Carvalho assinalou em seu testemunho que na conversa

⁵⁴⁰ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.86.

⁵⁴¹ *Ibidem*, p. 96.

⁵⁴² *Ibidem*, p. 96.

⁵⁴³ *Ibidem*, p. 87.

⁵⁴⁴ *Ibidem*, p. 98.

⁵⁴⁵ *Ibidem*, p. 144.

na igreja do hospício estavam “o professor de Grego, Manoel Inácio Alvarenga e um por apelido o Solano” e que teria dito a João Martins: ‘Retiremo-nos daqui, porque estes homens falam muito.’”⁵⁴⁶

Outra conversa mencionada por Delgado na qual Silva Alvarenga teria proferido as “erradas máximas” chegou aos seus ouvidos por intermédio do ourives José de Oliveira, que teria lhe confidenciado ter escutado na praia de D. Manoel o professor de retórica, Francisco Coelho Solano e João da Silva Antunes discorrerem sobre a revolução da França, e afirmarem que “as leis francesas eram justas e santas, e que a liberdade tinha sido dada por Deus aos homens.”⁵⁴⁷ O ourives José de Oliveira, em depoimento no mesmo dia em que depôs Delgado, negou ter a ele relatado tal atitude por parte do poeta, ao dizer que “nem sabe, nem ouviu dizer que o sobredito Manoel Inácio assistisse a elas.”⁵⁴⁸

O professor de retórica também é referido na devassa por Manoel de Araújo Gomes, capitão de auxiliares do terço de São José, natural da cidade de Braga e única testemunha do processo que declarou ter ordens, registrando ser Cavaleiro da Ordem de Cristo. Araújo Gomes comentou que era “cousa pública” na cidade do Rio de Janeiro que algumas pessoas tinham sido presas e que soubera posteriormente através do próprio José Bernardo da Silveira Frade que se mantinham na casa de Silva Alvarenga “práticas e conversas perniciosas.”⁵⁴⁹ Ele também assinala uma conversa travada com José Bernardo Silveira Frade, na qual teria se espantado com a “miudeza” com a qual o rábula dissertava sobre as novidades da guerra, comportamento que teria sido explicado por Silveira Frade pela disponibilidade das gazetas na cidade.⁵⁵⁰ Cumpre observar que Manoel de Araújo Gomes foi chamado para depor após ter sido citado pela testemunha de número 39, o tenente da cavalaria auxiliar Filipe José de Souza Castro Gurgel do Amaral, o qual declarou que Manoel de Araújo Gomes lhe confidenciara ter presenciado, estando na casa de Silveira Frade, um conversa do rábula com o professor de grego João Marques Pinto, na qual “ambos concordavam em substância que o que os

⁵⁴⁶ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.145.

⁵⁴⁷ *Ibidem*, p. 93.

⁵⁴⁸ *Ibidem*, p. 101.

⁵⁴⁹ *Ibidem*, p.141.

⁵⁵⁰ *Ibidem*, p. 142.

franceses obraram era muito bem feito.”⁵⁵¹ Em seu depoimento, Manoel de Araújo Gomes nega ter presenciado tal conversa.

Outra testemunha que menciona o debate dos “abomináveis princípios” na casa de Silva Alvarenga é o meirinho do eclesiástico José Teixeira, citado já na primeira fala de Silveira Frade. O meirinho confirma ter presenciado na botica de José Luís Mendes, situada em frente à capela do Carmo, em momentos nos quais aportavam navios provenientes da Europa, a figura do bacharel Mariano José Pereira da Fonseca, portando o Correio da Europa. Teixeira relata que ali ele “o lia, mostrando uma grande satisfação dos progressos que os franceses faziam, louvando-os de grandes homens e de grandes guerreiros”, mas que não se demorava muito na botica, pois “logo saía dizendo que ia para casa de Manoel Inácio Alvarenga, aonde tinham suas conversações.”⁵⁵² O dono da botica José Luís Mendes desmente o meirinho, afirmando que se lembrava de uma ocasião em que ouvira o bacharel Mariano dizer a José Teixeira que “os franceses sempre haviam de sucumbir.”⁵⁵³ Além do bacharel, o boticário afirma ter ouvido vários homens discursarem sobre “os negócios atuais da Europa”, dentre os quais se lembra terem sido o professor de primeiras letras Manoel Ferreira de Almeida e o alferes da ordenança Antônio José Castreoto, mas que “nunca neles conhecera paixão pelos franceses.”⁵⁵⁴ Manoel Ferreira de Almeida morava na rua do Cano, a mesma onde residia Silva Alvarenga e, após seu nome constar da denúncia apresentada por Silveira Frade e ser mencionado por várias testemunhas, o caminho natural era que ele fosse chamado para prestar esclarecimentos. Afirmou ser freqüentador eventual da casa de Silva Alvarenga e que ficou encarregado algumas vezes de providenciar insetos e plantas e “mais cousas pertencentes à História Natural.”⁵⁵⁵ Ferreira de Almeida observou que algumas vezes a situação política da Europa havia sido objeto de

⁵⁵¹ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.134.

⁵⁵² *Ibidem*, p. 123-124.

⁵⁵³ *Ibidem*, p. 149.

⁵⁵⁴ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. Cumpre assinalar que o nome de Antônio José Castreoto aparece numa lista apresentada pelo tenente geral Davi Calder dos homens que desejam servir nas tropas do Estado da América que guarneciam o Rio de Janeiro em 1795. Relação assinada pelo [tenente-general], Davi Calder, relativa aos indivíduos que pretendem servir nas tropas do Estado da América que guarnecem o Rio de Janeiro..., Lisboa, 4 de janeiro de 1795. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 153, doc. 11605.

⁵⁵⁵ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 153.

conversas mas que não pôde perceber nos participantes das tertúlias “paixão pelos franceses ou pela sua revolução.”⁵⁵⁶ Perguntado sobre sua presença na botica de José Luís Mendes, o professor de primeiras letras afirmou ser seu assíduo freqüentador e que nela também se comentava a respeito dos “presentes sucessos da Europa” e que, assim como na casa do professor de retórica, nunca havia identificado algum simpatizante da França.⁵⁵⁷ Como se vê, a figura de Silva Alvarenga aparece nos testemunhos envolvida em práticas que colocavam sob suspeita a sua posição de fiel vassalo real.

Assim como ocorrera com os demais presos de 1794, o professor régio de retórica teve seus bens seqüestrados. Nos autos da devassa, no entanto, não se encontra presente uma descrição dos mesmos. Dois documentos presentes no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro permitem-nos conhecer - ainda que não de forma integral - o patrimônio de Silva Alvarenga. O primeiro é um ofício de 23 de fevereiro de 1795 do Desembargador da Relação do Rio de Janeiro Antonio Roiz Gayoso ao Conde de Resende, no qual aquele afirma estar entre os bens do seqüestrado “um cavalo de estribaria, com o qual necessariamente se faz despesa, e atualmente de nada serve pelo impedimento do dito Bacharel”, o que levaria Gayoso a sugerir que o animal fosse vendido “em Praça, tanto por se evitarem os gastos, que diariamente está fazendo em poder do Depositário, como igualmente por não chegar em Estado de não mais poder pelo não uso, em que há tempos se acha.”⁵⁵⁸

Em ofício posterior de 15 de julho de 1795 enviado pelo mesmo desembargador ao vice-rei, Gayoso registra que entre os bens de Silva Alvarenga que se encontravam em segura custódia estavam:

“[...]vários escravos, uns que tinha consigo nesta Cidade, e outros em uma Fazenda em Sarapuí, Freguesia de Santo Antônio da Jacotinga, na qual há boa olaria, cuja propriedade toca ao Físico Jacinto, e nela tinha Sociedade, e interesse o dito Alvarenga, e por isso com expressa aprovação minha, para ali tornaram os respectivos escravos a continuar no mesmo trabalho, que antecedentemente praticavam, antes que os referidos Jacinto, e Alvarenga fossem presos[...],”⁵⁵⁹

⁵⁵⁶ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 153.

⁵⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁵⁸ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Vice-Reinado, Correspondência de diversas autoridades com vice-reis, cx. 485, pct 2.

⁵⁵⁹ *Ibidem*.

Gayoso alertava neste ofício que o depositário dos bens do médico Jacinto José da Silva não possuía à época condições de saúde para coordenar o trabalho feito na olaria, estando impossibilitado “não só para conservar a Fábrica no mesmo estado, porém ainda aumentá-la em benefício comum dos interessados.”⁵⁶⁰ O desembargador, desta forma, julgou que, tendo “o mesmo Bacharel Manoel Ignacio interesse na boa administração na qualidade de sócio”, o mais acertado naquela situação seria a nomeação de outro depositário.⁵⁶¹ Infelizmente, não se encontram indícios que possam elucidar qual teria sido a decisão do vice-rei a respeito do caso, nem tampouco do destino da olaria e dos escravos do poeta, após a soltura de todos os presos. De qualquer maneira, o documento aponta que Silva Alvarenga chegou a amearhar um patrimônio considerável, fruto de suas atividades profissionais como professor régio e advogado, e tinha expectativas auspiciosas em relação ao empreendimento em sociedade com o médico Jacinto, as quais devem ter sido comunicadas ao desembargador Gayoso enquanto esteve preso.

Em sua primeira inquirição, em 04 de julho de 1795, Silva Alvarenga declarou desconfiar que o motivo de sua prisão seria “por causa de uma sátira que se-lhe imputara o ter feito.”⁵⁶² O poeta negaria a autoria da referida sátira, a qual ele afirmou só tê-la visto “por lhe introduzirem por debaixo da porta” e que a pessoa contra a qual os sonetos satíricos eram dirigidos lhe pareceu ser “um Frei Raimundo.”⁵⁶³ A acusação não seria desprovida de fundamento, tendo em vista que as duas representações escritas por Silva Alvarenga e por João Marques Pinto à D. Maria I – a primeira de 1787 e a segunda de 1793, classificavam como abusivos os comportamentos de alguns clérigos na cidade do Rio de Janeiro, dentre deles os do Convento de Santo Antônio, os quais não respeitavam o ofício dos professores régios, desestimulando os jovens a freqüentarem suas aulas. O frei Raimundo ao qual Silva Alvarenga faz referência em seu depoimento deve ser o mesmo aludido por Mariano José Pereira da Fonseca em sua fala de 20 de julho de 1795, na qual Mariano José declara suspeitar que a causa de sua

⁵⁶⁰ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Vice-Reinado, Correspondência de diversas autoridades com vice-reis, cx. 485, pct 2.

⁵⁶¹ *Ibidem*.

⁵⁶² *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 194.

⁵⁶³ *Ibidem*.

prisão teria sido “o ódio ou raiva que contra ele tivesse concebido um frade de Santo Antônio chamado frei Raimundo.”⁵⁶⁴ Tudo indica que ambos estivessem se referindo ao Frei Raimundo Penaforte da Anunciação, o responsável por ouvir a confissão de Tiradentes antes de seu enforcamento. Em sua denúncia apresentada ao Conde de Resende, o rábula Silveira Frade manifestara que na casa de Silva Alvarenga “leram-se as obras poéticas feitas contra vários religiosos de Santo Antônio.”⁵⁶⁵

A “sociedade de gentes de letras” capitaneada por Silva Alvarenga é caracterizada por ele como eminentemente interessada em discorrer sobre “diversos objetos científicos.”⁵⁶⁶ É compreensível que aqueles homens letrados - com formação universitária no Reino e em centros europeus como Montpellier - desejassem reunir esforços para, na colônia, conservarem e aperfeiçoarem os saberes apreendidos fora dela. Esta valorização do conhecimento adquirido e o interesse no seu aprimoramento são ressaltados não só no depoimento de Silva Alvarenga, como também é sugerido pelo seu colega João Marques Pinto, o qual relembra que nas reuniões tratavam somente de “matérias próprias para divertir e entreter o tempo como eram os sucessos do seu tempo de Coimbra e de Lisboa.”⁵⁶⁷ Este ímpeto de produção de conhecimento por parte dos membros da Sociedade foi acompanhado, em larga medida, pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa o qual, além de ter sido um protetor da agremiação, procedeu em seu governo um rol de ações que evidenciariam seu apreço pelas ciências e sua preocupação em desenvolvê-las para um melhor aproveitamento das riquezas naturais da América portuguesa. O clima favorável para as atividades científicas da Sociedade no governo de Luís de Vasconcelos e Sousa é reconhecido por Silva Alvarenga, o qual destaca em sua primeira inquirição que ela começara a funcionar, em 1786, sob a proteção do vice-rei e que ela definharia e encerraria seus trabalhos com “a ausência do mesmo.”⁵⁶⁸

⁵⁶⁴ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.236.

⁵⁶⁵ *Ibidem*, p. 74.

⁵⁶⁶ *Ibidem*, p. 194.

⁵⁶⁷ “Auto de perguntas feitas ao preso João Marques Pinto” transcrito em Nireu de Oliveira Cavalcanti. *O Rio de Janeiro setecentista – a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 430.

⁵⁶⁸ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.194.

Em relação aos rumos da agremiação com a chegada do Conde de Resende, o poeta declarou que teria sido procurado pelo mesmo, tendo recebido dele “demonstrações de que a mesma se restabelecesse.”⁵⁶⁹ No entanto, cumpre ressaltar que outros depoimentos sugerem que o contato não tenha sido tão direto. Mariano José Pereira da Fonseca, em inquirição feita em 20 de julho de 1795, observou que Silva Alvarenga havia lhe dito que o Conde de Resende nunca efetivara o prometido amparo à Sociedade Literária e que a função de comunicar ao governante o restabelecimento da Sociedade teria ficado a cargo do sócio José Caetano de Araújo.⁵⁷⁰ O professor de grego João Marques Pinto, por seu turno, expõe em 23 de setembro do mesmo ano, que a Sociedade “se tornara a animar” no governo do Conde de Resende “com permissão do mesmo obtida por intervenção de um dos sócios chamado José Caetano.”⁵⁷¹ Cabe aqui fazer uma pausa para dissertar sobre o referido sócio José Caetano.

Como apontou Nireu Cavalcanti, certamente trata-se de José Caetano de Araújo Vieira, vereador e importante homem de negócios da praça do Rio de Janeiro e amigo do Conde de Resende.⁵⁷² Esta amizade pode ser demonstrada a partir da participação do negociante numa tarefa de extrema confiança da qual o vice-rei o incumbiria em 1799. Em 10 de julho daquele ano, aportaria no Rio de Janeiro a nau Nossa Senhora da Conceição, comandada pelo tenente Antônio José Freire e que tinha Goa como o próximo destino. A embarcação trazia o comerciante Francisco Álvaro da Silva Freire, natural do Porto e de 36 anos de idade, preso em Lisboa por crime de inconfidência. Enquanto a embarcação não seguiu viagem rumo à Índia, Freire foi mandado para a Fortaleza da Ilha das Cobras e, neste período, escreveu cartas para amigos seus de Lisboa e para Modesto Antônio Mayer, ouvidor de Vila Rica e seu amigo. Tendo conhecido o alferes Vicente José de Azevedo durante a viagem pelo Atlântico, pediu a este que entregasse as cartas ao chanceler da Relação do Rio de Janeiro, Luiz Beltrão de Gouveia de Almeida, amigo pessoal de Mayer, para que ele as entregasse ao ouvidor. O chanceler da Relação, de posse das cartas do preso, repassou-as ao vice-rei, o qual observou a necessidade de se investigar a índole do preso, visto

⁵⁶⁹ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 194.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 236-237.

⁵⁷¹ *Ibidem*, p. 430.

⁵⁷² Nireu de Oliveira Cavalcanti. *O Rio de Janeiro setecentista – a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 235.

que, em sua avaliação, em uma de suas cartas, mais especificamente a dirigida ao amigo Modesto, Freire demonstrava que “não só deseja, mas efetivamente espera ver a sua Pátria envolta na mesma confusão, desordem e ruína em que se vê submergida a França pelo transtorno de sua Monarquia.”⁵⁷³

Diante disso, o vice-rei ordenou que o desembargador João de Figueiredo fosse averiguar na prisão os papéis e livros que estivessem sob a posse do preso. Além disso, deveria o desembargador em seguida dirigir-se à nau Nossa Senhora da Conceição para, no “camarote, beliche ou agasalhado” onde viajava o preso, proceder “a mesma busca”, a fim de que, em seguida, comesse a interrogar Freire. Na busca feita dentro do navio, o desembargador foi incumbido de averiguar também o lugar onde viajara o passageiro Vicente Guedes, natural de Moçambique, que também seguiria para a Índia. Segundo o Conde de Resende, havia notícia de que Francisco Álvares da Silva Freire e Vicente Guedes haviam durante a viagem “passado noites em conversação familiar lendo alguns dos muitos livros, que o dito passageiro leva, e pelo modo com que se explica dá bastante campo para presumir que alguns deles contenham os errados princípios dos novos Republicanos.”⁵⁷⁴ Por estes motivos, o Conde de Resende determinaria que a busca fosse estendida aos pertences de Vicente Guedes e que se apreendessem os papéis e livros a ele pertencentes “por se haver bastante fundamento para reear que entre os ditos livros, e papéis, hajam alguns que contenham os princípios, erros e máximas dos novos Republicanos.”⁵⁷⁵

Dentre os objetos encontrados pelo desembargador no beliche de Vicente Guedes, constavam vários livros defesos e 6 cadernos manuscritos, 4 deles escritos em francês. Em ofício de 7 de setembro de 1799, o desembargador alertaria o vice-rei que, em virtude do escrivão não saber a língua francesa, seria mais adequado que se nomeasse “pessoa inteligente na dita língua, e da sua confiança, para fazer as ditas cópias” dos cadernos.⁵⁷⁶ Respondendo ao ofício do desembargador, o vice-rei decide em 12 de setembro nomear José Caetano de Araújo Vieira “para tradução dos cadernos na língua francesa, como também para a conferência das cópias de que se faz menção.”⁵⁷⁷

⁵⁷³ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Vice-Reinado, Correspondência diversa, cx. 491, pct 01.

⁵⁷⁴ *Ibidem*.

⁵⁷⁵ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Vice-Reinado, Correspondência diversa, cx. 491, pct. 03.

⁵⁷⁶ *Ibidem*.

⁵⁷⁷ *Ibidem*.

Araújo Vieira, além de rico negociante fluminense, foi professor de francês da Academia Militar.⁵⁷⁸ Nos autos da devassa de 1794, seu nome não consta entre os depoentes, o que pode nos sugerir que ele possa ter sido um informante privilegiado do Conde de Resende a respeito do que se passava nas reuniões da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Ainda que não se possa comprovar tal ilação, é digno de nota que o Conde de Resende, pouco tempo depois da libertação dos presos de 1794, contasse com os serviços linguísticos de José Caetano para o importante serviço de evitar a disseminação dos “errados princípios.”

Após a ordem do vice-rei que decretou o fechamento da Sociedade, o professor de retórica relatou em seu depoimento na devassa que ela “não continuara mais” e que as ocasiões nas quais amigos seus freqüentavam sua casa “era para passar o tempo em conversação agradável”, juízo que parece ter sido também o do bacharel Mariano, que afirmaria em sua primeira inquirição que os encontros na casa do poeta nunca tiveram “o fim de sustentar a mesma sociedade, opondo-se às ordens do Ilustríssimo e Excelentíssimo Vice-Rei atual, mas só tivera por objeto entreterem-se em conversação familiar.”⁵⁷⁹ Mariano, no entanto, provavelmente por assim o ter ficado sabendo através de outros membros da agremiação, revela em seu segundo depoimento, concedido em 4 de agosto de 1795, que a Sociedade não teria se extinguido de todo com o fim do governo de Luís de Vasconcelos e Sousa, visto que continuaram se encontrando quatros sócios da Sociedade: Silva Alvarenga, o professor de gramática Latina Jorge Furtado de Mendonça, João Marques Pinto e Jacinto José da Silva, “os quais se costumavam ajuntar todas as quintas-feiras e a tratar dos objetos a que se propusera a sociedade na sua fundação.”⁵⁸⁰ O lugar destes encontros não é mencionado no depoimento mas é possível crer que tenham ocorrido nas residências dos mesmos, e não em tascas, boticas e outros locais.

Revelado por Mariano em seu depoimento na devassa, este funcionamento clandestino da Sociedade Literária durante os primeiros anos do governo do Conde de Resende pode ter chegado aos ouvidos das autoridades coloniais. Faz-se necessário tomar em consideração que, numa sociedade onde a oralidade era tão

⁵⁷⁸ Nireu de Oliveira Cavalcanti. *O Rio de Janeiro setecentista – a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 235.

⁵⁷⁹ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 194.

⁵⁸⁰ *Ibidem*, p. 240.

importante e onde o “ouvir dizer” era tão intenso, a posição dos quatro homens que teriam continuado a se encontrar era consideravelmente arriscada. As atividades por eles exercidas - três eram professores régios (sendo um deles, advogado) e um médico - eram especialmente marcadas pelo contato social e suas atitudes deviam ser especialmente observadas dentro da circunscrita sociedade fluminense naquele período. Parece também viável propor a possibilidade de que tenha sido neste período, no qual estes quatro membros da agremiação se reuniram à margem dos olhares de outros freqüentadores, em que Silva Alvarenga tenha escrito aqueles “setes apontamentos para estatutos de uma sociedade literária” ao qual fizemos referência no capítulo anterior. Recomendando aos membros “a boa fé e o segredo”, determinando que ela fosse “dirigida igualmente por modo democrático” e estabelecendo que seu “objetivo principal” seria “a Filosofia, em toda a sua extensão, no que compreende tudo quanto pode ser interessante”, estas notas de Silva Alvarenga indicam um escopo de interesses que suplantam os fins estabelecidos pelos estatutos considerados oficiais.”⁵⁸¹ Segundo Istvan Jancsó, “o texto aponta para uma nova concepção de ordenamento da prática intelectual partilhada pelos membros da Sociedade, e que a transformava numa organização clandestina ou, no dizer da época, numa sociedade secreta.”⁵⁸² Desta forma, é plausível propor, portanto, que Silva Alvarenga possa ter composto este arrazoado de intenções durante esta temporada em que a Sociedade Literária sobreviveu na surdina.

Apresentados no ano de 1786 quando a agremiação foi fundada, os Estatutos “oficiais” da Sociedade Literária previam uma hierarquia bem definida, composta por um presidente, um secretário, um promotor e até por um corpo censório encarregado de examinar as memórias apresentadas. Já no texto manuscrito de Silva Alvarenga que se configura num projeto de estatutos, vemos um item que sugere que a Sociedade seja regida pelo “modo democrático”, proposição explicada pelo poeta como derivada do fato de não haver “entre os sócios uma pessoa superior às outras, ou por nascimento, ou por empregos.”⁵⁸³ Nesta concepção, aparece presente a idéia de que

⁵⁸¹ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 240.

⁵⁸² Istvan Jancsó. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: Laura de Mello e Souza. (org.) *História da vida privada no Brasil – Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 413.

⁵⁸³ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 205-206.

aquele corpo de indivíduos formaria uma república das letras a qual, no entanto, não aceitaria em seu quadro homens que fossem inferiores intelectualmente a eles. Além disso, enquanto os estatutos de 1786 determinam um rol determinado de ciências que comporiam o quadro de interesses da Sociedade, enumerando inclusive os autores a serem observados por aqueles que apresentassem suas memórias em suas reuniões, a ambição de estudar “a Filosofia, em toda a sua extensão” sugere que nesta nova fase a agremiação estaria aberta a refletir a respeito de matérias que fossem além da História Natural, da Química e da Física e que, quem sabe, almejasse incluir nas suas tertúlias as teorias sociais e políticas formuladas por filósofos franceses.

Ainda na primeira inquirição, o desembargador Cruz e Silva questiona Silva Alvarenga sobre o teor da “conversação agradável” que ele mantinha em sua casa com seus amigos e ex-membros da Sociedade Literária. Logicamente, dentro da estratégia de defesa que lhe cabia, o poeta procura despistar classificando as prosas como desprovidas de uma matéria certa, destacando que “só se dava preferência à jovial.”⁵⁸⁴ A prática de não tocarem em “objetos de religião ou sobre o atual estado político da Europa” nestas conversas é classificada como normal por Silva Alvarenga, ancorando-se numa argumentação de difícil sustentação: o fato de já estarem habituados a não discutirem sobre os dois objetos desde o funcionamento da Sociedade conforme determinava um de seus artigos.⁵⁸⁵

Na segunda ocasião em que é chamado a depor, Silva Alvarenga foi, como fazia parte da prática da inquirição nestes casos, interrogado a respeito dos discursos, comportamentos e práticas a ele atribuídas pelas testemunhas. Confrontando as reações negativas do professor régio com as declarações proferidas pelas testemunhas que indiciavam seus discursos e práticas erradas em locais públicos e particulares, o desembargador sentenciava que o poeta desejava ocultar a verdade em torno de seus atos verbais a respeito da situação política vigente na Europa e sobre a religião.⁵⁸⁶ Silva Alvarenga inicia sua refutação com um argumento retórico de humildade, observando que “o demasiado silêncio” que ele conservava nos lugares públicos sobre estes assuntos fazia com que várias pessoas o classificassem como “homem de fraca

⁵⁸⁴ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 196.

⁵⁸⁵ *Ibidem*.

⁵⁸⁶ *Ibidem*, p. 198.

compreensão.”⁵⁸⁷ Em seguida, o professor de retórica lança mão de um estratagema para aproximá-lo o máximo possível da imagem de um fervoroso homem de fé, ao alegar que se seria possível dizer que ele peca ao falar sobre religião, seria “em observar algumas práticas que não são da essência da religião, e que muitos reputam por desnecessárias e supérfluas.”⁵⁸⁸ Talvez o professor estivesse fazendo referência aos reparos que ele teria feito aos religiosos do Rio de Janeiro que difamavam as aulas régias e que, em seu ponto de vista, não compreendiam a enorme serventia que o estudo da retórica teria para a formação de um sacerdote. Já a respeito de política, Silva Alvarenga lança mão de sua obra poética como comprovação de sua boa intenção no que toca o poder real, dizendo que sobre ela:

“os seus papéis mostram qual seja o seu ânimo, pois que neles se acharão elogios não só aos Vice-Reis deste Estado, mas aos nossos clementíssimos soberanos, nos quais respira o amor dos príncipes, da pátria e da nação.”⁵⁸⁹

A recorrência aos seus papéis, ou seja, às suas composições, é significativa pois colocava o desembargador Cruz e Silva diante da produção poética do acusado, a qual havia eminentemente se relacionado até então com a afirmação do poder da Coroa e o fortalecimento de suas instituições. Cruz e Silva presenciara em 1774 a publicação de *O Desertor*, poema herói-cômico de Silva Alvarenga que o teria aproximado do círculo pombalino. O desembargador Cruz e Silva havia participado juntamente com Silva Alvarenga das festividades em torno da inauguração da estátua equestre a D. José I e ambos escreveram composições poéticas em homenagem a D. José I por ocasião da inauguração do monumento, assim como o também haviam feito Basílio da Gama e Alvarenga Peixoto.⁵⁹⁰ Além destas demonstrações de fidelidade à Coroa portuguesa, Silva Alvarenga também compôs a canção *Apotheosis Poética ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei e capitão general de mar e terra no Brasil*, oferecida em 10 de outubro de 1785. Escrita três anos após o

⁵⁸⁷ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 198.

⁵⁸⁸ *Ibidem*, p. 198-199.

⁵⁸⁹ *Ibidem*, p. 199.

⁵⁹⁰ Teophilo Braga. *História da litteratura portugueza – A Arcádia Lusitana*. Porto: Livraria Chardron, 1899, p. 593-594.

poeta mineiro ser nomeado professor régio de retórica pelo vice-rei e no ano anterior ao da fundação da Sociedade Literária do Rio de Janeiro pelo mesmo protegida, a composição destaca a ligação de Luís de Vasconcelos e Sousa com a ciência, haja vista o esmero que dispensava ao seu gabinete privado rico em coleções de plantas e pássaros e o seu empenho em coletar e enviar espécies naturais para a Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos e para o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda.⁵⁹¹ Em sua canção, Silva Alvarenga celebra o vice-rei e seu pendor pelas artes que trazem prosperidade: “Os justos prêmios de êmula Virtude/ Da vossa mão excitam /Ao nobre, ao generoso, ao fraco e rude; / As artes venturosas ressuscitem; / E achando em Vós um ínclito Mecenas, / Nada invejem de Roma, nem de Atenas.”⁵⁹²

Com já aqui explicitado anteriormente, D. Maria I também foi celebrada pelo poeta mineiro em sessão da Sociedade Literária através da cantata por ele recitada *O Bosque da Arcádia*. Nela, aparece presente o louvor à figura da rainha acompanhada de uma referência ainda mais elogiosa a D. José I.

A rememoração de D. José I como o monarca de um período definitivo para o Império português deixa à mostra a filiação pombalina de Silva Alvarenga, a qual era partilhada também por Cruz e Silva. É intrigante pensar que cerca de trinta anos antes de estar diante de Silva Alvarenga e inquirindo-o a respeito de manifestações contrárias a práticas de membros da Igreja católica, Cruz e Silva escreveu *O Hyssope*, poema herói-cômico escrito enquanto o autor residiu na pacata cidade alentejana de Elvas. A matéria da composição poética constituiu-se numa contenda ocorrida por volta do ano de 1768 entre o bispo de Elvas, D. Lourenço de Lencastre e o deão José Carlos de Lara. Mostrar o ridículo da rixa travada entre os dois, iniciada pelo gesto do deão de não oferecer ao bispo o aspersório – o hyssope – prática que ele costumeiramente cumpria, mesmo quando D. Lourenço entrava na Sé por uma porta lateral. O desfavor deu início a uma troca de farpas tremenda entre os dois religiosos, tudo devidamente presenciado por boa parte da população da cidade. Cruz e Silva, em reuniões na casa de Francisco José da Silva Falcato, aproveitou o episódio para divertir-se com seus amigos,

⁵⁹¹ João Carlos Pires Brigola. *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.391.

⁵⁹² Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *Apotheosis poetica – Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Luís de Vasconcelos e Sousa Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Brasil – oferecida no dia 10 de outubro de 1785*. In: *Obras poéticas - Silva Alvarenga*. Introdução, organização e fixação do texto de Fernando Morato, São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 7.

em tertúlias nas quais teria começado a escrever o poema.⁵⁹³ Nele, o poeta procura de forma satírica pintar a vaidade de D. Lourenço e do deão José Carlos de Lara, além de pôr em relevo com irrisão e zombaria o regalo e a distância da realidade que marcaria a vida de muitos religiosos. *O Hyssope* foi publicado somente em 1802 em Londres, 3 anos após a morte de Cruz e Silva e teve oito edições até 1879.⁵⁹⁴

No entanto, o poema correu Portugal através de cópias manuscritas por todo o último quartel do século XVIII e início do século XIX.⁵⁹⁵ Apesar de não se saber com certeza se foi publicada em edital a proibição do poema quando veio à lume a primeira edição do poema, a Intendência Geral de Polícia em 18 de abril de 1803 enviou ofício a D. Rodrigo de Souza Coutinho informando estar aguardando ordem régia para poder tornar público através de edital a proibição de *O Hyssope*, na qual determinaria para aqueles que possuísem exemplar da obra e não o entregassem “no termo peremptório de trinta dias” a pena de 10 anos de degredo.⁵⁹⁶

As trajetórias do acusado e de seu inquiridor possuíram pontos de contato significativos e também momentos de distanciamento ou mesmo de flagrante oposição, como ocorre no episódio da prisão dos letrados do Rio de Janeiro em 1794.

Ao fim de sua segunda inquirição, Silva Alvarenga seria perguntado por Cruz e Silva a respeito do teor dos livros encontrados sob sua posse. E, mais uma vez, o poeta negou ter obras que “contivessem princípios e lançassem as sementes de uma liberdade ilimitada, ou atacassem a autoridade e poder dos monarcas.”⁵⁹⁷ Seu interesse pelas gazetas estaria restrito à “parte em que publicavam alguns despachos e edições de alguns livros”, um comportamento um tanto improvável para um homem de letras como Silva Alvarenga.⁵⁹⁸

⁵⁹³ Hernani Cidade. *Lições de cultura e literatura portuguesas*. vol. 2. Coimbra: Coimbra Editora, 1948, p. 268.

⁵⁹⁴ José Ramos Coelho. “Prólogo”. In: Antonio Diniz da Cruz e Silva. *O Hyssope*. Edição crítica, disposta e anotada por José Ramos Coelho. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1879, p.77 e Ivan Teixeira. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica – Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 346.

⁵⁹⁵ Cf. José Ramos Coelho, *Op. Cit.*, p. 74-76.

⁵⁹⁶ Ofício da Intendência Geral de Polícia de Lisboa para D. Rodrigo de Souza Coutinho, Lisboa, 18 de abril de 1803 transcrito em *Historia da Litteratura Portuguesa – a Arcádia Lusitana*. Porto, Lello & Irmãos, 1899, p. 580.

⁵⁹⁷ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 199.

⁵⁹⁸ *Ibidem*.

Há que se destacar no terceiro depoimento de Silva Alvarenga alguns posicionamentos seus diante de indagações feitas por Cruz e Silva. Munido dos testemunhos coletados, o desembargador confere o conhecimento e o parecer do poeta sobre alguns homens com quem, segundo as testemunhas, ele travou contato. O poeta confirma conhecer todos os mencionados pelo desembargador – o médico Vicente Gomes, o professor de primeiras letras Manoel Ferreira, o professor de gramática latina João Manso, Francisco Coelho Solano, o rábula José Bernardo da Silveira Frade e João Pedro. Sobre este último, no entanto, o professor de retórica declarou não pode dizer nada a respeito de seu caráter, “por não ter tido trato com ele” e que era único dos supracitados que não freqüentava sua casa.⁵⁹⁹ Como já foi dito aqui, um homem de nome João Pedro aparece em testemunhos como o de Manoel Pereira Landim como partícipe de conversas em lugares públicos com Silva Alvarenga nas quais teriam sido tecidos comentários favoráveis às vitórias dos franceses e contra os clérigos. No entanto, a leitura dos autos fornece apenas a informação, dada por Manoel Pereira Landim, que João Pedro era “natural da Colônia” e que ouvira dizer que freqüentava a botica do Amarante juntamente com seu irmão José Jacinto.⁶⁰⁰ Cumpre lembrar que aparece citado na denúncia do rábula José Bernardo da Silveira Frade um homem chamado José Jacinto, o qual exerceria o ofício de escrevente do cível. No entanto, em momento algum os autos da devassa fornecem o sobrenome de João Pedro ou qualquer pista maior sobre seu irmão José Jacinto. O fato de João Pedro não ter sido chamado para depor causava-nos estranheza. O mistério em torno de sua trajetória foi solucionado através da leitura do documento localizado por David Higgs no fundo da Inquisição de Lisboa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que se configura num sumário feito contra o boticário José Luís Mendes, 56ª testemunha a depor na investigação a respeito dos letrados presos em 1794. O processo visava apurar a denúncia feita em dezembro de 1794 pelo sapateiro Manuel de Jesus, tio de José Luís Mendes, de que seu sobrinho mantinha em seu estabelecimento práticas e conversações contra o papa, os santos e alguns ritos da Igreja. Dentre os indivíduos relacionados por Manuel de Jesus como freqüentadores das conversas cheias de “blasfêmias contra a Nossa Santa Fé Católica”, aparece um “José Jacinto de Sá, cuja habitação ignora, porém

⁵⁹⁹ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 200.

⁶⁰⁰ *Ibidem*, p. 94.

sabe que vive de escrever ao escrivão do cível”, e também um “João Pedro, e não João Lourenço, irmão do dito José Jacinto, (...) natural da Colônia, estudante, e ignora a habitação, o qual diz ele, depoente, que carece de uma grande reforma.”⁶⁰¹ A décima testemunha do sumário inquisitorial, José Martiniano de Oliveira, declarou saber que “o dito João Pedro é libertino desabusado e tratara a Nossa Santa Religião de bagatela, não porque ele, testemunha, ouvisse ao dito falar coisa alguma contra a nossa religião, mas sim por ser voz muito constante por esta cidade de ter o dito grande desenvoltura no seu falar publicamente.”⁶⁰² O parecer do comissário do Santo Ofício José Gomes, encarregado de presidir a diligência e interrogar as testemunhas, confeccionou o seguinte parecer sobre o delatado João Pedro.

“João Pedro, e não João Lourenço, irmão do delat[ad]o supra, José Jacinto Sá, além do que depuseram as testemunhas a seu respeito, dizem ser de gênio adoidado, loquaz, libertino, de vida vagabunda e estragada, e que nas palestras da botica e em outros públicos lugares proferia depravadas proposições contra a Santa Religião e Leis da Igreja, porque se falou algum tanto nesta diligência, talvez por revelação de algumas testemunhas, o que em muitas é costume, dizem que o dito se retirara para um engenho fora da cidade, a fim de se pôr em esquecimento, tendo antes denunciado se por carta a um dos comissários, por evitar mais castigo.”⁶⁰³

Considerando o comportamento atribuído a João Pedro em locais públicos e particulares por testemunhas, é compreensível a insistência de Silva Alvarenga em procurar deixar clara a ausência de um contato mais próximo com o estudante. Infelizmente, não logramos encontrar registros que nos pudessem indicar quem teriam sido os professores de João Pedro, permanecendo assim a dúvida se a “grande desenvoltura no seu falar publicamente” estaria relacionada a eventuais lições recebidas pelo mestre de retórica.

A posse de livros que contivessem “abomináveis princípios” volta ao rol das acusações feitas pelo desembargador a Silva Alvarenga. Cruz e Silva vaticina haver “toda a certeza de que ele, respondente, não só tinha e usava de alguns dos referidos

⁶⁰¹ “Proposições, 1796. Libertinagens. Sumário contra José Luís Mendes, boticário, morador da cidade do Rio de Janeiro, e outros”, transcrito em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 162(412), jul.set.2001, p. 277.

⁶⁰² *Ibidem*, p. 303-304.

⁶⁰³ *Ibidem*, p. 340.

livros, compostos unicamente para derramar a semente que abortou a sobredita revolução acontecida na França, mas que até os adotara, escrevera e publicara em alguns dos seus papéis.”⁶⁰⁴ Mais uma vez, a posse de tais livros é refutada pelo poeta, bem como a de ter ele disseminado nos escritos de sua lavra as referidas idéias. A intenção de Cruz e Silva de acusar o poeta mineiro de ter propagado em seus escritos ideais da “sobredita revolução acontecida na França” esconde um procedimento que parece estar planejado pelo desembargador.

Na ocasião seguinte em que Silva Alvarenga é inquirido, em 31 de julho de 1795, é apresentado a ele o referido papel apreendido entre os seus bens seqüestrados que traz sete apontamentos para os estatutos de uma Sociedade Literária, já comentado neste capítulo. Mais adiante, na inquirição de 26 de agosto do mesmo ano, Silva Alvarenga é instado a falar sobre dois livros que haviam sido encontrados entre seus bens seqüestrados: o livro do Abade Mably, *Des droits et des devoirs du citoyen* e dois tomos da *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des europeens dans les deux indes*, do Abade Raynal. As justificativas dadas pelo poeta para a posse “inocente” dos dois títulos são, no mínimo, criativas. Admitindo não poder negar o ter e possuir o livro de Mably, Silva Alvarenga desconversa sobre seu conhecimento a respeito de seu conteúdo, manifestando tê-lo comprado junto “a outros livros latinos a um marinheiro” e que pela leitura do título, “não julgara que podia conter doutrinas opostas aos governos monárquicos.”⁶⁰⁵ Quanto aos dois tomos do livro de Raynal, Silva Alvarenga manifesta terem sido emprestados por Mariano José Pereira da Fonseca e que, assim como ocorrera com o livro de Mably, não julgava que eles pudessem trazer em suas páginas “doutrinas erradas.”⁶⁰⁶ Para encerrar sua argumentação artilosa que tinha como fim último esquivar-se das perguntas, o professor

⁶⁰⁴ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, p. 202.

⁶⁰⁵ *Ibidem*, p. 221.

⁶⁰⁶ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 221. A prática do empréstimo de livros é uma dado que deve ser considerado pelos estudos de história do livro e da leitura por ser um fenômeno bastante antigo e que complexifica a constatação nem sempre lembrada de que “o livro lido nem sempre é um livro possuído”, como aponta Roger Chartier. O historiador observa que na França o costume do empréstimo de obras entre amigos e parentes intensificou-se em fins do século XVII. Com efeito, um cenário difícil de ser acompanhado pelos estudiosos se abre na medida em que “toda uma parcela da circulação do livro escapa, portanto, ao mercado e ao seu corolário: a posse particular.” Roger Chartier. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Edunesp, 2004, p. 198.

de retórica manifesta não ter lido nenhuma das obras, uma vez que estaria “reservando sua lição para o tempo das férias.”⁶⁰⁷

Apesar do esforço de Silva Alvarenga para evadir-se da intenção de Cruz e Silva de desnudar indícios de “abomináveis princípios” em seus escritos, o desembargador obstinadamente lança mão de outro artifício para cumprir seu intento. É apresentado ao poeta um escrito encontrado entre seus bens examinados, o qual teria sido composto por um de seus alunos, José Antônio de Almeida. Num momento que denota um exercício destacado de eloquência, o desembargador busca provar que a oração escrita pelo aluno possuía grandes semelhanças com as “doutrinas erradas” do livro do abade Mably e insinua que Silva Alvarenga pudesse ter auxiliado o jovem aluno na elaboração de seu escrito. O poeta mineiro esquivava-se, alegando que não corrigira a oração de seu aluno e José Antonio de Almeida, por seu turno, defende-se recorrendo ao âmago dos exercícios de uma aula de retórica, que era o de aperfeiçoar a arte da eloquência com a finalidade de provar uma determinada tese, ainda que pessoalmente não se concordasse efetivamente com ela. A tentativa de atribuir a Silva Alvarenga uma atitude que se configuraria num indício de sedição, por incitar um jovem pupilo seu a requerer a sua liberdade política, constituiu-se em mais uma etapa da construção de uma atmosfera de medo na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos do século XVIII.

As insatisfações que se manifestaram dentre os homens envolvidos no episódio da prisão dos letrados do Rio de Janeiro de 1794 mostram-se múltiplas em suas feições. A considerável firmeza de Silva Alvarenga em suas respostas – descrevendo a missão civilizadora que teria a Sociedade Literária do Rio de Janeiro – sugere que para ele, bem como certamente para outros homens de letras que faziam parte da agremiação, o espaço da academia funcionava como um “oásis” no rarefeito ambiente intelectual da cidade do Rio de Janeiro em comparação à experiência cosmopolita européia que alguns deles tiveram a oportunidade de vivenciar. Os desgostos cultivados por eles diante da impossibilidade de desenvolver os conhecimentos aprendidos em Portugal e em outras nações européias somavam-se às queixas dos extratos inferiores da sociedade: de marceneiros, sapateiros e de demais oficiais mecânicos que, na grande maioria das vezes, viam-se prejudicados por verem suas economias serem sorvidas pelos altos impostos a serem pagos.

⁶⁰⁷ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 221.

A fala queixosa atribuída por Manoel Pereira Landim ao marceneiro João da Silva Antunes, um dos 11 homens que foram presos em 1794, é sintomática desta situação de contrariedade dos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Landim, o marceneiro “dizia que os reis eram como os tesoureiros dos ausentes, pois assim como estes cuidavam só em ver se morria alguma pessoa para tomarem posse de seus bens.”⁶⁰⁸ Já preso, questionado se sabia qual teria sido a causa de sua prisão, o marceneiro acaba assumindo que talvez fosse “por ele falar a respeito das desordens da Europa.”⁶⁰⁹ Em seu depoimento na devassa, o marceneiro defendera-se dizendo que “não falava mal de potência alguma” e que na verdade, sempre afirmara “que a nossa soberana era uma princesa muito justa”, chegando ele à conclusão que “a causa de sua prisão, presumira, era por falar.”⁶¹⁰ Ao ser novamente chamado a depor para a ratificação de suas primeiras respostas, o marceneiro esquivava-se das acusações de ter proferido em lugares públicos palavras contra o poder do rei e discursos favoráveis à França, pontuando que não haveria pessoa alguma capaz de afirmar tê-lo visto fazendo semelhantes discursos e que “nem ele, respondente, era capaz de o fazer, por não ser homem de letras.”⁶¹¹ A sugestão indicada pelo marceneiro a respeito da habilidade especial dos homens de letras não se constitui somente numa estratégia evasiva da sua parte, mas também indicia acerca da imagem que eles poderiam desfrutar aos olhos da sociedade: a de indivíduos capazes de ousarem em seus pensamentos e ações.

No entanto, há que se atentar que as formas através das quais as notícias podiam correr não estavam, de forma alguma, circunscritas à leitura individual e silenciosa. Luiz Carlos Villalta nota que “a leitura oral (...) circunscrevia-se aos locais privados e semipúblicos. Em residências, lojas e boticas, alguns dos envolvidos nestas tertúlias políticas, acusados ou não de inconfidência, liam oralmente jornais – o *Mercúrio* francês e *Correio de Londres* –, enquanto outros ouviam, e todos então, discutiam as novas e tomavam partido, às vezes acaloradamente.”⁶¹² Nos autos da

⁶⁰⁸ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 92.

⁶⁰⁹ *Ibidem*, p. 286.

⁶¹⁰ *Ibidem*.

⁶¹¹ *Ibidem*, p. 288.

⁶¹² Luiz Carlos Villalta. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: *História da vida privada no Brasil – cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 382.

devassa fluminense, temos um destes episódios descrito pelo meirinho do eclesiástico José Teixeira que, em seu testemunho, afirma ter presenciado em várias ocasiões na botica de José Luís Mendes, a entrada do bacharel Mariano José Pereira da Fonseca, “o qual trazia o correio da Europa e aí o lia, mostrando uma grande satisfação dos progressos que os franceses faziam, louvando-os de grandes homens e de grandes guerreiros.”⁶¹³ Em oportunidades como esta, além dos próprios bate-papos onde impressões sobre os acontecimentos políticos eram ventiladas, determinados assuntos já adquiriam força necessária para constituírem “voz pública.”⁶¹⁴

Descontentamentos de professores, advogados, comerciantes e de homens que exerciam ofícios mecânicos confluíam-se nestes momentos e ensejavam campo para a formação de identidades coletivas. O pertencimento ao conjunto dos territórios americanos subordinados a Portugal não devia fazer parte do sentimento da totalidade dos naturais da América portuguesa. Nos autos da devassa, flagra-se uma única passagem onde se verifica a expressão “brasileiros”, atribuída a Mariano José Pereira da Fonseca para explicar o motivo que o frei Raimundo Penaforte da Anunciação havia acusado membros da Sociedade Literária de discursarem contra a Coroa portuguesa e contra os frades. Para Mariano, a atitude do frade vinha do fato de ele ser “inimigo dos brasileiros”, postura que se comprovava por constar que o franciscano havia alertado o Conde de Resende que “se não receasse dos franceses, mas sim dos filhos do Brasil.”⁶¹⁵ É possível que a utilização dos termos “brasileiros” e “filhos do Brasil” tenha surgido da boca daqueles que conduziam a inquirição. No entanto, o testemunho de Mariano indica que não só ele fora enquadrado como “filho do Brasil”, como também ele próprio concebia sua identidade política como tal. O que chama a atenção na atitude de Mariano de recorrer ao antagonismo entre o frade e os “brasileiros” é que ela se verifica num contexto no qual o bacharel procura mostrar a fidelidade dos “filhos do Brasil”. O motivo alegado por Mariano para o conflito seria o fato de os frades serem “acérrimos defensores das opiniões ultramontanas e do poder do

⁶¹³ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 123.

⁶¹⁴ Cf. Donald Ramos. “‘A voz popular’ e a cultura popular no Brasil do século XVIII”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva. *Cultura portuguesa na terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 137-154. Carlos Guilherme Mota destaca a importância da oralidade na América portuguesa em fins do século XVIII, período em que “o dizer assume imensa importância.” Carlos Guilherme Mota. *Atitudes de inovação no Brasil – 1789-1801*. Lisboa: Livros Horizonte, 1960, p. 52.

⁶¹⁵ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 236.

Papa sobre os reis no temporal”, enquanto “os mesmos brasileiros eram de diversa opinião.”⁶¹⁶ Habilmente, o bacharel, com a finalidade de não deixar dúvidas a respeito da fidelidade à monarquia por parte dos filhos do Brasil, põe em jogo uma postura que os favorece na querela com os frades, tentando desfazer a identificação dos “filhos do Brasil” como a verdadeira ameaça existente.

Outra circunstância interessante compõe o depoimento do bacharel, mais especificamente no momento em que nomeia os “brasileiros” aos quais se refere. Além dele próprio, o bacharel elenca o “médico Jacinto, o professor de Grego e outros.”⁶¹⁷ A inclusão do professor de Grego João Marques Pinto no rol dos brasileiros chamaria a atenção de Cruz e Silva, que destaca o fato de o mestre régio “não ser filho do Brasil.”⁶¹⁸ Conforme seu depoimento na devassa, João Marques Pinto era natural de Topéas, comarca de Coimbra. Verificava-se, assim, a gestação de sentimentos identitários múltiplos, na medida em que um indivíduo natural do Reino, após radicar-se na América portuguesa e estreitar laços com naturais da colônia, compartilhando idéias e atitudes dentro da mesma condição colonial, passava a ser visto como um “brasileiro”.

619

Uma atitude de insatisfação de âmbito local também pode ser encontrada nas falas dos “inconfidentes” de 1794, se considerarmos válido o depoimento creditado por Jacinto Martins Pamplona Corte Real ao boticário Luís José da Silva, o qual teria afirmado a respeito da origem das prisões de Silva Alvarenga, João Marques Pinto, Jacinto José da Silva e Mariano José Pereira da Fonseca “se dizia ser por dizerem publicamente os ditos presos, que os maus governos se deviam sacudir e repelir, e que nesta ocasião se viesse a esta cidade uma armada francesa e arrasasse esta terra, que não era injustiça alguma, pelo mau governo dela.”⁶²⁰ No entanto, juntamente a esta concepção local, subsistia a percepção da importância da cidade do Rio de Janeiro, presente na representação escrita por Silva Alvarenga e por João Marques Pinto em

⁶¹⁶ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 241.

⁶¹⁷ *Ibidem*.

⁶¹⁸ *Ibidem*.

⁶¹⁹ Cf. Istvan Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional)” in Carlos Guilherme Mota (org.). In: *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000, p. 136-137.

⁶²⁰ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 104.

1793, na qual eles, dentre outras reivindicações, requerem aumentos em seus ordenados a fim de que possam “passar com a decência devida ao autorizado lugar que ocupamos nesta cidade, a Corte da América portuguesa.”⁶²¹

Silva Alvarenga e seu amigo João Marques Pinto tinham em comum não somente a atividade do ensino no Rio de Janeiro, como também haviam sido contemporâneos em Coimbra, ambos na Faculdade de Cânones.⁶²² Certamente, as vivências acadêmicas guardaram evidentes semelhanças, as quais devem ter sido longamente rememoradas ao se reencontrarem no Rio de Janeiro. Parece plausível propor, no entanto, que a experiência de Silva Alvarenga na instituição coimbrã tenha sido sensivelmente diferente da vivida por João Marques Pinto. Stuart Schwartz chega a apontar a existência de um ambiente de questionamento às capacidades dos brasileiros que vinham estudar em Coimbra desde fins do século XVII.⁶²³ A cor da pele seria outro aspecto que haveria de dotar de grande particularidade a passagem do jovem estudante mineiro pela universidade conimbricense e deve ter proporcionado a ele situações reais de discriminação.⁶²⁴ A formação ilustrada nos moldes do pombalismo concederia ao poeta o ânimo de servir a sua pátria maior, independentemente de onde estivesse no espaço do Império português. Ao retornar para a América portuguesa, um cenário com novas possibilidades de ação se abria, ao mesmo tempo em que uma leitura das Luzes apreendidas em Coimbra era reelaborada, sob nova perspectiva. À leitura dos teóricos portugueses das Luzes, novas leituras se somariam, se contraporiam e se degladiariam, algumas delas adquirindo contornos revolucionários, visto que feitas “*em situação colonial*.”⁶²⁵ Segundo Francisco Falcon, os letrados coloniais, ainda que com atraso,

⁶²¹ “Carta do professor de Grego, João Marques Pinto, e do professor de Retórica, Manoel Inácio da Silva Alvarenga, à rainha D. Maria I, lembrando a lei de 1772 que restaurou no reino e nas colônias as escolas de Retórica, Filosofia e Língua Grega; relatando a escassez de alunos no Rio de Janeiro, a rivalidade entre ensino religioso e leigo; a campanha de difamação feita pelos eclesiásticos contra os professores e dos estudos de Humanidades”, Rio de Janeiro, 28 de março de 1793. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 147, doc. 11365.

⁶²² Segundo Donald Higgs, João Marques Pinto aparece matriculado em Cânones na Universidade de Coimbra no ano letivo 1768-1769. Donald Higgs. “O Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e a Luciferina Assembléia” do Rio de Janeiro na década de 1790”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 162 (412) 239-384, jul/set, 2001, p. 244.

⁶²³ Stuart B. Schwartz. “A formação de uma identidade colonial no Brasil”. In: *Da América portuguesa ao Brasil*. Lisboa: Difel, 2003, p. 251.

⁶²⁴ Segundo Stuart Schwartz, a presença de homens de origem mestiça nas instituições portuguesas de educação superior era rarefeita e, neste âmbito, “a discriminação era efetiva.” Cf. *Ibidem*, p. 250.

⁶²⁵ Fernando Antonio Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 7ª edição. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 169.

leram textos das Luzes além-Pirineus que miravam com criticidade os elementos constituintes de uma visão de mundo tradicional ancorada na autoridade dos “antigos”, o que favoreceria o surgimento de tomadas de consciência acerca das “diferenças e sujeições inerentes à existência colonial.”⁶²⁶

A leitura dos autos da devassa fluminense indica a constituição de um espectro rico de contestações de membros de diferentes extratos da sociedade que, de maneiras díspares, manifestaram seus desconfortos em relação ao poder real e aos seus representantes locais na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos do século XVIII. Em que pese a não caracterização de um plano de sedição, nem tampouco a formação de um pensamento articulado de ruptura com o domínio colonial português, a movimentação dos letrados do Rio de Janeiro de 1794, assim como o movimento mineiro de 1789 e o baiano de 1798, deixou rastros inquestionáveis nos corações e mentes metropolitanos.

⁶²⁶ Francisco José Calazans Falcon. “Da Ilustração à Revolução – percurso ao longo do espaço-tempo setecentista”. *Acervo*, vol. 4, nº 1, jan/jul, 1989, p. 83.

Cap. 5. Os caminhos difíceis e as leituras: possíveis intersecções

Em carta de D. Rodrigo de Souza Coutinho escrita em 28 de setembro de 1798 ao Conde de Resende na qual o secretário responde várias cartas do vice-rei que haviam sido dirigidas ao príncipe, o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, o secretário expõe o parecer real sobre a soltura dos presos da Inconfidência de 1794, informando que:

“igualmente aprovou a mesma Senhora a liberdade que Vossa Excelência deu a Mariano José Pereira da Fonseca, e aos outros seus companheiros; mas a mesma senhora Ordena, que se este Réus caírem outra vez em alguma recidiva, Vossa Excelência mande então proceder ao mais rigoroso exame da sua conduta, e os remeta presos para Lisboa para serem castigados, participando-lhes Vossa Excelência isto mesmo desde já para que estejam prevenidos, e emendem os seus procedimentos.”⁶²⁷

Desta maneira, deixando expressa a preocupação com o possível retorno daquelas inquietações, a rainha concedia seu parecer final a respeito do destino dos presos. A iniciativa da soltura dos presos partiria de Lisboa. Em carta de 21 de julho de 1797, o Conde de Resende respondeu à missiva assinada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na qual havia sido requerido ao vice-rei que tomasse decisão definitiva sobre “a longa prisão.”⁶²⁸ A rainha forçava o vice-rei a dar celeridade ao processo, intimando-o a demonstrar a culpa dos presos e enviá-los juntamente com o processo para Lisboa ou que, “achando, como era de esperar, que eles estavam suficientemente castigados com a prisão, os mandasse pôr em sua liberdade.”⁶²⁹ Diante de tais opções, a fim de fornecer ao caso um desfecho ajustado à importância da questão, requereu a Antonio Diniz da Cruz e Silva um parecer acerca do rumo a tomar.

Em seu papel, Cruz e Silva demonstra estar atento e consoante com a preferência demonstrada pela rainha pela libertação dos presos. No entanto, dentro do

⁶²⁷ “Carta de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. José Luís de Castro, 28 de setembro de 1798.” *Arquivo Histórico Ultramarino*, Conselho Ultramarino, Registo de ofícios, instruções e cartas régias para o vice-rei do Estado do Brasil e outras autoridades das capitanias deste Estado e Domínios Ultramarinos (1798-1800), cód. 574, fl. 44.

⁶²⁸ Documentos relativos à prisão de M. I da Silva Alvarenga, Mariano J. Pereira da Fonseca e outros, por ordem do Conde de Resende in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: vol. 28, 1865, p. 161.

⁶²⁹ *Ibidem*.

cargo que lhe coubera durante a devassa, presidindo todo o processo de inquirição, ele enumerou as cautelas que deveriam ser tomadas em relação aos diferentes envolvidos. O chanceler da Relação manifesta-se favorável a que “Manuel Inácio professor de retórica, médico Jacinto, e Mariano José” sejam libertados, “sem maior hesitação.”⁶³⁰ Pondera o desembargador que a prova mais substancial a incriminar os réus havia sido a denúncia de José Bernardo da Silveira Frade, por ele sustentada em acareações, “ainda que com alguma modificação”, além de ser possível tirar algumas “presunções e argumentos” dos “juramentos de algumas testemunhas.”⁶³¹ “Alguma tal ou qual, contrariedade, e inverossimilhança” marcaram as respostas de alguns réus, “especialmente nas do mencionado professor de retórica.”⁶³² Paira no parecer de Cruz e Silva uma preocupação particular com Silva Alvarenga. Dentre as incongruências identificadas por ele no depoimento do poeta, ele daria destaque em seu parecer à negativa do poeta em relação à leitura do livro de Mably, *Direitos do cidadão*, encontrado sob sua posse. Sintomaticamente, para expor o perigo que poderia haver nos comportamentos dos homens cuja libertação era da “vontade de sua Majestade tão significativamente declarada”, o desembargador cuidaria de demonstrar à rainha o poder perturbador que os livros – no caso, a obra de Mably – poderia adquirir naquela conjuntura.⁶³³

O medo por parte das autoridades metropolitanas em relação à instabilidade interna dos ânimos dos habitantes coloniais continuaria nos últimos instantes dos setecentos e entraria pelo século seguinte. Em 2 de julho de 1799, D. Rodrigo de Sousa Coutinho recomendaria expressamente ao Conde de Resende que vigiasse “muito escrupulosamente sobre a conduta de todos os empregados nessa Capitania e que vendo em qualquer deles, por grande que seja o seu merecimento, indícios de se achar contaminado de princípios Jacobínicos, e revoltosos dê logo conta” a Lisboa.⁶³⁴ O aviso de D. Rodrigo ainda prescrevia ao vice-rei descrição na

⁶³⁰ “Documentos relativos à prisão de M. I da Silva Alvarenga, Mariano J. Pereira da Fonseca e outros, por ordem do Conde de Rezende in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: vol. 28, 1865, p. 157.

⁶³¹ *Ibidem*, p. 158.

⁶³² *Ibidem*.

⁶³³ *Ibidem*, p. 160.

⁶³⁴ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Secretaria de Estado do Brasil, Correspondência da Corte com o vice-reinado, códice 67, vol. 24, fl. 120.

comunicação ao monarca a respeito de tais ameaças, mantendo um “tal segredo que ninguém nem levemente o suspeite, podendo ficar seguro que estas Informações secretas subirão somente a Real Presença, e jamais aparecerão à Luz do dia.”⁶³⁵

Ainda no ano de 1799, em 4 de outubro, o príncipe regente remete ao Conde de Resende “a Representação inclusa dos Professores dessa cidade João Marques Pinto, e Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, em que expõem os motivos da decadência dos estudos.”⁶³⁶ D. Rodrigo referia-se a um ofício de 4 de maio de 1799 de autoria de João Marques Pinto, no qual o professor de grego agradeceria a interferência do secretário de Estado para promoção de sua soltura e pedia também que fosse dada a devida atenção para as reclamações que ele redigira com Silva Alvarenga a respeito da situação do ensino régio na cidade do Rio de Janeiro.⁶³⁷

Na carta dirigida ao Conde de Resende, o príncipe preceitua que o vice-rei “procure auxiliar, e propagar o gosto do estudo do Latim, Grego e Belas Letras”, ponderando, no entanto, que uma postura vigilante fosse tomada em relação aos professores, não só para garantir que os mesmos estejam cumprindo “com os deveres do seu cargo, mas também que não disseminem máximas perigosas, e que os que forem Réus de tão Enormes crimes sejam logo castigados com todo o rigor das Leis, depois de um regular, e legal processo.”⁶³⁸ É visível que as ações nas quais aqueles homens estiveram envolvidos, apesar de terem recebido a clemência da rainha em 1797, ainda pairavam no ar e levariam o príncipe regente a recomendar cautela e preocupação com seus passos. Estas amostras do precioso grau de atenção das autoridades metropolitanas em relação a focos de insatisfações internas na colônia sugerem uma realidade diferente

⁶³⁵ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Secretaria de Estado do Brasil, Correspondência da Corte com o vice-reinado, códice 67, vol. 24, fl.120

⁶³⁶ *Ibidem*, fl. 272.

⁶³⁷ “Ofício do professor régio de Língua Grega, João Marques Pinto, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho], agradecendo a sua interferência para que ele fosse posto em liberdade depois de ter estado mais de dois anos preso, em virtude de injustiças e calúnias feitas e ditas contra ele; solicitando atenção à representação que fez com o professor de Retórica, em que pediam providências para a melhoria dos estudos de Humanidades; sobre a necessidade de receberem os ditos professores uma graça ou um hábito que os distinga. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1799.” *Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Rio de Janeiro*, cx. 171, doc. 12656.

⁶³⁸ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Secretaria de Estado do Brasil, Correspondência da Corte com o vice-reinado, códice 67, vol. 24, fl. 272.

daquela indicada por Valentim Alexandre em seu livro *Os sentidos do Império*.⁶³⁹ Para o historiador português, o perigo externo de uma ameaça francesa era muito mais efetivo do que o receio de sublevações internas, não procedendo, portanto, “o alegado temor das autoridades metropolitanas face à penetração dos princípios liberais na colônia e à situação criada pelas ‘inconfidências’.”⁶⁴⁰

Tal esmaecimento do papel das Inconfidências na construção dos receios da Coroa não parece se verificar e o exemplo do movimento fluminense de 1794 mostra-se favorável a apontarmos para uma direção oposta à defendida por Valentim Alexandre. Vejamos por exemplo o posicionamento da Coroa em relação ao pedido feito por Silva Alvarenga e por João Marques Pinto para receberem os ordenados do período no qual estiveram presos.

Num primeiro momento, o pedido partiu do professor de Grego que, dirigiu-se à Junta da Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro a fim de requerer à repartição “os seus honorários dos anos de 1795, 96, 97, até o 18 de julho”, data que havia sido libertado juntamente com os demais presos. Diante da negativa do órgão em proceder a remuneração, o professor de Grego, juntamente com Silva Alvarenga, encaminhariam o pedido à Sua Majestade. No requerimento, eles rememoram o período no qual foram encarcerados e expõem a injustiça na qual teriam sido envolvidos, afirmando “ter aparecido em toda a sua luz a inocência dos suplicantes e a de seus companheiros legal e juridicamente, por meio de todas aquelas exatas e rigorosas indagações, o dito vice-rei Conde de Resende por paixão particular que tinha contra os suplicantes, os conservou ainda sepultados nas mesmas horrorosas prisões com o mais cruel e duro tratamento.”⁶⁴¹

O vice-rei D. Fernando José de Portugal, em ofício de 14 de janeiro de 1804 dirigido ao príncipe regente, informa que ambos os suplicantes haviam requerido à Junta da Administração da Fazenda do Rio de Janeiro o pagamento de seus honorários do tempo em que “inocentemente sofreram nas horríveis masmorras, que arruinando-lhes a saúde para sempre, lhes tiraram muitos anos de vida.”⁶⁴² Os mestres justificavam

⁶³⁹ Valentim Alexandre. “Política colonial e ‘Inconfidências’” in *Os sentidos do Império – Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 77-89.

⁶⁴⁰ *Ibidem*, p. 83.

⁶⁴¹ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Secretaria de Estado do Brasil, Cartas régias, provisões, alvarás e avisos, Códice 952, vol. 46, sem paginação.

⁶⁴² *Ibidem*, fl. 67.

o recebimento de seus pagamentos observando que assim se praticava com militares e professores régios que haviam sido presos injustamente. A partir da análise dos documentos que tiveram a disposição, o Conselho Ultramarino em 28 de julho de 1804, emitiu parecer favorável ao pedido dos suplicantes, tecendo, no entanto, observações restritivas em relação ao comportamento deles.

“sendo a probidade dos costumes o principal e mais distinto caráter de seus empregos, além da erudição e doutrina que neles deve resplandecer, a disseminação de princípios errados ou contrários à ordem estabelecida, seja ela qual for, é a mais conseqüente, e tanto mais temível quanto é superior a autoridade dos Mestres para com os discípulos, e quanto estes recebem facilmente as impressões do que ouvem sem outra combinação.

Os suplicantes estão deferidos, e se há que ampliar neste assunto é recomendá-los à vigilância do Vice-rei e do Reverendo Bispo sobre a sua conduta e Magistério para que se não avancem teses revolucionárias, ou de qualquer modo escandalosas contra o respeito, fidelidade e temor que os vassallos devem ao seu Legítimo Soberano.”⁶⁴³

O parecer do Conselho Ultramarino indicava que, apesar dos motivos apresentados pelos mestres régios apontarem a justiça no recebimento de seus ordenados, as autoridades coloniais deveriam manter olhos atentos sobre suas condutas. A carta do rei que daria resolução final ao caso teve um tom ainda mais severo do que o sugerido pelo Conselho Ultramarino, decidindo por:

“não deferir aos suplicantes com o pagamento que requeriam dos seus honorários vencido no tempo das suas prisões, e sem exercício das suas Cadeiras: E Outrossim, Recomendar-vos toda vigilância sobre a conduta, e Magistério dos mesmos suplicantes, para que se não avancem Teses Revolucionárias, ou de qualquer modo escandalosas contra o Respeito, fidelidade, e amor que os Vassallos devem ao seu Legítimo Soberano.”⁶⁴⁴

A ocorrência de embates como o que Silva Alvarenga e João Marques Pinto travaram com a finalidade de obter o pagamento de seus honorários geravam

⁶⁴³ “Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João, sobre o requerimento dos professores régios da capitania do Rio de Janeiro, João Marques Pinto e Manoel Inácio da Silva Alvarenga, solicitando o pagamento dos seus ordenados do tempo em que estiveram presos por causa de uma denúncia de crime de Estado feita por José Bernardo da Silveira Frade. Lisboa, 28 de julho de 1804.” *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 220, doc. 15147.

⁶⁴⁴ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Secretaria de Estado do Brasil, Cartas régias, provisões, alvarás e avisos, Códice 952, vol. 46, fl. 105.

situações nos quais os vassalos ultramarinos viam-se diante de um tratamento diferente do dispensado aos habitantes do Reino. Afinal de contas, haviam pleiteado receber seus ordenados “como se pratica com os Militares e Professores Régios deste Reino pagando-se a uns, quando se mostram livres de algum crime os seus soldos, como se tivessem efetivamente servido, e a outros os seus honorários quando tornam a entrar no exercício dos seus magistérios, de que tenham sido suspensos por causa de doença, prisão ou acusação injusta, pois que os suplicantes não são menos dignos dos mesmos benefícios, por se ocuparem utilmente como aqueles no serviço de Vossa Alteza Real, sem a mínima diferença.”⁶⁴⁵ A recusa real em conceder a mercê que usualmente seria dada poderia ser recebida como uma amostra de que a diferença de importância entre eles e os professores deste Reino estavam longe de serem mínimas. Episódios como este ajudavam a forjar a consciência de alteridade que nestes homens de letras de fins do período colonial se plasmava de forma múltipla e dinâmica.

Sendo solto juntamente com os demais presos por vontade de D. Maria I expressa em carta régia de 1 de fevereiro de 1797 dirigida ao Conde de Resende, Silva Alvarenga retomaria suas atividades profissionais como professor régio na cidade do Rio de Janeiro. Sua primeira composição após o cárcere seria, na verdade, a reescrita de uma canção escrita pelo menos 17 anos antes. A canção *A tempestade*, que seria publicada posteriormente n’*O Patriota*, em 1813 e que traz em seu início a indicação de ter sido escrita em 1797, mais precisamente no dia do aniversário da rainha, em 17 de dezembro, constitui-se numa nova versão anterior do poema. Um manuscrito na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra traz uma versão do poema, com data de 1780 e com a dedicatória a Basílio da Gama. Na folha de rosto da versão manuscrita lê-se *A Tempestade – Canção de Alcindo Palmireno Árcade Ultramarino a Alcindo Palmireno Arcade Romano*.⁶⁴⁶ Já a versão presente n’*O Patriota* a referência do poema é outra: *A Tempestade – Canção no dia dos anos da Fidelíssima RAINHA Nossa Senhora*, em 17 de dezembro de 1797. A tempestade versificada no poema seria vivida pelo próprio autor.

⁶⁴⁵“Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João, sobre o requerimento dos professores régios da capitania do Rio de Janeiro, João Marques Pinto e Manoel Inácio da Silva Alvarenga, solicitando o pagamento dos seus ordenados do tempo em que estiveram presos por causa de uma denúncia de crime de Estado feita por José Bernardo da Silveira Frade. Lisboa, 28 de julho de 1804.” *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 220, doc. 15147.

⁶⁴⁶ *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, ms. n° 406, fl. 1r-4r.

“Fraco batel em tormentosos mares
Vou sem vela, sem leme e sem piloto;
O turbulento Noto
Revolve as ondas e as eleva aos ares;
E Bóreas, que em tufões subir costuma,
Borrifa os astros co’a salgada espuma.”⁶⁴⁷

As versões possuem diferenças sensíveis de estilo, como bem aponta Francisco Topa mas, o que nos interessa aqui destacar é a supressão da referência à Basílio da Gama presente na versão manuscrita e a manutenção na versão impressa dos elogios a D. Maria I, que permanece sendo a figura central do poema.⁶⁴⁸

“Ergue benigna a Mão, Rainha Augusta,
a poderosa Mão, a quem adora
E teme o Ocaso, a Aurora,
Os frios Pólos e a Região adusta;
Ampara o novo Gênio Americano,
Que sobe a par do Grego e do Romano.”⁶⁴⁹

Desta maneira, depreende-se que Silva Alvarenga possa ter reescrito sua composição por ocasião do aniversário da rainha em 17 de dezembro de 1797 com vistas a agradecê-la por sua intercessão pela soltura dos presos, a qual havia ocorrido poucos meses antes, em julho daquele ano. Desta maneira, a tempestade à qual faz referência a canção não seria o longo período de cárcere recém vivido pelo poeta, como já fora dito. A reescrita do poema concebido em 1780 pode ter se vista como um artifício circunstancial do poeta para colocar aos olhos vistos sua fidelidade à monarquia.

Após deixar o cárcere, Silva Alvarenga retomaria ambas as atividades por ele exercidas: a advocacia e a de ensino. No que diz respeito à primeira, ingressaria num nível superior, tornando-se advogado da Relação do Rio de Janeiro.⁶⁵⁰

⁶⁴⁷ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “A Tempestade – Canção nos dias dos anos da Fidelíssima RAINHA Nossa Senhora, em 17 de dezembro de 1797” in *O Patriota*, 2ª série, no 3, setembro de 1813, p.52.

⁶⁴⁸ Francisco Topa. *Para uma edição crítica da obra do arcade brasileiro Silva Alvarenga – inventário sistemático dos seus textos e publicação de novas versões, dispersos e inéditos*. Porto: Edição do Autor, 1998, p. 96.

⁶⁴⁹ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. “A Tempestade – Canção nos dias dos anos da Fidelíssima RAINHA Nossa Senhora, em 17 de dezembro de 1797” in *Op. cit.*, p. 53.

⁶⁵⁰ Almanaque Histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1799. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. tomo XXI, p. 111.

Não deixando de poder atuar nos juízos inferiores, Silva Alvarenga pôde a partir de então atuar junto à Relação, trabalhando nos casos que até ela chegavam.⁶⁵¹ Pertencendo a esta categoria, o advogado adquiriria um status diferenciado que, certamente, deve ter concedido-lhe ainda maior notoriedade na capitania do Rio de Janeiro e majorado a procura por seus serviços advocatícios.⁶⁵² Através de pesquisa na vasta documentação dos Ofícios de Notas do Rio de Janeiro, é possível verificar que Silva Alvarenga continuou trabalhando em ações nos juízos inferiores até bem perto de seu falecimento, em 1813.⁶⁵³

Sua atividade literária também continuou ativa. *Glaura: poemas eróticos*, sua composição mais célebre após sua libertação, estabelece-se como uma incursão do poeta por um gênero ainda não explorado por ele a fundo.

O poema é aberto por uma epígrafe de Ovídio: “Dos poemas procuro tirar o esquecimento das coisas: Se isso eu conseguir pelo estudo, me basta”, seguida de outra de Anacreonte: “Adeus, ó Heróis; que enfim/ Nas Cordas da Doce Lira/ Só respira o terno Amor.” A referência a Anacreonte é digna de destaque, ao vermos que o nome do poeta dá título ao primeiro rondó que compõe *Glaura*. Joaquim Norberto de Sousa e Silva, na edição obra poética de Silva Alvarenga por ele organizada, comenta que o poeta mineiro havia realizado “uma primorosa tradução das poesias de Anacreonte, que

⁶⁵¹ Arno Wehling. *Direito e justiça no Brasil colonial – o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 205.

⁶⁵² A documentação referente ao Tribunal da Relação do Rio de Janeiro presente no Arquivo Nacional não possibilita acompanhar as ações dos advogados. Tratam-se de 6 livros intitulados “Distribuição das apelações e agravos ordinários”, os quais compreendem os anos de 1763 e 1833 e pertencem ao Fundo Poder Judiciário. Nestes livros, aparecem as distribuições dos processos até os desembargadores. *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Fundo Poder Judiciário, Distribuição das apelações e agravos ordinários, livro 47 (1763-1805), livro 48 (1763-1806), livro 49 (1763-1807), livro 50 (1763-1809), livro 51 (1763-1833), livro 52 (1813-1833).

⁶⁵³ Em pesquisa no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em alguns dos livros dos Ofícios de Notas do Rio de Janeiro, que reúne documentação de grande amplitude, encontramos dois registros da atividade de Manuel Inácio da Silva Alvarenga em ações judiciais. Em 28 de agosto de 1804, João José de Abreu, morador de Cantagalo, “onde vive de lavouras”, nomeou seus procuradores na cidade do Rio de Janeiro “João Clemente Serafim dos Anjos, os Doutores Luiz Alvarez de Azevedo e Manoel Ignacio da Silva Alvarenga.” *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, 1º Ofício de Notas, Série Livros de notas, livro 191 (1799-1804), fl. 168. Em 11 de setembro de 1813, Manuel Antunes nomeou como seus procuradores na cidade do Rio de Janeiro “Antonio José Machado, ao Doutor Manoel Ignacio da Silva Alvarenga e ao Sobredito Joam Vellozo Carneiro [?], concedendo a eles “todos os seus poderes necessários em Direito para que em seu nome como [?] presente possam tratar de todos os termos e pendências da causa crime que ele outorgante quer propor a Manuel Antonio da Silva. *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, 1º Ofício de Notas, Série Livros de Notas, livro 209 (1813-1815), fl. 10. Infelizmente, a documentação não fornece maiores informações a respeito da atuação dos advogados nos casos.

o cônego Januário da Cunha Barbosa teve por vezes em sua mão.”⁶⁵⁴ Ainda que não se saiba ao certo se tal informação procede, o que nos importa aqui é que para a abertura de sua obra lírica, Silva Alvarenga dispôs de dois autores latinos que eram fonte de influência para grande parte dos poetas do bucolismo arcádico, além de serem autores de obras defesas no Império português, devido principalmente ao erotismo que continham, ainda que bastante mitigado.⁶⁵⁵

A melancolia é a marca do poema, no qual não se tem uma descrição física da musa. Os sentimentos de incompletude espraíam-se pela composição. O pastor traveste-se em beija-flor, num dos rondós mais eróticos do poema. Na verdade, o erotismo surge no poema em momentos nos quais o desejo é uma realidade proibida: “*Beija-Flor fui amoroso,/ E ditoso já me viste;/ Hoje é triste e desgraçado/ O sonhado Beija-Flor./ Mal toquei, ó Glaura bela/ (De prazer eu me confundo)/ Nesse cravo rubicundo,/ Que ama e zela o mesmo Amor.*”⁶⁵⁶ A não realização do desejo, uma constante do poema, concede espaço para a melancolia, aspecto que, segundo Antonio Candido, denota um acentuado sentimentalismo que corresponderia à cor local da poesia de Silva Alvarenga, mais do que a profusão de descrições de lugares e animais da paisagem americana presentes no poema.⁶⁵⁷ No mesmo rondó “O Beija-Flor”, sente-se a exacerbação das emoções e a tristeza como sina inescapável do pastor enamorado e travestido em pássaro: “*Ir contigo só desejo;/ És cruel... cruel me agradas/ Choro as penas arrancadas,/ E em mim vejo o teu Pastor./ Ah! que eu morro de saudade,/ E te dizem meus gemidos,/ Que os prazeres são fingidos,/ E é verdade a minha dor.*”⁶⁵⁸ Fábio Lucas, ao analisar o poema, observa que a linguagem nele empregada possui

⁶⁵⁴ Joaquim Norberto de Sousa e Silva. *Obras poéticas de Manoel Ignacio da Silva Alvarenga (Alcindo Palmireno) collegidas, anotadas e precedidas do juízo crítico dos escriptores nacionaes e estrangeiros e de uma noticia sobre o auctor e suas obras e acompanhadas de documentos históricos*. Tomo I, Rio de Janeiro: Livraria B. L. Garnier, 1864, p. 4.

⁶⁵⁵ As *Odes Anacreônticas* saíram numa edição em língua francesa, em 1712, a qual foi suprimida. Já a *Ars Amandi* (Arte de amar), de Ovídio era título cuja leitura era permitida aos que tinham licença de leitura. Cf. *Catalogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória athé o presente para servir no expediente da Caza da Revizão (1768-1814)* in Maria Adelaide Salvador Marques. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: 1963, p. 177-178.

⁶⁵⁶ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *Glaura: poemas eróticos*. organização de Fábio Lucas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 61.

⁶⁵⁷ Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos, 1750-1880*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007, p. 149.

⁶⁵⁸ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *Glaura: poemas eróticos*. *Op. Cit.*, p. 63.

traços de diferenciação significativos em relação à língua portuguesa castiça. O crítico literário visualiza que o estilo lingüístico de Silva Alvarenga em *Glaura*, em passagens onde posiciona o pronome oblíquo antes do verbo, denota a insurgência de uma linguagem que anuncia formas de expressão diferentes das empregadas pelos portugueses.⁶⁵⁹ Além de americanizar a língua, o poeta visivelmente desfila os elementos naturais de sua terra - o cajueiro, jasmineiro, mangueira, jambo - além da inclusão dos recantos mais propícios para os suspiros do pastor – a Gávea, a praia e o mar. A valorização de um estilo de vida ligado à natureza, lugar comum do bucolismo arcádico, é colocada de forma límpida no poema, mais especificamente no rondó “O prazer”: “Sobre o feno recostado,/ Descansado afino a lira, Que respira com ternura/ Na doçura do prazer./ Amo a simples natureza:/ Busquem outros a vaidade/ Nos tumultos da cidade,/ Na riqueza e no poder.”⁶⁶⁰ Ainda que o prazer de Silva Alvarenga pudesse estar ligado ao campo, o ambiente urbano foi o espaço em que viveu. E foi neste espaço, repleto de desafios e de realidades a reformar, que o poeta formou a sua vasta e variada livraria, a qual será abordada daqui por diante neste capítulo.

5.2. A livraria como um estado d’alma

O estudo de uma biblioteca deve levar em conta uma série de aspectos ao analisarmos a sua composição e tecermos reflexões a respeito dos efeitos das possíveis leituras nas ações de seu dono. Os usos que podem ser feitos de um mesmo título podem ser diversos entre os seus possuidores. Ao identificar as possibilidades em jogo na análise de inventários em cidades francesas no período entre 1660 e 1780, Roger Chartier afirma ser uma tarefa de difícil resolução a compreensão do papel que os livros podem ter adquirido nas vidas de seus proprietários.⁶⁶¹ A dificuldade inicia-se pela incerteza de se saber, através do inventário, quais obras foram adquiridas, quais o inventariado recebera de herança pessoal e quais faziam parte de seu cotidiano de trabalho.⁶⁶² Robert Darnton chama a atenção daqueles que se enveredam nos ramos da

⁶⁵⁹ Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *Glaura: poemas eróticos*. organização de Fábio Lucas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.201, Cf. nota ao poema de autoria do organizador.

⁶⁶⁰ *Ibidem*, p. 121.

⁶⁶¹ Roger Chartier. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Edunesp, 2004, p. 175.

⁶⁶² *Ibidem*.

história da leitura para um aviso de inegável relevância: a aventura extrema que se constitui a tentativa dos pesquisadores de compreender como as leituras eram feitas no passado.⁶⁶³ No exercício que se tenciona aqui realizar ao nos debruçarmos sobre o acervo de livros de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, a idéia de analisá-la como “um estado d’alma”, conforme ventilado por Daniel Roche, é a que nos parece mais segura e sedutora.⁶⁶⁴

Rubens Borba de Moraes, em sua análise a respeito da livraria de Silva Alvarenga, classifica-a como a mais relevante da América portuguesa, reunindo “1576 volumes mais ou menos.”⁶⁶⁵ Das obras descritas na lista, logramos identificar com segurança 295 títulos, como pode ser visto na tabela anexa a este trabalho. Este número de títulos, logicamente, exclui tanto aqueles para os quais não foi possível identificar autor ou título algum, como também os casos em que a descrição possibilita uma gama demasiadamente ampla de possibilidades.

Sem sombra de dúvidas, a composição da livraria de Silva Alvarenga possui raízes que se mostram mais evidentes do que outras, como as que podem ser relacionadas à sua formação na Universidade de Coimbra, à sua atividade de ensino, ao seu trabalho como advogado e aos seus afazeres na Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Além das motivações mais imediatas, outros ânimos podem ser encontrados no acervo pessoal do poeta. Pondo em tela os diferentes motores que alavancaram a constituição da livraria, pode-se reconstituir o universo mental de leituras que estavam a disposição do poeta e que podem, como desafiou Daniel Roche, sugerir um “estado d’alma”.

As obras que seriam consideradas indispensáveis para um professor de retórica estão presentes no acervo de Silva Alvarenga. A presença de livros de retórica recomendados pelas instruções régias de 1759 mostra a consonância do acervo com as propostas pedagógicas da reforma do ensino iniciada naquele ano. Na lista, aparecem três títulos de Quintiliano, dos quais é possível asseverar que um deles é o *Institutionum*

⁶⁶³ Robert Darnton. “A leitura rosseauista e um leitor comum no século XVIII” in Roger Chartier(org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 143.

⁶⁶⁴ Daniel Roche. *Les républicains de lettres. Gens de culture et lumières au 18 siècle*. Paris : Fayard, 1988, p. 47.

⁶⁶⁵ Rubens Borba de Moraes. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*, 2ª edição. Brasília: Briquet de Lemos, 2006, p. 37.

rhetoricarum, obra que seria editada em Portugal pela primeira vez em 1781.⁶⁶⁶ Além de Quintiliano, dentre os retóricos recomendados pelas instruções régias constam também Cícero e Vossius. De Cícero, estão arrolados uma *Opera Omnia* e os três volumes de suas *Orações principaes*.⁶⁶⁷ Já do holandês Gerardus Joannes Vossius, figura sua *Elementa rhetorica, oratoriis ejusdem partitionibus accommodata inque usum scholarum Hollandie et West-Frisiae denuo edita*, publicada primeira vez em Leiden, em 1626. Heinnecius também está presente na livraria com seu *Fundamenta Stili Cultioris*, título indicado pela reforma de 1759 para uso dos mestres de retórica na tarefa de explicar aos alunos a arte da elocução.⁶⁶⁸ Cabe ainda mencionar a tradução francesa do principal livro do retórico escocês Hugh Blair intitulada *Leçons de rhétorique et de belles-lettres*, um manual que adquiriu ampla aceitação no Brasil no século XIX.⁶⁶⁹ Não se encontram no acervo nem a *Retórica* de Aristóteles, nem sua *Arte Poética*. No entanto, é possível afirmar que o professor deve ter tomado contato com elas de outras maneiras, por exemplares emprestados e também por meio de compêndios posteriores aos de Aristóteles, cujos comentários sobre elas seriam percursos obrigatórios.

As obras poéticas de Virgílio, que segundo as Instruções Régias de 1759 teriam grande utilidade no ensino da eloquência, faziam parte também da livraria. Silva Alvarenga possuía um exemplar de uma tradução portuguesa das *Geórgicas* de Virgílio, bem como uma tradução francesa de sua obra mais famosa, *Eneida*.⁶⁷⁰ O nome de

⁶⁶⁶ Marcus Fabius Quintiliano. *Institutionum rhetoricarum libri tres ex M. Fab. Quintiliani... accommodatti a Petro Josepho A Fonseca*. Olisipone: Typ. Régia, 1781.

⁶⁶⁷ No processo de identificação dos títulos da lista, a indicação “Cicireone opera omnia 9 v.” abre duas possibilidades: *M. Tulli Ciceronis opera omnia ab Alexandro Minutiano in lucem edita. Cum Ciceronis vita a Plutarcho scripta et in latinum versa a Leonardo Aretino*, Mediolani: fratres Le Signerre pro A. Minutiano, 1498-1499 e *M. Tullii Ciceronis opera omnia quae exstant a Dionysio Lambino, ... emendata. Ejusdem D. Lambini annotationes, seu emendationum rationes*. Paris: in aedibus Rovillii, 1565-1566. Já o outro título de Cícero presente no acervo é *Orações principaes*. Trad. e notas pelo Padre Antonio Joaquim, Lisboa: Regia Off. Typ., 1779-1780.

⁶⁶⁸ Instruções para os Professores de Gramática Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar por El Rey Nosso Senhor para uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus domínios. in Antônio Alberto Banha de Andrade *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978, p. 180.

⁶⁶⁹ A referência completa da obra é *Leçons de rhétorique et de belles-lettres, par le docteur Hugh Blair, traduit de l'anglais par M. Cantwell*, Paris: Gide, 1797. A respeito da presença influente que o manual de Hugh Blair exerceu no Brasil durante o século XIX, ver Eduardo Vieira Martins. *A fonte subterrânea – José de Alencar e a retórica oitocentista*. Londrina: Eduel, São Paulo: Edusp, 2005.

⁶⁷⁰ Refiro-me às seguintes edições de obras de Virgílio: *Tradução livre ou imitação das Georgicas de Virgilio, em verso solto, e outras mais composições poéticas, trad. por Antonio José Ozorio de Pina*

Virgílio aparece nos autos da devassa fluminense em curiosa circunstância. Em depoimento na devassa, o denunciante José Bernardo da Silveira Frade afirma ter presenciado Silva Alvarenga e outros conversando sobre uma idéia ventilada pelo professor de retórica, de irem todos morar numa “república de animais nas cabeceiras ou sertão do Rio de Tageaí, dizendo o dito Manoel Inácio que havia levar os quatro evangelistas, quais eram Homero, Virgílio, Horácio, e mais outro.”⁶⁷¹

Além de Virgílio, outros títulos de autores clássicos antigos estão presentes como as tragédias de Sófocles, também em tradução francesa.⁶⁷² A literatura grega moderna também está bem representada no acervo por meio de uma coleção de 12 volumes intitulada *Bibliothèque des romans grecs*, que reúne os textos gregos de maior expressão publicados desde o Renascimento.⁶⁷³

Tão influente sobre os árcades, escritores italianos como Torquato Tasso, Ludovico Ariosto e Giovanni Guarini aparecem no acervo de livros do poeta mineiro. Do primeiro, temos sua obra mais famosa, *Jerusalém libertada*, em duas edições diferentes: uma em italiano e uma tradução francesa.⁶⁷⁴ Os textos poéticos e em prosa de Ludovico Ariosto aparecem numa edição de seis volumes de toda a sua obra.⁶⁷⁵ Cabe lugar de destaque dentre os escritores italianos presentes no acervo do poeta mineiro o poeta Giovanni Battisti Guarini com sua obra principal *Il pastor fido, tragicomedia pastorale*, publicada pela primeira vez em 1590 e que exerceu destacada influência

Leitão., Lisboa: Typ Nunesiana, 1794 e *L'Enéide traduite par Jacques Delille*. Paris: Giguet et Michaud, 1804.

⁶⁷¹ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 251.

⁶⁷² A primeira edição em francês intitula-se *Tragédie des Sophocle, traduit par M. Dupuis*. Paris: C. J. B. Bauche, 1761.

⁶⁷³ Os 12 volumes da *Bibliothèque des romans grecs* foram publicados em 1797, em Paris. Sobre a importância da coleção, ver Angus Martins. “Les textes narratifs” in Peter-Eckhard Knabe, Roland Mortier, François Moreau (edit.). *L'aube de la modernité : 1680-1760*. Amsterdam e Philadelphia, J. Benjamins, 2002, p. 137.

⁶⁷⁴ Na lista de livros, aparece a inscrição “La Jeruzalem Liberat: de Si.r Tasso, 2 vols.”, sugerindo tratar-se de uma edição em italiano. A primeira edição do livro data de 1581 e saiu com o título *Gierusalemme Liberata, poema heroico del signor Torquato Tasso*, tendo sido publicada em Ferrara. Em outra inscrição na lista, têm-se “Jerusalém delivree par Le Brun, 2 vols.”. A edição em francesa seria a traduzida por Charles-François Le Brun e intitulada-se *Jérusalem delivrée*, publicada em Paris, em 1774.

⁶⁷⁵ Na inscrição da lista de livros de Silva Alvarenga, lê-se “Opera de Ludovico Arioste, 6 vols.”. Identificamos como a edição mais antiga de *Opere in versi e in prosa di Lodovico Ariosto* uma publicada em Veneza, em 1741.

sobre o bucolismo dos árcades lusitanos e americanos.⁶⁷⁶ O livro de Guarini recebeu análise extremamente negativa por parte da censura lusa, sendo colocada no rol das que mereciam a supressão, ou seja, nos casos em que exemplares da obra fossem localizados, os mesmos seriam apreendidos.⁶⁷⁷

Como bem observou Rubens Borba de Moraes, a presença da literatura francesa suplanta consideravelmente a de autores clássicos gregos e latinos. Encontram-se os principais escritores franceses dos séculos XVII e XVIII. Molière aparece com 8 volumes de uma edição de suas *Oeuvres*.⁶⁷⁸ Constam também 2 volumes obras morais do duque de La Rochefoucauld.⁶⁷⁹

Alain René Le Sage, autor do polêmico *Le diable boiteux*, aparece nas estantes do poeta mineiro com seu *Histoire de Gil Blas de Santillane*, obra-mestra do autor que influenciaria enormemente a literatura européia, por suas perspicazes sátiras dos costumes.⁶⁸⁰ No romance picaresco com tom profundamente moralizante, são narradas as aventuras de Gil Blas, errante personagem que muda constantemente de emprego e que não economiza adjetivos na observação crítica a respeito das pessoas para quais trabalha, sejam elas burguesas ou nobres.⁶⁸¹ Outra importante obra francesa com forte tom satírico na livreria do poeta é *Histoire de Cleveland*, do abade Antoine François Prévost. Cleveland, principal personagem do livro, seria um suposto filho

⁶⁷⁶ A primeira edição de *Il pastor fido* saiu em Ferrara, em 1590.

⁶⁷⁷ Cf. Catálogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até o presente para servir no expediente da Caza da Revizão (1768-1814) in Maria Adelaide Salvador Marques. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: 1963, p. 155. Cumpre observar que a referida obra de Giovanni Guarini chegou a ser traduzida para o português por Tomé Joaquim Gonzaga, primo de Tomás Antônio Gonzaga e publicada em 1789. No entanto, após ter obtido licença para impressão, os exemplares foram confiscados através de Alvará de 14 de dezembro de 1789, após José Seabra da Silva ter expressado seu espanto com o fato de os censores terem autorizado a impressão da tradução de uma obra que havia sido proibida em sua versão original. Cf. Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, p. 179-180.

⁶⁷⁸ Na lista de livros do poeta, aparece a inscrição “Oeuvres de Moliere – colection eterotype – 8 vols”. A referência completa desta edição é *Oeuvres. Édition stéréotype*. Paris: Imp. P. Didot l’ainé, 1798, 8 vols.

⁶⁷⁹ Segundo a descrição da lista de livros, Silva Alvarenga possuía “Ouevres Morales de La Rochefoucault – 2 vols.” A primeira edição da obra é de 1797 e tem o título *Oeuvres Morales de François Duc de La Rochefoucault. Suives d’observations et d’un supplément, destiné à servir de correctif à ses maximes, par Agricola de Fortia*.

⁶⁸⁰ Joseph Bédier e Paul Hazard (ed.). *Histoire de la littérature française illustrée*. Paris: Librairie Larousse, 1924, t. 2, p. 59.

⁶⁸¹ A obra-mestra de Le Sage foi traduzida para o português por Bocage. Cf. Manuel Maria Barbosa du Bocage. *Historia de Gil Braz de Santillana*. Lisboa: Officina Simmão Thadeo Ferreira e Régia Officina Typ, 1797.

bastardo de Oliver Cromwell. A censura lusitana somente autorizaria o acesso à obra para aqueles que tivessem licença de leitura.⁶⁸²

Boileau, autor que seria um modelo de arte poética para Silva Alvarenga conforme seu discurso que antecede *O Desertor*, compõe livreria de Silva Alvarenga com um volume de suas sátiras.⁶⁸³ Há também no acervo um exemplar das populares fábulas de Jean La Fontaine.⁶⁸⁴ Do dramaturgo Pierre Corneille, o poeta mineiro possuía uma coleção de 12 volumes de sua obra teatral.⁶⁸⁵ Os 7 volumes das obras de Claude Crébillon fils presentes na livreria devem ser os da edição de 1777, cuja leitura só era permitida aos que possuíam licença de leitura.⁶⁸⁶ Sete títulos de Crébillon foram suprimidos pela Real Mesa Censória, dentre eles sua obra mais famosa *Le sophá*, de 1740, na qual são relatadas com detalhes as experiências amorosas de homens e mulheres do ponto de vista de um sofá.

Publicado pela primeira vez em 1750, as *Lettres de Ninon de Lenclos ao marquis de Sevigné* também estão presentes na livreria de Silva Alvarenga.⁶⁸⁷ Cortesã parisiense, Anne Ninon de Lenclos nasceu em 1615 e estabeleceu-se na França como patrona das artes durante a segunda metade do século XVII, promovendo em Paris um ativo salão literário por onde passaram Molière, Racine, Boileau e outros. Os comportamentos sexuais libertinos da cortesã, fatos publicamente conhecidos em Paris naquele período, aparecem nas cartas de forma bastante escandalosa para a moral cristã

⁶⁸² Cf. Catálogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até o presente para servir no expediente da Caza da Revizão (1768-1814) in Maria Adelaide Salvador Marques. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: 1963., p. 156.

⁶⁸³ A primeira edição das sátiras de Boileau por nós encontrada foi *Satires du Sieur D****. Paris: C. Barbin, 1666.

⁶⁸⁴ O texto mais famoso de La Fontaine aparece na lista assim indicado: “Fables de lafontaine. 1 vol”. A mais antiga edição do título é *Fables choisies*. Paris: C. Barbin, 1668. La Fontaine teve sua obra *Contes e nouvelles*, publicada pela primeira vez em 1664, suprimida por edital da Real Mesa Censória de 24 de setembro de 1770. Cf. Catálogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até o presente para servir no expediente da Caza da Revizão (1768-1814) in Maria Adelaide Salvador Marques. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Op. cit., p. 151.

⁶⁸⁵ Aparecem descritos na lista da seguinte forma os volumes de Corneille: “Theatro de Pedro Cornelio – 12 vols.” A primeira edição do título foi *Lê Théâtre de Pierre Corneille*, publicada em 5 volumes em Paris, em 1664.

⁶⁸⁶ A lista de livros do poeta mineiro assim discrimina os volumes do renomado contista francês: “Oeuvres de Crabillon – le felis – 7 vols.” Trata-se assim da edição intitulada *Collection Complete des Oeuvres de Crébillon, fils*. Londres, 1777, 7 volumes.

⁶⁸⁷ A lista de livros indica a posse de “Letres de Ninnon de Lenclos – 2 vols.” A primeira edição do título é *Lettres de Ninon de Lenclos au marquis de Sevigné*. Amsterdam: chez François Joly, 1750.

francesa do período. Em Portugal, o livro foi suprimido pela Real Mesa Censória em 24 de janeiro de 1782.⁶⁸⁸

Outro livro francês escrito em forma epistolar que deixava alerta os espíritos dos censores portugueses é *Lettres d'un Péruvienne*, de Françoise Graffigny. A personagem principal do romance é uma jovem da nobreza inca que se apaixona por um príncipe, Aza, para o qual ela escreve enamoradas cartas contando as passagens difíceis de sua vida. Após ser capturada pelos espanhóis, a jovem acaba sendo salva por franceses, que acabam levando-a para a França, terra pela qual ela acaba se apaixonando, tecendo grandes elogios para a civilidade dos franceses. Após saber que estava sendo traído por Aza, a jovem peruana decide ficar na França, onde acaba se apaixonando por Deterville, capitão do navio que a tirara do Peru, e vive com ele uma história de amor com final feliz. Apesar de não ter sido considerada defesa, exemplares do livro de Graffigny foram algumas vezes apreendidos em Portugal.⁶⁸⁹

François Fenélon marca presença no acervo com seu *Les aventures de Télémaque*, um dos livros de belas letras de maior sucesso na América portuguesa em fins do século XVIII.⁶⁹⁰ A poesia de Jacques Delille, afeita aos valores da natureza e da vida no campo, está bem representada com três títulos no acervo. De Delille, Silva Alvarenga possuía *La Pitié*, *Poësies fugitives* e *Les trois règnes de la nature*.⁶⁹¹

Além de possuir títulos dos principais nomes da literatura francesa dos séculos XVII e XVIII, Silva Alvarenga guardava em seu acervo obras teóricas de franceses que tratavam da literatura. Uma das mais importantes de sua livraria é, sem dúvida, o livro de Jean-François La Harpe, *Le lycée ou cours de littérature ancienne et moderne*. Além do livro de La Harpe, o livro de Dieudonné Thiébauld *Essai sur le style*, de 1774, também foi extremamente importante no cenário literário francês.⁶⁹² Charles

⁶⁸⁸ Cf. Catálogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até o presente para servir no expediente da Caza da Revizão (1768-1814) in Maria Adelaide Salvador Marques. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: 1963, p. 162.

⁶⁸⁹ Maria Adelaide Salvador Marques. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 228-229.

⁶⁹⁰ Márcia Abreu aponta que o livro de Fénélon figurou em primeiro lugar entre títulos mais requisitados à censura portuguesa que teriam como destino o Rio de Janeiro. Cf. Márcia Abreu. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras/ São Paulo: Fapesp, 2003, p. 90.

⁶⁹¹ Encontram-se na lista de livros as indicações “La Petie Poeme de – 2 jogos em brux. outro não...”, “Les Poesies fugitifs de Dellile, 1 vol.” e “Les Trois Royaumes de la Nature – Poeme de Dellile, 2 vols.”

⁶⁹² Às vésperas da tomada da Bastilha, Dieudonné Thibault era o chefe do escritório de Paris da Administração Real do Comércio de Livros. Cf. Carla Hesse. “Transformações econômicas na edição” in

Batteux, professor de retórica e de poesia grega e latina no College Royal de Paris e tradutor de Epicuro, Aristóteles e Horácio, está presente na livraria com seu *Principes de littérature*, de 1753.⁶⁹³

Há que se destacar igualmente a presença de obras importantes de história, com especial ênfase para a história da França. O abade Millot aparece com dois títulos: seus *Elemens d'histoire de France* e uma tradução portuguesa de sua *Histoire Universelle*.⁶⁹⁴ Do abade oratoriano Claude-Marie Guyon, constam *Histoire des Indes Orientales, anciennes et modernes*, publicada pela primeira vez em 1744 e *Histoire des empires et des républiques, depuis le déluge jusqu'à Jésus-Christ*, obra lançada entre os anos de 1733 e 1741 em doze partes. Na parte das obras referentes à história, chama a atenção a presença na livraria de uma tradução francesa do livro do advogado inglês Thomas Cooper *Some information respecting America*, publicado em Londres em 1794. O livro traz as impressões do advogado londrino sobre sua passagem pelos Estados Unidos. Suas páginas revelam a observação minuciosa por parte do observador a respeito de variados aspectos dos Estados Unidos : suas potencialidades naturais, seu clima, sua economia, sua constituição política e outros. No prefácio do livro, Cooper declara ter deixado a Inglaterra e partido rumo aos Estados Unidos tencionando verificar se haveria condições para ele e sua família se estabelecerem naquele país, o qual lhe pareceria à distância tão promissor. Para dar legitimidade ao seu relato, o inglês expõe sua dedicação como observador: “Eu não tive outra ocupação, durante minha permanência na América, que fazer as observações e as pesquisas sobre este objeto. Eu tornei isso meu único afazer, e, completamente satisfeito com meus resultados, deixei naquele país uma parte da minha família, e retornei a este (provavelmente pela última vez) a fim de levar o restante.”⁶⁹⁵ O regime de governo vigente na nação para a qual

Robert Darnton e Daniel Roche (orgs.). *Revolução impressa – a imprensa na França: 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 102.

⁶⁹³ Há na lista de livros do poeta a indicação “Principes de Letteratura – Battieis, 6 vols”, o que nos levou a identificar o título *Cours de belles-lettres ou Príncipe de la Littérature*, de Charles Batteux, cuja primeira edição foi publicada em Paris, em 1753, em 4 volumes.

⁶⁹⁴ As indicações na lista para estas obras são “Elemens del Histoire de Franç – 3 vols” e “Histoire Universal – Milot – 2 vols”. As referências completas delas são, respectivamente, *Historia Universal escrita em francês pelo Abbade Millot, trad. Por J.J.B.* Lisboa: Typographia Rollandiana, 1780-1789, 9 vols. e *Éléments de l'histoire de France, depuis Clovis jusqu'à Louis XV, par L'abbé Millot*. Paris : Durand neveu, 1767-1769, 3 vols.

⁶⁹⁵ Thomas Cooper. *Renseignemens sur l'Amerique traduis de l'anglois*. Paris: Maradan, 1795, p. vi. “Je n’eu pás d’autre occupation, pendant mon séjour en Amérique, que de faire des observations et des recherches sur cet objet. J’em fis mon unique affaire, et, complètement satisfait de tous mës résultats, je

decidira migrar é colocado pelo autor como provável motor de sua simpatia por aquelas terras.

“Talvez uma parte de minha predileção pela América possa ser atribuída com justiça aos meus juízos políticos favoráveis ao seu governo. Ele me parece certamente preferível a aquele que rege atualmente a Inglaterra.”⁶⁹⁶

Os comentários que Cooper tece em torno da vida nos Estados Unidos são, na grande maioria das vezes, contrapostos à realidade inglesa. O inglês observa que o governo americano era digno de elogios tanto por seus princípios, quanto por sua prática, visto que não jogava sobre os ombros dos cidadãos a tarefa de pagar altos impostos: “nós temos muito poucas taxas a pagar, e estas taxas, de uma necessidade imperiosa, são, por outro lado, fortemente moderadas.”⁶⁹⁷ O entusiasmo com as oportunidades proporcionadas pelas terras americanas é visível nas apreciações de Cooper. Além de enaltecer o clima, a propensão favorável das terras à cultura de variadas espécies vegetais úteis à alimentação e o espírito “industrioso” dos americanos, Cooper mostra-se especialmente animado com o governo político. Falando como pertencente à nação americana, Cooper é enfático ao destacar a justiça promovida pelos governantes nos Estados Unidos: “a irritação atual dos espíritos, na Grã-Bretanha, e as discordâncias sociais, produzidas pelas idéias políticas, são desconhecidas entre nós. O governo é o governo do povo e não age senão pelo povo.”⁶⁹⁸ O livro de Cooper, além de trazer tabelas mostrando os números da produção agrícola e manufatureira e os níveis das exportações, traz, ao fim, a Constituição dos Estados Unidos acompanhada de textos de George Washington e de Benjamin Franklin.

A presença dos ilustrados franceses na livraria de Silva Alvarenga é marcada por uma vistosa característica: a variedade das perspectivas dos autores

lassai dans ce pays une partie de ma famille, et suis revenu dans celui-ci (probablement pour la dernière fois) afin d'ammener le reste.”(tradução livre)

⁶⁹⁶ *Ibidem*, p. vii. “Peut-être une partie de ma prédilection pour l’Amérique pourroit-elle s’attribuer avec justice à mes préjugés politiques en faveur de son gouvernement. Il me paroit certainement préférable à celui qui régit aujourd’hui l’Angleterre.”(tradução livre)

⁶⁹⁷ *Ibidem*, p. 59-60. “nous avons très-peu de taxes a payer, etc es taxes d’une necessite absolue sont d’ailleurs fort modérées.” (tradução livre)

⁶⁹⁸ *Ibidem*, p. 60. “l’irritation actuelle des esprits, dans la Grande-Bretagne, et les discordes sociales, produits par les idées politiques, sont inconnues parmi nous. Le gouvernement est le gouvernement du peuple et n’agit que pour le peuple.”(tradução livre)

existentes no acervo. Na biblioteca, encontram-se livros de pensadores das Luzes francesas de matizes diversas como Nicolas Malebranche, Charles de Secondat Montesquieu, Bernardin de Saint-Pierre, Jean Marmontel, François Marie Arouet Voltaire, Denis Diderot, Jean D'Alembert e Louis Sébastien Mercier.

De Nicolas Malebranche, aparece seu célebre *De la recherche de la vérité*, publicado em 3 volumes entre os anos de 1674-1675.⁶⁹⁹ Malebranche seria adepto do pressuposto segundo o qual a busca pela verdade nas ciências deveria estar concentrada na compreensão de suas leis, as quais derivariam de uma necessidade divina.⁷⁰⁰ Distante de Malebranche e adepto declarado da experimentação como forma primordial de se produzir conhecimento científico está Paul-Joseph Barthez, renomado médico francês nascido em 1734 e figura próxima dos enciclopedistas. Silva Alvarenga possuía em sua biblioteca particular o principal livro de Barthez, *Nouveaux éléments de la science de l'homme* (1778), no qual o médico expõe que a filosofia natural visa compreender as causas dos fenômenos naturais até o ponto que eles poderiam ser apreendidos por meio da experiência.⁷⁰¹

Montesquieu também compunha o acervo do poeta. No entanto, a ausência na lista de livros de qualquer registro referente ao título – “Montesquieu em 12, falta o 1º”- impossibilita alcançarmos uma identificação precisa a seu respeito. Cabe destacar, dentre os escritores ilustrados franceses que fizeram sucesso no século XVIII, Bernardin de Saint-Pierre, botânico francês amigo de Rousseau e autor de *Études de la nature* (1786). Silva Alvarenga possuía numa edição de 6 volumes da obra. Saint-Pierre, nascido em 1737 em Havre, esteve nas Ilhas Maurício em 1768, como engenheiro real, experiência que ajudou a moldar o fervor pela natureza que caracterizaria suas narrativas. Seu *Études de la nature* mostra o pendor do autor para o esmaecimento do valor da razão e para a proeminência do sentimento. Para a compreensão das verdades, Saint-Pierre vislumbra a emoção ocupando função precípua.⁷⁰² A edição de 6 volumes

⁶⁹⁹ Na lista de livros do poeta, consta a inscrição “Mallebranches Recherches de la vérité – 4 vols.”

⁷⁰⁰ Pierre Chaunu. *A civilização da Europa das Luzes*, vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p. 276.

⁷⁰¹ Paul-Joseph Barthez. *Les éléments de la science de l'homme*. vol. 1, Montpellier: J. Martel aîné, 1778, p. iii. Identificamos a presença do título na livreria do poeta através da indicação “Nouveau elemens de la Science del l'home par Barthez, 2 vols.”

⁷⁰² Joseph Bédier e Paul Hazard (ed.). *Histoire de la littérature française illustrée*. Paris : Librairie Larousse, 1924, t. 2, p. 139.

presente na livraria de Silva Alvarenga traz o romance *Paul et Virginie*.⁷⁰³ O romance de Saint-Pierre narra a história apaixonada de um casal que vive em contato com a natureza, nas Ilhas Maurício, cujas paisagens são descritas pelo autor de forma exuberante e idealizadora.⁷⁰⁴

Jean François Marmontel, autor dos célebres *Contes moraux* e *Bélisaire*, está nas estantes de Silva Alvarenga bem representado. Além de uma edição em 3 volumes de *Contes moraux*, figuram 4 volumes de *Oeuvres* do autor. Nestes 4 volumes de obras de Marmontel, possivelmente estaria incluído *Bélisaire*, livro que foi suprimido pela Real Mesa Censória, acompanhando os mesmos gestos da Sagrada Congregação do Índice em Roma, a qual havia identificado no herói da narrativa, Bélisaire, apologia do tolerantismo e da religião natural.⁷⁰⁵

Na livraria do poeta, figuram 4 títulos essenciais de Voltaire. O *Dictionnaire philosophique portatif*, publicado em 1764, aparece com seus polêmicos verbetes. Em suas definições sobre “Tolerância”, o filósofo lança mão de um arsenal de exemplos para provar que, se a religião cristã se auto-denominava como a mais apta a inspirar tolerância, os episódios históricos teriam apontado para uma realidade bastante diferente, tendo em vista que os cristãos “haviam sido até ali os mais intolerantes de todos os homens.”⁷⁰⁶ No verbete “Inquisição”, a verve irônica de Voltaire evidencia-se mais forte e mais direta: “A Inquisição é, como se sabe, uma invenção admirável e absolutamente cristã destinada a tornar o papa e os monges mais poderosos e a tornar todo um reino hipócrita.”⁷⁰⁷ Há uma longa menção no verbete ao estabelecimento da Inquisição em Portugal, na qual ridiculariza a subserviência de D. João III ao papa e elabora um parecer fino e sarcástico a respeito da instituição: “De resto, conhecem-se bem todas as regras processuais deste tribunal e sabe-se como são opostas à falsa

⁷⁰³ A edição de *Études de la nature* de 6 volumes aqui referida foi lançada em Bruxelas, em 1792.

⁷⁰⁴ Através das requisições de livros submetidas à Mesa do Desembargo do Paço instalada no Rio de Janeiro, Márcia Abreu mostra que o romance de Saint-Pierre circulou bastante na América portuguesa a partir de 1808. Cf. Márcia Abreu. *Os caminhos dos livros. Op. cit.*, p. 115. O romance foi publicado em língua portuguesa pela primeira vez em 1806 com o título *Paulo e Virginia – historia fundada em factos*, pela Typografia Rollandiana.

⁷⁰⁵ Maria Teresa Esteves Payan Martins. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 2005, p. 256.

⁷⁰⁶ François-Marie Arouet Voltaire. *Dicionário filosófico*. in *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 297.

⁷⁰⁷ *Ibidem*, p. 228.

equidade e à cega razão de todos os outros tribunais do universo. É se aprisionado por simples denúncia das pessoas mais infames; um filho pode denunciar o pai, uma mulher, o marido; nunca se é acareado com os acusadores; os bens são confiscados em proveito dos juízes; é assim pelo menos que a Inquisição se tem conduzido até aos nossos dias: há aí algo de divino; pois, com efeito, é incompreensível que os homens tenham suportado pacientemente este jugo...”⁷⁰⁸ Além do *Dictionnaire*, repousava nas estantes do poeta *Le siècle de Louis XIV*, texto no qual Voltaire exalta as qualidades do rei que teria protegido as letras e as artes de forma superior a todos os outros monarcas europeus juntos. Não se furta Voltaire, no entanto, a lamentar a grande dose de intolerância religiosa que havia marcado o reinado de Luís XIV, com a revogação do Édito de Nantes e a volta da perseguição aos protestantes. No poema épico *La Henriade* (1728), a defesa da tolerância religiosa, através do enaltecimento do rei Henrique IV em virtude da proclamação do referido édito, já ocuparia lugar de destaque nos escritos de Voltaire. Além destes, o poeta também possuía 12 volumes da obra teatral de Voltaire e 4 volumes de seu *Romans et contes*.

Cabe notar a presença de uma das principais obras de Jean D’Alembert, *Mélanges de littérature, d’histoire et de philosophie* em 5 volumes. O primeiro volume da obra traz um dos textos mais importantes das luzes francesas: trata-se do “Discours préliminaire de l’Encyclopedie”, publicado inicialmente em 1751. Nele, D’Alembert procede uma extensa e minuciosa divisão das artes e das ciências e apresenta o rol de colaboradores da *Encyclopedie*. O texto de D’Alembert evidencia a crença num progresso linear. Para ele, o trabalho feito pelos enciclopedistas constituía-se num passo importante para as gerações posteriores. D’Alembert considerava que, para que o conhecimento incluído na *Encyclopédie* pudesse ser compreendido e contribuísse assim para o progresso da civilização, era preciso uma atitude obsessiva em busca da construção de um discurso científico que primasse pela objetividade, aspecto que viabilizaria a compreensão e, por consequência, a difusão do saber. Nas palavras de D’Alembert, o trabalho na *Encyclopédie* pautou-se pela preceptiva de dar “a cada matéria o espaço adequado, insistir no essencial, omitir as minúcias e, evitar um erro muito comum, que é o de se demorar sobre o que não necessita mais que uma palavra,

⁷⁰⁸ François-Marie Arouet Voltaire. *Dicionário filosófico*. in *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p.230.

de provar o que não se contesta, e de comentar o que é evidente. Nós não poupamos, nem alongamos as explicações.”⁷⁰⁹

Os renomados Voltaire e D’Alembert não eram os únicos iluministas franceses a compor as estantes de Silva Alvarenga. Há que se atentar para a presença relevante de Louis Sébastien Mercier, escritor nascido em 1740 em Paris, com 12 volumes de seu *Tableau de Paris*, cujo primeiro volume foi publicado em 1781. Em seu estudo sobre os livros mais vendidos na França em fins do século XVIII, Robert Darnton constatou a enorme popularidade que os escritos de Mercier gozavam na França durante o último quartel do século XVIII.⁷¹⁰ Escrito em forma de crônicas, *Tableau de Paris* traz pinceladas ligeiras acerca da vida na capital em seus interstícios, elaborando, como o próprio título da obra indica, um retrato dos meandros que compunham a turbulenta cidade de Paris. Mercier pinta a capital com pessimismo e, apesar de identificar nela seus valores e seu potencial para tornar-se um lugar melhor para se viver, retrata-a nos textos envolta numa atmosfera sombria.

Já no prefácio da obra, ao apresentar ao leitor seus objetivos, o autor alerta que o leitor que espera de suas páginas uma história dos monumentos e das ruas da cidade sairá decepcionado ao fim de sua leitura pois seu objetivo é tratar dos “hábitos públicos e particulares, das idéias reinantes, da situação atual dos espíritos, de tudo que me chocou neste amontoado bizarro de costumes loucos e sensatos; mas sempre mutáveis.”⁷¹¹ Não se considerando um *philosophe* - premissa que faz questão de frisar em alguns textos do livro - Mercier deixa à mostra em suas crônicas sobre Paris opiniões pessoais sobre os problemas por ele identificados na capital. Ainda no prefácio, ele anuncia seu diagnóstico: “eu avaliei diversas injustiças. Nós nos ocupamos hoje em dia mais do que nunca de as reformar. Denunciá-las é preparar a sua ruína.”⁷¹² Para

⁷⁰⁹ Jean D’Alembert. “Discours préliminaire de l’Encyclopédie” in *Mélanges de littérature, d’histoire et de philosophie*. t. 1, Amsterdam: Chez Zacarie Chatelain, 1765, p. 193-194. “donner a chaque matière une étendue convenable, insister no essentiel, négliger les minuties, & éviter un défaut assez commun, celui de s’appesantir sur ce qui ne demand qu’un mot, de prouver ce qu’ on ne conteste point, & de commenter ce qui est clair. Nous n’avons ni épargné, ni prodigué les éclaircissemens.(tradução livre).

⁷¹⁰ Robert Darnton. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. trad. de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 44.

⁷¹¹ Louis Sébastien Mercier. *Tableau de Paris*. Vol. I. Hambourg: Neuchatel, 1781, p.v. “moeurs publiques & particulieres, des idées régnantes, de la situation actuelle des esprits, de tout ce qui m’a frappé dans cet amas bizarres de coutumes folles et raisonnables; mais toujours changeantes.”(tradução livre)

⁷¹² *Ibidem*, p. viii. “j’ai pesé sur plusieurs abus. L’on s’occupe aujourd’hui plus que jamais de leur réforme. Les dénoncer c’est préparer leur ruine.”(tradução livre)

Mercier, as injustiças que se enraizaram na capital eram típicas de uma cidade que havia adquirido os piores traços de uma cidade velha, com símbolos e instituições cujo tradicionalismo teria engessado o desenvolvimento harmonioso da sociedade. As residências dos homens de governo são descritas em sua luxuosidade e exuberância, mas também compõem o pano de fundo dos desalinhamentos sociais observados por Mércier. Segundo eles, os governantes passavam “três horas por dia a procurar novos meios de arruinar seu país e redobrar sua miséria. Eles falam de igualdade, de humanidade, de caridade, e o projeto que será dado curso arruinará seiscentas famílias.”⁷¹³

A livraria de Silva Alvarenga reúne também importantes títulos dos juristas italianos que, na segunda metade do século XVIII, compuseram um momento fulcral de proposições reformistas no âmbito do pensamento jurídico europeu. O poeta mineiro possui as traduções francesas de *Dei Delitti e delle Pene*, de Cesare Bonesana, marquês de Beccaria e de *La scienza della legislatione*, de Gaetano Filangieri.

A primeira edição do livro de Beccaria saiu anônima em Livorno em 1764. Pautando-se por uma crença no fortalecimento das leis para o aprimoramento da conduta humana, Beccaria arquiteta uma proposta que visa reformar o aparato jurídico, propondo restrições ao poder de legislar dos monarcas. De acordo com ele, “apenas as leis podem indicar as penas de cada delito” e “o direito de estabelecer leis penais não pode ser senão da pessoa do legislador, que representa toda a sociedade ligada por um contrato social.”⁷¹⁴ Franco Venturi observa que as concepções expressadas por Beccaria acerca da existência de um contrato social vigente na sociedade levaria o próprio autor italiano a temer represálias pela sombra perceptível dos pensamentos de Jean Jacques Rousseau sobre seu texto.⁷¹⁵

Vale assinalar que Beccaria não procura alijar do rei as prerrogativas de estabelecer os parâmetros legais que regulam a vida em sociedade e de promover ao

⁷¹³ Louis Sebastien Mercier. *Tableau de Paris*. Vol. I. Hambourg: Neuchatel, 1781, p. 67. “trois heures par jour, à trouver de nouveaux moyens pour ruiner son pays & redoubler la misere. Il parle d’équité, d’humanité, de bienfaisance; et le projet qu’il va donner le lendemain, ruinera six cents familles.” (tradução livre)

⁷¹⁴ Cesare Beccaria. *Dos delitos e das penas*. trad. de Torrieri Guimarães, São Paulo: Hemus, 1983, p. 15-16.

⁷¹⁵ Franco Venturi. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Trad. de Modesto Florenzano, Bauru: Edusc, 2003, p. 192.

máximo da felicidade pública de seus súditos. No entanto, propõe-se que a ação legislativa do monarca seja restringida à formulação de leis gerais e que não se estenda para o julgamento sobre a conduta de seus súditos no cumprimento das leis. Desta maneira, ao magistrado deveria ser concedido pleno poder para exercer a função de aplicar as leis, e não ao rei, visto não ser “de sua competência (...) julgar se alguém violou tais leis.”⁷¹⁶

Beccaria mostra-se confiante no aperfeiçoamento das leis como forma de construção de um sistema jurídico equânime e na observância dos reis para a necessidade de reformulação da legislação de suas nações para que o equilíbrio político-social dentro delas se firme. Os recados do jurista italiano apontam para uma sensível mudança no sistema penal, ao classificar certos procedimentos como primordiais na construção de instituições político-jurídicas fortes e que encontrem respaldo na opinião pública. De maneira geral, as propostas de Beccaria tencionavam corrigir realidades historicamente estabelecidas em boa parte da Europa. Visando o estabelecimento de um sistema jurídico que se tornasse respeitável perante o povo, o jurista italiano mostra-se favorável ao abandono de atos que considera intransigentes bastante praticados pelo sistema penal da época em que escreve. Beccaria vaticinava que o réu não deveria ficar encarcerado, exceto em caso que sua prisão fosse necessária para impedi-lo de escapar ou de esconder as provas do crime. Além disso, dentro de sua crença no poder das leis, defendia que sendo elas “inexoráveis, sejam os seus executores inflexíveis; mas, que o legislador seja indulgente e humano.”⁷¹⁷ A equidade de todos os membros da sociedade deveria, para Beccaria, constituir-se num princípio basilar na aplicação das leis. No capítulo intitulado “Dos atentados contra a segurança dos particulares e sobretudo das violências”, Beccaria destaca de maneira clara a obrigação do sistema jurídico de considerar a igualdade como um aspecto a manter constantemente em tela.

Ainda que fosse exato que a desigualdade é inevitável e até útil na sociedade, é verdade que apenas deveria existir entre os indivíduos e em razão das dignidades e do mérito, porém não entre as ordens do Estado; que as distinções não devem estar apenas num lugar, porém circular em todas as partes do corpo político; que as diferenças sociais devem nascer e desaparecer a cada momento, porém não se perpetuar nas famílias.

⁷¹⁶ Cesare Beccaria. *Dos delitos e das penas*. trad. de Torrieri Guimarães, São Paulo: Hemus, 1983, p.16.

⁷¹⁷ *Ibidem*, p.58.

Qualquer que seja a conclusão de todas essas questões, apenas direi que as penalidades das pessoas de mais alta linhagem devem ser as mesmas que as dos mais ínfimos cidadãos. A igualdade civil é anterior a todas as diferenças de honras e de riquezas. Se todos os cidadãos não dependerem de modo igual das mesmas leis, as distinções não serão mais legítimas.”⁷¹⁸

Assim como a igualdade perante a lei é defendida por Beccaria, o papel das ciências como promotoras da justiça é enfaticamente colocado em seu livro. A difusão das ciências, no ponto de vista do jurista milanês, proporcionaria a formação de magistrados mais justos e com condições de aplicar virtuosamente as leis, de forma que suas ações adquiriam o papel de exemplo para o restante dos cidadãos. De forma límpida, Beccaria alia a ciência ao progresso da sociedade: “Desejais evitar os crimes? Caminhe a liberdade seguida das luzes. Se as ciências produzem alguns malefícios, é quando são pouco difundidas; porém, à proporção que se espalham, as vantagens que propiciam se tornam maiores.”⁷¹⁹

Em caminho similar ao de Beccaria, Gaetano Filangieri, com seu *La scienza della legislazione* (1784) faz um diagnóstico desalentador acerca das práticas jurídicas na Europa e, no diapasão de Beccaria, considera que os Estados deveriam realizar reformas profundas em seus respectivos sistemas judiciários. Nas palavras do próprio Filangieri, os procedimentos criminais vigentes extremavam ainda mais as injustiças políticas e não ajudavam a construir a soberania dos monarcas. Desta maneira, deviam cessar todos os abusos cometidos contra os réus e dar-se maior zelo na condução de uma prática criminal equilibrada, fornecendo, por exemplo, “o mesmo número de dias ao acusado para se justificar e ao acusador para sustentar a veracidade de sua acusação, abolir dos atos extra-judiciais, todas essas disputas indecentes entre o juiz e o acusado, todas essas violências, essas armadilhas que desonram o sistema atual do processo, e onde nasce um grande número de atentados.”⁷²⁰ Assim como Beccaria, Filangieri visualiza a lei e sua aplicação como freios aos crimes e considera prejudicial a prática da aplicação secreta das penas, visto que o objetivo maior dela seria mover a sociedade à boa conduta. Assim, publicizar as ações da justiça seria um procedimento vital para a construção de uma sociedade pacífica e racional.

⁷¹⁸ Cesare Beccaria. *Dos delitos e das penas*. trad. de Torrieri Guimarães, São Paulo: Hemus, 1983, p. 68.

⁷¹⁹ *Ibidem*, p. 93.

⁷²⁰ Gaetano Filangieri. *La science de la législation*. t. III, Paris: Chez Cuchet, 1787, p. 111.

Segundo Franco Venturi, a educação constitui um ponto nodal da reflexões de Filangieri. No último capítulo de sua obra-mestra, sublinha-se o papel reformador da educação.⁷²¹ Assume-se que o ensino é um campo que deve ser controlado pelo Estado e que a educação constitui-se num bem universal porém não uniforme, isto é, a formação dada às classes trabalhadoras deveria ser diversa daquela reservada para a classe de administradores e de intelectuais. A classe produtiva teria sua formação marcada pelo trabalho e sua instrução intelectual restringiria-se somente ao aprendizado da leitura, da escrita, da matemática elementar e das normas civis, enquanto a classe intelectual receberia uma formação mais humanística.⁷²² Para Franco Campi, o plano pedagógico pensado por Filangieri, ao lado de suas propostas para uma reforma do sistema jurídico, tinha como meta “a formação de uma rigorosa consciência moral.”⁷²³

Outro importante porém menos conhecido iluminista italiano presente na livraria de Silva Alvarenga é Carlantonio Pilati de Tassulo, com *Traité des loix civiles*. Pilati foi autor de textos que abalaram sensivelmente o meio jurídico italiano e também a Cúria Romana. Professor de direito civil em Trento, Pilati chegou a propor a abolição do celibato eclesiástico e publicou em 1767 *Di uma riforma d'Italia*, reflexão que apresenta fortes ataques à economia e à Inquisição.⁷²⁴

Ainda no rol dos títulos voltados para a reforma legislativa, merece destaque a fundamental obra de Jeremy Bentham, *Traité de legislation civile et pénale* (1802). Bentham, assim como Filangieri e Beccaria, prega o papel reformador que a aplicação racional de um conjunto coerente de leis pode adquirir no seio da sociedade. Em adição aos dois célebres juristas italianos, Bentham acentua que a mudança no campo jurídico deve considerar as diversidades, sublinhando marcadamente que a formulação e a aplicação das leis devem levar em conta ao máximo a promoção da

⁷²¹ Franco Venturi. *Europe des lumières. Recherches sur le 18e siècle*. Paris: Mouton, 1971, p. 202.

⁷²² Franco Cambi. *História da pedagogia*. trad. de Álvaro Lorencini, São Paulo: Edunesp, 1999, p. 340.

⁷²³ *Ibidem*.

⁷²⁴ Christopher Black. *Early modern Italy – a social history*. Londres: Routledge, 2001, p. 214. Franco Venturi considera que Pilati di Tassulo foi figura de destaque da Ilustração italiana, demonstrando inteligência e sensibilidade em suas polêmicas travadas contra eclesiásticos e jurisconsultos. Cf. Franco Venturi. *Settecento riformatore: la caduta dell' Antico Regime (1776-1790)*. Turim: Einaudi, 1984, p. 543.

felicidade pública, revelando assim ser adepto de uma concepção universalista de irmandade dos homens.⁷²⁵

Após o falecimento de Silva Alvarenga, em 1 de novembro de 1814, é plausível supor que sua livraria tenha sido alvo de grande cobiça por parte de pessoas que dela tinham alguma notícia. Inegavelmente, o valor dela era inestimável seja pelo espectro amplo de leituras que ela proporcionaria para qualquer ávido leitor, seja pela chance de lucrar com a compra de alguns de seus exemplares que poderia animar algum livreiro. A divulgação da composição de seu acervo de livros ganhou um precioso auxílio através da iniciativa de Rubens Borba de Moraes ao publicar a lista feita na ocasião em que a livraria do poeta foi adquirida pela Real Biblioteca, em 1815.⁷²⁶ O documento que Borba de Moraes anexou ao seu livro constituiu-se em duas listas – uma que corresponde aos títulos comprados pelo livreiro Manoel da Silva Porto, com os respectivos valores, junto à “preta Joaquina” (a qual é declarada como herdeira e testamenteira do falecido poeta) e outra que diz respeito aos livros que o livreiro passaria à Real Biblioteca, ambas com a data de 28 de fevereiro de 1815.

Após a identificação dos títulos presentes na lista, a procura pelas obras na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro mostrou-se decepcionante. Ao acessar o xerox da lista dos livros presente no setor de manuscritos da instituição, uma inesperada história se desenhou.

No verso do referido xerox, pode-se ler um testemunho de 3 de março de 1815 de alguma autoridade local – talvez o juiz de fora – que afirma ter enviado Manuel José Antunes Castro, escrivão do Meirinho do bairro da Candelária, para notificar “a preta Joaquina, testamenteira, e herdeira do Dr. Manoel Ignacio da Silva Alvarenga para vir a minha residência, por ser assim preciso para se dar execução a um Real Aviso de que estou encarregado.”⁷²⁷ A autoridade registra que ela não teria comparecido e mandado um procurador, o qual havia comunicado que ela não poderia ir encontrá-la por se achar doente. Diante disso, expede-se a ordem para “que se mande qualquer cavalgadura” para a “porta do Caju”, local para “onde ela se mudou depois de

⁷²⁵ José Guilherme Merquior. *O liberalismo: antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 80.

⁷²⁶ Rubens Borba de Moraes. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. RJ: Livros Técnicos e Científicos/SP: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979. O livro encontra-se em segunda edição, publicada pela Briquet de Lemos, em 2006.

⁷²⁷ *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Seção de Manuscritos, cota: 26, 4, 156.

notificada, que a conduza a minha presença debaixo da prisão.”⁷²⁸ Ainda no verso do xerox da lista, a história ganha contornos intrigantes. Segue uma declaração com data de 4 de março feita pelo escrivão Manuel José Antunes Castro sobre o que acontecera na ocasião em que fora cumprir a portaria expedida. O escrivão registra que, na casa onde estava Joaquina, residência do capitão Antonio Cardozo, fora recebido por sua esposa, a qual informou-lhe a respeito do grave estado de saúde em que Joaquina se encontrava, asseverando que ela “naquela mesma noite tinha escapado de morrer e que se achava muito doente em uma cama, sem ao menos se podia mover e com as pernas e corpo todo inchado.” A fim de cumprir com eficácia a ordem, o escrivão pediu à esposa do capitão permissão para ver Joaquina e declarou ter verificado que ela se encontrava “em uma cama deitada gemendo que nem ao menos se podia levantar.”⁷²⁹ Apresentando a Joaquina a portaria que deveria cumprir, Manuel José Antunes Castro ouviu dela que há muito tempo ela “não se levantava da cama e que se achava com as pernas e pés todo inchados e que naquela noite havia sentido “uma dor por todo o corpo de que toda noite esteve tomando remédios sem que ela lhe passasse e que nem ao menos podia dar um passo”, o que a impossibilitara de cumprir a ordem.

Esta intrigante ocorrência envolvendo a herdeira e testamenteira de Silva Alvarenga, somada à rarefeita presença de títulos de sua preciosa livraria na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, impõe sérias dúvidas a respeito da entrada efetiva do acervo do poeta na instituição.⁷³⁰ Infelizmente, a Biblioteca Nacional também não possui registros acerca da aquisição de acervos particulares para este período.

Ainda que não seja possível reconstituirmos com precisão os usos que Silva Alvarenga fez de sua inestimável livraria, a identificação dos títulos que a compunham apontam para um caso precioso no âmbito da América portuguesa. A variada composição da biblioteca sugere que, apesar de possuir em grande quantidade obras relacionadas à sua atividade advocatícia, pode-se indiciar um espectro mais amplo de interesses de seu proprietário, que ultrapassam significativamente as suas atividades profissionais. Nas estantes do poeta, repousavam dicionários, obras de história, geografia, história natural, medicina, matemática, belas-letas e de outras categorias.

⁷²⁸ *Ibidem.*

⁷²⁹ *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Seção de Manuscritos, cota: 26, 4, 156.

⁷³⁰ Antonio Candido observa que a biblioteca de Silva Alvarenga “foi incorporada, ao menos em parte, à Biblioteca Real.” Cf. Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos – momentos decisivos, 1750-1880*. 10ª edição, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 690.

Com certeza, como já foi aqui destacado, há limites que devem ser observados no estudo de uma biblioteca particular. Robert Darnton pondera com clareza que os leitores não lêem todos os livros que possuem, assim como lêem muitos títulos que não adquiriram.⁷³¹ No entanto, o historiador conclui que o estudo de uma biblioteca particular pode servir como um perfil do leitor.⁷³² Ao ensaiarmos aqui uma busca em torno da grande vantagem de se estudar uma biblioteca particular segundo Darnton – “unir o quê com o quem da leitura”, esperamos ter aqui demonstrado o amplo escopo de opções de leitura que compunham as estantes do poeta, um dos traços que, juntamente com sua obra poética, sua atuação como professor régio e como ativo promotor da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, compõem o argumento que nos leva a classificá-lo como um destacado representante das Luzes na América portuguesa.

⁷³¹ Robert Darnton. “História da leitura” in Peter Burke (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. trad. de Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 208.

⁷³² *Ibidem*.

Considerações finais

Formado em Cânones na Universidade de Coimbra em 1776, Silva Alvarenga recebeu uma formação acadêmica de uma instituição que se reformava com o intuito de melhor servir ao Estado. Animou-se com a vida intelectual coimbrã, a qual devia parecer-lhe muito mais ativa que a vigente na América portuguesa. Compôs *O Desertor*, poema herói-cômico que o fez ganhar notoriedade e reconhecimento no meio do círculo pombalino. A formação ilustrada recebida na Universidade de Coimbra moldaria fortemente as suas ações, ainda que não seja possível avaliar a presença dela na sua atividade advocatícia, em virtude da indisponibilidade de vestígios documentais que permitam reconstituir sua atuação neste ramo profissional. Ainda em Portugal, fez odes e sonetos à estátua equestre inaugurada em homenagem a D. José I, vincando sua poesia com a valorização das Luzes nos moldes pombalinos, isto é, com o estabelecimento da pragmática aliança entre ciência e Estado.

Talvez por se sentir um desterrado em sua própria terra após longa estada no reino, o poeta não poupou esforços para propulsionar a circulação de saberes no ambiente letrado na cidade do Rio de Janeiro, empenhando-se pessoalmente no funcionamento da Sociedade Literária. A ausência de apoio efetivo por parte da Coroa e das autoridades locais para dar prosseguimento à sua tarefa de propagar as Luzes não foi empecilho para que suas atividades fenecessem. A publicação do livro de Vicente Coelho Seabra, *Elementos de chimica*, dedicado à Sociedade Literária do Rio de Janeiro, sugere que a agremiação capitaneada por Silva Alvarenga, com os limites impostos pela colônia, fez parte de uma rede de intercâmbio científico que suplantava os limites da capitania do Rio de Janeiro. Sua atividade não se deu somente através da apresentação dos trabalhos de seus membros, mas também foi caminho de homens que, de passagem na cidade do Rio de Janeiro, por ela passavam para difundir suas luzes e também ouvir dos membros da agremiação suas apreciações.

A desconfiança que os representantes locais do poder metropolitano devotaram à agremiação foi gerada certamente pela percepção segundo a qual a constituição de uma academia que desejava promover a difusão das luzes com o intuito de melhorar o aproveitamento das potencialidades naturais da colônia talvez tivesse em seu interior indivíduos que, diante da compreensão acerca do papel central que a América portuguesa exercia para a saúde da situação econômica do Império, desejassem destinos venturosos demais para ela. Não que não fosse desejável que novas técnicas de

aproveitamento das riquezas coloniais fossem desenvolvidas. Na verdade, esperava-se muito que isto ganhasse força. No entanto, a Coroa portuguesa sempre mostraria uma preferência por tomar as rédeas deste processo, como pôde ser visto, por exemplo, no amplo patrocínio que ela daria à formação profissional dos cientistas em fins do século XVIII, idealizado por D. Rodrigo de Souza Coutinho e que contaria com o trabalho de vários homens de ciência luso-americanos, encarregados de esquadrihar nos territórios ultramarinos seus climas, as vicissitudes do solo e diversos outros aspectos cujo conhecimento seria primordial para que fosse possível construir um novo cenário de aproveitamento das riquezas naturais de seus domínios.

Além disso, o descobrimento durante a devassa de 1794 acerca da existência de um estatuto paralelo que deveria regular as atividades da Sociedade, determinando que se mantivesse segredo sobre tudo o que fosse nela tratado, indicava que “os princípios luminosos” ventilados na agremiação poderiam se dirigir a objetivos distantes da felicidade pública. Funcionando sob este estatuto paralelo, é plausível imaginar que as discussões travadas nas reuniões não se circunscreviam às matérias científicas e que eram também tocadas pelas notícias que chegavam através dos periódicos a respeito dos acontecimentos políticos europeus e pela leitura de obras dos homens das Luzes além-pirineus, cujos anseios por mudanças políticas diferenciavam-se sensivelmente dos princípios de manutenção da ordem propalados pela Ilustração portuguesa.

Junto com outro mestre régio do Rio de Janeiro, o professor de Grego João Marques Pinto, escreveu representações dirigidas a D. Maria I e a Martinho de Mello e Castro requerendo o cumprimento de medidas que visassem o bom funcionamento do ensino régio de acordo com o que havia sido estabelecido pelas reformas dos estudos menores projetadas em 1759 e 1772.

A frustração diante da não realização de uma série de medidas que visassem o justo reconhecimento por parte do Estado de seus esforços de fiel vassalo, provocaria em uma figura como Silva Alvarenga desejos de alteração para os destinos de sua pátria, anseios que as leituras de sua preciosa livraria deveriam aguçar.

Na devassa, José Bernardo da Silveira Frade acusaria Silva Alvarenga de ter comentado com outros sócios da Sociedade Literária uma vontade pessoal de formar “uma república de animais nas cabeceiras ou sertão do rio de Tageaí” e de ter convidado alguns deles, afirmando que só levaria “consigo os quatro

evangelistas, quais eram Homero, Vergílio, Horácio e mais outro.”⁷³³ Na acareação com Silveira Frade, Silva Alvarenga explicou-se sobre o ocorrido, assegurando que “tinha desejos de tirar uma sesmaria para os desertos do rio Tageaí, porque era melhor viver entre os bichos do que entre os homens maus; e que isto dizia ele somente uma e muitas vezes nas horas de melancolia, e que nenhum dos outros sócios se-lhe oferecera para lhe fazer companhia.”⁷³⁴

Curiosamente, na livraria de Silva Alvarenga, encontrava-se presente um exemplar de *L'élève de la nature*, de Gaspar Guillard de Beaurieu, que seria publicado pela primeira vez em 1763. A Real Mesa Censória suprimiria a obra, decretando também sua queima.⁷³⁵ O livro constitui-se num enaltecimento da vida no campo e prega o culto das regras da natureza como meio de legitimação de comportamentos contrários às normas estabelecidas pelo cristianismo.⁷³⁶ O romance narra a vida de Ariste, jovem que, fatigado por uma vida anterior passada longe da natureza, renasce numa jaula de madeira, numa ilha deserta, dentro da qual observa o equilíbrio da vida natural. Após libertar-se, Ariste torna-se um perspicaz observador da vida animal, vivendo harmoniosamente entre os bichos. Ariste conhece na ilha a jovem Julie e seu pai e é conduzido por ambos à contemplação das vantagens do sistema de vida natural. O cenário de exuberância dos três reinos da natureza serve de pano de fundo para a história de amor que se desenvolve entre Ariste e Julie, num espaço onde os valores morais são sublimados pelas leis da natureza. Não seria demais imaginar que, entre uma página e outra de seu exemplar de *L'élève de la nature*, Silva Alvarenga desse asas aos seus desejos utópicos como o que proferira aos seus colegas de academia.

⁷³³ *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 251.

⁷³⁴ *Ibidem*.

⁷³⁵ Cf. Catálogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Cençoria até o presente para servir no expediente da Caza da Revizão (1768-1814) in Maria Adelaide Salvador Marques. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: 1963

⁷³⁶ A edição de *L'élève de la nature* utilizada para fazermos nossos comentários foi a de 1767, em três volumes, editada em Paris por Panckoucke.

Anexo 1

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo Real Mesa Censória, Processos a livreiros, impressores e outros, S.d. 1756-1777, cx. 176.

Proc. Imp. e Liv.

1773. Dezembro 23

Pedro Ginioux, mercador de Livros

Senhor

Vossa Majestade me ordena pela Provisão datada em 29 de novembro do corrente, que logo faça a apreensão em todos os papéis, que se imprimiram na oficina de Pedro Ginioux mercador de Livros desta cidade intitulados “A Termindo Sipilio Árcade Romano por Alcindo Palmireno Árcade Ultramarino” e que os remetesse com cautela, e por pessoa segura ao Tribunal da Mesa Censória.

Logo que recebi a Ordem, saí a executá-la, e procurando a casa do mercador impressor dos tais livros me constou ter falecido em mês de março do presente ano; e dando busca na casa onde o defunto morava, e tinha os livros, nesta tarde, não descobri, o que desejava, e achando um inventário dos livros que se fez por morte do dito, nele não achei escriturados os ditos livros; tornei segunda vez à dita casa, em cuja porta ficaram travessas, e conclui a diligência da busca, sem utilidade alguma.

No dia seguinte, mandei pessoa inteligente pelos livreiros desta cidade a procurar os ditos livros, com o pretexto de compra, apareceu um dos ditos Livros, e mandando logo chamar o Livreiro que os tinha lhe perguntei donde lhe viera; e a poucas palavras, conheci a casa onde existiam; indo com toda a brevidade à dita casa, em busca, descobri 412 volumes que remeto; e descobri também o Autor desta obra, o que tudo declaram os papéis que remeto.

Bem me persuado, que mandando Vossa Majestade recolher esta obra não será esta matéria do agrado da Coroa, nem de utilidade à República, por cuja razão me parece ser este autor do desagrado de Vossa Majestade. Tive o pensamento de prendê-lo e o não fiz por não exceder as ordens de Vossa Majestade, que a julgar-se precisa a captura,

como também legalizar-se melhor a identidade do Autor desta obra, e fazerem-se algumas perguntas ao mesmo Autor, não só para dela declarar a transmigração, que terá feito destes livros, que faltam, mas também o espírito, com que fabricou esta obra. Tudo executarei com aviso de Vossa Majestade. Coimbra 23 de dezembro de 1773. Do provedor da Comarca. Manoel da Silva de Carvalho

Apensa de testemunhas

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de mil setecentos e setenta e três anos nesta cidade de Coimbra morada do Doutor Manoel da Silva de Carvalho Provedor desta cidade Comarca de Coimbra onde eu Escrivão com um chamado dele dito Ministro para o caso desta diligência, e logo ali por ele comigo foram perguntadas as testemunhas seguintes, de que fiz esse termo Joaquim Marques do Espírito Santo Escrivão ajudante do Cartório da Provedoria escrevi.

Antonio da Cunha filho de outro do mesmo nome Mestre Livreiro Morador na rua de Quebra Costas desta cidade testemunha a quem ele Doutor Provedor deu o juramento nos Santos Evangelhos que recebeu, e prometeu dizer verdade e de sua idade disse ser de vinte e quatro anos.

Perguntado ele testemunha pelas expressões que lhe fez o Doutor Provedor desta Comarca disse, que haverá um ano pouco mais, ou menos sendo ainda vivo Pedro Ginioux Livreiro, e Impressor desta cidade em cuja casa se imprimiram uns Livrinhos de oitavo que se intitulam “A Termindo Sipílio Árcade Romano 8º” foi à loja dele testemunha uma Moça de Antonio dos Santos Castro relojoeiro, que mora na calçada desta Cidade, e lhe levou cousa de um cento, pouco mais, ou menos dos sobreditos Livrinhos da parte de seu amo para que ele testemunha, e Seu Pai, os dobrasse, e aparasse, o que ele testemunha fez mais o dito seu Pai remetendo logo os ditos Livrinhos ao dito Relojoeiro; e sendo lhe mostrado neste ato os mesmo Livrinhos reconheceu ele testemunha serem alguns deles dobrados, e aparados na sua loja os quais são daqueles que não tem papel pintado, e ouviu dizer geralmente o Autor destes Livrinhos era um estudante ultramarino, que nesse tempo, morava em casa do dito Relojoeiro, a quem não sabe o nome inteiro, porém sempre é Fulano Inácio, e mais não disse nem do costume, e assinou com ele Doutor Provedor e eu Joaquim Marques do Espírito Santo escrevi.

Antonio dos Santos Castro Mestre Relojoeiro morador na Rua da Calçada desta cidade testemunha a quem ele dito Doutor Provedor deu o juramento nos Santos Evangelhos, que recebeu, e prometeu dizer a verdade e de sua idade disse ser de trinta e seis anos.

E perguntado ele Testemunha pelas expressões, que lhe fez o Doutor Provedor disse que em uma tarde dos dias da semana passada foi ele Doutor Provedor à casa dele Testemunha com o Seu Escrivão e Meirinho, e lhe perguntaram por uns Livrinhos intitulados “A Termindo Sipilio 8º” dizendo ele Doutor Provedor que ele Testemunha tinha os ditos Livros em casa e que logo os pusesse ali, ou lhe dissesse onde estavam, e ele testemunha logo confessou a existência dos mesmos Livros em sua casa, e subindo todos ao andar superior das mesmas casas de dentro de uma arca se tirou uma condesa(?) dentro da qual se achavam os procurados Livros, que sendo-lhe mostrados nesse ato declarou serem os próprios ainda metidos na dita condesa, de que eu Escrivão dou fé cujos Livros foram à casa dele testemunha por mandado do Impressor dele chamado Pedro Ginioux já falecido no mês de março do corrente ano; E foram para casa dele Testemunha os ditos Livros em razão de assistir e morar com ele Testemunha o Autor dos mesmos Livros o qual se chama Manoel Ignacio da Sylva Alvarenga Estudante Matriculado nessa universidade, natural das Minas do Ouro Preto segundo o parecer dele testemunha e ao presente Morador nesta cidade na Rua Larga; e Sabe que o sobredito foi o Autor dos ditos Livros porque fez a tal obra no tempo em que esteve em casa dele testemunha, a quem lia os versos dos ditos Livros logo depois, que os fazia, e por via do mesmo Autor, e por seu mandado foram para casa do dito Impressor, e dela vieram para casa dele Testemunha, que sabendo os não tinha aprovado o Tribunal da Mesa Censória e vendo os Livros com aprovação do Tribunal assentou ele testemunha de não largar os Livros da sua mão, e se o Autor dele tirou alguns seria em ocasião de não estar ele Testemunha em sua casa, cujos Livros foram apreendidos por ele Doutor Provedor, que os trouxe para sua casa onde agora Mos mostrou ainda na mesma condesa, e mais não disse do costume e assinou com ele Doutor Provedor e eu Joaquim Marques do Espírito Santo escrevi.

Carvalho

Antonio dos Santos Castro

Certidão

Antonio de Castro[?] Leitão Escrivão proprietário da Provedoria desta cidade, e Comarca de Coimbra por El Rey Nosso Senhor Amigo. Certifico, e ponho[?] fé em como no dia treze de tarde do corrente fui na Companhia do Dr. Manoel da Silva de Carvalho Provedor desta Comarca, às casas onde Morou Pedro Ginioux Livreiro, e impressor que foi nessa cidade, o qual por se achar falecido em março passado do corrente, o dito Ministro deu busca nas ditas casas, principalmente em uma onde se achavam os Livros do Defunto, e vistos, e vários papéis pintados, e por se não findar a diligência; que o dito Ministro principiava a fazer mandou fixar a porta da casa em que os Livros estavam deitando-lhe travessas.

Na tarde do dia seguinte tornou o dito Ministro à Sobredita casa dos Livros, tornando a rever os mais papéis, e Livros se recolheu a sua casa sem fazer a apreensão em coisa alguma mais do que em um mapa onde se achavam escriturados os livros do dito Impressor.

Na tarde do dia seguinte acima declarada, saindo o dito Ministro das casas do Defunto fui com ele à rua da Calçada na loja de Antonio dos Santos Mestre Relojoeiro nos Sobrados Superiores, e de dentro de uma arca se tirou uma condeça grande na qual se achavam quatrocentos e doze Livrinhos de oitavo todos com o título “A Tremendo Sipilio Árcade Romano por Alcindo Palmireno Árcade Ultramarino Epístola” em cujos Livros fez apreensão o dito Ministro levando-os todos para sua casa onde contamos os mesmos Livros. Todo o referido passou na verdade, em minha presença em fé do que fiz passar a presente pelo Meu Ajudante que conferi subscrevi, e assinei, nesta cidade de Coimbra, dos dezesseis dias do mês de dezembro de Mil Setecentos setenta e três anos.

[linha ilegível]

Antonio Castro Leitão

Anexo 02

Biblioteca da Ajuda, Ms. Av. 54 – XI – 28, nº 5.

“Carta de ... ao Conde de Resende, D. José [Luís] de Castro, [ex-Vice-Rei do Brasil]”

Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Rezende,

Fl. 1

Chegou enfim a época feliz de vermos extinto o Governo Arbitrário de V. Exa. Os suspiros da inocência perseguida e os gemidos de um povo dócil, sensível chegaram ao Trono da Divindade e elle atendeu aos clamores de probidade consternada. A chegada feliz de um novo chefe tão amável e urbano quanto v. Exa. era violento e aborrecível nos encheu a todos, de uma extinta satisfação, pela esperança de vermos por ele reparados todos os clamores, e malefícios, que V. Exa. por sua incapacidade tinha ocasionado. V. Exa. tinha se persuadido que a nobreza conferia um título imperceptível de reger os outros homens inda que sem as qualidades e talentos necessários, que ela só supria todas as virtudes e que a verdadeira ciência consistia em ser fidalgo. Nesta persuasão, V. Exa. procurou de prêmio sempre toda a espécie de merecimento ultrajando, e ofendendo todas aquelas pessoas que pelos seus talentos, virtudes ou serviços se faziam dignos de estimação pública: todos sabem que [?] arbitrário, uma soberba fictícia, é ridícula com a mais profunda ignorância, constitui o caráter singular de V. Exa. E há para admirar, que possuindo V. Exa. todos os vícios da nobreza tinha só em si uma das virtudes e que de qualquer modo que considerarmos não lhe achamos uma só boa qualidade que possa reduzir tantos defeitos, e imperfeições. O Governo de V. Exa. foi como boceta de pandora da que saíram segundo fabularam os poetas, todos os males ficando só no fundo a esperança, e esta foi para nos advirmos algum dia findar algum flagelo, que ameaçava barbarizar toda esta Capitania, se durasse mais alguns anos. Ordens arbitrárias, prisões injustas e atrozes, criaturas vis, protegidas e elevadas, caprichos e fantasias pueris ou femininas, uma inconstância inquieta e turbulenta. Os ofícios vendidos em leilão ou concedidos por uma contribuição anual a pessoas indignas de os exercerem, baixas impetradas e postos conferidos por direito, monopolistas tolerados, e protegidos, uma avareza sórdida, e asqueiroza, uma inveja e um ciúme,

indizível da prosperidade e riqueza dos procedimentos ilegais, é aqui, Ilustríssimo Senhor, objectos muito vastos, e fecundos, para os que empreenderem histórias e transmitirem às gerações futuras os fatos, e as ações do Governo insensato de V. Exa. Quanto seria melhor para a felicidade humana que se vendo-se V. Exa. nas fantásticas idéias da sua antediluviana Fidalguia, tivesse vegetado sempre no seu Palácio de Lisboa, sem atravessar o oceano para vir derramar a sua bÍlis corruptível sobre os pacíficos povos do Brasil, que não necessitavam que V. Exa. sofresse um tão grave incômodo para os vir governar tão soberanamente mal. O Governo de V. Exa. teve uma qualidade singular que é de ser péssimo em ambos os estados de ação, e de inação, eu me explico: quando V. Exa. se fazia acessível, ouvia os requerimentos, falava expedia ordens, e despachava; não havia ordem nem arranjo, as injustiças se reproduziam, e queixava-se o povo, se suspendia V. Exa. o expediente por motivo de seus acessos lunáticos, e convulsivos, a desordem e improgesso. Os réus satilistas os quantos de V. Exa. eram outros tantos déspotas: os males não cessavam, nada se decidia, o povo vivia flagelado, a demência de V. Exa. era um novo pretexto para [?] a justiça e repartirem-se os pretendentes; neste sentido, V. Exa. era um verbo tão maligno que, ou na voz ativa, ou na passiva, era geralmente funesto e lanoso. V. Exa. pudera atribuir as suas enfermidades muitos dos males, que o povo experimentou, pela sua reclusão e temperamento irascível e projetos desconcertados, e planos mal dirigidos, mas sem a escusa, não pode justificar o mal procedimento de V. Exa. quando é notório que as suas doenças são mais fictícias que naturais. Como poderia V. Exa. gozar tranqüilidade de espírito, ter saúde e paz consigo, mesmo não tendo as suas ações, e sentimentos, moralidade alguma quando V. Exa. se deixou dominar das suas paixões e caprichos, quando não conhecia os prazeres da beneficência que se deriva das noções e princípios simples,

Fl. 2

e luminosos, que V. Exa. sempre ignorou, ou pela má educação que teve, ou pela sua ingrata índole que inutilizou a má que se lhe dão. Esta inquietação que agita a V. Exa. e que o faz variar de habitação diariamente não designa um coração contristado pela sua imoralidade e um espírito vazio de idéias. Como há de V. Exa. achar refrigério na cidade ou no campo, quando a consciência da sua malignidade o acompanha sem cessar, apresentando-lhe o importuno e exorável quadro de tantos males fez [sofrer?], de tantos danos que causou a homens só culpados talvez em não sacrificarem a lisonja, a

amenidade do espírito, o amor das letras, a doçura dos costumes, uma razão aperfeiçoada e luminosa entretém a saúde, e preparam uma vida longa, e tranqüila. A nobreza só não confere estas qualidades elas nem sempre acompanham os postos, e as honras, e não são atributos inerentes aos títulos pomposos de Condes, Duques, Marquezes, V. Exa. precipitando em masmorras indivíduos que podiam suavizar o seu caráter, retificar suas idéias, e inculcar máximas importantes, e políticas declarou guerra à felicidade pública a sua própria; afugentou os homens de merecimento que devem ser aliciados com discrição, porque sendo muito sensíveis e conhecendo os seus direitos, e deveres, não sofrem, cumprindo estes, serem invadidos e violadas aquelas. Logo uma turba vil de pérfidos lisonjeiros de entes abjetos, e ignorantes ardilosos, para o mal e incapazes de bem algum sitiando a pessoa de V. Exa. se aproveitaram das viciosas disposições de seu espírito, para desorientar no trilho da virtude, que lhe era tão odiosa. Estes celerados [?] dos impropérios e escárnios com que V. Exa. costuma viltrar todos os homens distintamente souberam sacrificar com artifício a sua ambição, e interesses: o crédito de V. Exa. nos abriu a lisonja e o Governo de V. Exa. foi um tecido monstruoso de erros, puerilidades e horrores. Bem poderá lembrar a V. Exa. alguns dos infinitos fatos que demonstram a sua delirante fantasia seu inconseqüente procedimento mas para felicidade nossa chegamos ao tempo em que sendo notórias todas estas anedotas, e apreciadas como deviam ser só esperamos do Governo o tão desejado, do sucessor de V. Exa. a reparação dos males que temos sofrido seguros de que V. Exa. como relapso, e incorrigível é incapaz de poder nos indenizar. Chegando o Illmo. e Exmo. Sr. D. Fernando a esta Capitania não se devia presumir que V. Exa. houvesse de faltar as leis da civilidade deixando de praticar com este Sr. o que o Illmo. Sr. Luiz de Vasconcellos tinha tão genericamente praticado com V. Exa., indo buscá-lo a bordo no seu bragantim, e pelo menos esperavasse que V. Exa. iria receber a rampa o seu tão digno sucessor. V. Exa. não comprometia a conhecida nobreza da sua casa em praticar as leis da civilidade indo receber quem tinha tantos direitos a este ato da cerimônia e cortesia mas o orgulho de V. Exa. que se irrita com os [obráquios] que se rendem os verdadeiros merecimentos [?] quem devia retirar-se para o Campo de Santana quando todo o povo exaltando de prazer corria para o cais [apupar?] nosso chefe que como um anjo de Luz suceder e afugentar o espírito das trevas. V. Exa. levou sua gótica rusticidade ao ponto de não querer aceitá-lo mostrando-lhe assim patente a fraqueza de espírito de V. Exa. que não podia tolerar a perder a autoridade de que tão vergonhosamente abusou em todo o tempo do seu despótico governo. O Exmo. D. Fernando este honrado varão

dissimulando com prudência esta com razão e aproveitando-se da incivilidade de V. Exa. para lhes dar uma lição de cortesia, e uma prova de sua magnanimidade que soube desprezar os caprichos de um frenético soberbo antecipou-se em vir cumprimentar a V. Exa. que protestando as suas pretendidas moléstias quis infelizmente justificar o seu estúpido orgulho, e o seu injusto ressentimento pela chegada de um tal sucessor. Os delírios de V. Exa. são dignos objetos da sátira, e não de história.

Fl. 3

De história por não dever profanar a sua pessoa sagrada transmitindo a posteridade exemplos atrozes insânia tirania. Sendo V. Exa. forçado a terminar o seu Governo pode agora consolar-se na privada autoridade contando miudamente junto aos seus cofres o imenso direito que tantas vezes foi preço das suas injustiças. Pode cevar nele seus olhos ávidos, e talvez suavizaria assim os pungentes remorsos que deveriam atormentar continuamente o seu coração, este habituado assiduamente ao mal não estivera já petrificado, e caloso, a ponto de ser insensível a semelhante estímulo. Pode agora V. Exa. convocar os seus caturras de Companhia de V. Exa. achará um lenitivo inexaurível e as suas mágoas alguns deles devem a V. Exa. sua fortuna inda que adquirida por muitos atos de baixeza, e ignonímia, e por isso terão motivo de prantear um tão triste sucessor que os priva do crédito de que tanto precisava, por falta de merecimentos, pessoal para serem alguma coisa neste mundo sublimar. Eu porém me congratulo de não ter contado em o número destes exagerando-se extinta a tirania do Governo abominável, e digo como antigamente o velho Simião= *Viderunt oculi mai salutare turem Domine quad parasti ante faciem [?] populorum*= Deus dê saúde a V. Exa. e o faça racional o que muito me deseja este que foi. o Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Rezende. D. José de Castro.

Súdito muito honrado e não conheci[?]

Anexo 3. Listagem analítica da livreria de Manuel Inácio da Silva Alvarenga

Catálogo dos livros comprados por Manuel Joaquim da Silva Porto à Preta Joaquina	Catálogo dos livros entregues ao Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro em 28 de fevereiro de 1815	Títulos possíveis das obras constituintes da livreria de Manuel Inácio da Silva Alvarenga	Primeira edição ou a mais antiga localizada das referidas obras	Exemplares presentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Preço	Títulos defesos
Epitres de Heloize, 1 vol.	Epitres de Heloise, 1 vol.	Abeilard, Pierre. <i>Lettres et épîtres amoureuses d'Héloïse et d'Abeilard.</i>	Sua primeira edição veio à lume em 1693 sob o título <i>Lettres amoureses d'Héloïse et Abaillard.</i>	Constam quatro edições da obra <i>Lettres et épîtres amoureuses d'Héloïse et d'Abeilard</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sendo que apenas a edição de 1812 pode ter pertencido à Livreria de Silva Alvarenga.	\$300	Título suprimido por decisão da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros após 1789.
Aboin demonere Judicis Orphanorem, 6 vols.	Aboin demonere Judices Orphanorum, 6 vols.	Aboim, Diogo Guerreiro Camacho de. <i>De munere judicis orphanorum : opus in quinque tractatus divisum, quorum primus est De inventario, in quatuor libros distributus.</i>	Conimbricæ: apud Emmanuelem Rodericum de Almeyda, 1699.	Constam duas edições da obra <i>De munere judicis orphanorum</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datadas, respectivamente, de 1699 e 1700, ambas impressas em Coimbra.	\$200	Não
Guerreiro Opusculum de Privilegijs Familiarum, 3 vols.	Guerreiro opusculo de Previlegios Familiarum, 3 vols.	Aboim, Diogo Guerreiro Camacho de. <i>Opusculum de privilegijs familiarium, officialium que Sanctae Inquisitionis desiteratissimum nunc primum in lucem editum...</i>	Conimbricæ : ex officina Joannis Antunes, 1699.	Consta uma edição da obra <i>Opusculum de privilegijs familiarium</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datada de 1699 (Coimbra: J. Antunes).	\$600	Não

Institutis Parrochi, 1 vol.	Institutio Parochi, 1 vol.	Abreu, Sebastião de. <i>Institutio parochi, seu Speculum parochorum in quo tum parochi, tum omnes Animarum curam gerentes, muneris sui obligationes, ac methodum ad eas rite adimplendas, facile intueri possunt.</i>	Évora: Typographia Academiae, 1665.	Consta uma edição da obra <i>Institutio parochi</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datada de 1665 (Eborae: Ex typ. academiae).	\$200	Não
L'Espectateur ou le Socrate moderne, 7 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Addison, Joseph. <i>Le spectateur ou le Socrate moderne où l'on voit un portrait naïf des mœurs de ce siècle.</i>	Amsterdam: David Mortier, 1716, 3 vols.		2\$880	Não
Aquita et Roxas, 1 vol.	Aquita de Roxas, 1 vol.	Águila y Rojas, Fernando Alfonso del. <i>Additae quaestiones De incompatibilitate regnorum, & maioratum ad Tractatum D. Hermenegildi de Roxas...</i>	Ulyssipone: apud Michaellem Deslandes, 1688	Consta uma edição da obra <i>Additae quaestiones de incompatibilitate regnorum</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datada de 1688 (Ulyssipone: apud Michaellem Deslandes).	\$200	Não
Les Ornaments de la Memoire &, 1 vol.	Les Ornaments de la Memoire &, 1 vol.	Alletz, Pons-Augustin. <i>Les ornements de la mémoire, ou les traits brillants des poètes français les plus célèbres.</i>	Paris: Didot, 1749.	Título não encontrado	\$400	Não
Les Princes Celebres, 4 vols.	Les Princes Celebres, 4 vols.	Alletz, Pons-Augustin. <i>Les Princes célèbres qui ont régné dans le monde, depuis l'origine des monarchies et des empires jusqu'à nos jours.</i>	Paris: Chez Delalain, 1769, 4 vols.	Título não encontrado	1\$600	Não
Recreação Filozofica, 9 vols.	Recreação filozophica, 9 vols.	Almeida, Teodoro de. <i>Recreação filosofica ou diálogo sobre a filosofia natural para instrução de pessoas curiosos que não freqüentarão as aulas.</i>	Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues, 1751-1799, 10 vols.	Título não encontrado	1\$440	Não

Altimar de Nulitatibus, 4 vols.	Altimar de Nulitatibus, 4 vols.	Altimar, Blas. <i>Tractatus de nulitatibus sententiarum, decretorum, laudorum, arbitramentorum, et quorumcumque actuum judicialium.</i>	Venetiis: ex Typ. Balleonii, 1720.	Título não encontrado	\$800	Não
Cardozo de Iudisibus et advocates, 2 vols.	Cardozo de Iudisibus et advocatis, 2 vols.	Amaral, António Cardoso do. <i>Liber utilissimus iudicibus, et advocatis.</i>	Ulysipone: excudebat Antonius Alvarez, 1610.	Título não encontrado	\$400	Não
Amaldus de Amaldis de Comentaribus Amercatuix, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Ansaldi, Ansaldo. <i>De Commercio et mercatura discursus legales...</i>	Romae: ex typ. D. A. Herculis, 1689.		\$200	Não
Opera de Luduvico Arioste, 6 vols.	Opere de Luduvico Arioste, 6 vols.	Ariosto, Ludovico. <i>Opere in versi e in prosa italiane e latine di Lodovico Ariosto,... com dichiarazioni...</i>	Venezia: F. Pitteri, 1741, 4 vols.	Título não encontrado	3\$000	Não
Les Amours Malheureux ou le Conte de Comminge, 1 vol.	Les Amours Malheureux ou le conte de Comminge, 1 vol.	Arnaud, François-Thomas-Marie de Baculard d'. Les Amans malheureux, ou le Comte de Comminge, drame en 3 actes et en vers, précédé d'un discours préliminaire et suivi des Mémoires du comte de Comminge	La Haye; et Paris: L'Esclapart, 1764	Título não encontrado	\$800	Não
Lavrimon ou l'Homme tel qu'il est, 3 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Arnaud, François-Thomas-Marie de Baculard d'. <i>Lorimon, ou l'homme tel qu'il est...</i>	Paris: Patris et Gilbert, 1802, 3 vols.	Título não encontrado	1\$200	Não
Aspicuelta Manuale confessoriorum, 1 vol.	Aspicuelta Manuale confessoriorum, 1 vol.	Azpilcueta, Martín de. <i>Enchiridion sive Manuale confessoriorum et poenitentium... jam pridem sermone hispano compositum, et nunc latinitate donatum, recognitum, decem proeludiis et quamplurimis aliis locupletatum... ab ipsomet autore Martino ab Azpilcueta.</i>	Antuerpiae : ex officina C. Plantini, 1575	Constam cinco edições da obra <i>Enchiridion sive Manuale confessoriorum et poenitentium...</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datadas, respectivamente, de 1581 (duas edições), 1589, 1592 e 1593.	\$200	Não

Sisteme du Droit Maritime del Europe par Azunil, 2vols.	Sisteme du Droit Maritime de l'Europe par Azunibe, 2 vols.	Azuni, Domenico Alberto. <i>Système universel de principes du droit maritime de l'Europe, ou tableau methodique et raisonne des differentes lois maritimes. Trad. de l'italien, avec des additions du meme auteur.</i>	Paris: Digeon, 1798, 2 vols.	Título não encontrado.	1\$000	Não
Barboza opera omnia, 4 vols.	Barboza opera omnia, 4 vols.	Barbosa, Pedro. <i>Petri barbosae opera omnia.</i>	Coloniae Allebrogum: Sumptibus Pellissari, 1737, 6 vols.	Consta uma edição da obra <i>Petri barbosae opera omnia</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de janeiro datada de 1737 (Coloniae Allobroogum: Sumptibus Pelissari & Sociorum, 6 vols).	\$800	Não
Barboza axiomata Juris 2 jogos, 1 vol.	Barboza axiomata juris, 1 vol.	Barbosa, Simão Vaz. <i>Axiomata, et loca communia juris.</i>	Matriti: ex Typographia Regni, 1631.	Constam duas edições da obra <i>Axiomata, et loca communia juris</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de janeiro cujas impressões datam, respectivamente, de 1631 e 1651.	\$200	Não
Barboza... 19 e 20.	Barboza, 19 e 20 vols.	_____			3\$800	

Vida do P.e Antonio Vieira...fol., 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Barros, André de. <i>Vida do apostolico Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus, chamado por antonomasia O Grande...</i>	Lisboa: na nova Officina Sylviana, 1746.	Constam duas edições da obra <i>Vida do apostolico Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Pelas datas de impressão, apenas uma delas (Lisboa: Nova Oficina Sylviana, 1746) poderia ter pertencido à biblioteca de Silva Alvarenga.	1\$500	Não
Décadas de Barros e Couto edição nova, 24 vols.	Decadas de Barros e Couto – edição nova, 26(?) vols.	Barros, João de; Couto, Diogo de. <i>Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente. Nova edição</i>	Lisboa: na Régia Officina Typografica, 1777-1788, 24 vols.	Consta uma edição desta obra no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: <i>Da Ásia de João de Barros e de Diogo Couto. Nova edição offerecida a S. Magestade D. Maria I.</i> Lisboa: Régia Officina Typografica, 1777-1788, 24 vols.	12\$000	Não
Nouveau elemens de la Science del l'home par Barthez, 2 vols.	Nouveau esomes de la Science de l'home par Barthez, 2 vols.	Barthez, Paul-Joseph. <i>Nouveaux éléments de la science de l'homme.</i>	Montpellier: J. Martel aîné, 1778	Título não encontrado	2\$000	Não

La Novella Maisson Rustique, 3 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Bastien, Jean-François. <i>La nouvelle Maison rustique, ou Économie rurale pratique et générale de tous les biens de campagne. Nouvelle édition entièrement refondue, considérablement augmentée et mise em ordre.</i>	Paris: Deterville, 1798, 3 vols. ⁷³⁷		5\$760	Não
Principes de Letteratura – Bastieis, 6 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Batteux, Charles. <i>Cours de belles-lettres ou Principes de la Littérature.</i>	Paris: Dessaint et Saillant: Durant, 1753, 4 vols. ⁷³⁸		2\$400	Não
Le Elève de la Nature Beauriem, 2 vols.	L'Eleve de la Nature Beureur (?), 2 vols.'	Beaurieu, Gaspard Guillard. <i>L'élève de la nature.</i>	Paris: chez Panckouck, 1764.	Título não encontrado	\$600	O título em questão foi mandado suprimir, com a diretriz para serem queimados todos os exemplares encontrados ⁷³⁹

⁷³⁷ Esta edição feita por Jean-François Bastien trata-se de uma reestruturação da obra *L'agriculture et maison rustique* de Charles Estienne e Jean Liebault, publicada pela primeira vez em francês em 1564.

⁷³⁸ Entre 1747-1748, foi publicada uma primeira edição do título *Cours de belles-lettres distribué par exercices* que, posteriormente, foi ampliada e relançada com o título acima identificado. A obra também passou a ser publicada com o sintético título de *Principes de la Littérature*.

⁷³⁹ Cf. “Catálogos de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até ao presente, para servir no expediente da Casa da Revisão (1768-1814)”, In: Maria Adelaide Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional – aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra, 1963.

Trait des delites et des peines – Bocaria, 1 vol.	Traité des delits et des peines – Bocaria, 1 vol.	Beccaria, Cesare. <i>Traité des délites et des peines, traduit de l'italien d'après la sixième édition...</i>	Paris: Chez Jean François Bastien, 1773.	Título não encontrado	\$600	Título sujeito à concessão de “licença de leitura” da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros a partir do edital de novembro de 1788.
Antonio Bacor Biblioteca Juris Canonico Civiles, 4 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Begnudelli-Basso, Francesco Antonio. <i>Bibliotheca juris canonico-civilis practica, seu Repertorium quaestionum magis practicarum in utroque jure ...</i>	Frisingae: sumptibus Joannis Caspari Bencard, typis Joannis Caroli Immel, 1712, 4 vols.		\$800	Não
Trait de Legislationne Bentham, 3 vols.	Traite de legislation Bentham, 3 vols.	Bentham, Jeremy. <i>Traité de législation civile et pénale.</i>	Paris: Bossange, Masson et Besson, 1802, 3 vols.	Título não encontrado	1\$000	Título sujeito à concessão de “licença de leitura” a partir do edital de 20 de dezembro de 1803.
Droit civil Francais – Bernardi, 4 vols.	Droit civil Francaes – Bernardi, 4 vols.	Bernardi, Joseph-Elzéar-Dominique de. <i>Cours de droit civil français.</i>	Paris: Garnery, 1803-1804, 4 vols.	Título não encontrado	1\$280	Não

Etudes de la Nature – S. Pierre, 6 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Bernardin de Saint-Pierre, Henri. <i>Études de la nature.</i>	Paris: chez P. F. Didot le jeune; Méquignon l'aîné (de l'impr. de Monsieur), 1786, 3 vols.		3\$600	Não
Idiles de Barquin, 1 vol.	Idyles de Barquin, 1 vol.	Berquin, Arnaud. <i>Idylles.</i>	Paris: Impr. de Quillau, 1775, 2 partes, 1 vol.	Título não encontrado	\$240	Não
Compendio da Historia Ecclesiastica Berti 1º, 1 vol.	Compendio da Historia Ecclesiastica de Berti 1º.	Berti, João Lourenço. <i>Compendio da Historia ecclesiastica.</i>	Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1805-1807, 5 vols.	Título não encontrado		Não
Developement de la Theorie de loix crim.s, 2 vols.	Developement de la Theorie des lois criminelis, 2 vols.	Bexon, Scipion-Jérôme. <i>Développement de la théorie des lois criminelles par la comparaison de plusieurs législations... suivie de l'application de cette théorie dans un projet de code criminel, correctionnel et de police.</i>	Paris: Garnery, 1802, 2 vols.	Título não encontrado	1\$000	Não
Biblioteca Juris Utricuque manuscripto, 2 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	_____			\$400	
Biblioteque de Romançes Gregos em 12 falta o 5º.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Bibliothèque des romans grecs, traduits en français.	Paris: imp. de Guillaume, 1797, 12 vols.		1\$000	Não

Idalia Bionis – Latin e Grego, 1 vol.	Jadilia Bionis Latim e Grego, 1 vol.	Bion de Phlossa / Moschos de Syracuse. <i>Bionis et Moschi Idyllia et quae praeterea exstant, graece et latine, cum notis variorum selectis.</i>	Não foi possível precisar a primeira edição.	Encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro uma edição em francês desta obra datada de 1697.	\$240	Não
Les Bataves Bittobé, 1 vol.	Les Bataves Bitobé, 1 vol.	Bitaubé, Paul Jérémie. <i>Les bataves.</i>	Amsterdan: 1773.	Título não encontrado	\$500	Não
Leçons de Rethorique: par Blair, 4 vols.	Leçons de Rethorique: par Blair, 4 vols.	Blair, Hugo. <i>Leçons de rhétorique et de belles-lettres, par le docteur Hugh Blair, traduit de l'anglais par M. Cantwell</i>	Paris: Gide, 1797, 4 vol.	Título não encontrado	2\$000	Não
Blassii Mochalora opera juridica, 1 vol.	Blassii Mucharolu Codiciis Justiniani, 1 vol.	_____			\$200	
Bluteau vocabularios sermoens &, 13 vols.	Bluteau vocavulario – Serm.s &, 13 vols.	Provavelmente, trata-se das seguintes obras: 1. Bluteau, Raphael. <i>Vocabulario portuguez, e latino... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos...</i> 2. Bluteau, Raphael. <i>Supplemento ao vocabulario portuguez e latino...</i> 3. Bluteau, Raphael. <i>Sermoens, Penegyricos e Doutrinaes, que em diversas festividades e assumptos pregou o Rev. Padre D. Rafael Bluteau.</i>	1. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1721, 8 vols. 2. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, 1727-1728, 2 vols. 3. Lisboa Occidental: Joseph A. da Sylva, Impressor da Academia Real, 1732-1733, 2 vols.	Encontram-se no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro dois exemplares de cada uma das três obras identificadas ao lado, coincidindo as datas de publicação das mesmas.	8\$000	Não

Nouveles du Bocage, 7 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Boccace, Giovanni. <i>Nouvelles de Jean Boccace. Traduction libre, ornée de la vie de Boccace (par Tiraboschi), des contes que Lafontaine a empruntés de cet auteur et de figures gravées sous la direction de Ponce, d'après les dessins de Marillier, par Mirabeau.</i>	Paris: L. Duprat, Letellier et Cie, 1802, 4 vols.		\$700	Não
Satires de Boileau, 1 vol.	Satires de Boileau, 1 vol.	Boileau-Despréaux, Nicolas. <i>Satires du Sieur D***.</i>	Paris: C. Barbin, 1666.	Título não encontrado	_____	Não
Dictionnaire François et Anglois – Borjer, 2 vols.	Dictionnaire Françaes et Anglais – Boyer, 2 vols.	Boyer, Abel. <i>Le Dictionnaire Royal François-Anglois et Anglois-François; tiré des meilleurs auteurs qui ont écrit dans ces deux Langues.</i>	Londres: 1729 (edição mais antiga localizada)	Título não encontrado	3\$200	Não
Borrechii &, 1 vol.	Borrechii (?) (Borrchi), 1 vol.	_____			-----	
Lettres Historiques et Politiques Sur l'Italie – Broses, 3 vols.	Lettres Historiques et Politiques sur l'Italie – Broses, 3 vols.	Brosser, Charles de. <i>Lettres historiques et critiques sur l'Italie.</i>	Paris: Ponthieu, 1798, 3 vols.	Título não encontrado	1\$920	Não
Histoires des Amoures des Gaules, 6 vols.	Histoire des Amours des Gaulês, 6 vols.	Bussy-Rasbutin, Roger de. <i>Histoire amoureuse des Gaules.</i>	Bruxelles: François Foppens, 1665.	Título não encontrado	1\$920	Não
Melanges de literature Alemande, 1 vol.	Melanges de Letterature Alemande, 1 vol.	Cabanis, Pierre-Jean Georges (org.). <i>Mélanges de littérature allemande.</i>	Paris: J. J. Smits, 1797.	Título não encontrado	1\$000	Não

Cabanis report Revolutions (Cert. Nda) (?), 4 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Provavelmente, trata-se das seguintes obras: 1. Cabanis, Pierre-Jean-Georges. <i>Rapports du physique et du moral de l'homme.</i> 2. Cabanis, Pierre-Jean-Georges. <i>Coup d'oeil sur les révolutions et sur la réforme de la médecine.</i>	1. Paris: Crapart, Caille et Ravier, 1802, 2 vols. 2. Paris: Crapart, Caille et Ravier, 1804.		2\$400	Não
Georges de Cabido de Decionibus, 1 vol.	George de Cabido de Dicionibus, 1 vol.	Cabedo, Jorge de. <i>Praticarum observationum sive decisionum supremi senatus regni lusitaniae.</i>	Olisipone: ex Officina Georgii Rodriguez, 1602, 2 vols.	Constam duas edições da obra <i>Praticarum observationum</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de janeiro datadas, respectivamente de 1602 e 1620.	\$200	Não
Canderio varis resolutiones etriusque Juris, 1 vol.	Canderio varié resolutiones etriusque Juris, 1 vol.	Câncer, Jaime. <i>Variarum resolutionum juris caesarei, pontificii et municipalis principatus Cathaloniae tractatus, in tres partes dissectus, auth. Jacob. Cancerio.</i>	Lugduni: sumpt. A. Pillehotte et J. Caffin, 1626, 3 pt. em 1 vol.	Título não encontrado	\$200	Não
Brito de Locationibus, 1 vol.	Brito de Locationibus, 1 vol.	Carvalho, Diogo de Brito de. <i>Compendium diversorum titulorum iuris pontificii, et variarum resolutionum utriusque iuris: Tomus primus in quo continentur commentaria copiosissima in rubricam & titulum de locato & conducto ...</i>	Ex officina Petri Craesbeeck, 1629.	Título não encontrado	\$200	Não
Carvalho de Quarta Legitima Falencia (?), 1 vol.	Carvalho de Quarta Legitima Falencia (?), 1 vol.	Carvalho, João de. <i>Novus, et methodicus tractatus, de una, et altera quarta, legitima, falcidia, et trebellianica, earumque imputatione...</i>	Conimbricæ: ex officina Nicolai Carvalho, 1631.	Consta uma edição da obra <i>Novus, et methodicus tractatus</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de janeiro datada de 1631.	\$200	Não

O Investigador Portugues Prim.o anno, 12 vols.	O Investigador Portuguez 1º anno, 12 vols.	Castro, Bernardo José de Abrantes e; Cunha, Vicente Pedro Nolasco da; Carvalho, José Liberato Freire de. <i>O investigador portuguez em Inglaterra ou Jornal literário político.</i>	Londres: H. Bryer, 1811-1819. ⁷⁴⁰	Encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro alguns números do periódico <i>O investigador portuguez</i> compreendidos entre 1811 e 1819.	1\$000	Não
Fran.co de Caldas Per.a e Castro Anatiteus (?) comentarius, 1 vol.	Fran.co de Caldas Pereira e Castro Anatiteus comentarius, 1 vol.	1. Castro, Francisco de Caldas Pereira e. <i>Analyticus commentarius seu relectio ad celebratissimam L. si curatorem habens C. de in integrum restitutione minorum.</i> 2. Castro, Francisco de Caldas Pereira e. <i>Analyticvs commentarius; sive, Ad typum instrumenti emptionis & venditionis tractatus ...</i>	1. Vlyssippone: excudebat Emmanuel de Lyra, expensis egregij viri Simonis Lopez, bibliopolae, 1583. 2. Francofurti: Sumptibus haeredum Z. Palthenij, typis H. Palthenij, 1618.	Títulos não encontrados	\$200	Não
Castro – Pratica Luzitana, 2 vols. França Pratica Lusitana só o 2º, 1 vol	Obra não referenciada nesta segunda lista. França Pratica Lusytana só o 2º, 1 vol.	Castro, Manuel Mendes de. <i>Practica Lusitana, advocatis, judicibus, utroque foro quotidie versantibus admodum utilis, & necessária... authore Emanuele Mendes à Castro, curiae advocato, & Olim Salmanticensi & Colymbricensi academia publico stipendio legum professore.</i>	Olysiopone: apud Georgium Rodericum, 1619.		\$200	Não

⁷⁴⁰ Em julho de 1811 foi publicado o primeiro número deste periódico, cujo último número (volume 23) veio a lume em fevereiro de 1819.

Repertorio das Ordenações, 2 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	<p>Para esta obra identificamos 2 possibilidades:</p> <p>1. Castro, Manuel Mendes de. <i>Repertorio das Ordenações do Reino de Portugal : novamente recopiladas : com as Remissões dos Doutores do Reyno, que as declarão, & concordia das leis de partida de Castella.</i></p> <p>2. Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro de São Vicente de Fora. <i>Repertorio das ordenações e leys do Reyno de Portugal novamente correcto, accrescentado: com muitas conclusões tiradas das mesmas Ordenações, e com hum novo Index no fim delle das materias das Colecções, que se ajuntáraõ aos Livros da Ordenação novamente impressa...</i></p>	<p>1. Lisboa: por Jorge Rodrigues, 1604.</p> <p>2. Lisboa: no Mosteiro de S. Vicente de Fóra, Camara Real de Sua Magestade, 1749-1754, 2 vols.</p>		\$400	Não
D.m Quixote en Françaes, 4 vols.	D. Quixote en Françaes, 4 vols.	Cervantes Saavedra, Miguel de. <i>Histoire de l'admirable Don Quixotte de la Manche (trad. De l'espagnol de Cervantes, par filleau de Saint-Martin).</i>	Paris: C. Barbin, 1677-1678, 4 vols.	Constam várias edições da obra <i>Histoire de l'admirable Don Quixotte de la Manche</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Oito edições, tendo como parâmetro suas respectivas datas de impressão (1679, 1713, 1732, 1741, 1754, 1768, 1771, 1773), podem ter pertencido à Silva Alvarenga.	2\$500	Não

Les Martires par Chataubrine – bruxure, 3 vols.	Les Martyres par Chataubrien – bruxure, 3 vols.	Chateaubriand, François-René de. <i>Les Martyrs, ou le Triomphe de la religion chrétienne.</i>	Paris: Le Normant, 1809, 2 vols.	Título não encontrado	\$320	Não
Choix de Anecdotes, 5 vols.	Choix de Anecdotes, 2 vols.	O número considerável de possibilidades de identificação para tal título torna inócua a tarefa.			1\$000	
Cicirione Opera Omnia, 9 vols.	Cicireone opera omnia, 9 vols.	Para esta obra identificamos 2 possibilidades: 1. Cícero. <i>M. Tulli Ciceronis opera omnia ab Alexandro Minutiano in lucem edita. Cum Ciceronis vita a Plutarcho scripta et in latinum versa a Leonardo Aretino.</i> 2. Cícero. <i>M. Tullii Ciceronis opera omnia quae exstant a Dionysio Lambino,... emendata. Ejusdem D. Lambini annotationes, seu emendationum rationes, singulis tomis distinctae.</i>	1. Mediolani: fratres Le Signerre pro A. Minutiano, 1498-1499, 4 tomos em 3 vols. 2. Paris: in aedibus Rovillii, 1565-1566, 4 tomos em 2 vols.	Encontram-se no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro três exemplares do <i>M. Tullii Ciceronis opera omnia quae exstant a Dionysio Lambino...</i>	5\$000	Não
Oraçoens de Ciciro, 3 vols.	Orações de Cicero, 3 vols.	Cícero. <i>Orações principaes</i> , trad. e notas pelo Padre Antonio Joaquim.	Lisboa: Regia Off. Typ., 1779-1780, 3 vols.	Título não encontrado	\$600	Não
Bartholomei Cipollo, 1 vol.	Bartholomei Sepolo, 1 vol.	Trata-se de Bartolomeo Cipolla . A ausência de qualquer referência ao título da obra impossibilita a identificação do livro que Silva Alvarenga possuía em sua biblioteca.			\$200	

Cyriacu de Controvertia forense, 4 vols.	Ciriaco de Castrovertia forense, 4 vols.	Ciriaco, Francesco Negri. <i>Controversiarum forensium...</i>	Genevae: Sumptibus Samuelis Choëët, 1665-1667, 4 vols.	Título não encontrado	\$800	Não
Ouvres completes de Claudien, 2 vols.	Oeuvrès completes de Claudien, 2 vols.	Claudianus, Claudius. <i>Oeuvres complètes de Claudien [texte imprimé], traduites en français pour la première fois (par l'abbé S. Delatour), avec des notes mythologiques, historiques, et le texte latin...</i>	Paris: A.-J. Dugour et Durant, 2 vols.	Título não encontrado	3\$000	Não
La Clefs des Sciences et du beaux Arts, 4 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Cochet, Jean-Baptiste. <i>La clet des Sciences et des beaux-arts ou la logique.</i>	Paris: J. Desaint et C. Saillant, 1750.		\$640	Não
Code du Comercio – bruxure, 1 vol.	Code du Commerce – bruxure, 1 vol.	Para esta obra identificamos 3 possibilidades: 1. Code du commerce , servant de supplément au procès verbal des séances du corps législatif. Septembre 1807. Exposés des motifs par les orateurs du gouvernement. 2. <i>Projet de Code du Commerce.</i> 3. <u>Locré, Jean-Guillaume.</u> <i>Esprit du Code de commerce ou Commentaire puisé dans les procès-verbaux du Conseil d'Etat, les exposés de motifs et discours, les observations du Tribunat... et Complément du Code de commerce...</i>	Respectivas edições: 1. Paris: imp de Hacquart, 1807, 1 vol. 2. Commission de Code du Commerce. Paris: l'impr. de la Republique, 1801. 3. Paris: Impr. Impériale, 1807-1813, 10 vols.	Os três títulos não foram encontrados	\$800	Não

Principios do Direito Natural. Felipe Joze Nog.a...4, 1 vol.	Principio do Diteiro Mercantil digo Natural, 1 vol.	Coelho, Filipe José Nogueira. <i>Principios do direito divino natural, público universal, e das gentes, adoptados pelas ordenações, leis, decretos...</i>	Lisboa: Francisco Borges de Souza, 1773.	Título não encontrado	\$200	
Colleção das Leis, só existe o 2º, 1 vol.	Coleção de Leis so existe o 2º, 1 vol.	_____			\$200	
Colleção de alguns Decretos e Alvaras de S.A.R., 1 vol.	Coleção de alguns Decretos e Alvarás, 1 vol.	_____			\$200	
Compendio Historico da Universid.e de Coimbra, 3 vols.	Compendio Historico do estado da Universid.e de Coimbra, 2 vols.	Compendio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuitas e dos estragos feitos nas Ciências e nos Profesores, e Directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados.	Lisboa: na régia officina typografica, 1771.	Título não encontrado	_____	Não
Antoni Consilei Alegationes Forences, 3 vols.	Antoni Concilei Alegationes Forences, 3 vols.	Concioli, Antonio. <i>Allegationes forenses ciuiles et criminales.</i>	Maceratae: Ex typographia haeredum Augustini Grisei & Iosephi Piccini, 1665, 2 vols.	Título não encontrado	\$300	Não
Antonii Consioli Annotationes, 3 vol.	Antonii Comsioli Annotassiones, 3 vols.	Concioli, Antonio. <i>Annotationes quamplurimae in statutis civitatis Eugubii : ad singulas ferè rubricas collatis cum jure canonico ac civili, facili brevique modo explanatis auctoritatibus recentiorum doctorum & praecipuè sacrae rotae romanae...</i>	Venetiis: apud Nicolaum Pezzana, 1700.	Título não encontrado	\$600	Não

Conseitos predicaveis... Hoger, 1 vol.	Conceitos predicaveis – Oger, 1 vol.	_____			\$160	
Contes a rire, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	<i>Contes à rire, ou Récréations françaises.</i>	Paris: 1749, 3 vols.		\$400	Não
Renseignements Sur l’Amerique, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Cooper, Thomas. <i>Renseignements sur l’amerique, rassemblés par Thommas Cooper... Traduits de l’anglais.</i>	Hambourg: P.F. Fauche, 1795.		\$320	Não
Tableau Historique d’Italie, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Corbigny, Louis Chicoilet de. <i>Tableaux historiques des campagnes d’Italie depuis l’an IV jusqu’à la bataille de Marengo...</i>	Paris: Chez Auber, 1806.	Consta uma edição da obra <i>Tableaux historiques des campagnes d’Italie</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cuja impressão data de 1806.	\$400	Não
Cordeiro Dubitationes in foro, 1 vol	Cordeiro Dubitationes in foro, 1 vol	Cordeiro, João Rodrigues. <i>Dubitationes in foro frequentes, more juridico disputatas, et secundum jus nostrum resolutas, ex vera, et in multis fortasse nova illius intelligentia.</i>	Conimbricæ: ex Typographia Regalli Collegio Artium Societatis Jesu, 1713.	Título não encontrado	\$200	Não
Theatro de Pedro Cornelio, 12 vols.	Teatro de Pedro Cornelle, 1 vols.	Corneille, Pierre. <i>Le Théâtre de Pierre Corneille.</i>	Paris: 1664, 5 vols. ⁷⁴¹	Título não encontrado	9\$600	Não

⁷⁴¹ A edição de 1764 (Genève: Cramer) possui 12 volumes. Não localizamos nenhuma tradução em português desta obra.

Martins da Costa tratado da forma dos libellos, 1 vol.	Martine da Costa tractado da forma dos Libellos, 1 vol.	Costa, Joam Martins. <i>Tractado da forma dos libellos, e das allegações judiciais, e do processo do juizo secular, & ecclesiastico, & dos contratos com suas glosas do licenciado Gregorio Martins Caminha. Reformado de novo com addições, e annotações copiosas das Ordenações novas do Reyno, leys de Castella, & modernos, & outras formas de libellos, petições, & allegações judiciais com a conferencia dos títulos das Ordenações antigas com as novas.</i>	Lisboa : impresso por Pedro Crasbeeck, 1610	Título não encontrado	\$200	Não
Costa de Remediis Sub... (?), 2 vols.	Costa de Remediis Serbo Idarius (?), 2 vol.	Costa, Giovanni Battista. <i>Tractatus de remedijs subsidiarijs...</i>	Ticini: ex typogr. Petri Bartoli, 1608.	Título não encontrado	\$400	Não
Cuvarruvias, 2 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Trata-se provavelmente de Diego de Covarruvias y Leyva . A ausência de qualquer referência ao título da obra impossibilita a identificação do livro que Silva Alvarenga possuía em sua biblioteca.			\$400	
Oeuvres de Crabillon – lefelis, 7 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Crébillon, Claude-Prospér Jolyot de. <i>Collection Complète des oeuvres de M. de Crébillon, fils.</i>	Londres: 1777, 14 tomos em 7 vols.	Consta apenas uma edição da obra <i>Oeuvres de Crébillon</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datada de 1785 (Londres, 3 vols).	4\$200	Título sujeito à concessão de “licença de leitura”. ⁷⁴²

⁷⁴² Vários outros títulos de Crébillon foram suprimidos em diferentes datas pela Real Mesa Censória: *Lettres de la marquise de M*** au comte de R**** (1732); *Les égarements du coeur et de l'esprit ou Memoires de M. de Meilcour* (1736); *Le Sopha, conte moral* (1742); *Le Hasard du coin du feu. Dialogue moral* (1763); *Lettres athéniennes. Extraites du porte-feuille d'Alcibiade* (1771).

Elpino Odes, 1 vol.	Elpino Odes, 1 vol.	Cruz e Silva, Antônio Dinis da. <i>Odes pindaricas posthumas de Elpino Nonacriense.</i>	Coimbra: na Imprensa da Univ., 1801.	Título não encontrado	\$320	Não
Melanges de Literature, 5 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	D'Alambert, Jean le Rond. <i>Mélange de littérature, d'histoire et de philosophie.</i>	Paris: Briasson, 1753, 2 vols. ⁷⁴³		2\$880	Título sujeito à concessão de “licença de leitura” a partir do edital de 13 de julho de 1802. ⁷⁴⁴
Decciones Forenses ab Sancta Portuense, 1 vol.	Deocones Ferences Absenectiis Portuence, 1 vol.	_____			\$200	
D.º de Calculo... 2º, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	_____			_____	
D.º Sonetos, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	_____			\$200	
La Visite Fabulista Comédié par Dalannois, 1 vol.	La Visite Fabulaste Comédie par Dalannay, 1 vol.	De Launay. <i>La vérité fabulaste. Comédie avec un recueil de fables.</i>	Paris: chez Le Breton fils, 1733.	Título não encontrado.	_____	Não
La Petie Poeme de – 2 jogos em brux. outro não...	La Petie Poeme... 2 jogos em bruxure Delille em bruxure.	Delille, Jacques. <i>La Pitié</i> , poème par Jacques Delille	Paris: Giguet et Michaud, 1803.	Título não encontrado	\$800	Não
Les Poesies fugitifs de Dellile, 1 vol.	Posies fugitifs, 1 vol.	Delille, Jacques. <i>Poésies fugitives.</i>	Paris: Giguet et Michaud, 1802.	Título não encontrado	\$400	Não
Les Trois Royaumes de la Nature – Poeme de Dellile, 2 vols.	Les Trois Royacimes... 2 vols. Nature – Poeme... 2 vols.	Delille, Jacques. <i>Les Trois Règnes de la nature.</i>	Paris: H. Nicolle, 1808, 2 vol.	Título não encontrado	\$800	Não

⁷⁴³ A edição seguinte já possui 5 volumes.

⁷⁴⁴ Sua *Lettre... à Mr. Linguet sur l'aliénation des biens ecclésiastiques : en réponse à celle qui est insérée dans le numero LII des "Annales"* foi suprimida por edital de 23 de julho de 1786.

Depaseribus (?) de scriptura privata, 1 vol.	Depassiaribus... da scripture private, 1 vol.	De Passeribus, Nicolai. <i>De scriptura privata tractatus Novus plenissimus. In quinque libros distinctus...</i>	Venetiis: Balionum. 1611	Título não encontrado	\$200	Não
Poezies de Mme. De Houlières, 2 vols.	Poezies de Mme. De Houlières, 2 vols.	Des Houlières, Antoinette. <i>Poésies de Mme Des Houlières</i>	Paris: Vve de S. Mabre-Cramoisy, 1688.	Título não encontrado.	\$820	Não
Dictionaire nouveau, 2 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	O número consideravel de possibilidades de identificação para tal título torna inócua a tarefa.			\$200	
Dicionario Exegetico, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Dicionário <i>exegetico, que declara a genuína e própria significação dos vocábulos da língua portugueza adoptados unicamente pelos sábios da nação.</i>	Lisboa: na Officina patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781, 1 vol.		\$200	Não
Jaques le Fataliste, 4 vols.	Jaques le Fataliste, 4 vols.	Diderot, Denis. <i>Jacques le Fataliste et son maître.</i>	Paris: chez Buisson, 1786.	Título não encontrado	\$320	Embora esta obra não tenha sido proibida pela censura lusa, o autor possui outro título defeso. ⁷⁴⁵
Noguival allegationis Juris, 1 vol.	Noguival alegationis Juris, 1 vol.	Diez Noguierol, Pedro. <i>Allegationum iuris: in quibus quamplures quaestiones summè necessariae, in Supremae Hispaniarum Curiae tribunalibus disceptatae, ad praxim vsumque forensem spectantes, enucleantur.</i>	Venetiis: apud Paulum Balleonium, 1664.	Título não encontrado	\$200	Não

⁷⁴⁵ Trata-se da obra: *Oeuvres philosophiques et dramatiques de M. Diderot...*, publicada em Amsterdam, 1772, 6 vols. O edital de 08 de julho de 1782 determinou que apenas as primeiras (*Oeuvres philosophiques*) fossem suprimidas.

Rudimens de l'Histoire – de Mairon, 4 vols.	Rudimens de l'Histoire de Mairon, 4 vols.	Domairon, Louis. <i>Les rudiments de l'Histoire ou idée générale et précise des peuples les plus célèbres...</i>	Paris: Chez Deterville, 1801, 4 vols.	Título não encontrado	1\$600	Não
La Colombiade par Mme. du Bucage, 1 vol.	La Colombiade par Mme. Du Bucage, 1 vol.	Du Bocage, Anne-Marie Piquet. <i>La Colombiade, ou la foi portée au nouveau monde.</i>	Paris: Desaint & Saillant, Durand, 1756.	Título não encontrado	1\$200	Não
Dtes Raçine, 3 vols.	Dites Racine, 3 vols.	_____			\$900	
Code de la Police, 2 vols.	Code de la Police, 2 vols.	Du Chesne, M. D. <i>Code de la police ou Analyse des réglemens de police, divise em 12 titres.</i>	Paris: Prault père, 1757.	Título não encontrado	\$400	Não
Trait des Prescripçoens del' Alienation de bens de glise, 1 vol.	Traite das Prescrições de Bens de Eglise, 1 vol.	Dunod de Charnage, François-Ignace. <i>Traité des prescriptions, de l'aliénation des biens d'église, et des dîmes, suivant les droits civil et canon, la Jurisprudence du Royaume & les Usages du Comté de Bourgogne.</i>	Dijon: A. de Fay, 1730.	Título não encontrado	\$200	Não
D°. Geografique de Noire (?) 3.eme edition, 1 vol.	D°. Geografique de Nogien 3.me edition, 1 vol.	Echard, Lawrence. <i>Dictionnaire géographique-portatif, ou description des royaumes, provinces, villes, patriarchats, eveschés, duchés, comtés, marquisats, villes impériales et anseatiques, ports, forteresses, citadelles, et autres lieux considérables des quatre parties du monde... traduit de l'anglois par Monsieur Vosgien. [pseud. de Jean-Baptiste Ladvocat].</i>	Data de 1763 a edição mais antiga localizada. Paris: du fonds de la veuve Didot.	Título não encontrado	1\$300	Não

Elegias de Prosera (?), 2 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	_____			1\$280	
Elemens de matematicque 1º, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	O número consideravel de possibilidades de identificação para tal título torna inócua a tarefa.			_____	
Emciclopedia Poetica – bruxura...folº, 15 vol.	Insiclupedia Poética – brux, 15 vols.	_____			2\$000	
Code du Bonheur, 6 vols.	Code du Bonheur, 6 vols.	Erlach, Rodolphe-Louis d'. <i>Code du bonheur, renfermant des maximes et des règles relatives aux devoirs de l'homme envers lui-même, envers ses semblables et envers Dieu.</i>	Lausanne: J. P. Heubach, 1788, 6 vols.	Título não encontrado	2\$400	Não
Estatutos da Univerçidade de Coimbra falta 1, 3 vols.	Estatutos da Universidade de Coymbra em doze falta o primeiro.	<i>Estatutos da Universidade de Coimbra compilados debaixo da immediata e suprema inspecção de el Rei D. José I.</i>	Lisboa: Na Régia Officina Typográfica, 1772, 3 vols.	Título não encontrado	2\$560	Não
Histoire de Italie: Fantin dezaso Doard', 9 vols.	Histoire de Italie – Fantin Bezozodard (?), 9 vols.	Fantin-Desodoards, Antoine-Etienne-Nicolas. <i>Histoire d'Italie, depuis la chute de la Republique romaine jusqu'aux premières années du XIXeme siècle.</i>	Paris: Perlet, 1803, 9 vols.	Título não encontrado	5\$400	Não
Histoire de la Revulation Desodoard, 9 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Fantin-Desodoards, Antoine-Etienne-Nicolas. <i>Histoire philosophique de la Révolution de France, depuis la convocation des notables, par Louis XVI, jusqu'à la séparation de la Convention...</i>	Paris: de l'imprimerie de l'Union, 1796, 2 vols.	Título não encontrado	8\$000	Não
Arte nova da lingua grega, 1 vol.	Arte nova da Lingoa Grega, 1 vol.	Faria, Custódio de. <i>Arte nova da lingua grega... feita e oferecida à Virgem Maria N. S.</i>	Coimbra: Real Typ. da Universidade, 1790.	Título não encontrado.	\$200	Não

Farinassi (?), 9 vols.	Farinassi Opera, 9 vols.	Farinaccio, Prospero. <i>Dn. Prosp. Farinacii,...Opera omnia,... in tomos novem divisa,...</i>	Francofurti: apud J. A. Endterum, s.d., 10 vols.	Título não encontrado	1\$800	Não
Madureira Ortografia, 1 vol.	Madureira Ortografia, 1 vol.	Feijó, João de Morais Madureira. <i>Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa para uso do Excelentíssimo Duque de Lafoens.</i>	Lisboa: Off. de Miguel Rodrigues, 1734.	Título não encontrado	\$320	Não
Aventuras de Telemaque, 4 vols.	Aventuras de Telemaque, 4 vols.	Fénelon, François de Salignac de la Mothe. <i>Les aventures de Télémaque, fils d'Ulysse, ou suite du quatrième livre de l'Odyssée d'Homère.</i>	La Haye: A. Moetiëns, 1699, 4 tomos em 2 vols.	Título não encontrado	\$600	Não
Manoel Lopes Ferreira Pratica Criminal, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Ferreira, Manoel Lopes. <i>Prática criminal expedida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal.</i>	Lisboa: Carlos Esteves Mariz, 1741.		\$200	Não
Ferreira de Dicionibus, 1 vol.	Ferreira de Dicionibus, 1 vol.	_____			\$200	
La Science de la legislation Felanguire, 7 vols.	La Science de la legislation... Filanguire, 7 vols.	Filangieri, Gaetano. <i>La science de la législation, par M. le chevalier Gaetano Filangieri, ouvrage traduit de l'italien d'après l'édition de Naples, de 1784.</i>	Paris: Cuchet, 1786-1791, 6 vols. ⁷⁴⁶	Título não encontrado	3\$500	Título sujeito à concessão de “licença de leitura” a partir do edital de 19 de junho de 1797.

⁷⁴⁶ A segunda edição, datada de 1799 (Paris: chez Dufart), possui 7 volumes.

Themudo Decionis et questiones, 4 vols.	Têmodo Decionis et Questiones, 4 vols.	Fonseca, Manuel Temudo da. <i>Decisiones et quaestiones Senatus Archiepiscopalis Metropol. Olysipon. Regni Portugaliae ex gravissimorum patrum responsis collectae, tam in judicio ordinario quàm apostolico a D. Emanuel Themudo da Fonseca...</i>	Ulysipone : ex officina Dominici Lopez Rosa, 1643-1650, 3 vols. ⁷⁴⁷	Consta uma edição da obra <i>Decisiones et quaestiones Senatus Archiepiscopalis Metropol. Olysipon</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datada de 1688 (Ulyssipone: ex Typ. Joanni Gabrau)	\$800	Não
Fontaneles em 12 falta o 1º	Obra não referenciada nesta segunda lista.	A ausência de qualquer termo que indique o título impossibilita a identificação desta obra			1\$000	
Fontaneles Dicissiones sacre Regis Sanctus, 2 vols.	D.º de Dicionibus Sacra Regis Senatus, 2 vols.	Fontanella, Juan Pedro. <i>Decisiones sacri regii senatus cathaloniae.</i>	Geneuae: Sumptibus Samuelis Chouet, 1662, 2 vols.	Título não encontrado	\$400	Não
Fontaneles de Partis Nupcialibus, 2 vols.	Fontaneles de Partis Nupecalibus (?), 2 vols.	Fontanella, Juan Pedro. <i>De pactis nuptialibus cive capitulis matrimonialibus tractatus.</i>	Barcinona: Laurentium Dèu, 1612-1622.	Consta uma edição da obra <i>De pactis nuptialibus</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datada de 1645 (Venetiis: apud Bertaus)	\$400	Não
Julio Francisco Alegação Juridica, 1 vol.	Julio Francisco – Alugação Jurídica, 1 vol.	Francisco, Júlio. <i>Allegação juridica a favor da Congregação do Oratório da cidade de Lisboa Occidental em resposta à que mandaram fazer, e imprimir os R. R. Prior, e Beneficiados da Igreja Parochial de S. Nicolao, sobre a controversia, que movem à mesma congregação, pertendendo impedirlhe o complemento da sua casa.</i>	Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa, Impressor da Religião de Malta, 1730.	Título não encontrado	\$200	Não

⁷⁴⁷ Uma quarta parte desta obra teria sido publicada em 1729.

Francisco Mantica (?) (Monteiro?), 2 vols.	Fran.co Monteiro (?), 1 vol.	_____			\$400	
Vida de D. João de Castro... folº, 15 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Freire de Andrade, Jacinto. <i>Vida de Dom João de Castro, quarto Viso-rey da India.</i>	Lisboa: na officina craesbeeckiana 1651.		1\$280	Não
Dictionaire de Police Frionenville, 1 vol	Dictionaire de Police... Fremenville, 1 vol.	Fréminville, Edme de la Poix de. <i>Dictionnaire ou traité de la Police générale des villes, bourgs, paroisses et seigneuries de la campagne...</i>	Paris: Gissey, 1758.	Título não encontrado	\$800	Não
Oeuvres de Frederic de la Pruse, 17 vols.	Oeuvres de Frederic de la Pruse, 17 vols.	Friedrich II. <i>Oeuvres de Frédéric II, roi de Prusse.</i>	Potsdam: aux dépens des associes, 1805, 24 vols.	Encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro uma edição desta obra posterior à sua morte, e que, portanto, pode ser descartada como pertencente à Livraria de Silva Alvarenga.	10\$000	Título sujeito à concessão de “licença de leitura” a partir do edital de 08 de agosto de 1805.
Gaill Praticarum observationem ad Processum, 1 vol.	Gail Praticarum observationem ad processum, 1 vol.	Gail, Andréas. <i>Practicarum observationum, tam ad processum judicarium.</i>	Coloniae Agrippinae : J. Gymnicus, 1580 ⁷⁴⁸	Título não encontrado	\$200	Não
Gaite opera, 1 vol	Gaite Opera, 1 vol.	_____			\$200	
Gama Decionis, 1 vol.	Gama Decionis, 1 vol.	Gama, António. <i>Decisiones supremi senatus inuictissimi Lusitaniae Regis per Antonium à Gama regium senatorem olim cum doctissimis collegis decreta & nunc in luce[m] editae...</i>	Ulissippone: excudebat Emanuel Ioannes, 1578.	Consta uma edição da obra <i>Decisiones supremi senatus inuictissimi Lusitaniae Regis</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datada de 1597 (Barcinone: Expensis LelijMarini mercatoris Veneti)	\$200	Não

⁷⁴⁸ Sobre a primeira edição localizamos apenas que foi publicada em 1578.

Logica de Genouence, 1 vol.	Logica de Genoense – o 1º.	Genovesi, Antonio. <i>Instituições Lógicas escritas para uso da mocidade por seu auctor Antounio Genuense traduzidas e adicionadas em portuguez, por Guilherme Coelho Ferreira.</i>	Lisboa: Off. Prat. De Francisco Luiz Ameno, 1787.	Título não encontrado	\$320	Não
Histoire Compare de Systemes Filozofiques Gerando, 3 vols.	Histoire compare des Systemes Philosophiques de Gerando, 9 vols.	Gérando, Joseph-Marie de. <i>Histoire comparée des systèmes de philosophie, relativement aux principes des connaissances humaines, par J.-M. Degérando.</i>	Paris: Henrichs, 1804, 3 vols.	Título não encontrado.	2\$400	Não
Le Conte de Valmonte, 5 vols.	Le conte de Valmont, 5 vols.	Gerard, Philippe-Louis. <i>Le Comte de Valmont, ou les égarements de la raison.</i>	Paris : Moutard, 1775, 5 vols.	Título não encontrado	1\$600	Não
Cursus Logicus manuscripto, 1 vol.	Cursus lógicus – manuscripto, 1 vol.	Para esta obra identificamos 2 possibilidades: 1. Gijsbrecht, Van Isendoorn. <i>Cursus logicus, systematicus et agonisticus in quo, praeter theoremata, quaestiones ad eorum explicationem necessariae...</i> 2. Rudrauff, Kilian. <i>Cursus logicus recognitus, academicis et scholasticis exercitiis accommodatus et per tabellas, varias quaestiones atque regulas dispositus et emendatior nunc passim redditus a Kiliano Rudrauffio...</i>	1. Hardevici: apud J. Tollium, 1654. 2. Giessae Hassorum: Typ. F. Karger, 1668.	Títulos não encontrados	_____	Não
Francisco Frigueiro Goes – Ecco Jurídico, 1 vol.	Fran.co Trigueiro Góes, Ecco Jurídico, 1 vol.	Goes, Francisco Trigueiro de. <i>Ecco jurídico contra as vozes das reflexões.</i>	Lisboa: Off. da Musica, 1731.	Título não encontrado	\$200	Não

Origine des Ars, des Lois et Sciences, 6 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Goguet, Antoine Yves. <i>De l'origine des loix, des arts et des sciences, et de leurs progrès chez les anciens peuples.</i>	Paris: Desaint et Saillant, 1758, 3 vols. A segunda edição, de 1759, tem 6 volumes.	Título não encontrado	1\$920	Não
Chronica de El rej D. Manoel Góes, 1 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Góis, Damião de. <i>Chronica do felicíssimo Rei Dom Emanuel composta per Damiam de Góes dividida em quatro partes...</i>	Lisboa: Francisco Correa, 1566-1567, 4 vols.		1\$280	Não
Caetano Gomes Desertações Jurídicas... 4, 1 vol.	Caetano Gomes Dizertação Jurídica, 1 vol.	Gomes, Alexandre Caetano. <i>Dissertações jurídicas sobre a intelligencia de algumas ordenações do reyno que por supplemento ao manual practico.</i>	Lisboa: Na Of. Bernardo Antonio de Oliveira, 1755.	Título não encontrado	\$200	Não
Gomezzi ad Legis Tauri (?) commentarium, 2 vols.	Gomezzi ad Legis (Tauri?) Comentarium, 2 vols.	Gómez, Antonio. <i>Ad leges Tauri On. Ant. Gomezii Commentarius.</i>	Francoforti: ex officina typographica Nicolai Bassaei, 1591.	Título não encontrado	\$400	Não
Fontes proximas da compilação Filipina... 4, 1 vol.	Fontes proximas da Compilação Filippina, 1 vol.	Gordo, Joaquim Ferreira. <i>Fontes próximas da compilação filipina ou índice das ordenações, e extravagantes, de que proximamente se derivou o código filipino.</i>	Lisboa: Officina da Acedemia Real das Sciencias, 1792.	Consta uma edição da obra <i>Fontes próximas da compilação filipina</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datada de 1792.	\$200	Não
Decretum Gratiacum emendatum, 3 vols.	Decretum Gratiani mandatum, 3 vols.	Graciano. <i>Decretum Gratiani, emendatum et annotationibus illustratum...</i>	Romae: 1582, 3 vols.	Constam duas edições da obra <i>Decretum Gratiani</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datadas, respectivamente, de 1582 e 1613.	\$600	Não
Letres de une Peruvienne, 2 vols.	Letres de une Peruvienne, 2 vols.	Graffigny, Françoise de. <i>Lettres d'une Péruvienne.</i>	Paris: 1747.	Título não encontrado	\$480	Não

Gratia de Beneficiis, 1 vol.	Gratia de Beneficiis, 1 vol.	_____			\$200	
Stefani Gratiani Desceptaciones ac dicisiones, 7 vols.	Stefani Gratiani Desceptaciones ac dicisiones, 7 vols.	Gratiani, Stephani. <i>Disceptationum forensium iudiciorum; nec non decisionum Prouinciae Marchiae...</i>	Francofurti: Cura Rulandiorum, 1619-1625, 5 vols.	Constam duas edições da obra <i>Disceptationum forensium iudiciorum</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro cujas impressões datam, respectivamente, de 1619-1625 e 1699.	1\$400	Não
Greccourt – Oeuvres, 4 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Grécourt, Jean-Baptiste-Joseph Willart de. <i>Oeuvres complètes de Grécourt.</i>	Luxembourg: 1764.		\$640	Não ⁷⁴⁹
Il Pastor fido, 1 vol.	H Pastor fido, 1 vol.	Guarini, Giovanni Battisti. <i>Il Pastor Fido, tragi-comédie pastorale.</i>	Ferrara: apresso Benedetto Mamarello, 1590.	Constam duas edições da obra <i>Il Pastor Fido</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressas, respectivamente, em 1590 (Ferrara) e 1621 (Venetia).	\$320	Título suprimido. A tradução em português também foi proibida por ordem da Séc. de Est. dos Neg. do Reino. ⁷⁵⁰
Guizzini opera criminalia, 1 vol.	Guizzini opera Criminale, 1 vol.	Guazzini, Sebastiano. <i>Opera criminalia, tribus tomis comprehensa...</i>	Antuerpiae: apud H. Verdussen, 1675-1676, 3 tomes en 1 vol.	Título não encontrado	\$200	Não

⁷⁴⁹ Embora não haja um edital de proibição ou de licença de leitura para as *Oeuvres complètes de Grécourt*, seus Contos, ou alguns deles (*Les Contes*) foram madados suprimir na classe das obras obscenas.

⁷⁵⁰ Cf. “Catálogos de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até ao presente, para servir no expediente da Casa da Revisão (1768-1814)”, In: Maria Adelaide Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional – aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra, 1963.

Lettres de quelques juiffs, 3 vols.	Lettres de quelques juifs, 3 vols.	Guénée, Antoine (l'abbé). <i>Lettres de quelques juifs portugais et allemands à M. de Voltaire, avec des réflexions critiques, etc., et un petit commentaire extrait d'un plus grand.</i>	Paris: L. Prault, 1769.	Título não encontrado	1\$920	Não
Gutierrez de Matrimonio, 1 vol.	Gutierrez de Matrimonio, 1 vol.	Gutiérrez, Juan. <i>Quaestiones tam ad sponsalia de futuro, quam matrimonia eorumque impedimenta.</i>	Venetiis: apud Juntas, 1618.	Título não encontrado	\$200	Não
Gutenros de Juramentto, 1 vol.	Guterrios de Juramento, 1 vol.	Gutiérrez, Juan. <i>Tractatus de juramento confirmatório, & aliis in jure variis resolutionibus.</i>	Salmanticae: Petrus Lassus, 1586.	Título não encontrado	\$200	Não
Histoire des Imperis par Guion, 8 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Guyon, Claude-Marie (L'abbé). <i>Histoire des empires et des républiques, depuis le déluge jusqu'à Jésus-Christ, où l'on voit dans celle d'Égypte et d'Asie la liaison de l'histoire sainte avec la profane et dans celle de la Grèce le raport de la fable avec l'histoire.</i>	12 Tomos. * Paris: Jean Rouan, Joseph Bullot, Jean Nully, 1733, t.1-2 * Paris: Hippolyte-Louis Guérin, Jean Villette, Ch. Jean-Baptiste Delespine, 1736-1741, T.3-12.		4\$000	Não
Histoire des Indes Orientales – Guyon 3º, 1 vol.	Histoire des Indes Orientales Guyon 3 vols.	Guyon, Claude-Marie (L'abbé). <i>Histoire des Indes Orientales, anciennes et modernes.</i>	Paris: chez Jacq. H. Butard, 1744, 3 vols.	Título não encontrado	_____	Não

D.º Grego Hederico, 2 vols.	D.º Grego – Hederico, 2 vols.	Hederich, Benjamin. <i>Lexicon Manuale Graecum, omnibus sui generis lexicis, quae quidem exstant, longe locupletius, eaque ratione in tres partes, videlicet Hermeneuticam, Analyticam Et Syntheticam divisum;</i>	Leipzig: 1722.	Título não encontrado	2\$400	Não
Fundament Stili Cultioris – Hincio, 1 vol.	Fundamente Stelii cultioris – Hiennecii, 1 vol.	Heineccius, Johann Gottlieb. <i>Fundamenta stili cultioris in usum auditorii adornavit et syllogen exemplorum adjecit</i>	Data de 1736 a edição mais antiga localizada. Leipzig, Fritsch, 1 vol.	Consta uma edição desta obra no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: <i>Fundamenta stili cultioris in usum auditorii adornavit et syllogen exemplorum adjecit.</i> Veneza: Typographia Balleomana, 1743, 1 vol.	\$160	Não
Compendium Anatomicum, 1 vol.	Compendium Anatomicum, 1 vol.	Heister, Lorenz. <i>Compendium Anatomicum, veretum recentiorumque observationes brevissime complectens...</i>	Altdorf: 1717.	Título Não encontrado	_____	Não
Cours de Histoire naturelle 1º, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Hennebert, Jean-Baptiste-François (abbé). <i>Cours d'histoire naturelle, ou Tableau de la nature.</i>	1. Paris: Lacombe, 1770, 7 vols.		_____	Não
Herodiannos em Grego, 1 vol.	Herodianos em Grego, 1 vol.	_____			\$200	
Histoire de Cavelande 1º 2º 3º 7º som.e, 4 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	_____			\$640	
Choix de Poesies Allemens – Habert, 4 vols.	Choix de Poesies Allemens – Habert, 4 vols.	Huber, Michel. <i>Choix de poésies allemandes</i>	Paris: Humblot, 1766, 4 vols.	Título não encontrado	2\$400	Não

Faria Additiones ad Covarroviã, 1 vol.	Faria Additiones ad Covarroviã, 1 vol.	Ibáñez de Faria, Diego. <i>Novae additiones, observationes et notae ad libros variarum resolutionum illustrissimi ac reverendissimi D. Didaci Covarruvias a Leiva ...</i>	Lugduni: Sumpt. Petri Borde, Joan. & Petri Arnaud, 1688.	Constam dois exemplares da obra <i>Novae additiones, observationes et notae ad libros</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ambos datados de 1688.	\$200	Não
Instructi sacri Oratoris, 1 vol.	Instructio Sacri oratoris, 1 vol.	_____			_____	
Joanis de Castelo opera omnia, 10 vols.	(?) de Castillo Opera Ominia, 10 vols.	_____			2\$000	
Jornal Enciclopédico alguns N°s	Obra não referenciada nesta segunda lista.	<i>Jornal enciclopédico dedicado à Rainha N. Senhora, e destinado para instrução geral com a notícia dos novos descobrimentos em todas as sciencias, e artes.</i>	Lisboa: na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1779, 1788-1793; e na Typ. Lacerdina em 1806.		_____	Não
Justiniano de Jurisprudencia, 1 vol.	Justiniano de Jurisprudencia, 1 vol.	_____			\$200	
Dictionaire de Anecdotes, 2 vols.	Dictionaire d'Anecdotes, 2 vols.	Lacombe, Jacques. <i>Dictionnaire d'anecdotes, de traités singuliers et des caractéristiques, historiettes, bons mots...</i>	Paris: Lacombe, 1766.	Título não encontrado	\$600	Não
Fablas de lafontaine, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	La Fontaine, Jean de. <i>Fables choisies.</i>	Paris: C. Barbin, 1668.		\$640	Embora esta obra não tenha sido proibida pela censura lusa, o autor possui outro título defeso.
Lycee par La Harpe, 16 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	La Harpe, Jean François. <i>Le lycée ou cours de littérature ancienne et moderne.</i>	Paris: H. Agasse, 19 vols		10\$000	Não

Lancelote de Atentatis, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Lancelotti, Roberto. <i>Tractatus de attentatis et innovatis lite et appellatione pendente...</i>	Lugduni: Officina Q. Philip Tinghi, 1585.		\$200	Não
Mascarenhas Tractatio Vtrique fori, 1 vol.	Mascarenhas Tractatio utrique fori, 1 vol.	Landim, Nicolau Coelho de. <i>Nova, et scientifica Tractatio utrique foro perutilis, ac necessaria : in tres partes divisa... excellentissimo D.D. Joanni Mascarenhas Dignissimo Comiti Insulae Sanctae Crucis...</i>	Ulyssipone: typis, & sumptibus Antonii Craesbeeck à Mello Serenissimi Principis Typographi, 1677.	Título não encontrado	\$200	
Oeuvres Morales de Rochefoucault, 2 vols.	Oeuvres Morales de Rochefoucault, 2 vols.	La Rochefoucault, François. <i>Oeuvres Morales de François Duc de La Rochefoucault. Suives d'observations et d'un supplément, destiné à servir de correctif à ses maximes, par Agricola de Fortia.</i>	1796	Título não encontrado	_____	Não
Historia do Filozofos... o 1º, 1 vol.	Historia dos Filozofos – o 1º	Leal, Francisco Luís. <i>Historia dos Filozofos antigos, e modernos para uso dos filozofos principiantes: em que se relatão as suas vidas, as suas acções, a parte da filosofia, em que foram eminentes, os seus systemas, as suas descobertas e a correcção dos seus erros.</i>	Lisboa: na Offic. Patr. De Francisco Luiz Ameno, 1788-1792, 2 vols.	Consta uma edição da obra <i>Historia dos Filozofos antigos</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa entre 1788-1792 (Lisboa: na Of. de Francisco Luiz Ameno).	_____	Não

Obras Criticas de Clercio, 3 vols.	Obras Criticas de Clercio, 3 vols.	Le Clerc, Jean. <i>Joannis Clerici Ars critica, in qua ad studia linguarum latinae, graecae et hebraicae via munitur...</i>	Amstelaedami: apud G. Gallet, 1697, 2 vols.	Consta uma edição desta obra no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: <i>Joannis Clerici Ars critica, in qua ad studia linguarum latinae, graecae et hebraicae via munitur... Editio secunda.</i> Amstelaedami, apud G. Gallet, 1700, 2 vols.	\$20	Não
Leitão Pratica de Juízo... 4, 1 vol.	Leitão Pratica do Juízo, 1 vol.	Leitão, António Lopes. <i>Liber utilissimus judicibus, et advocatis ad praxim de judicio finium regundorum.</i>	Ulyssipone: ex Typographia Emmanuelis de Sylva, 1654.	Consta uma edição da obra <i>Liber utilissimus judicibus</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datada de 1654.	\$200	Não
Matheus Homem Leitão de Jure Luzitano, 1 vol.	Matheus Homem Leitão de Jure Luzitano, 1 vol.	Leitão, Mateus Homem. <i>De Jure Lusitano: tomus primus: in tres utiles Tractatus divisus....</i>	Conimbricæ: E. de Carvalho, 1645	Título não encontrado	\$200	Não
Letres de Ninon del Enclos, 2 vols.	Lettres de Ninon de l'Enclos, 2 vols.	Lenclos, Ninon de. <i>Lettres de Ninon de Lenclos au marquis de Sevigné.</i>	Amsterdam: chez François Joly, 1750, 2 tomos, 1 vol.	Título não encontrado	\$640	Título "suprimido" no edital de 24 de Janeiro de 1782.

Tabettes Chronologiques par Barban de Brugere, 2 vols.	Tabettes Chronologiques par Barban de Bringere, 2 vols.nb	Lenglet du Fresnoy, Nicolas. <i>Tablettes chronologiques de l'histoire universelle, sacrée et profane, ecclésiastique et civile, depuis la création du monde jusqu'à l'an 1775: avec des réflexions sur l'ordre qu'on doit tenir, & sur les ouvrages nécessaires pour l'étude de l'histoire. Nouvelle Édition, revue, corrigée, et augmentée, par J. L. Barbeau de La Bruyère.</i>	Paris: frères De Bure, 1778, 2 vols.	Título não encontrado	1\$200	Embora esta obra não tenha sido proibida pela censura lusa, o autor possui outros títulos defesos. ⁷⁵¹
Ecole du monde, 3 vols.	Ecole do monde, 3 vols.	Le Noble, Eustache. <i>L'école du monde, nouvelle. Ou les promenades de Mr. Le Noble.</i>	Amsterdam: chez les héritiers d'Antoine Schelte, 1699-1700.	Título não encontrado	\$600	Não
Gil Blas em Français, 4 vols.	Gil Blas – Francais, 4 vols.	Lesage, Alain-René. <i>Histoire de Gil Blas de Santillane.</i>	Paris: P. Ribou (Vve) P. Ribou, 1715-1735, 4 vols.	Título não encontrado	1\$280	Não
Les Paisages, ou essay sur la Nature Champetre, 1 vol.	Les Paisages, ou essay sur la Nature Champetre – Poeme, 1 vol.	Lezay-Marnézia, Claude-François-Adrien de. <i>Les Paysages, ou essais sur la nature champêtre: poème...</i>	Paris: Prault, 1787.	Título não encontrado	\$400	Não
Letres et Pensées de M. P. de Segni (Ligne?), 2 vols	Letres et pencees de M. P. de Ligne, 2 vols.	Ligne, Charles Joseph (Prince de). <i>Lettres et Pensées du maréchal Prince de Ligne, publiées par Mme la Baronne de Staël-Holstein.</i>	Paris: D.-J. Paschoud, 1809.	Título não encontrado	\$800	Não

⁷⁵¹ Tal como *De l'usage des romans où l'on fait voir leur utilité et leurs différents caractères, avec une bibliothèque des romans, accompagnée de remarques critiques sur leur choix et leurs éditions*, par M. le C. Gordon de Percel, 1734, 2 vols. Cf. “Catálogos de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até ao presente, para servir no expediente da Casa da Revisão (1768-1814)”, In: Maria Adelaide Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional – aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra, 1963.

Lima Comentaria, 4 vols.	Lima Comentaria, 4 vols.	Lima, António Teles Leitão de. <i>Commentaria ad Articulos Gabellarum ac Regimen Incapitationum Regni Portugalliae.</i>	Lisbonae : Ex Praelo Michalis Rodrigues, 1759.	Título não encontrado	\$800	Não
Gramatica Franceza de Lima, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Lima, Luís Caetano de. <i>Grammatica Franceza, ou arte para aprender o francez por meio da libgua portugueza.</i>	Lisboa: Off. Real Deslandense, 1710.		\$240	Não
Voyage en Purtugal par Link – bruxure, 3 vols.	Voyage em Portugal par link, 3 vols.	Link, Heinrich Friedrich. <i>Voyage en Portugal fait depuis 1797 jusqu'en 1799.</i>	Paris: Levrault, Schoell et Cie, 1803-1805, 3 vols.	Consta uma edição da obra <i>Voyage en Portugal</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa em 1803, 2 vols.	1\$200	Não
Memoria e Conom. Sobre a franqueza do V.os, 1 vol.	Memoria econ. sobre a franqueza dos vinhos, 1 vol.	Lisboa, José da Silva. <i>Memória econômica sobre a franqueza do comércio dos vinhos do Porto.</i>	Rio de Janeiro: na Impressão régia, 1812.	Consta uma edição da obra <i>Memória econômica sobre a franqueza do comércio dos vinhos do Porto</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa nesta cidade (Impressão Régia) em 1812.	_____	Não
Observaçõens sobre a prosperid. do Brasil, 1 vol.	Observações sobre a propriedade do Brazil, 1 vol.	Lisboa, José da Silva. <i>Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais princípios da nova legislação do Brazil.</i>	Rio de Janeiro: na Impressão régia, 1810.	Título não encontrado	_____	Não
Principios do Direito Mercantil – bruxura, 3 vols.	Prencípios do Direito Mercantil – brux, 3 vols.	Lisboa, José da Silva. <i>Princípios do Direito Mercantil e Leis da Marinha, para uso da mocidade portugueza, destinada ao comércio, divididos em oito tratados elementares, contendo a respectiva legislação pátria e indicando as fontes originaes dos regulamentos marítimos das principaes praças da Europa.</i>	Lisboa: na impressão régia, 1801-1808, 7 vols.	Título não encontrado	_____	Não

Les Amurs Pastorales & trad. Par Amiot, 1 vol.	Les Amours Pastorales & trad. Par Amiot, 1 vol.	Longus. <i>Les Amours pastorales de Daphnis et de Chloé, escriptes premièrement en grec par Longus, et puis traduites en françois par Jacques Amyot.</i>	Paris: pour V. Sertenas, 1559.	Encontram-se edições posteriores à sua morte, e outra versão que, a partir da lista de Silva Porto, não pertencia à Livraria de Silva Alvarenga.	1\$600	Não
Histoire Literaria – Voltaire, 6 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Luchet, Jean-Pierre-Louis de la Roche du Maine (Marquis de). <i>Histoire Littéraire de Monsieur de Voltaire.</i>	Cassel: Impr. de P. O. Hampe, 1780, 6 vols.		2\$880	Embora esta obra não tenha sido proibida pela censura lusa, o autor possui um título defeso. ⁷⁵²
Lucianii Coloquios, 1 vol.	Luciani Coloquios, 1 vol.	Para esta obra identificamos 2 possibilidades: 1. Lucien de Samosate. <i>Luciani Samosatensis Colloquia selecta, et Timon. Cebetis Thebani tabula. Menandri sententiae morales. Graece et latine. Colloquia Luciani et Timonem notis illustravit Tiberius Hemsterhuis.</i> 2. Lucien de Samosate. <i>Luciani Samosatensis Colloquia selecta, graece, ad usum scholae Genevensis...</i>	1. Amstelaedami: apud Wetstenios, 1708, 3 partes em 1 vol. 2. Genevae: apud Bonnant, 1801.	Título não encontrado	\$160	Não
Lucius Clarus, 1 vol	Lacius Clarus, 1 vol	Trata-se provavelmente de Lucius Annaeus Florus . A ausência de qualquer referência ao título da obra impossibilita a identificação do livro.			\$200	

⁷⁵² Trata-se da obra *Les contemporains de 1789 et 1790 ou Les opinions débattues pendant la première législature...*, publicada em Paris (Lejay fils) em 1790, 3 vols.

Polyanthea Eucharistica, 1 vol.	Polyanthea Eucharistica, 1 vol.	Macabelo, António do Espírito Santo. <i>Polyanthea eucharistica : per viginte capita distributa, in qua eucharistici sacramenti nomina, et selectiora...</i>	Ulyssipone Occidental: Typis Dominici Gonçalves, 1733.	Título não encontrado	\$200	Não
Macedo de Recesionibus (?), 1 vol.	Macedo de Dicionibus, 1 vol.	Macedo, António de Sousa de. <i>Decisiones Supremi Senatus Justitiae Lusitaniae, & Supremi Consilij Fisci, ac patrimonij Regis : cum gravissimis Collegis decretae, ac in lucem editae.</i>	Ulyssipone: ex praelo Henrici Valente de Oliveira Typographi Regii, 1660.	Título não encontrado	\$200	Não
Mallebranxes Recherches de la Verité, 4 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Malebranche, Nicolas de. <i>De la recherche de la vérité. Où l'on traite de la nature de l'esprit de l'homme, & de l'usage qu'il en doit faire pour éviter l'erreur dans les sciences.</i>	Paris, chez André Palard, 1674-1675, 3 vols.		1\$230	Não
Ante Theatro Critico, 1 vol.	Anteteatro critico, 1 vol.	Mañer, Salvador José. <i>Anti-Theatro Critico sobre el primero y segundo tomo del Teatro Critico Universal del Rmo... Benito Feijóo, Maestro General de la Religio de S. Benito.</i>	Madrid: em casa de Juan de Moya, 1729.	Título não encontrado	\$100	Não
Le Espion Turc, 7 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Marana, Giovanni-Paolo. <i>L'espion turc dans le cours de princes chrétiens ou Lettres et mémoires d'un envoyé secret de la Porte dans les cours de l'Europe où l'on voit les découvertes qu'il a faites dans toutes les cours.</i>	Londres: 1742, 7 vols.		2\$800	Título "suprimido" no edital de 24 de setembro de 1771.

Roberti Maranto Áurea Praxis, 1 vol.	Roberte Maranto Aurea Praxis, 1 vol.	Maranta, Roberto. <i>Aurea praxis... vulgo Speculum aureum, et lumen advocatorum inscripta</i>	Coloniae Agrippinae: apud Theodorum Baumium sub signo Arboris, 1580.	Consta uma edição da obra <i>Aurea Praxis</i> na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa em 1598.	\$200	Não
Contes Moraus, 3 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Marmontel, Jean-François. <i>Contes moraux.</i>	La Haye, 1763.		\$600	Título sujeito à concessão de “licença de leitura” a partir do edital de 30 de mar. de 1802. ⁷⁵³
Oeuvres de Marmontel, 4 vols.	Oeuvres de Marmontel, 4 vols.	Para esta obra identificamos 2 possibilidades: 1. Marmontel, Jean-François. <i>Oeuvres de Marmontel.</i> 2. Marmontel, Jean-François. <i>Oeuvres Posthumes de Marmontel.</i> ⁷⁵⁴	1. Liège: Bassompierre fils, 1777, 2 vols. 2. Paris: chez Xhrouet, 1804, 4 vols.	Títulos não encontrados	2\$000	Ver referência acima.
Grammaire des Sciences Philozophiques, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Martin, Benjamin. <i>Grammaire des sciences philosophiques, ou Analyse abrégée de la philosophie moderne, appuyée sur les expériences, traduite de l'anglais de Benjamin Martin.</i>	Paris : Briasson, 1749		----	Não

⁷⁵³ Além do *Contes moraux*, a obra *Nouveaux Contes moraux* (Paris, 1765) também exigia a concessão de “licença de leitura” aos interessados. Jean François Marmontel tinha ainda duas outras obras que foram suprimidas pela Real Mesa Censória. São elas, respectivamente, *Les Incas ou la Destruction de l'Empire du Pérou* (Paris, 1777) e o *Belisaire* (Neufchâtel, 1767).

⁷⁵⁴ Tendo em vista o número de volumes indicado na lista de livros pertencentes à Manuel Inácio da Silva Alvarenga, provavelmente trata-se da edição em quatro volumes publicada em 1808 a adquirida pelo poeta.

Mascard de Provatione, 2 vols.	Maicard de Provatione, 1 vol.	Mascardi, Giuseppe. <i>De Probatonibus. Josephi Mascardi,... conclusiones probationum omnium, quae in utroque foro quotidie versantur...</i>	Turim: Io. Dominicum Tarinum, 1597, 2 vols.	Constam edições da obra <i>De Probatonibus</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro datadas, respectivamente, de 1597, 1667, 1674 e 1684.	\$400	Não
L. Matheus de Ré criminale, 1 vol.	L. Matheus de Ré criminale, 1 vol.	Matheu y Sanz, Lorenzo. <i>Tractatus de re criminali, siue controuersiarum vsufrequentium in causis criminalibus, cum earum decisionibus...</i>	Lugduni: Claudii Bourgeat, 1676.	Título não encontrado	\$200	Não
Psalmi tradotti dall'Ebraico par Savario Mathei, 2 vol.	Psalmi tradotti dall'Ebraico par Savario Matthi, 8 vol.	Mattei, Saverio. <i>I salmi tradotti dall'ebraico originale e adattati al gusto della poesia italiana e alla musica da Saverio Mattei.</i>	Vercelli: dalla Tipografia Pátria, 1781-1785, 2 vol.	Título não encontrado	4\$800	Não
Pascoal Joze de Melo de Jure publico... o 1º, 1 vol.	Pascoal J.e de Mello de Jure public – o 1º, 1 vol.	Mello Freire dos Reis, Pascoal José de. <i>Institutiones Juris Civilis et Criminalis Lusitani.</i>	Lisboa: na Typ. da Academia Real das Sciencias, 1789. ⁷⁵⁵	Título não encontrado	\$200	Não
Sanches de Mello de Indiciis Debitorum... 4, 1 vol.	Sanches de Mello de Judiciis Debitorum... 4, 1 vol.	Melo, Luis Sanchez de. <i>Novus tractatus de induciis debitorum a creditoribus suis aliisque personis concedendis vel non... .</i>	Venetiis: apud Turrinum, 1649.	Título não encontrado	\$200	Não
Mendes a Castro, 1 vol.	Mendes A castro, 1 vol.	_____			\$200	

⁷⁵⁵ A obra está dividida em cinco Livros cujos títulos são: 1º De Jure publico; 2º De Jure personarum; 3º De Jure rerum; 4º De Obligationibus et Actionibus e 5º De Jure criminali.

Veridarium Sacro et Profano eruditiones, 1 vol.	Veridarium Sacro et profanis eruditionis, 1 vol.	Mendonça, Francisco de. <i>Viridarium sacrae, ac profanae eruditionis.</i>	Lugduni: Sumptibus Jacobi Cardon, 1631.	Constam seis exemplares da obra <i>Viridarium sacrae, ac profanae eruditionis</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cujas edições datam, respectivamente, de 1631, 1633, 1649, 1650 (três exemplares),	\$100	Não
Jacob Menochii Consiliones, 8 vols.	Jacob Menochii Positiones, 8 vols.	Menochio, Giacomo. <i>Consiliorum sive responsorum.</i>	Francofurti: Sumptibus haeredum Andreae Wecheli & Ioan. Gymnici, 1604, 12 vols.	Constam duas edições da obra <i>Consiliorum sive responsorum</i> na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a primeira impressa entre os anos 1594-1616 e a segunda datada de 1676.	1\$600	Não
D.º de Jurisdicione, 1 vol.	D.º de Jurisdicione, 1 vol.	Menochio, Giacomo. <i>De iurisdictione, império et potestate ecclesiastica ac seculari.</i>	Lugduni, sumptibus J.A. Cramer et P. Perachon, 1695.	Consta uma edição da obra <i>De iurisdictione, império et potestate ecclesiastica ac seculari</i> na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa em 1695.	\$200	Não
Menochius de Presumptionibus, 2 vols.	Manocheris de Prosumptionibus, 2 vols.	Menochio, Giacomo. <i>De praesumptionibus, coniecturis, signis & indicijs.</i>	Venetiis: Ex Officina F. de Franciscis, 1587-90, 2 vols.	Consta uma edição da obra <i>De praesumptionibus, coniecturis, signis & indicijs</i> na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa entre os anos de 1587 e 1590.	\$400	Não

D.º de Pocesione, 1 vol.	D.º de Posseção, 1 vol.	Menochio, Giacomo. <i>Im omnes praecipuas recuperande possessiones constitutiones commentaria. Responsa causae Finariensis a multis Italiae celeberrimis iureconsultorum collegijs reddita...</i>	Brixiae: apud Io. Baptistam Bozolam, 1566.	Consta uma edição da obra <i>Im omnes praecipuas recuperande possessiones constitutiones commentaria</i> na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa em 1687.	\$200	Não
Tableau de Paris, 12 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Mercier, Louis-Sébastien. <i>Tableau de Paris.</i>	Hambourg: Virchaux, et Neufchâtel, S. Fauche, 1781, 2 vols. ⁷⁵⁶		3\$600	Título sujeito à concessão de “licença de leitura”. ⁷⁵⁷
Mirlenos de Pignoribus et Hypotecas, 1 vol.	Mirlenos (?) de Pignoribus Eipotases (?), 1 vol.	Merlini, Mercuriale. <i>De legitima tractatus absolutissimus.</i>	Venetiis: apud haeredem Damiani Zenarij, 1626.	Título não encontrado	\$200	Não
Mirnelus de legitima, 1 vol.	Mirlenus de Legislationem, 1 vol.	Merlini, Mercuriale. <i>De Pignoribus et Hypothecis Tractatus absolutissimus.</i>	Venetiis: apud Iuntas, & Baba, 1649.	Título não encontrado	\$200	Não
Elemens del Histoire de France, 3 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Millot, Claude-François-Xavier. <i>Éléments de l’histoire de France, depuis Clovis jusqu’à Louis XV, par M. l’abbé Millot.</i>	Paris: Durand neveu, 1767-1769, 3 vols.		1\$200	Não

⁷⁵⁶ Uma edição desta obra de 1783-1788 possui 12 tomos e foi organizada em 6 volumes. Há ainda uma outra edição publicada em Londres entre 1781 e 1788 organizada em 12 volumes.

⁷⁵⁷ Outros três livros do autor foram mandados suprimir: *Mon bonnet du matin*, publicado em Lausanne, 1787; *Mon bonnet de nuit* publicado em Lausanne, 1788; *L’an deux mille quatre cent et quarante. Rêve s’il en fût jamais suivi de l’homme de fer* publicado em 1786.

Histoire Universal – Milot, 2 vols.	História Univerçal de Milot, 2 vols.	Millot, Claude-François- Xavier. <i>Historia Universal escrita em francês pelo Abbade Millot, trad. Por J.J.B.</i>	Lisboa: Na Typographia Rollandiana, 1780-1789, 9 vols.	Título não encontrado.	4\$200	Não
Paradis perre trad. Par Dellile, 3 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Milton, John. <i>Paradis perdu traduit par Jacques Delille.</i>	Paris: Giguet et Michaud, 1805, 3 vols.		1\$200	Não ⁷⁵⁸
Entretimens de une Jeune Prince, 4 vols.	Entretiens d'un jeune Prince, 4 vols.	Mirabeau, Victor Riqueti. <i>Entretiens d'un jeune prince avec son gouverneur.</i>	Paris: Moutard, 1785, 4 vols.	Título não encontrado	1\$600	Não
Oeuvres de Moliere – colection eterotype, 8 vols.	Oeuvres de Moliere edition eterotype, 2 vols.	Molière (Jean-Baptiste Poquelin). <i>Oeuvres. Édition stéréotype.</i>	Paris: Imp. P. Didot l'ainé, 1798, 8 vols.	Consta na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro algumas coleções das <i>Oeuvres</i> de Molière mas, pelas datas de impressão, apenas duas delas poderiam ter pertencido à Silva Alvarenga. Tratam-se das edições de 1784 e 1788.	2\$400	Não
Molina de Jure... 1º e 4º, 2 vols. Molina de Justitia et Jure – falta o 1º, 2 vols.	Molina de Jure 1º e 4º, 2 vols. Molina de Justitia et Jure – falta o 1º, 2 vols.	Molina, Luís de. <i>De Justitia et Jure.</i>	Venetiis: apud miniman Societatem, 1594. ⁷⁵⁹	Consta uma edição da obra <i>De Justitia et Jure</i> na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa entre os anos de (Venetiis: apud miniman Societatem).	\$400	Título mandado “suprimir” a partir do edital de 12 de dezembro de 1771.

⁷⁵⁸ A obra *Traité de la vraie religion, de l'hérésie, du schisme, de la tolérance, et des meilleurs moyens d'arrêter les progrès du papisme* (1673) foi mandada suprimir.

⁷⁵⁹ A 3ª edição, publicada em 1613-1614 (Coloniae Agrippinae), possui 4 volumes.

Montesquieu em 12 falta o 1º	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Devido à ausência do número de volumes e de termos que indicassem o possível título, não é possível identificar qual obra de Montesquieu Silva Alvarenga possuía. A expressão “em 12” pode referir-se ao nº de volumes ou ao formato de impressão.			1\$760	
Silvestre Gomes de Morães de Execucionibus, 2 vols.	Silvestre Gomes de Moraes de Execucionibus, 2 vols.	Moraes, Silvestre Gomes de. <i>Tractatus de executionibus instrumentorum et setentiarum...</i>	Ulyssipone: Valentinum A. Costa Deslandes, 1706.	Título não encontrado	\$300	Não
Palmeirim da Inglaterra, 3 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Morais, Francisco de. <i>Primeira, e segunda parte do Palmeirim de Inglaterra. Dedicada a Infanta Dona Maria.</i>	Évora: por André de Burgos, 1567.		1\$600	Não
Moral Araujo, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	_____			_____	
Tradution du Plutarque Anglois, 12 vols.	Tradution du Plutarque Anglois, 12 vols.	Mortimer, Thomas. <i>Traduction du Plutarque anglais, contenant la vie des hommes les plus illustres de l'Angleterre et de l'Irlande...</i>	Paris: de l'imprimerie de Couturier, 12 vols.	Título não encontrado	_____	Não
Muñoz de Escobar de Racimilus (?) administratorum, 1 vol.	Manos de Escobar de Racionibus administrorum, 1 vol.	Muñoz de Escobar, Francisco. <i>De ratiociniis. Administratorvm, et aliis variis compytationibvs tractatus. Cum indice.</i>	Metymnæ à Campo, apud Christophorum Lasso Vaca et Franciscum Garcia, 1603.	Título não encontrado	\$200	Não
Curs de Moral Religieuse – Neker, 3 vols.	Cours de moral religieuse – Neker, 3 vols.	Necker, Jacques. <i>Cours de morale religieuse.</i>	Genève: impr. De Bonnard; Paris: Maradan, 1800, 3 vols.	Título não encontrado	\$720	Não

Histoire de la Occupation de la Baviere, 1 vol.	Histoire de la ocupation de la Baviere, 1 vol.	Neufchâteau, Nicolas-Louis François de. <i>Histoire de l'occupation de la Bavière par les Autrichiens em 1778 et 1779.</i>	Paris: Impr. Impériale, 1805.		\$320	Não
Nogueira Questiones singulares, 1 vol.	Nogueira Questiones singulares, 1 vol.	Nogueira, Luis. <i>Quaestiones singulares, experimentales, & practicae : per quatuor disputationes distributae...</i>	Conimbricæ: Joannis Antunes, 1698.	Consta uma edição da obra <i>Quaestiones singulares, experimentales, & practicae</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Sem data.	\$200	Título “suprimido”.
Tratado moral, 2 vols.	Tractado Moral, 2 vols.	Noronha, Dom Sancho de. <i>Tractado Moral de louvores & perigos dalguns Estados seculares & das obrigações que neles ha com exortaçam em cada Estado de que se trata.</i>	Coymbra: por Francisco Correia, 1549.	Consta uma edição da obra <i>Tractado moral de louvores</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa em 1549.	\$320	Não
Novo Atlas, 1 vol.	Novo Atlas, 1 vol.	<i>Novo atlas para uso da mocidade portugueza, ou princípios claros, para se aprender facilmente, e em muito pouco tempo a geografia [material cartográfico]: com hum tratado methodico da esfera.</i>	Lisboa: Typ. Rolandiana, com licença de impressão da Real Meza Censória, 1782.	Título não encontrado	_____	Não
Obra de cessiononi, 1 vol.	Obra de Cesione, 1 vol.	A ausência de referências mais específicas impossibilita a identificação do livro que Silva Alvarenga possuía em sua biblioteca.			\$200	
Oliveira de Castro Compendio pratico...4, 1 vol.	Oliveira de Castro – Comp. Pratico em 4º, 1 vol.	_____			\$200	
O novo Testamento em Grego, 1 vol.	O novo Testamento em Grego – o 1º	_____			_____	
Ordenações 1º e 4º, 2 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	_____			\$400	

Consulat de Bonaparte, 3 vols.	Consulat de Buonaparte, 3 vols.	Pagès, François-Xavier. <i>Histoire du consulat de Bonaparte contenant tous les évènements politiques et militaires de l'an VIII jusqu'en l'an XI, et particulièrement la révolution du 18 brumaire...</i>	Paris: Testu, an XI – 1803, 3 vols	Título não encontrado	1\$200	Não
Les Amours Epiques – bruxure, 1 vol.	Les Amours Epiques – bruxure, 1 vol.	Parseval-Grandmaison, François Auguste. <i>Les amours épiques, poème en six chants, contenant la traduction des épisodes sur l'amour, composés par les meilleurs poètes épiques.</i>	Paris: Impr. De P. Didot l'aîné, 1804.	Constam duas edições da obra <i>Les amours épiques</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cujas impressões datam, respectivamente, de 1804 e 1806.	\$400	Não
Vocabulário Italiano e latino, 2 vols.	Vocabulário Italiano e Latino, 2 vols.	Existem diversas possibilidades de identificação. São atribuídas à Giuseppe Luca Pasini algumas obras cujos títulos iniciam-se por <i>Vocabolario Italiano e Latim</i> . Dentre as possibilidades, identificamos como a mais antiga a segunda edição do <i>Vocabolario Italiano e Latino, diviso in due Tomi [...]</i> .	Venezia: Tommaso Bettinelli, 1742 (2ª ed.)	Autor especificado não encontrado	4\$800	
Patusa (?) Enciclopedia... 2º, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Patusa, Joannes. <i>Encyclopedia Philologica et locuples omnis generis graecorum auctorum delectus.</i>	Venetiis: Franciscus Pitteri, 1741, 2 vols.		\$160	Não
Recherches sur les Egyptiens et les Chinois, 2 vols.	Recherches sur les Egyptiens et les Chinois, 2 vols.	Pauw, Cornélius de. <i>Recherches philosophiques sur les Egyptiens et les Chinois.</i>	Paris: impr. De G. I. Decker, 1773, 2 vols.	Título não encontrado	1\$000	Não

Guerra ad ordinationes Portugali & Regnis (?), 1 vol.	Guerra ad Ordenationem Portugalis () Regni, 1 vol.	Pegas, Manuel Álvares. <i>Commentaria ad ordinationes regni Portvgalliae.</i>	Ulyssipone, 1682, Tomo VII. ⁷⁶⁰	Consta uma edição da obra <i>Commentaria ad ordinationes regni Portvgalliae</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro publicada em 4 volumes em 1731, 1732, 1733 e 1740.	\$200	Não
Pegas, 25 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Trata-se de Manuel Álvares Pegas . A ausência de referências aos títulos das obras impossibilita a identificação dos livros que Silva Alvarenga possuía em sua biblioteca.			\$5000	
Benedictus Pegidius Comentaria, 4 vols.	Benedictus Pegidius Comentaria, 4 vols.	Pereira, Bento. <i>R. P. Benedicti Pererii Valentini, e Societati Iesu. Commentariorum, et disputationum in genesim.</i>	Venetiis: apud Euangelistam Deuchinum, 1607, 4 vols.	Título não encontrado	\$800	Não
Benedictus Pereira Prontuarum Juridicum, 1 vol.	Benedictus Pereira Prontuarium Juridico, 1 vol.	Pereira, Bento. <i>Promptuarium juridicum: quod scilicet in promptu exhibebit rité ac diligenter quærentibus omnes resolutiones circa universum jus Pontificiu, Imperiale, ac Regium, secundum quod in tribunalibus Lusitaniæ causæ decidi solent...</i>	Ulyssipone: ex typographiâ Dominici Carneiro, 1664.	Consta uma edição da obra <i>Promptuarium juridicum</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa em 1664 (Ulyssipone: D. Carneiro).	\$200	Não

⁷⁶⁰ A referência feita à “Guerra” na lista dos livros de Silva Alvarenga provavelmente relaciona-se à publicação de algumas sentenças proferidas por Gregório de Mattos e Guerra terem sido publicadas pelo jurista Manuel Álvares Pegas no tomo VII de sua obra *Commentaria ad ordinationes regni Portvgalliae*.

Rezumo ou Index dos Alvarás – 2 jogos 16º	Rezumo ou Index dos Alvarás – dous jogos, 2 vols.	Pereira, Joachim da Silva. <i>Resumo; ou, index dos alvarás, cartas, decretos, foraes, leys, privilegios, provisoens e regimentos, que alguns monarcas deste reino de Portugal passaram para bom regimem dos seus vassalos. Dos quaes faz menção Álvares Pegas na obra que compôs à Ordenação do Reino...</i>	Coimbra: Real Impressão da Universidade, 1786.	Título não encontrado	\$300	Não
Profetrionis Códices Justiniani, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Perez, Antonio. <i>Praelectiones in duodecim libros Codicis Justiniani Imp.</i>	Amsterdam: apud Ludovicum Elzevirium, 1626.		\$200	Não
Teatro Heroino das Mulheres Illustres Perin, 2 vols.	Teatro Heroino das Mulheres Illustres – Perin, 2 vols.	Perim, Damião de Fróes. <i>Teatro heroino, Abecedário Histórico, e Catálogo das mulheres illustres em Ciências, e Artes liberaes.</i>	Lisboa: 1736-1740, 2 vols.	Título não encontrado	\$600	Não
Fables Egiptiennes et Greques, 2 vols.	Fables Egiptiennes et Greques, 2 vols.	Pernety, Antoine-Joseph. <i>Les fables Égyptinnes et grecques, dévoillées & réduites au même princepe.</i>	Paris: Chez Bauche, 1758.	Título não encontrado.	1\$000	Embora esta obra não tenha sido proibida pela censura lusa, o autor possui outros títulos defesos ⁷⁶¹

⁷⁶¹ Foram mandadas suprimir as seguintes obras: *Observations sur les maladies de l'ame* (1777), *Traité du Droit Naturel, et des Gens* (1734), *Lettres philosophiques sur les Phisionomie* (1748).

Dionisu Peteru Retionirarum temporem, 2 vols.	Deonisu Petur (?) Retoriarum Temporum, 2 vols.	Petau, Denis. <i>Dionisii Petavii,... Rationarium temporum, in partes duas, libros decem tributum in quo aetatum omnium profanaque historia chronologicis probatationibus munita summatim traditur.</i>	Parisiis: sumptibus S. Cramoisy, 1633.	Título não encontrado	\$400	Não
Nouveaux amusement de l'esprit, 15 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Philippe de Prétot, Etienne André. <i>Nouveaux amusemens du coeur ET de l'esprit.</i>	Amsterdam: Chastelain, 1737-1745, 15 vols.		4\$000	Não
Dictionaire de Comerc... Perchet, 5 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Peuchet, Jacques. <i>Dictionnaire Universal de la Géographie Commerçante, contenant tout ce qui a raport à la situation et à l'étendue de chaque Etat commerçant...</i>	Paris: Blanchon, 1798-1799, 5 vols.		4\$000	Não
L'Espion Anglois, 10 vols.	L'Espion Anglais, 10 vols.	Pidansat de Mairobert, Mathieu- François. <i>L'espion anglais, ou correspondance secrète entre milord All'Eye et milord All'Ear.</i>	Londres: Adamson, 1777-1785, 10 vols.	Título não encontrado	3\$200	Não
Trait des Lois Civilis, 1 vol.	Traite des Lois Civiles, 1 vol.	Pilati di Tassulo, Carlo Antonio. <i>Traité des lois civiles.</i>	La Haye: P.-F. Gosse, 1774, 2 vols.	Título não encontrado.	\$240	Embora esta obra não tenha sido proibida pela censura lusa, o autor possui outro título defeso ⁷⁶²

⁷⁶² Trata-se de seu livro *Nuovo Progetto d'una riforma d'Italia...*, mandado suprimir em edital de 22 de novembro de 1790.

Francisco Pinheiro de Testamentes, 2 vols.	Francisco Pinheiro de Testamentes, 2 vols.	Pinheiro, Francisco. <i>Tractatus de testamentis.</i>	Conimbricæ: apud J. Ferreira, 1681-1684, 2 vols.	Consta uma edição da obra <i>Tractatus de testamentis</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa em 1759-1760 (Evoræ: typis Academicis, 2 vols).	\$400	Não
Arius Pinclus de Recinden Verid, 1 vol.	Arius Panelus de Reçinden Veride, 1 vol.	Pinhel, Aires. <i>De rescindenda venditione elaboratiss. & absolutissimi commentarij.</i>	Conimbricæ: apud Antonium de Maris, 1558.	Constam três edições da obra <i>De rescindenda venditione elaboratiss</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cujas impressões datam, respectivamente, de 1558, 1568 e 1580.	\$200	Não
Diálogos de Platão – em Grego, 1 vol.	Dealogos de Platão em Grego, 1 vol.	_____			\$240	
Paiva de Pena Orfanologia Pratica, 1 vol.	Paiva Penna – Orphanologia Pratica, 1 vol.	Pona, Antonio de Paiva e. <i>Orphanologia practica em que se descreve tudo o que respeyta aos inventarios, partilhas, e mais dependências dos pupillos...</i>	Lisboa : Joseph Lopes Ferreyra, 1713	Constam três edições da obra <i>Orphanologia practica</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cujas impressões datam, respectivamente, de 1713 e 1759.	\$200	Não
Oeuvres Completes de Alexandre Pappe, 2 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Pope, Alexander. <i>Oeuvres complètes d'Alexandre Pope traduites em françois...</i>	Paris: Chez la Vve Duchesne, 1779, 8 vols.		4\$800	Não
Portugal de Donationibus Regis, 1 vol.	Purtugal de Donationibus Regiis, 1 vol.	Portugal, Domingos Antunes. <i>Tractatus de donationibus iurium et bonorum regiae coronae.</i>	Ulyssipone: ex Typographia Ioannis A. Costa, 1673.	Consta uma edição da obra <i>Tractatus de donationibus</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cuja impressão data de 1688 (Lugduni: Anissonios, 2 vols).	\$200	Não

Vida do Infante D. ^m Luiz, 1 vol.	Vida do Infante D Luiz, 1 vol.	Portugal, José Miguel João de. <i>Vida do Infante D. Luis.</i>	Lisboa Occidental: Off. de António Isidoro da Fonseca, 1735.	Consta uma edição da obra <i>Vida do Infante D. Luis</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cuja impressão data de 1735.	\$600	Não
L. Portatis de Subhastatione, 4 vols.	L. Portatio de Sublstatione, 4 vols.	Postio, Ludovico. <i>De Subhastatione: tractatus non superfluous, sed necessarius, & ad proxim aptatus, & ordinatus. Iunctis ad materiam Decisionibus Rotae Romanae ultra Centum alibi non impressis. Cum indice rerum ac materiarum uberrimo.</i>	Genevae: Sumptibus Iohannis de Tournes, 1652.	Consta uma edição da obra <i>De Subhastatione</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa em 1652.	\$800	Não
Pufendorf de Jure Nature, 3 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Pufendorf, Samuel, Freiherr Von. <i>De jure naturae et gentium.</i>	Londini Scanorum: sumptibus A. Junghans, 1672.		\$600	Não
Quintiliani & Capo (?) fol., 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	_____			2\$000	
Quintilianni Reticus, 2 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	_____			\$400	
Quintilianno de Fon.ca, 2 vols	Quintilianno da Foncêca, 2 vols.	Quintiliano, Marcus Fabius. <i>Institutionum Rhetoricarum libri tres ex M. Fab. Quintiliani... accommodati a Petro Josepho A Fonseca.</i>	Olisipone: Typ. Régia, 1781.	Título não encontrado.	\$160	Não
Quintilianno Traduzido p.r Vila Lobos, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Quintiliano, Marcus Fabius. <i>Os três livros das Instituições Rhetoricas de M. Fab. Quintiliano accommodadas aos que se aplicam ao estudo da eloquência/ Pedro José da Fonseca; trad. João Rozado de Villa Lobos e Vasconcelos.</i>	Coimbra: Officina da Universidade, 1794, 2 tomos.		\$120	Não

Relegiam Poema de Racine, 1 vol.	Religião Poema de Racine, 1 vol.	Racine, Louis. <i>A religião: poema, trad. de José Anastásio da Costa e Sá.</i>	Lisboa: Off. Simão Thaddeo Ferreira, 1791.	Título não encontrado	\$160	Não
Geografia moderna, 2 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Rego, Joze Antonio da Silva. <i>Geografia moderna precedida de hum pequeno tratado da esfera, e globo terrestre.</i>	Lisboa: impr. de J. F. M. de Campos, 1793-1816, 10 vols.	Consta uma edição da obra <i>Geografia moderna</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cuja impressão data de 1786.	_____	Não
Anacletus Jus Canonicum, 4 vols.	Anecletus Jus Canonicum, 4 vols.	Reiffenstuel, Johann Georg (Anacletus). <i>Jus canonicum universum : clara methodo juxta titulos quinque librorum decretalium in quaestiones distributum, solidisque responsionibus, & objectionum solutionibus dilucidatum.</i>	Venetiis: apud Antonium Bortoli, 1704-1711, 5 vols.	Título não encontrado	\$800	Não
D.º Theologia Moralis, 1 vol.	D.º Theologia Moral, 1 vol.	Reiffenstuel, Johann Georg (Anacletus). <i>Theologia moralis brevi simulque clara methodo comprehensa, atque juxta sacros cânones.</i>	Munich: 1692.	Título não encontrado	\$200	Não
Repertorio das Leis...4, 1 vol.	Repertorio das Leis, 1 vol.	Encontramos diversas possibilidades para este título.			\$200	
Robbé Oeuvres Badanis, 2 vols.	Robbé oeuvres badines, 2 vols.	Robbé de Beauveset, Pierre-Honoré. <i>Oeuvres badines de Robbé de Beauveset.</i>	Londres: 1801, 2 tomos, 1 vol.	Título não encontrado.	\$400	Não
Voyage de Robertson, 2 vols.	Voyage de Robertson, 1 vol.	Robertson. <i>Voyage de Robertson, aux terres Australes, traduit sur le manuscrit anglois.</i> (Atribui-se esta obra à Louis Sébastien Mercier).	Amsterdam: 1766.	Título não encontrado	\$100	Não

Arte de cozinha, 1 vol.	Arte de cozinha, 1 vol.	Rodrigues, Domingos. <i>Arte de cozinha dividida em tres partes...</i>	Lisboa: Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1693.	Consta uma edição da obra <i>Arte de cozinha</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cuja impressão data de 1794 (Lisboa: Offic. de João Antonio Reis)	_____	Não
Esprite des Tragedies só o 2º, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Roland D. <i>Esprit des tragédies et tragi-comédies qui ont paru depuis 1630 jusques en 1761, par forme de dictionnaire.</i>	Paris: Brocas et Humblot; Dufour; Dessin Junior, 1762, 3 vols.	Título não encontrado	_____	Não
Sinonimes Français par l'Abbé Roubeaur, 4 vols.	Sinonimes Francaes par l'Abbé Roubeaur, 4 vols.	Roubaud, Pierre Joseph André. <i>Nouveaux Synonymes Français</i> , 4 vols.	Paris: Moutard, 1785-1786, 4 vols.	Título não encontrado	2\$400	Não
Curs de Agriculture... Rozier, 10 vols.	Cour/c/s de Agriculture – Rusuer, 10 vols.	Rozier, François (Abbé). <i>Cours complet d'agriculture Théorique, Pratique, Économique, et de Médecine rurale e vétérinaire; ou Dictionnaire universel d'agriculture, par une Société d'Agriculteurs, et rédigé par l'Abbé Rozier.</i>	Paris: 1781 - 1805, 12 vols.	Título não encontrado	25\$600	Não
D.º Portugues Francês Latino – Só –, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Sá, Joaquim José da Costa e. <i>Diccionario portuguez-Francez e Latino...</i>	Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1794.	Título não encontrado	2\$00	Não
Letres de hune Cultivateur Americain, 2 vols.	Lettres d'une Cultivateur Americain à Ecuyer, 2 vols.	Saint-John de Crèvecoeur, J. Hector. <i>Lettres d'un cultivateur américain, écrites à W. S. écuyer, depuis l'année 1770, jusqu'à 1781.</i>	Paris: chez Cuchet, 1784, 2 vols.	Título não encontrado.	1\$200	Não

Sayon S. Lambert, 1 vol.	Sayon S. Lambert, 1 vol.	Saint-Lambert, Jean-François de. <i>Les Saisons, poème.</i>	Amsterdam: 1769	Título não encontrado	\$320	Não
D.º de Conditoribus, 2 vols.	Salgado de Conditoribus, 2 vols.	Salgado de Somoza, Francisco. <i>Labyrinthvs creditorvm concvrrrentivm ad litem per debitorem commvnem inter illos causatam.</i>	Venetiis: apud Turrinum, 1653, 3 vols.	Título não encontrado	\$400	Não
Salgado de Regia Protectione, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Salgado de Somoza, Francisco. <i>Tractatvs de regia protectione vi oppressorvm appellantiũ à causis & iudicibus ecclesiasticis utriqve Reipublicae, tam Ecclefiasticae, quam temporali, valde vtilis necnon fupremis regalibus Praetoriis, cunctifque Tribunalibus Ecclefiasticis omnino nece.</i>	Lugduni: sumpibus Lavrentii Anisson, & soc., 1647.		\$200	Não
D.º de Suplicationi, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Salgado de Somoza, Francisco. <i>Tractatus de Supplicatione ad sanctissimum a bullis et litteris apostolicis, nequam et importune impetratis in perniciem Republicae, Regni aut Regis...</i>	Madrid: Mariam de Quinones, 1639.		\$200	Não
L'Histoire Veritable trad. du Greque, 1 vol.	L'histoire veritable trad. de Greg., 1 vol.	Para esta obra identificamos 2 possibilidades: 1. Lucien de Samosate. <i>L'Histoire véritable et Lucius ou l'âne traduits du grec de Lucien sur l'édition de Bastien.</i> 2. Phrygius, Dares. <i>L'Histoire véritable de la guerre des Grecs et des Troyens... écrite premièrement en grec par Darès de Phrygie, depuis traduite en latin par Cornille Nepveu et faite françoise par Charles de Bourgueville.</i>	1. Paris: Imp. de Guillaume, 1797. 2. Caen: B. Macé, 1570 (edição mais antiga localizada).	Títulos não encontrados.	_____	Não

Sanches de Matrimonio, 2 vols.	Sanches de Matrimonio, 2 vols.	Sanchez, Thomas. <i>Disputationum des sancto matrimonii sacramento.</i>	Genève: 1602.	Constam duas edições da obra <i>Disputationum des sancto matrimonii sacramento</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressas, respectivamente, em 1617 e 1625.	\$400	Todas as obras de Thomas Sanchez foram mandadas suprimir no edital de 12 de dezembro de 1771.
Tratado dos Seguros, 1 vol.	Tractado do Seguros, 1 vol.	Santarém, Pedro de. <i>Tractatus perutilis & quotidianus, de assecurationibus & sponsionibus mercatorum.</i>	Antuerpiae: apud Gerardum Spelmannum Librarium, 1554.	Título não encontrado	_____	Não
Theorica das Marés por Sarmento, 1 vol.	Theorica das Mares por Sarmento, 1 vol.	Sarmento, Jacob de Castro. <i>Theorica verdadeira das marés, conforme à Philosophia do incomparavel cavalheiro Isac N.</i>	Londres: 1737		\$200	
M. A. Sabeli Suma Diviniorum (?) Tratatatum, 6 vols.	M. A. Sabeli Sima Diviniorum (?) Tratatatum, 6 vols.	Sabeli, Marci Antonii. <i>Summa diversorum tractatum, in quibus quamplurimae universi juris selectiores, Methodicae, practicae, ac Decisivae Conclusiones circa judicia, Contractus, Ultimas voluntates...</i>	Venezia: Baglioni, Paolo, 1692, 4 vols.	Título não encontrado	1\$200	Não
Romançe comique, 3 vols.	Romanse comique, 3 vols.	Scarron, Paul. <i>Le roman comique.</i>	Paris: 1652-1657, 2 vols. ⁷⁶³	Título não encontrado	\$720	Não
Scharron, 3 vols.	Scharron, 3 vols.	Trata-se provavelmente de Pierre Charron . A ausência de qualquer referência ao título da obra impossibilita a identificação do livro que Silva Alvarenga possuía em sua biblioteca.			_____	

⁷⁶³ As edições de 1781 (Rouen: P. Machuel) e 1795 (Paris: Didot jeune) possuem três volumes.

Contes Fables par Segur – l'ainé – bruxure, 1 vol.	Contes Fables par Segur l'Ainé – bruxure, 1 vol.	Séguir, Louis-Philippe. <i>Contes, fables, chansons et vers.</i>	Paris: F. Buisson, Mongie l'ainé and Frère l'ainé at Rouen, 1801.	Título não encontrado	\$240	Não
Silva Comentaria ad Ordinationes Regni Portugalis, 4 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Silva, Manuel Gonçalves da. <i>Commentaria ad ordinationes regni Portugaliae...</i>	Ulyssipone: Typ. Regalibus Sylvianis, 1741, 3 vols.		\$800	Não
Compendio da Obra da riqueza das Nações, 3 vols.	Compendio da Obra da riqueza das Nações, 3 vols.	Smith, Adam. <i>Compêndio da obra Riqueza das Nações de Adam Smith traduzida do original inglez por Bento da Silva Lisboa.</i>	Rio de Janeiro: na Impressão régia, 1811. Tomo II e III em 1812.	Consta uma edição da obra <i>Compêndio da obra Riqueza das Nações</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cuja impressão data de 1811-1812 (Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 3 vols.)	2\$400	Não
Tragedies de Suphocles, 2 vols.	Tragedies de Sophocles, 2 vols.	Sófocles. <i>Tragédie de Sophocle, traduite par M. Dupuis.</i>	Paris: C. J. B. Bauche, 1761, 2 vols.	Título não encontrado	1\$000	Não
Classes dos Crimes, 1 vol.	Classes de Crimes, 1 vol.	Sousa, Joaquim José Caetano Pereira. <i>Classes dos crimes por ordem sistemática com as penas correspondentes.</i>	Lisboa: Régia Oficina, 1803.	Título não encontrado	\$200	Não
Sistema ou Collecção dos Regim.tos Reais falata o 3º, 6 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Sousa, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e. <i>Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes.</i>	Lisboa: na Officina de Francisco Borges de Sousa, 1783-1791, 6 vols.		\$200	Não

Economie Politique par Stuart – Recherches, 5 vols.	Economie Politique par Stuart – Recherches, 5 vols.	Steuart, James Dunham. <i>Recherches des principes de l'économie politique, ou Essai sur la science de la police intérieure des nations libres, dans lequel on traite spécialement de la population, de l'agriculture, du commerce, de l'industrie, du numéraire, des espèces monnoyées, de l'intérêt de l'argent, de la circulation des banques, du change, du crédit public, et des impôts.</i>	Paris : Didot l'aîné, 1789-1790, 5 vols.	Título não encontrado	4\$000	Não
Panegiricus históricos Paschales D. M., 1 vol.	Panagircus historicus Pachales I (?) M., 1 vol.	Stockler, Francisco de Borja Garção. <i>Panegyricos historicus sempiternae memoriae Paschalis Josephi de Mello latine redditus cum interpretis adnotationibus.</i>	Olisipone: Typ. Régia, 1802.	Título não encontrado	_____	Não
De Mercatura et Assecuratione, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Stracca, Benvenuto. <i>Tractatus de mercatura seu mercatore: omnia quae ad hoc genus pertinent fusissimè complectens, Benvenuto Straccha ... autore. Huc accessit ... Petri Santernae ... Tractatus de sponsionibus & assecurationibus mercatorum.</i>	Lugduni: apud haeredes Iacobi Iuntae, 1556.		\$200	Não
La Jeruzalem liberat: de Si.r Tasso, 2 vols.	La Jeruzalem liberata de Sig.r Tasso, 2 vols.	Tasso, Torquato. <i>Gierusalemme liberata, poema heroico del signor Torquato Tasso...</i>	Data de 1581 a edição mais antiga localizada. Ferrara: F. de Rossi	Constam quatro edições da obra <i>La Gerusalemme liberata</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cujas impressões datam, respectivamente, de 1590, 1625, 1673 e 1745.	\$480	Não

Jeruzalem delivrée par Lê Brun, 2 vols.	Jeruzalem delivrée par Le Brum, 2 vols.	Tasso, Torquato. <i>Jérusalem delivrée.</i> Traduite par Charles-François Lebrun.	Paris: Musier fils, 1774	Título não encontrado	\$3000	Não
Jacobi Pervii Opuscula, 1 vol.	Jacobi Tesrii (?) Opuscula, 1vol.	Teive, Diogo de. <i>Jacobi tevii bracarensis, opuscula, quibus accessit commentarius de rebus ad dium gestis denuá in lucem edi curavit Joseph Caietanus Mesquita.</i>	Data de 1762 a edição mais antiga localizada. Parisiis: Excudebat F. A. Didot.	Constam três exemplares da referida edição de 1762.	\$240	Não
Terancii Candido Juvencios, 1 vol.	Terencii Comodio – Juvencios, 1 vol.	Terentius, Publius. <i>Publii Terentii Comoediae expurgatae, cum interpretatione ac notis a R. P. Josepho Juvêncio illustratae.</i>	Rotomagi: typis R. Lallemant, 1686.	Título não encontrado	\$120	Não
Thesaurus Juris, 2 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	O número considerável de possibilidades de identificação para tal título torna inócua a tarefa.			\$400	
Trait de stile Theibault, 2 vols.	Traite du stile – Thiebauté (?), 2 vols.	Thiébault, Dieudonné. <i>Essai sur le style, à l'usage de l'École royale des jeunes gentils hommes.</i>	Berlim: Impr. de G. J. Decker, 1774.	Título não encontrado	\$1000	Não
J. B. Valenzuela Velasques opuscula Theologia Juridica, 3 vols.	J. B. Valenzuela Velasques Opuscula Theologia Juridica, 3 vols.	Valenzuela Velasquez, Juan Batista. <i>Opuscula Theologico-juridico-política.</i>	Valentiae: Petrum Patricium Mey, 1728, 2 vols.	Título não encontrado	\$600	Não
Thome Velascus alegationes super varias materias, 1 vol.	Thome Velascus Alegationes super varias materias, 1 vol.	Vallasco, Thomé. <i>Allegationes super varias materias : opus omnibus iuris pontificij et caesarei professoribus....</i>	Porto: 1612.	Título não encontrado	\$200	Não

Dictionnaire da Histoire naturelle – Bomare, 15 vols.	Dictionnaire d'Histoire naturelle – Bomare, 15 vols.	Valmont de Bomare, Jacques-Christophe. <i>Dictionnaire raisonné universel d'histoire naturelle, contenant l'histoire des animaux, des végétaux et des minéraux, et celle des corps célestes, des météores et autres principaux phénomènes de la nature, avec l'histoire et la description des drogues simples tirées des trois règnes et le détail de leurs usages dans la médecine, dans l'économie domestique et champêtre et dans les arts et métiers.</i>	Paris: Didot-le-jeune, 1764, 5 vol.	Título não encontrado	6\$000	Não
Memoires justificatifs de la Mote, 1 vol.	Memoires justificatifs de la Motte, 1 vol.	Valois de la Motte (Comtesse de), Jeanne de Saint-Remy de. <i>Mémoires justificatifs de la Comtesse de Valois de la Motte, écrits par elle-même.</i>	Londres: 1788, 2 partes em 1 vol.	Consta uma edição da obra <i>Mémoires justificatifs de la Comtesse de Valois de la Motte, écrits par elle-même</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa em 1789 em Londres.	\$320	Não
Riegor (?) Jus ecclesiasticum, 1 vol.	Regur (?) Jus Ecclesiasticum, 1 vol.	Van Espen, Zegherth Bernhard. <i>Jus ecclesiasticum universum hodiernae disciplinae, praesertim Belgii, Galliae et vicinarum provinciarum accommodatum...</i> <i>authore Zegero Bernardo Van Espen.</i>	Lovanii: sumptibus G. Stryckwant; Bruxellis: sumptibus F. T'Serstevens, 1700, 2 vols.	Título não encontrado	\$200	Não
Andreu Valhancis partilha Juris Canonices, 1 vol.	Andreu Valencis Partilha Júris Canoncis, 1 vol.	Vaulx, André Del. <i>Paratitla ivris canonici, sive decretalivm Greg. Papae IX. Symmaria ac methodica explicatio Opus omnibus tam in schola quam in foro versantibus vtilissimum.</i>	Coloniae Agrippinae : Sumptibus Andreae et Fridrici Bingiorvm, 1651	Título não encontrado	\$200	Não

Valaci In Suprema Curia Luzitana, 1 vol.	Vallaci In suprema curia Luzitano, 2 vols.	Vaz, Álvaro. <i>D. Alvari Valasci in Suprema Curia Lusitaniae regij senatoris ... Decisionum, consultationum, ac rerum judicatarum in regno Lusitaniae...</i>	Francofurti: Sumptibus Wolffgangi Endteri, 1650	Consta uma edição da obra <i>Decisionum, consultationum, ac rerum judicatarum in regno Lusitaniae...</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa em 1650.	\$200	Não
Velasco de Jure Emphiteutico, 1 vol.	Velasques de Jure Emphiteutico, 1 vol.	Vaz, Álvaro. <i>Tractatus de iure emphyteutico, unam, & quinquaginta complectens praeipuas quaestiones...</i>	Cremonae: Baptistam Pellizarium, 1591.	Título não encontrado	\$200	Não
Rodrigues opera omnia, 1 vol.	Rodrigues Opera Omnia, 1 vol.	Veiga, Tomás Rodrigues da. <i>Opera omnia quae ad hunc usque diem in lucem prodierunt.</i>	Lugduni: apud J. Lertout, 1586.		\$200	Não
Velasco de Emple, 1 vol.	Velasco de Emple, 1 vol.	_____			\$200	
Verney Logica, 1 vol.	Verney Lógica, 1 vol.	Verney, Luís António. <i>De Re Logica ad usum lusitanorum adolescentium.</i>	Romae: Ex Typ. Palladis apud Nicolaum et Marcum Palearinos, 1751.	Título não encontrado.	\$240	Não
Lenotte Romana al Sepolchro de Sipioni, 2 vols.	Le Note Romane al Sepolchro de Scipriani, 2 vols.	Verri, Alessandro. <i>Le notti romane, al sepolcro de Scipione.</i>	Milano: A. Nobile, 1804, 2 vols. ⁷⁶⁴	Título não encontrado	\$400	Não

⁷⁶⁴ Esta edição de 1804 é a primeira que possui dois volumes. A edição de 1797 possui apenas um volume.

Constituições do Arcebispado da Bahia, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Vide, Sebastião Monteyro da. <i>Constituições primeyras do Arcebispado da Bahia feytas, & ordenadas pelo Illustr. e Ver. S. D. Sebastião Monteyro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, & do Conselho de S. Magestade, propostas, e aceytas em o sinodo Diec. que o dito Senhor celebrou em 12 de Junho do ano de 1707.</i>	Lisboa Occidental: na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1719.		\$200	Não
Vieira abreviado, 2 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Vieira, Pe. António. <i>Vieira abreviado em cem discursos morais e políticos, divididos em dous tomos, por Anselmo Caetano Munhoz.</i>	Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1746, 2 vols.		\$200	Não
Arnoldi Verus Comentarius Academicus efflorescentes, 1 vol.	Arnoldi Vinu Comentarius Academicus et forensis, 1 vol.	Vinnius, Arnold. <i>Institutionum Imperialium Commentarius Academicus & Forensis.</i>	Amsterdam: L. & D. Euzevier, 1655.	Título não encontrado	\$200	Não
Eneide Trad. Par Dellile, 2 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Virgílio. <i>L'Enéide traduite par Jacques Delille.</i>	Paris: Giguët et Michaud, 1804, 4 vols.		\$960	Não
Georgicas de Vergílio traduzidas p.r Ozorio, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Virgílio. <i>Tradução livre ou imitação das Georgicas de Virgílio, em verso solto, e outras mais composições poéticas, trad. por Antonio José Ozorio de Pina Leitão.</i>	Lisboa: typ. Nunesiana, 1794.		\$100	Não

Zodiaco soberano... só o 2º, 1 vol.	Zodiaco soberano – só o 2º.	Viterbo, Jorge de Santa Rosa de. <i>Zodíaco soberano, que entre dous cometas da vida humana contém brilhantes astros em discursos tropologicos, encomiasticos e exigeticos para os doze meses do anno...</i>	Salamanca: 1726 e 1734, 2 vols.	Título não encontrado	_____	Não
D.º Felozofique, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Voltaire (François-Marie Arouet). <i>Dictionnaire philosophique portatif.</i>	Londres: Cramer, Frères, 1764.		_____	Título suprimido no Edital de 24 de setembro de 1770.
La Henreade Poeme, 1 vol.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Voltaire (François-Marie Arouet). <i>La Henriade.</i>	Londres: 1728.		\$160	Esta obra recebeu a permissão para circular após serem “expurgadas algumas passagens contra as Inquisições ibéricas”. ⁷⁶⁵
Romançes et Contes par Mr. Voltaire, 4 vols.	Romans et Contes par Mr. Voltaire, 4 vols.	Voltaire (François-Marie Arouet). <i>Romans et Contes.</i>	Bouillon : aux dépens de la Société typographique, 1778, 3 vols.	Título não encontrado	1\$280	Título suprimido no Edital de 24 de setembro de 1770.
Seccli de Luiz 14º, 3 vols.	Siecles de Luiz 14º, 3 vols.	Voltaire (François-Marie Arouet). <i>Le siècle de Louis XIV.</i>	Berlin: C. F. Henning, 1751, 2 vols.	Título não encontrado	1\$500	Não

⁷⁶⁵ Maria Teresa Esteves Payan Martins. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p.436.

Theatro de Voltaire, 12 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Voltaire (François-Marie Arouet). <i>Théâtre.</i>	Londres: 1782, 6 vols. ⁷⁶⁶		3\$840	Não. As edições que traziam impressas no final as obras <i>L'Ingénu</i> e <i>La Princesse de Babilone</i> , esta suprimida, deveriam ter o mesmo destino.
Vosser Retorica, 1 vol.	Vosseii (?) Rhetorica, 1 vol.	Vossius, Gerardus Joannes. <i>Ger. Jo. Vossii Elementa rhetorica, oratoriis ejusdem partitionibus accommodata inque usum scholarum Hollandie et West-Frisiae denuo edita.</i>	Leiden, 1626.	Título não encontrado	\$660	Não
Vulpinis ucces Frinacci, 1 vol.	Vulpino Succis Farinacii, 1 vol.	Vulpinius, Johann Baptist. <i>Succus ex opere criminali P. Farinacii,... extractus, omnibus in foro versantibus apprime utilis et necessarius cum indice locupletissimo, nunc primum in lucem prodit.</i>	Lugduni : L. Anisson, 1663.	Consta uma edição da obra <i>Succus ex opere criminali P. Farinacii....</i> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro impressa em 1683 (Lugdumi: Sump. Ammissoncovum).	\$200	Não
J. Yañes opera Jurídica, 1 vol.	J. Yames Opera Juridica, 1 vol.	Yañez Parladorio, Juan. <i>Opera juridica sive Rerum quotidianarum.</i>	Lugduni: Sumpt. Joannis Antonii Huguetan, et Soc., 1678.	Título não encontrado	\$200	Não

⁷⁶⁶ A edição de 1801 (Paris: Pierre Didot l'aîné et Firmin Didot) tem 12 volumes.

Le Cultivateur Anglois... Yung, 18 vols.	Le Cultivateur Anglois... Young, 12 vols.	Young, Arthur. <i>Le Cultivateur Anglois, ou Oeuvres Choiesies d'Agriculture et d'Économie rurale et Politique. Traduit de l'anglais par C. C. Lamarre, Benoist, et Billecocq, avec les notes de citoyen Delalauze, cooperateur du Cours d'agriculture de l'abbé Rozier.</i>	Paris: Chez Maradan, 1800-1801, 18 vols.	Título não encontrado	16\$000	Não
Les Nuits de yung, 4 vols.	Obra não referenciada nesta segunda lista.	Young, Edward. <i>Les nuits d'young, traduites de l'anglais par M. le Tourneur.</i>	Paris: 1769		\$800	Não
Tratatus Lanforenci Zachio de Salario, 1 vol.	Tractatus Lamfrançi Zachio de Salario, 1 vol.	Zacchia, Lanfranco. <i>De Salário, seu Operariorum mercede, tractatus em três partes distinctus.</i>	Romae: ex typogr. B. Lupardi, 1679.	Título não encontrado	\$200	Não
Paulus Zachias de Questionibus – só o 4º, 1 vol.	Paulus Zechias de Questionibus so o 4º.	Zacchias, Paulus. <i>Quaestiones medico-legales : in quibus eae materiae medicae, quae ad legales facultates videntur pertinere, proponuntur, pertractantur, resolvuntur : opus, iurisperitis apprime necessarium, medicis perutile, caeteris non injucundum.</i>	Amstelaedami: Ex typographejo Joannis Blaev, 1651. ⁷⁶⁷	Título não encontrado	\$200	Não

⁷⁶⁷ A primeira edição desta obra teria sido publicada em Roma, 1621.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas

- Actas das Congregações da Faculdade de Cânones (1772-1820)*. vol. 1, Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983.
- Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1794. in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 266, jan-mar, 1965.
- ALMEIDA, M. Lopes de. *Documentos da Reforma Pombalina (1771-1782)*. vol. 1, Coimbra: Por ordem da Universidade, 1937.
- Alvará régio, de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelo método dos Jesuítas e se estabelece um novo regime. Diretor dos Estudos, Professores de Gramática Latina, de Grego e Retórica in Antonio Alberto Banha de Andrade. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978.
- Autos da devassa da Inconfidência Mineira*. Vol. 3, Brasília/ Belo Horizonte: Câmara dos Deputados Governo do Estado de Minas Gerais, 1981.
- Autos da devassa da Inconfidência Mineira*. vol. 8, Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.
- Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*, Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- BECCARIA, *Dos delitos e das penas*. trad. de Torrieri Guimarães, São Paulo: Hemus, 1983.
- BOILEAU-DESPREAUX, Nicolas. *Arte poética*, trad. Célia Berrettini, São Paulo: Perspectiva, 1979.
- Cartas do Rio de Janeiro – 1769-1776: Marquês do Lavradio*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978.
- CRUZ E SILVA, Antonio Diniz da. *Poesias*, tomo I, Lisboa: Typ. Lacerdina, 1807.
- Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas, e dos estragos feitos nas Ciências e nos professores e directores que a regiam, pelas maquinações e publicações dos novos Estatutos por eles fabricados*, parte I, Lisboa: Na Reggia Officina Typografica, 1771.
- D'ALEMBERT, Jean. *Mélanges de littérature, d'histoire et de philosophie*. t. 1, Amsterdam: Chez Zacarie Chatelain, 1765.

Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado/Secretaria de Estado de Cultura, v. 89, 1950

Documentos régios que authorizão a verdadeira Agoa de Inglaterra da composição do Doutor Jacob de Castro Sarmiento, manipulada presentemente por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, por decreto de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Com huma relação dos professores de Medicina e Cirurgia deste Reino de Portugal, e seus domínios, que tem attestado a excellencia da dita Agoa de Inglaterra; e igualmente attestações das camaras, clero, nobreza e povos das cidades, villas e lugares, deste Reino de Portugal, e seus dominios ultramarinos. Lisboa: Impressão Régia, 1809.

“Documentos relativos à prisão de M. I da Silva Alvarenga, Mariano J. Pereira da Fonseca e outros, por ordem do Conde de Rezende” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: vol. 28, 1865

Estatutos para o Regimento do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte – prescritos por D. Frei Manoel da Cruz (1760) in Raimundo Trindade. *Arquidiocese de Mariana. Subsídios para a sua história*. vol. 1, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953.

FILANGIERI, Gaetano. *La science de la législation*. Paris: Chez Cuchet, 1787.

Instruccoens para os professores de Gramática Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar por El Rey Nosso Senhor para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos e seus domínios. in Antonio Alberto Banha de Andrade. *A reforma pombalina e os estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978.

MELO FREIRE, Pascoal José de Melo. *Instituições de direito civil português*, livro I, Lisboa, Boletim do Ministério da Justiça, nº 161-162, 1966-1967.

Memórias econômicas da Real Academia das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal. tomo I, Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

Memoria sobre uma nova construcção do alambique para se fazer toda a sorte de distillações com maior economia, e maior proveito no resíduo, traduzida do francês por P. J. P. de A. e accrescentada e illustrada com as notas de João Manso Pereira. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1805.

- MERCIER, Louis Sebastien. *Tableau de Paris*. Vol. 1. Hambourg: Neuchatel, 1781
- PEREIRA, João Manso. *Memória sobre a reforma dos alambiques ou de hum próprio para distillação das aguas-ardentes*. Lisboa, Na Off. Patr. De João Procópio Correia da Silva, 1797.
- _____. *Copia de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na villa de Santos, da capitania de São Paulo, dirigida a esta corte*, Lisboa: Na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.
- _____. *Copia da Continuação de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na villa de Santos, da capitania de São Paulo, dirigida a esta corte*. Lisboa: Na Typographia Chalcographica e Literária do Arco do Cego, 1800.
- _____. *Memória sobre o methodo econômico de se transportar para Portugal a aguardente do Brazil*, Lisboa, Na Impressão Régia, 1805.
- PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. *Apontamentos para a educação de um menino nobre*. Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.
- Relação Geral do Estado da Universidade, 1777*. Coimbra: Reprodução fac-similar, 1983.
- SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. edição anotada e prefaciada por Maximiano de Lemos, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.
- SARMENTO, Jacob de Castro. *Theorica Verdadeira das Marés, conforme à Philosophia do incomparavel cavalheiro Isaac Newton*. Londres: 1737.
- SILVA E TELLES, Vicente Coelho de Seabra. *Elementos de chimica offerecidos a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para o uso do seu curso de chimica*, parte I, Coimbra: Na Real Officina da Universidade, 1788-1790.
- TISSOT, Samuel Auguste. *De la santé des gens de lettres*. Paris: Chez J. B. Bailliére, 1826.
- VERNEY, Luis Antonio. *Verdadeiro método de estudar, para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado Ao Estylo, e necessidade de Portugal*. tomo I, Valencia: Oficina de Antonio Balle, 1746.
- VOLTAIRE, François-Marie Arouet. *Dicionário filosófico*. in *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Edições das obras de Manuel Inácio da Silva Alvarenga utilizadas:

Primeiras edições:

Ao Sempre Augusto e Fidelíssimo Rey de Portugal Dom José I, Nosso Senhor no dia da colocação da sua Real Estatua Equestre. Epistola de Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, Estudante na Universidade de Coimbra. s.l., s. impr., s.d.

Apotheosis Poetica ao Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza, Vice-Rei e Capitão General de Mar, e Terra do Brazil, &c. &c. &c. Canção offerecida no dia 10 de outubro de 1785 por Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, Professor Regio de Rhetorica na Capital do Rio de Janeiro. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1785. Com licença da Real Meza Censoria.

“A Tempestade – Canção nos dias dos anos da Fidelíssima RAINHA Nossa Senhora, em 17 de dezembro de 1797” in *O Patriota*. 2ª série, nº 3, setembro de 1813.

A Termindo Sipilio Árcade Romano por Alcindo Palmireno Árcade Ultramarino Epístola. Coimbra: Na Officina de Pedro Ginioux Mercador de livros, 1772. Com licença da Real Meza Censoria.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva. *Obras poéticas de Manoel Ignacio da Silva Alvarenga (Alcindo Palmireno) collegidas, annotadas e precedidas do juízo critico dos escriptores nacionaes e estrangeiros e de uma noticia sobre o auctor e suas obras e acompanhadas de documentos históricos, Rio de Janeiro: Livraria B. L. Garnier, 1864.*

No dia da inauguração da Estatua Equestre de El Rey Nosso Senhor. Ode de Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, Estudante na Universidade de Coimbra. s.l., s. impr., s.d.

No dia da inauguração da Estatua Equestre d’El Rey N. Senhor D. José I. Soneto. s.l., s. impr., s.d.

Edições modernas:

Glaura: poemas eróticos. introdução, cronologia e notas de Fábio Lucas, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Obras poéticas: Silva Alvarenga. introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

O Desertor: poema herói-cômico. notas ao poema Joaci Pereira Furtado e Ronald Polito, Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

Para uma edição crítica da obra do árcade brasileiro Silva Alvarenga – Inventário sistemático dos seus textos e publicação de novas versões, dispersos e inéditos, organizada por Francisco Topa, Porto: Edição do Autor, 1998.

Fontes manuscritas:

Arquivo da Universidade de Coimbra

Carta de Curso de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, 1768-1776, Cartas de Curso (localização: IV-2^a-D-12).

Livro de matrículas (1768-1769), vol. 86, (localização: IV-1^a D-1-4-39).

Livro de Actos e Graus (1770-1771), vol. 105, (localização: IV- 1^a D-1-2-49).

Livro de Actos e Graus Grandes (1773-1780), (localização: IV-1^a D-2-3-2).

Livro das Folhas dos ordenados (1769-1770), (localização: IV-1^a E-11-5-39).

Livro das Folhas dos Ordenados (1770-1772), (localização: IV-1^a E-11-5-40).

Livro das Folhas de Ordenados (1773), (localização: IV – 1^a E-11-5-41).

Livro das Folhas de Ordenados (1775), (localização: IV-1^a E-11-5-43).

Livro das Folhas dos ordenados (1776), (localização: IV-1^a E-11-5-44).

Livro de Provas (1770-1771), (localização: IV-1^a D-II-1-40).

Processo do professor Vicente Coelho de Seabra da Silva Telles, (localização: IV-1^a D-9-2-361).

Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa

Avulsos do Rio de Janeiro: cx. 91, doc. 7978; cx. 92, doc. 7991; cx. 97, doc. 8405; cx. 98, doc. 8490; cx. 101, doc. 8636; cx. 114, doc. 9374; cx. 116, doc. 9602; cx. 129, doc. 10268; cx. 142, doc. 11126; cx. 147, doc. 11365; cx. 149, doc. 11448; cx. 153, doc. 11605; cx. 160, doc. 12055; cx. 168, doc. 12523; cx. 171, doc. 12656; cx. 220, doc. 15147; cx. 242, doc. 16522.

Conselho Ultramarino, Registo de ofícios, instruções e cartas régias para o vice-rei do Estado do Brasil e outras autoridades das capitanias deste Estado e Domínios Ultramarinos (1798-1800), cód. 574.

Passaporte de passageiros, livro 3º: 1772-1778, cód. 803.

Fundo *Reino*:

cx. 23, doc. 27.

Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa

Série vermelha (memórias não publicadas pela Academia), nº 5.

Biblioteca da Ajuda

Cód. Ms. 54-V-14, doc. nº10

Cód. Ms. Av. 54-V- 33, nº 2c.

Docs. Avulsos (estante 54, Volume XI, Doc. nº 28)

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Ms. nº 406.

Ms. nº 2545.

Biblioteca Nacional de Portugal

Coleção Pombalina: Códices 683, 686.

Reservados: Códice 607.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fundo *Real Mesa Censória*:

cxs. 176, 180, 187

cx 333, doc. 2821.

cx. 344, docs. 3700 e 3716

Fundo Mesa de Consciência e Ordens:

Universidade de Coimbra, Maço 37, cx. 159.

Fundo Ministério do Reino:

Seção Instrução, Série Informações Acadêmicas da Universidade de Coimbra, maço 993, cx. 1115.

Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei

ACOR 06, 1778.

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Fundo Secretaria de Estado do Brasil:

Cartas régias, provisões, alvarás e avisos, código 952, vol. 46.

Correspondência da Corte com o Vice-Reinado, código 67, vol. 22.

Correspondência da Corte com o Vice-Reinado, código 67, vol. 24.

Fundo Vice-Reinado:

Correspondência de diversas autoridades com vice-reis, cx. 485, pct 2.

Correspondência diversa, cx 491, pct 01.

Correspondência diversa, cx. 491, pct. 03.

Correspondência do Vice-rei. Regimento para os governadores do Brasil, cx. 744.

Fundo Vice-Reinado, Instrução pública, cx. 496.

Inventário de Gonçalo José Muzzi, Juízo de Órfãos, Notação 9592, maço 491, ano 1790.

1º Ofício de Notas, Série Livros de notas, livro 191 (1799-1804) e livro 209 (1813-1815)

Livros, artigos e teses:

- ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*, Campinas: Mercado de Letras/ALB; São Paulo: Fapesp, 2000.
- _____. *Os caminhos dos livros*, Campinas: Mercado de Letras/ALB, São Paulo: Fapesp, 2003.
- ALDEN, Dauril. *Royal government in colonial Brazil; with special reference to the Marquis of Lavradio, ViceRoy, 1769-1779*, Berkeley: University of California Press, 1968.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império – Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de Devoção, Atos de Censura Livros de devoção, atos de censura. Ensaio de história do livro e da leitura na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *A República das Letras na Corte da América Portuguesa: a Reforma dos Estudos menores no Rio de Janeiro Setecentista*, Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em História/UFRJ, 1995.
- _____. *Inconfidência no Império: Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794*. Rio de Janeiro: tese de doutorado em História/UFRJ, 2001.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889) – História e Legislação*, São Paulo: Educ, Brasília: INEP/MEC, 1989.
- ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A filosofia dos tempos modernos em aulas portuguesas e brasileiras das décadas de 60 do século XVIII*, Coimbra: Coimbra Editora, 1984.
- _____. *Vernei e a filosofia portuguesa*, Braga: Livraria Cruz, 1946.
- _____. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*, São Paulo: Edusp/Saraiva, 1978.
- ANNINO, Antonio e GUERRA, François-Xavier (coords.). *Inventando la nación – Iberoamérica siglo XIX*, México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces – O Universo Relacional de um Advogado Setecentista*, São Paulo: Annablume: PPGH/UFGM, 2004.

- ANTUNES, A. *Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra (1700-1772) – Orgânica interna e projecção científico-cultural dos seus lentes*, Coimbra: dissertação de mestrado em História/Universidade de Coimbra, 1990.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal – temas e problemas*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*, Ilhéus: Editus/Ed. da Uesc, 1999.
- BARBOSA, Januário da Cunha. “Doutor Manuel Inácio da Silva Alvarenga” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: nº 11, tomo III, 1841.
- BARBOSA, Roberta Martinelli e. *Temor e revolta: o Medo na cidade do Rio de Janeiro Setecentista*. Niterói: dissertação de mestrado em História/UFF, 2001.
- BÉDIER, Paul-Joseph. (ed.). *Histoire de la littérature française illustrée*. Paris : Librairie Larousse, 1924.
- BENEDETTI FILHO, Francisco. *A reforma da província carmelitana fluminense (1785-1800)*. São Paulo: dissertação de mestrado em História/USP, 1992.
- BLACK, Christopher. *Early modern Italy – a social history*. Londres: Routledge, 2001
- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império – O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOSCHI, Caio César. “A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais” in *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 7, 1941.
- _____. “Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego” in Eliana Freitas Dutra & Jean-Yves Mollier (org.), *Política, nação e edição – o lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*, São Paulo: Annablume, 2006.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*, 3ª edição, São Paulo: Cultrix, 1991.
- BRAGA, Teophilo. *Historia da Litteratura Portuguesa – A Arcádia Lusitana – Garção – Quita – Figueiredo – Diniz*. Porto: Lello & Irmão, 1899
- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- BUESCU, Ana Isabel. *Memória e poder – ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. volume IV, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

- CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. trad. de Álvaro Lorencini, São Paulo: Edunesp, 1999
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- _____. *Literatura e Sociedade*, São Paulo: T. A. Queiroz/Publifolha, 2000.
- _____. “Os poetas da Inconfidência Mineira” in *IX Anuário do Museu da Inconfidência Ouro Preto – 1993*.
- CARDOSO, Teresa Maria Rolo Fachada. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *How to write the history of the new world – Historiographies, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*, Stanford: Stanford University Press, 2001.
- CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- _____. *O marquês de Pombal e a reforma dos estudos menores em Portugal*, Coimbra: Coimbra Editora, 1980.
- CARVALHO, José Maurício de. *História da filosofia e tradições culturais: um diálogo com Joaquim de Carvalho*. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2001
- CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*, São Paulo: Edusp/Saraiva, 1978.
- CARVALHO, Rômulo de. *Colectânea de estudos históricos (1953-1994) – Cultura e actividades científicas em Portugal*, Évora: Universidade de Évora, 1997.
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*, Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira – Origens e unidade*. vol. 1, São Paulo: Edusp, 1999.
- _____. *Manifestações literárias do período colonial*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- _____. José Aderaldo Castello. “O movimento academicista” in Afrânio Coutinho (dir.), *A literatura no Brasil*. 6ª edição, São Paulo, Global Editora, 2001.

- CAVALCANTE, Berenice. “Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do iluminismo no final do século XVIII” in *Acervo*. Rio de Janeiro vol. 8, n^{os} 1/2, jan/dez, 1995.
- CAVALCANTI, Nireu de Oliveira. “A livreria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794” in *Acervo*. Rio de Janeiro, vol. 8, n^{os} 1/2, jan/dez, 1995.
- _____. *O Rio de Janeiro Setecentista – A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CIDADE, Hernani. *Lições de cultura e literatura portuguesas*. vol. 2, Coimbra: Coimbra Editora, 1948.
- CHARTIER, Roger. (org.). *A história cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel; Lisboa, Bertrand, 1985.
- _____. *A ordem dos livros*. Brasília: Edunb, 1994.
- _____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Edunesp, 2004.
- CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa das Luzes*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.
- CHAVES, Vânia Pinheiro. *O Uruguai e a Fundação da Literatura Brasileira*, Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária – uma introdução*, São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.
- CUNHA, Norberto Ferreira da. *Elites e acadêmicos na cultura setecentista*, Lisboa: INCM, 2001.
- _____. “A ilustração científica de D. Francisco Xavier de Meneses, 4º conde da Ericeira (1685-1720). *Diacrítica – Revista do Centro de Estudos Portugueses, Universidade do Minho*, 1, 1986.
- CURTO, Diogo Ramada; DOMINGOS, Manuela D.; FIGUEIREDO, Dulce; GONÇALVES, Paula. *As gentes do livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.
- CURTO, Diogo Ramada (org.). *Bibliografia da História do Livro em Portugal, séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita, séculos XV a XVIII*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa, 2007.

- DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel, (orgs.). *A revolução impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. *Boemia literária e revolução – O submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*, São Paulo: Companhia da Letras, 1990.
- _____. *Edição e Sedição – o universo da literatura clandestina no século XVIII*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil” in *RIHGB*, vol. 278, 1968.
- _____. “A interiorização da metrópole” in MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 – dimensões*, São Paulo: Perspectiva, 1972.
- DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de *redes de informação* no Império Português em finais de Setecentos” in *Ler História*, Lisboa, nº 39, 2000.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura – uma introdução*, São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, 2ª edição, São Paulo: Ática, 1993.
- _____. “As reformas pombalinas e a educação no Brasil: as reformas pombalinas e seu impacto sobre a colônia” in *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, vol. XVIII, nº 2, dez/1992.
- _____. “Da Ilustração à Revolução – percurso ao longo do espaço-tempo setecentista” in *Acervo*, vol. 4, nº 1, jan/jul, 1989
- FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henry Jean. *O Aparecimento do livro*. São Paulo: Edunesp, 1992.
- FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino de primeiras letras*. Porto: Porto Editora, 1994.
- FERRAZ, Maria Helena Mendes Ferraz. “A produção do salitre no Brasil Colonial” in *Química nova*, 23, 6, 2000.
- FÉRRER, Francisco Adegildo. *O Obscurantismo iluminado: Pombal e a instrução em Portugal e no Brasil*, São Paulo: tese de doutorado em Educação/USP, 1997.

- FILGUEIRAS, Carlos. “Vicente Telles, o primeiro químico brasileiro” in *Química Nova*, vol. 9, nº 4, 1985.
- _____. “A Ciência e as Minas Gerais dos Setecentos” in Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villata (orgs.). *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas*, vol. 2, Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.
- FONSECA, Fernando Taveira da. *A Universidade de Coimbra (1700-1771)- Estudo social e econômico*, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1995.
- FONSECA, Maria Rache Fróes da. “A única ciência é a pátria”: *discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815)*. São Paulo: tese de doutorado em História Social/USP, 1996
- FRIERO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego; como era Gonzaga? E outros temas mineiros*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1981.
- FURTADO, Joaci Pereira. *A caligrafia dos afetos – O poema heróico-cômico árcade e a sociedade luso-americana*, Tese de doutorado, História Social, FFLCH-USP, 2001.
- GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras ao chão – murmurações e vozes em Minas Gerais*. Niterói: dissertação de mestrado em História/UFF, 2008.
- GILLISPIE, Charles Coulston. *Science and polity in France – the revolutionary and napoleonic years*. Princeton: Princeton University Press, 2004
- GOMES, Rodrigo Elias Caetano. *As letras da tradição: o Tratado de direito natural de Tomás Antônio Gonzaga e as linguagens políticas na época pombalina (1750-1772)*. Niterói: dissertação de mestrado em História/UFF, 2004.
- GUERRA, François-Xavier. “A nação na América espanhola: a questão das origens” in *Revista Maracanan*, ano I, nº 1, 1999-2000.
- HAZARD, Paul. *O Pensamento Europeu no século XVIII*, Lisboa: Presença, 1989.
- _____. *La Crise de la conscience Européene (1680-1715)*, Paris, 1935.
- HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As culturas do Brasil, história natural no setecentos luso-brasileiro*, Rio de Janeiro, tese de doutorado em História/UFRJ, 2000.
- _____. “História Natural na América portuguesa – 2ª metade do século XVIII” in *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 20, mar/1999.
- HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. São Paulo: Edusp, 1996

- HIGGS, David. “Linguagem perigosa e a defesa da religião no Brasil na segunda metade do século XVIII” in Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*, Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- _____. “O Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e ‘a Luciferina Assembléia’ do Rio de Janeiro na década de 1790” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 162 (412), jul.set./2001.
- HORN, Jeff. *The path not taken: French industrialization in the age of revolution, 1750-1830*. Cambridge: MIT Press, 2006.
- JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império – História do ensaio de sedição de 1798*, São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996.
- _____. “A fundação do Estado e da nação brasileiros (c. 1770-1850)” in ARRUDA, José Jobson e FONSECA, Luís Adão da, *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*, Bauru: Edusc; São Paulo: Fapesp; Portugal: ICCTI, 2001.
- _____. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII” in Laura de Mello e Souza (org.). *História da vida privada no Brasil – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. e PIMENTA, João Paulo G.. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)” in MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta – A experiência brasileira (1500-2000)*, vol. 1, São Paulo: Senac, 2000.
- KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*, São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2004.
- KURY, Lorelai Brilhante. e MUNTEAL FILHO, Oswaldo, “Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro” in *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, vol. 8, nºs 1-2, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, jan/dez, 1995.
- _____. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810), in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 11, supl. 1, 2004.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: MEC, 1960.

- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª edição, Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LESSA, Clado Ribeiro. “As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 191, abril/junho, 1946.
- LEITE, Paulo Gomes. “Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana” in *Acervo*, vol. 8, nº 1/2, jan/dez, 1995
- LOPES, José Reinado de Lima. *As palavras e a lei – direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno*, São Paulo: Editora 34, 2004.
- LOUREIRO, José Pinto. *Livros e livreiros de Coimbra – do século XVI ao século XX*, Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal, 1954.
- LUCAS, Fábio. “O lirismo arcádico de Silva Alvarenga” in Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *Glaura: poemas eróticos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Luzes e Trevas – Minas Gerais no século XVIII*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- _____. “Silva Alvarenga – luzes e trevas do Setecentos” in *Autos da Devassa – prisão dos letrados do Rio de Janeiro: 1794*, Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- MACEDO, Jorge Borges de. “‘Estrangeirados’, um conceito a rever” in *Bracara Augusta*, Braga, vol. XXVIII, nº 65-66, 1974.
- MAIA, Emílio Joaquim da Silva. “Elogio histórico do Dr. José Pinto de Azeredo” in *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. t. 2, 1840
- MARQUES, M. Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: 1963.
- MARTINS, Angus. “Les textes narratifs” in Peter-Eckhard Knabe, Roland Mortier, François Moreau (edit.). *L’aube de la modernité : 1680-1760*. Amsterdam e Philadelphia : J. Benjamins, 2002.
- MARTINS, Eduardo Vieira. *A fonte subterrânea – José de Alencar e a retórica oitocentista*. Londrina: Eduel, São Paulo: Edusp, 2005.
- MATTOSO, Kátia. Kátia M. de Queirós. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Bahia: Editora Itapuã, 1969.
- MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- _____. *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- _____. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. “O Brasil Intelectual em 1801”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 64, 1901.
- MERÊA, Paulo. *Estudos de filosofia jurídica e de história das doutrinas políticas*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
- MONCADA, Luís Cabral de. Luis Cabral de Moncada. *Um “iluminista” português do século XVIII: Luiz Antonio Verney com um apêndice de novas cartas e documentos inéditos*. São Paulo, Livraria Acadêmica Saraiva, 1941
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José – na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969
- _____. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*, 2ª edição, Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- MORAIS, Francisco. *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*, Por Ordem da Universidade de Coimbra, 1949.
- MORENO, Eva Velasco. *La Real Academia de la Historia en el Siglo XVIII – Una Institución de sociabilidad*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de inovação no Brasil – 1789-1801*, Lisboa, Livros Horizonte, 1960.
- _____. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História – os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*, Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “Memórias, reformas e acadêmicos no Império luso-atlântico. Domínio territorial, poder marítimo e política mercantilista” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 163, nº 416, jul./set. 2002.
- NEPOMUCENO, Luis André. *A musa desnuda e o poeta tímido: o petrarquismo na Arcádia brasileira*, São Paulo: Annablume; Patos de Minas/MG: Unipam, 2002.

- NEVES, Guilherme Pereira das Neves. “De 1789 a 1798: percursos da francesia na Bahia” in *Revista da SBPH*, Curitiba, nº 18, 2000.
- _____. “Rebeldia, intriga e temor no Rio de Janeiro de 1794”, Comunicação apresentada na XXIV Reunião Anual da SBPH, entre os dias 26 e 30 de julho de 2004.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *As representações napoleônicas em Portugal: imaginário e política (c.1808-1810)*. Rio de Janeiro: tese apresentada para o concurso para professor Titular na área de História Moderna/UERJ, 2002.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7ª edição: São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos” in *Aproximações – estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- OLIVEIRA, Paulo Giovani de. *Poesia e Estado: o louvor às reformas educacionais encenado na obra de Manuel Inácio da Silva Alvarenga*, dissertação de mestrado em Letras Clássicas e Vernáculas/USP, 2002.
- PÉCORA, Alcir. “Apresentação” in *Poesia seiscentista – Fênix Renascida & Postilhão de Apolo*. São Paulo: Hedra, 2002.
- _____. *Máquina de Gêneros – Novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage*, São Paulo: Edusp, 2001.
- PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI - O Clemente*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- PIWNIK, Marie-Hélène. *Echanges erudits dans la peninsule iberique (1750-1767)*, Paris : Fondation Calouste Gulbenkian, 1987.
- POLITO, Ronald. *A persistência das idéias e das formas – um estudo sobre a obra de Tomás Antônio Gonzaga*, Dissertação de mestrado, História/UFF, 1990.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas – Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- RAMOS, Donald. “ ‘A voz popular’ e a cultura popular no Brasil do século XVIII” in Maria Beatriz Nizza da Silva (coord), *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*, Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- RAMOS, Luís de Oliveira. *D. Maria I*, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2007.

- _____. “Melo Freire, Verney e a Inquisição” in *Separata da Revista Bracara Augusta*, vols. XXV-XXVI, 59-62 (71-74), 1971-1972.
- REIS, Paulo César dos. *Os intelectuais e a circularidade cultural na América portuguesa: o caso da Academia Científica do Rio de Janeiro (1771-1779)*, Niterói, dissertação de mestrado em História/UFF, 2006.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – 1500-1822*, Rio de Janeiro/São Paulo/ Porto Alegre: Livraria Kosmos Ed., 1946.
- ROCHE, Daniel. *Les républicains de lettres. Gens de culture et lumières au 18 siècle*. Paris : Fayard, 1988.
- _____. *O Povo de Paris – ensaios sobre a cultura popular no século XVIII*, São Paulo: Edusp, 2004.
- RODRIGUES, Manuel Augusto. Manuel Augusto Rodrigues. “Apêndice” in *Actas das Congregações da Faculdade de Cânones (1772-1820)*. vol. 1., Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983
- _____. *A Universidade de Coimbra – Figuras e factos da sua história*, vol. I, Porto: Campo das Letras, 2007.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.
- RÖWER, Frei Basílio. *O Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro – sua história, memórias, tradições*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008
- SALINGARDI, Sérgio Cristóvão. Sérgio Cristóvão Selingardi. *Educação religiosa, disciplina e poder na terra do ouro: a história do Seminário de Mariana, entre 1750 e 1850*. São Carlos: dissertação de mestrado em Educação/UFSCAR, 2007
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- SERNA, Jorge Antonio Ruedas de la. *Arcádia: tradição e mudança*. São Paulo: Edusp, 1995.
- SHAFER, Robert Jones. *The Economic Societies in the Spanish World (1763-1821)*. New York: Syracuse University Press, 1958.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Notícia sobre M. I. da Silva Alvarenga e suas Obras Lidas na Sessão do Instituto Histórico Brasileiro de 25 de outubro de 1862” in Alvarenga, Manuel Inácio da Silva (Alcindo Palmireno). *Obras Poéticas. Collegidas, anotadas e precedidas do juízo critico dos escriptores*

- nacionais e estrangeiros e de uma noticia sobre o auctor e suas obras, acompanhadas de documentos históricos*, Rio de Janeiro: Garnier, 1864.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Cultura luso-brasileira – da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- _____. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- _____. *Cultura no Brasil Colônia*, Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *D. João V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- _____. “O papel das academias no Brasil Colonial” in *Revista da SBPH*, São Paulo, nº 1, 2003.
- SILVA DIAS, J. S. da, “Pombalismo e teoria política”, *Cultura: história e filosofia*, Lisboa: INIC, nº 1, 1982.
- SOLANO, Francisco. *Reformismo y Cultura Intelectual – La Biblioteca Privada de José de Galvez, ministro de Indias*, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1981.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada – O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*, São Paulo: Edunesp, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Roberto Acízelo de, *O Império da Eloquência: Retórica e Poética no Brasil oitocentista*, Rio de Janeiro: Eduff/Eduerj, 1999.
- SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto. *Obras poéticas, collegidas, anotadas e precedidas do juízo crítico dos escriptores nacionaes e estrangeiros, e de uma notícia sobre o autor e suas obras acompanhadas de documentos históricos por J. Norberto de Souza Silva*, 2 Tomos, Rio de Janeiro: Garnier, 1864.
- TAVARES, Rui. *O labirinto censório – A Real Mesa Censória sob Pombal (1768-1777)*. Lisboa: dissertação de mestrado em Ciências Sociais/ICS-UL, 1997.
- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica – Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo: Edusp, 1999.
- TOPA, Francisco. *Para uma edição crítica da obra do árcade brasileiro Silva Alvarenga – Inventário sistemático dos seus textos e publicação de novas versões, dispersos e inéditos*. Porto, edição do autor, 1998.

- _____. *Quatro poetas do período colonial – Estudos sobre Gregório de Matos, Basílio da Gama, Alvarenga Peixoto e Silva Alvarenga*, Porto: edição do Autor, 1998.
- UBIALI, Nelson Atílio. *A Academia Brasílica dos Esquecidos no contexto do movimento academicista brasileiro*, Londrina: EDUEL, 1999.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VALLADARES, Vírginia Trindade. *Elites mineiras setecentistas – conjugação de dois mundos*, Lisboa: Colibri, 2004.
- VARELLA, Alex Gonçalves. “As atividades científicas do químico e metalurgista João Manso Pereira na Capitania de São Paulo (1796-1803)”, comunicação apresentada na 26ª reunião da SBPH, julho de 2006.
- VENTURI, Franco. *Europe des lumières. Recherches sur le 18e siècle*. Paris: Mouton, 1971.
- _____. *Settecento riformatore: la caduta dell’ Antico Regime (1776-1790)*. Turim: Einaudi, 1984.
- _____. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Trad. de Modesto Florenzano, Bauru: Edusc, 2003.
- VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura” in *História da vida privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo: tese de doutorado em História/USP, São Paulo, 1999.
- _____. *1789-1808: O império luso-brasileiro e os brasis*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial – o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- WERNET, Augustin. “As reformas pombalinas e os estudos nos colégios eclesiásticos” in *Anais da II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1983.